



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

VALMIR BRUNO DE SOUZA AGUIAR

**A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM CAMPINA GRANDE-PB E AS
CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ESPAÇOS
PÚBLICOS**

**JOÃO PESSOA-PB
JULHO DE 2023**

VALMIR BRUNO DE SOUZA AGUIAR

**A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM CAMPINA GRANDE-PB E AS
CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ESPAÇOS
PÚBLICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: Espaço e Trabalho

Orientadora: Prof.^a Dra. Doralice Sátyro Maia

Coorientadora: Prof.^a Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho

**JOÃO PESSOA-PB
JULHO DE 2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A282v Aguiar, Valmir Bruno de Souza.

A vila olímpica Plínio Lemos em Campina Grande-PB e as contradições do planejamento e gestão urbana de espaços públicos / Valmir Bruno de Souza Aguiar. - João Pessoa, 2024.

212 f. : il.

Orientação: Doralice Sátyro Maia.

Coorientação: Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Espaço Público. 2. Política Urbana. 3. Vila Olímpica Plínio Lemos - Campina Grande/PB. I. Maia, Doralice Sátyro. II. Carvalho, Maria Jackeline Feitosa. III. Título.

UFPB/BC

CDU 316.334.56(813.3)(043)

**A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM CAMPINA GRANDE-PB
E AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
URBANA DE ESPAÇOS PÚBLICOS**

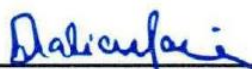
por

Valmir Bruno de Souza Aguiar

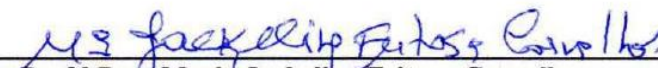
Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UEPB, como requisito total para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Aprovado por:



Prof.ª Dra. Doralice Sátyro Maia
Orientadora



Prof.ª Dra. Maria-Jackeline Feitosa Carvalho
Coorientadora



Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento
Examinador Interno



Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes
Examinador Externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia
Julho/2023**

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria da Glória de Souza Aguiar, pelo inestimável apoio e força concedidos durante a realização do Curso de Mestrado em Geografia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS, pela realização desse sonho. Desde o início da seleção de Mestrado, entreguei em oração essa conquista e confiei que, se fosse da Sua permissão, se cumpriria. De fato, realizou-se no tempo Dele. Gratidão, Senhor, por sustentar os meus passos até aqui, em meio ao medo e as dificuldades, fazendo-me ir além dos meus próprios limites. Essa vitória é fruto dos Teus planos para a minha vida. Obrigado por fazer Tua vontade em mim e ser agraciado com essa bênção.

Rendo graças a Nossa Senhora pela fiel intercessão aos meus estudos, aos quais sempre a consagrei, acreditando em seu pleno agir. Sou grato por velar e abençoar com prodígio os meus projetos de vida e por me conduzir com sabedoria e discernimento perante a efetuação deste trabalho.

Quero agradecer imensamente à minha mãe, Maria da Glória de Souza Aguiar, por todo o suporte concedido. Sem você, jamais eu teria conseguido chegar até aqui. Serei eternamente grato por tudo que fizeste por mim. Mãe, essa conquista também é sua. Ainda assim, agradeço aos meus familiares, que são a minha base e sempre se dispuseram em me apoiar e ajudar, em especial ao meu pai Valmir, à minha tia Maria das Mercês e ao meu avô Manoel.

Agradeço à minha noiva, Erika Maria, que esteve me apoiando em todos os momentos árduos desta trajetória acadêmica, na qual sempre esteve ao meu lado, concedendo força, apoiando nos momentos mais difíceis e acreditando que eu conseguiria alcançar esse sonho desde o início do processo seletivo do Mestrado.

À professora e orientadora Dra. Doralice Sátyro Maia, pelo aceite de caminhar juntamente comigo nesta pesquisa, por conceder a permissão e o consentimento para que pudéssemos aprofundar os estudos da temática escolhida, em que tive o privilégio de ter a sua orientação e de ter sido capacitado através dos seus ensinamentos para desenvolver com ênfase esta dissertação. Sou muito grato a você por todos os aprendizados e pelos conhecimentos adquiridos no decorrer deste curso, pois foram essenciais para a minha formação acadêmica, enquanto professor e pesquisador.

À querida professora e coorientadora Dra. Jackeline Carvalho, que desde o primeiro ano da graduação esteve atuando em pesquisas juntamente comigo, tanto nos trabalhos de Iniciação Científica quanto no Trabalho de Conclusão de Curso, e agora, tendo sua contribuição fundamental para o desenvolvimento desta dissertação, na qual pôde dar um

significativo direcionamento no desenvolvimento do trabalho. Obrigado por mais uma parceria. Fortaleço meus agradecimentos dizendo que a realização do referido trabalho é fruto de uma semente, regada através dos seus ensinamentos e que sem eles eu não teria alcançado o meu sonho. Gratidão.

Aos professores Dr. Demóstenes Moraes e Dr. Alexandre Sabino pelos aceites de compor a banca de defesa de dissertação. Muito obrigado pelas leituras cuidadosas e atenciosas, pelas contribuições e sugestões mencionadas, que são válidas para a versão final desta pesquisa.

Aos discentes da turma de Mestrado 2020 do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, em especial, aos meus amigos da linha A, indispensáveis durante a realização do curso, entre eles estão Fernando Vieira, Jatanael Silva, Luís Gustavo, Gustavo Costa e Iramir Rodrigues, além de Nádson Ricardo e Maria Salvador da linha B e também Adriana Souza (PPGEO/UFPE). Apesar da pandemia da Covid-19 que nos manteve distantes, estivemos conectados através das redes sociais, ajudando reciprocamente sempre que preciso. Nossos momentos de diálogo, escuta e descontração foram fundamentais.

Aos meus tios, Terezinha e Murilo, e ao primo Daniel por abrirem as portas da sua residência em João Pessoa-PB no início deste curso e me acolheram em sua casa.

Ademais, agradeço à minha prima, Emília Angelica, pelas palavras de motivação, força e apoio, a quem sempre acredita na minha capacidade.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa, em que foi de relevante importância para a conclusão do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, entre eles o Professor Dr. Jonas Otaviano, por sempre ter sido atencioso e solícito em ajudar nas demandas que precisaram ser resolvidas enquanto coordenador do curso.

A todos os entrevistados que aceitaram participar das entrevistas e concederam informações essenciais, contribuindo com os dados adquiridos na pesquisa de campo.

E por fim, não menos importante, também agradeço imensamente à minha avó, Nair de Santana Souza (in memoriam), que muito contribuiu para que eu me tornasse quem sou hoje e fez com que eu chegasse até onde, por vezes, não imaginei. O quanto eu queria que estivéssemos juntos para comemorar com aquele seu abraço apertado e carinhoso. Mas sei bem que onde você possa estar, estará muito feliz por mim. Dedico também esse trabalho em seu nome. Minha eterna gratidão.

“A Geografia serve para desvendar máscaras sociais” (MOREIRA, 1982).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as motivações que impulsionaram a construção, a manutenção e a tentativa de requalificação do espaço público Vila Olímpica Plínio Lemos, na cidade de Campina Grande/PB. Impasses políticos da administração municipal têm impactado no espaço o acesso ao lazer enquanto garantia do direito à cidade. O estudo foi constituído a partir dos aportes que envolvem as políticas urbanas e as intervenções decorrentes do processo de requalificação para investigar as descontinuidades e continuidades do projeto urbano proposto para o espaço público. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento teórico da literatura, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, observação direta, pesquisa documental em acervos públicos das Secretarias Municipais de Campina Grande, consultas em documentos oficiais, a exemplo de Semanários e Diários Oficiais, requerimentos da Câmara Municipal, planos de governos e matérias de jornais impressos e digitais, averiguados por meio da técnica da análise de conteúdo, além de registros fotográficos e capturas de imagens aéreas com drone. A análise da investigação demonstrou que o espaço público na cidade contemporânea se encontra conduzido por práticas de disputas políticas enraizadas que geram a desconfiguração do planejamento dos projetos urbanos, intensificam a degradação dos espaços, interrompem a função social do equipamento e promovem contra-usos. A ênfase atribuída ao estudo da Vila Olímpica Plínio Lemos permite intensificar as discussões dos processos de reprodução do espaço público, em virtude de revelar as contradições expressas pela ação política administrando o uso público do espaço.

Palavras-chave: Vila Olímpica Plínio Lemos; Espaço Público; Política Urbana; Requalificação Urbana.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the motivations that contributed to the construction, maintenance and attempt to requalify the public space Olympic Village Plínio Lemos, in the city of Campina Grande/PB. Political impasses at the municipal administrative level impact the access to leisure time in the space as a guarantee to the right to the city. The study was constructed around contributions concerning urban policies and the ulterior interventions to the process of requalification in order to investigate the discontinuities and continuities of the urban project proposed for the public space. The research development was grounded on a qualitative analysis, which used the following methodological procedures: the selection of theory-focused literature, field research, semi-structured interviews, direct observation, documental research from public archives of Campina Grande Municipal Secretaries, official documents consultation, e.g. the Official Diaries and Weeklies, Municipal Chamber requirements, government plans, and both printed and digital newspapers, which was examined using the content analysis technique, aside from photographic registers and aerial footage captured by drone. The investigative analysis demonstrated that the public space in the contemporary city is conducted by rooted practices of political dispute, which enable the planning deconfiguration in urban projects, intensifying the degradation of spaces, interrupting the social function of urban equipment, and allowing counter-uses. The emphasis on the study of the Plínio Lemos Olympic Village enables the intensification of discussions over the processes of the reproduction of the urban space, reveling the contradictions expressed by political action managing the public use of space.

Keywords: Plínio Lemos Olympic Village; Public Space; Urban Policy; Urban Requalification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização espacial da Vila Olímpica Plínio Lemos.....	17
Figura 2 - Vista aérea da cidade de Campina Grande e da Vila Olímpica Plínio Lemos.....	42
Figura 3 - Partida de futebol no Estádio Plínio Lemos em 1964.....	48
Figura 4 - Vista aérea do Estádio Municipal Plínio Lemos, 1997.....	49
Figura 5 - Estádio Plínio Lemos em dias de jogos, 1975.....	51
Figura 6 - Projeto Urbanístico Centro Gregário.....	53
Figura 7 - Planta baixa do Centro Gregário.....	51
Figura 8 - Deterioração do Estádio Municipal Plínio Lemos.....	53
Figura 9 - Linha do tempo do objeto de estudo.....	54
Figura 10 - Desenho esquemático das propostas voltadas para o espaço público.....	57
Figura 11 - Estádio Renato Cunha Lima.....	60
Figura 12 - Terreno urbano do Estádio Municipal Plínio Lemos em 2005.....	82
Figura 13 - Maquete do Projeto Centro Integrado Plínio Lemos.....	82
Figura 14 - Comprometimento da estrutura física referente à arquibancada do Estádio Municipal Plínio Lemos.....	84
Figura 15 - Projeto da Vila Olímpica: Playground.....	85
Figura 16 - Projeto da Vila Olímpica: Espaço de convivência.....	85
Figura 17 - Gestão municipal busca políticas públicas com o Ministério do Esporte.....	89
Figura 18 - Placa de inauguração da obra da Vila Olímpica Plínio Lemos.....	91
Figura 19 - Requalificação da Vila Olímpica.....	92
Figura 20 - Construção do Ginásio Esportivo.....	92
Figura 21 - Maquete do Projeto urbano no bairro José Pinheiro.....	93
Figura 22 - Inauguração da Vila Olímpica Plínio Lemos, em quatorze de março de 2008.....	94
Figura 23 - Espaço público após a requalificação urbanística	96
Figura 24 - Estrutura precária da piscina.....	99
Figura 25 - Piscina em contínuo descaso.....	99
Figura 26 - Acúmulo de mato na Vila Olímpica.....	101
Figura 27 - Quadra de areia alagada.....	101
Figura 28 - Placa de reforma e ampliação da Vila Olímpica em 2015.....	101
Figura 29 - Balanço sem manutenção.....	107
Figura 30 - Muro quebrado com acesso à rua.....	107

Figura 31 - Planta geral do projeto de reforma da Vila Olímpica Plínio Lemos em 2013.....	113
Figura 32 - Água suja na piscina.....	116
Figura 33 - Pista de skate deteriorada.....	116
Figura 34 - Prefeito Romero Rodrigues vistoria ações de reforma na Vila Olímpica Plínio Lemos.....	128
Figura 35 - Divulgação da reforma do Plínio Lemos, postada pelo Facebook da Prefeitura (PMCG)	142
Figura 36 - Parque da Liberdade.....	145
Figura 37 - Parque Dinâmica.....	145
Figura 38 - Paisagem urbana da Vila Olímpica Plínio Lemos.....	149
Figura 39 - Cozinha comunitária desativada.....	151
Figura 40 - Unidade da Polícia Militar fechada.....	151
Figura 41 - Estado de deterioração física do Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho.....	152
Figura 42 - Equipamentos quebrados.....	152
Figura 43 - Práticas esportivas de futebol e atletismo.....	153
Figura 44 - Nova cobertura da arquibancada.....	155
Figura 45 - Prática da caminhada no final da tarde na Vila Olímpica.....	156
Figura 46 - Utilização da Vila Olímpica durante o turno da noite.....	157
Figura 47 - Formas de moradia da população residente em frente à Vila Olímpica.....	158
Figura 48 - Moradia em vila com acesso ao Complexo Esportivo Plínio Lemos.....	159
Figura 49 - Roupas estendidas em varal na Rua Josino Agra (entorno da Vila Olímpica)....	159
Figura 50 - Ocupação de lava-jato na calçada de passeio público.....	160
Figura 51 - Espaço público como garagem da moradia urbana.....	160
Figura 52 - Inserção de alambrado no campo de futebol.....	167
Figura 53 - Implantação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer na Vila Olímpica Plínio Lemos.....	168
Figura 54 - Projeto da fachada referente à sede do Instituto Pequenininhos na Vila Olímpica.....	169
Figura 55 - Reforma do Museu do Esporte que cedeu lugar para o Projeto Pequenininhos Teens.....	170
Figura 56 - Novo auditório.....	172
Figura 57 - Sala para cursos profissionalizantes.....	172

Figura 58 - Prefeito Bruno Cunha Lima inaugura sede do Projeto Pequeninos Teens (antigo Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho).....	173
Figura 59 - Copa Rainha da Borborema.....	174
Figura 60 - Torcida de jogos na Vila Olímpica.....	174

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO URBANÍSTICO.....	86
QUADRO 2 – LISTA DE CANDIDATOS E GESTORES.....	103
QUADRO 3 – SEMANÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SOBRE A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM 2020.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANABB	Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEUS	Centros de Artes e Esportes Unificados
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência
DOU	Diário Oficial da União
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
GPUS	Grandes Projetos Urbanos
IVC	Instituto Viva Cidadania
LO	Lei Orçamentária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OUCS	Operações Urbanas Consorciadas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAB	Política Nacional de Assistência Básica
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNEL	Política Nacional de Esporte e Lazer
PPP	Parceria Público-Privada
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSF	Programa Saúde da Família
PST	Programa Segundo Tempo

PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
SECOB	Secretaria de Obras
SECULT	Secretaria de Cultura
SEDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEDUC	Secretaria de Educação
SEDUC	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura
SEJEL	Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer
SEMAS	Secretaria de Assistência Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESUMA	Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
SOSUR	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
STTP	Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
URBEMA	Empresa de Urbanização da Borborema

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS URBANAS NO BRASIL: ENTRE PRINCÍPIOS E AVANÇOS.....	28
1.1 Desenvolvimento de políticas urbanas para espaço público no Brasil: da formação à execução.....	28
1.2 Articulações intersetoriais da política urbana a partir da construção de vilas olímpicas em Campina Grande-PB: entre aproximações e contradições.....	38
1.3 Breve trajetória sobre o espaço e os impasses para a concretização do projeto de requalificação urbana.....	46
2 A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS.....	61
2.1 Revitalização e Requalificação: reflexões contemporâneas de intervenções no espaço público.....	61
2.2 Do Projeto à requalificação urbana da Vila Olímpica Plínio Lemos.....	78
3 AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA NA MANUTENÇÃO DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS: IDAS E VINDAS ENTRE DIFERENTES AGENDAS E CONCEPÇÕES.....	98
3.1 O descaso com o espaço público.....	98
3.2 A Vila Olímpica Plínio Lemos: um legado de impasses.....	102
4 O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS: ENTRE DISPUTAS E AÇÕES.....	138
4.1 A requalificação da Vila Olímpica Plínio Lemos frente as ações da gestão urbana.....	138
4.2 A revitalização da Vila Olímpica Plínio Lemos: o “coração da Zona Leste”..	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	190
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	198
APÊNDICE C: PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	200
ANEXO A: TERMO DE ANUÊNCIA DA COORDENAÇÃO DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS.....	205

ANEXO B: ESTUDO PRELIMINAR PROPOSTO PARA O ESTÁDIO PLÍNIO LEMOS, ELABORADO PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE.....	206
ANEXO C: ATO DE HOMOLOGAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DO COMPLEXO INTEGRADO PLÍNIO LEMOS, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.....	208
ANEXO D: GREVE DE FUNCIONÁRIOS NA VILA OLÍMPICA.....	209
ANEXO E: JORNAL DA PARAÍBA ANUNCIA PROMESSA DE REFORMA NA VILA OLÍMPICA EM 2013.....	210

INTRODUÇÃO

O espaço público urbano de lazer constitui o lugar de convívio para o uso de todos na cidade, razão pela qual atrai indivíduos, grupos e coletivos para as práticas cotidianas de lazer, no modo de viver urbano. Esses espaços devem permitir o acesso ao direito de todo cidadão, o que, atualmente, sempre ocorre de maneira desigual na extensão do espaço urbano. Isso se deve à limitação na democratização do acesso causada pela ausência de manutenção dos equipamentos, pela apropriação privada, pela falta e desmonte das políticas públicas, bem como pela interferência dos processos socioespaciais, como a segregação e a gentrificação, entre outros.

Compreendemos o espaço público como um lugar de vivência social, podendo ser utilizado conforme as necessidades das relações sociais, por meio das práticas e atividades cotidianas de uso coletivo. É um espaço diverso de significados, símbolos, encontros, múltiplas culturas, contradições e conflitos; também é onde a vida urbana se realiza, gerando relações de identidade. O espaço público é “o *locus* em que o ser humano pode realizar-se plenamente” (SOUZA, 2008, p. 82).

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada busca enfatizar o espaço público sob uma perspectiva geográfica, na cidade contemporânea. Visa discutir o papel do referido espaço e a sua importância a partir dos processos de intervenções urbanas decorrentes das ações do poder municipal face à apresentação de projetos urbanizados voltados para o espaço público Vila Olímpica Plínio Lemos em Campina Grande, PB.

Esse tema, bem como afirma Gomes (2018), constitui um campo de estudos na pesquisa geográfica e busca analisar os processos de intervenções urbanas com a utilização de projetos que tendem a requalificar e a revitalizar partes do solo urbanizado. É principalmente através das atuações de governos públicos municipais, estaduais ou federais que os espaços públicos perpassam por ressignificações sociais, as quais transformam a configuração estrutural das suas áreas. Além disso, os agentes privados do setor imobiliário detêm maiores poderes de intervenção e influência sobre a produção dos espaços.

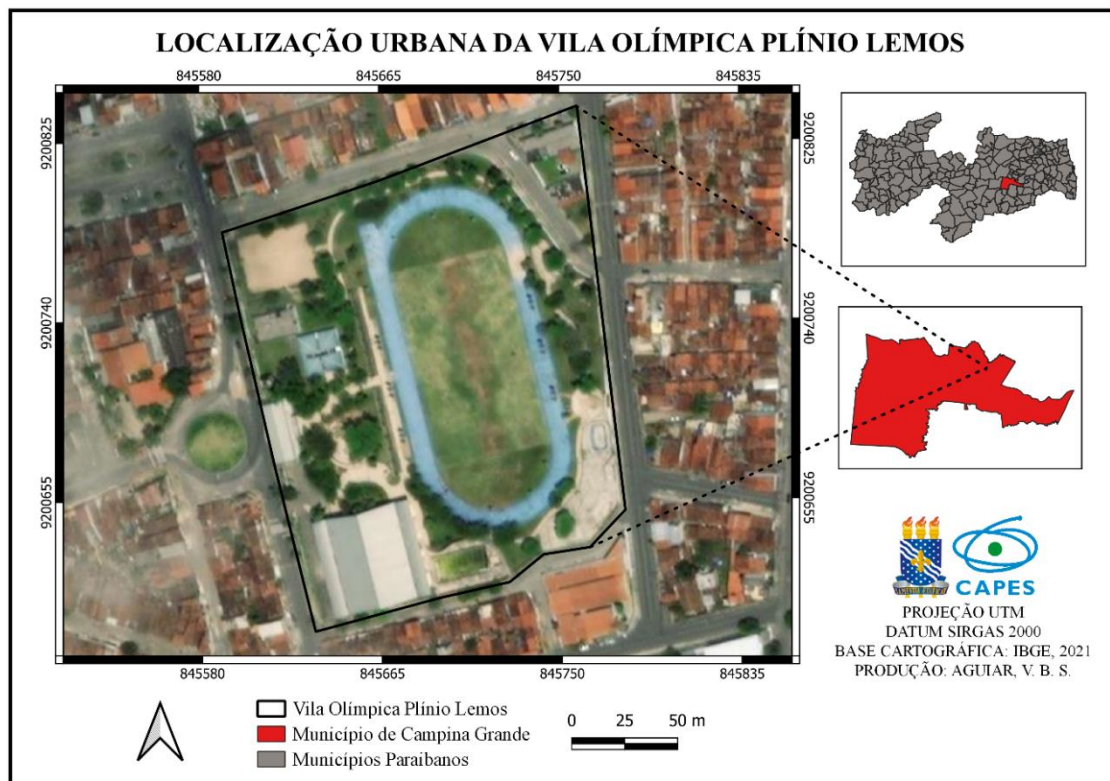
Nas cidades brasileiras, uma realidade que se apresenta como contraditória nesses ambientes são as obras urbanísticas paradas, interrompidas, parques públicos abandonados, degradados, esquecidos pelo poder público, sem reformas, com equipamentos quebrados, com ausência de administração e de fornecimento de infraestrutura e políticas públicas. Além disso, há propostas de privatização de tais espaços, dificultando, então, o acesso ao lazer.

Em Campina Grande, no Estado da Paraíba, cidade pertencente à região Nordeste do

Brasil, situada no Agraste Paraibano e no Semiárido brasileiro, durante o ano de 2005, a gestão pública da época (2005-2008) iniciou estudos técnicos de planejamento que visavam a apresentação de um projeto de requalificação urbanística, transformando o Estádio Municipal Plínio Lemos em uma Vila Olímpica. Essa Vila Olímpica foi efetivamente implantada no bairro José Pinheiro.

Possuindo uma área de cerca de 36.000 m² (trinta e seis mil metros quadrados), equivalente a 3,6 hectares de terreno urbano, esse espaço de lazer foi inaugurado no ano de 2008, na gestão do Prefeito Veneziano Vital do Rêgo. Anteriormente à sua transformação em Vila Olímpica, o espaço foi destinado à reconstrução de um antigo Estádio Municipal de Futebol, denominado Estádio Municipal Plínio Lemos (1955-1999), comandado pelo time do Campinense Clube e, no passado, palco de jogos e campeonatos suburbanos de futebol. Entretanto, em 1999, esse espaço foi devolvido à Prefeitura Municipal de Campina Grande. Após a devolução, o referido local ficou abandonado, levando a gestão do Município de Campina Grande a decidir, em 2006, apresentar o projeto de requalificação urbana, denominado "Centro Integrado Plínio Lemos", que foi implantado posteriormente no local, conforme mostrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1: Localização urbana da Vila Olímpica Plínio Lemos.



Fonte: IBGE, 2021. Elaborado pelo autor (2022).

Antes mesmo da elaboração do Projeto, havia diferentes propostas de intervenção urbana por grupos políticos que marcaram a disputa pela área. Ao ser requalificado, o espaço de uso para o lazer foi entregue à população, com o objetivo de beneficiar não somente os moradores do bairro, mas a todos os habitantes da cidade de Campina Grande. Apesar disso, e, usado desde 2008, tem-se observado que, após anos de funcionamento, sua estrutura foi agravada pela deterioração, assim como pela carência de políticas públicas voltadas para sua conservação e para atendimento ao público.

No decorrer dos processos de gestões responsáveis por governar a cidade, em que essas políticas foram desativadas, houve comprometimento das práticas de atividades esportivas, de lazer e dos serviços antes disponibilizados no local. Isso inclui a desativação da cozinha comunitária do Programa Fome Zero, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência (CREAS), do Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho, do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem Urbano, do Centro de Vivência Cidadã, do Centro de Capacitação Profissional, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), etc. Sendo assim, enfatizamos que a ação política controla os ambientes públicos da cidade, além de ser responsável pela administração das políticas públicas e programas sociais destinados à distribuição dos setores urbanos.

Com base na concepção apresentada por Fernandes (2018) sobre “*requalificação*”, enfatizamos nossas análises à luz da contribuição do seu trabalho, considerando-a adequada ao contexto do processo requalificador pelo qual passou o objeto espacial de estudo em evidência neste trabalho. A autora revela que o processo de requalificação abarca a produção social do espaço, assim como as relações vividas cotidianamente a partir do lugar. Esse modo de intervenção está associado diretamente às obras que tendem a ressignificar os espaços urbanos na tentativa de ofertar qualidade de vida física e social.

Ao examinar a literatura consultada sobre a temática, buscamos, em relação à (re)produção do espaço urbano, realizar uma análise sobre a dimensão das diferentes agendas políticas em relação à gestão do espaço público na Vila Olímpica Plínio Lemos, em Campina Grande-PB, com enfoque na política urbana voltada para os projetos de espaços públicos. Em virtude dos diferentes contextos analisados, casos semelhantes ao que é objeto de nossa pesquisa são reflexos dos problemas urbanos que os espaços públicos enfrentam na cidade contemporânea.

Desse modo, a condução de diferentes agendas sobre os espaços públicos pode

impactar o fornecimento de políticas públicas anteriormente disponibilizadas, refletindo na utilização desses espaços e, por conseguinte, podendo levar à negação dos ambientes construídos para a prática cotidiana do lazer. Essas materializações no espaço evidenciam as diferenças, a exclusão e as desigualdades sociais impostas, sobretudo, nas zonas periféricas e bairros populares da cidade onde habitam as populações mais pobres.

Tendo em vista o debate aqui apresentado, propomos pensar o espaço público como meio de estudo que permite compreender a reprodução da vida humana no espaço, buscando evidenciar as inquietações do conhecimento geográfico, fundamentadas nos seguintes questionamentos: o que impulsionou a construção, a manutenção e a tentativa de requalificação da Vila Olímpica Plínio Lemos, na cidade de Campina Grande/PB? Com base nessa indagação, analisaremos quais os impasses da sua concretização, quais são os entraves para a sua manutenção e como ocorreu a nova “revitalização” desse espaço público.

Diante desses questionamentos, cabe-nos, ainda, refletir: Os projetos urbanos de obras públicas nas cidades funcionarão apenas no período das gestões que os apresentaram? O que tem ocasionado a ocorrência das tramas de desvalorização desses espaços? Quais impasses e dificuldades de planejamento e gestão que os governos enfrentam para dar continuidade aos projetos urbanos já implantados na cidade?

Nesse intuito, a pesquisa tem por objetivo geral analisar as motivações que impulsionaram a construção, a manutenção e a tentativa de requalificação do espaço público Vila Olímpica Plínio Lemos, na cidade de Campina Grande/PB. Os objetivos específicos visam: i) identificar a política urbana e os projetos urbanos voltados para o espaço público de Campina Grande entre as gestões, no período de 2005 a 2021¹, ii) analisar a concepção e o contexto do projeto Vila Olímpica Plínio Lemos, iii) revelar os impasses do planejamento e da gestão urbana na manutenção do local e iv) verificar as novas ações de revitalização no espaço público.

O recorte temporal escolhido retrata o período em que houve as especulações que seriam propostas para o espaço, seu processo de requalificação, o tempo em que se deu a deterioração do espaço de lazer, e o conflito entre agentes políticos e candidatos à Prefeitura de Campina Grande, que teve como consequência a fragilização do funcionamento das atividades na Vila Olímpica.

¹ De 2005 a 2008, a gestão foi liderada pelo ex-prefeito Veneziano Vital do Rêgo (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB, Movimento Democrático Brasileiro), que foi reeleito para um segundo mandato de 2009 a 2012. A gestão seguinte, de 2013 a 2016, teve à frente o ex-prefeito Romero Rodrigues Veiga (PSD – Partido Social Democrático), que também foi reeleito, dessa vez para o período de 2017 a 2020. Atualmente, a administração está sob a responsabilidade do prefeito Bruno Cunha Lima (PSD – Partido Social Democrático), no período de 2021-2024, abrangendo o intervalo em que a pesquisa foi desenvolvida.

Os motivos que nos levaram ao interesse em pesquisar a requalificação urbanística da Vila Olímpica Plínio Lemos advieram de experiências antecedentes, compostas pelas pesquisas de iniciação científica efetuados durante a graduação, nas quais foram desenvolvidos estudos com base na temática *espaço público*. O intuito desses projetos foi o de aprofundar as discussões sobre o lazer urbano, especificamente do bairro José Pinheiro, em Campina Grande-PB. Essa abordagem culminou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura Plena em Geografia, levando-nos às inquietações sobre a deterioração que persiste naquele espaço público há muitos anos e à verificação dos impasses do governo municipal em relação às ações da política de recuperação da área.

Considerada um espaço multifuncional devido à quantidade de equipamentos ali implantados, a Vila Olímpica é um relevante polo de lazer na cidade de Campina Grande. A sua proporção física e social faz com que seja considerada o “coração da Zona Leste”, sendo um grande espaço público projetado para beneficiar os diversos indivíduos dessa zona da cidade, bem como das demais zonas e, sobretudo, os moradores do bairro José Pinheiro e dos bairros próximos da Vila.

A Vila Olímpica Plínio Lemos é um espaço público cercado pelo verde das árvores e do jardim, formado por locais com a infraestrutura projetada para o livre uso dos seus visitantes. Apresenta-se como uma área adequada para as práticas cotidianas de lazer e bem-estar social para todos aqueles que a frequentam. Seu desenho urbanístico e arquitetônico revela, aos nossos olhares, a essência do embelezamento que o espaço possui.

Em relação à sua localização, a Vila Olímpica foi implantada no bairro José Pinheiro, que encontra-se geograficamente situado próximo à área do Centro urbano de Campina Grande, à Feira Central da cidade e ao Açude Velho, possuindo fácil possibilidade de acesso entre essas áreas urbanas. Conhecido pelo intenso comércio local, dentre os bairros da Rainha da Borborema, o José Pinheiro se destaca pela sua diversidade, em relação à prestação dos mais variados serviços especializados do ramo comercial. Entre esses serviços, destacam-se as lojas de materiais de construção, supermercados, roupas, calçados, padarias, açougues, lanchonetes, farmácias, consultórios médicos, além dos pequenos negócios, como as bodegas de bairros² e os comerciantes de produtos agrícolas que movimentam o setor econômico. “Em razão principalmente do seu dinamismo comercial, José Pinheiro constituiu, portanto, um dos bairros mais importantes do espaço urbano campinense, espaço esse que surgiu e se

² Observar o trabalho de DINIZ, L. S. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

desenvolveu em torno da atividade comercial” (DINIZ, 2004, p. 94).

A Vila Olímpica Plínio Lemos tem o papel de contribuir socialmente, tanto para a população campinense de modo geral quanto para a população do próprio bairro, especificamente, para os mais vulneráveis que habitam o entorno daquela área. Por isso, pensar a Vila Olímpica Plínio Lemos como objeto de estudo é refletir sobre o desregulado processo de deterioração e ausência de manutenção urbana pelo qual o espaço passou, afetando a população durante toda a sua importante existência no próprio bairro José Pinheiro.

Desse modo, a pesquisa está dividida em quatro fases, que coincidem com os momentos oportunos para compreensão e análise do fenômeno social averiguado, conforme a constituição de uma pesquisa qualitativa “que ressalta as significações que estão contidas nos atos e práticas” (SANTAELLA, 2001, p. 145).

Buscando revelar as contradições no que diz respeito ao espaço público urbano, sobretudo àquele voltado para o lazer nos bairros populosos, apresentamos aqui um estudo de caráter exploratório. Esses tipo de pesquisa é desenvolvido “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27) e evidência de uma abordagem social. Nesse sentido, na abordagem metodológica da pesquisa qualitativa “é o planejamento que o(a) pesquisador(a) faz de quais são as ações necessárias por meio de um conjunto de técnicas e/ou métodos mais adequados para o atingimento do objetivo da pesquisa” (BISPO, 2020, n. p.).

Em conformidade com Gil (2008), a intermediação do estudo aqui proposto estabelece que “os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais”. Sendo assim, temos como ênfase uma investigação de caráter social que buscou desvendar os aspectos inerentes à temática apresentada e alicerçados no seu objeto de estudo.

A abordagem enfatizada retrata a concepção de Lefebvre, quando afirma em sua perspectiva que, “os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e as contradições” (LEFEBVRE, 1983, p. 171). Por outro lado, a perspectiva adotada “demonstra sensibilidade pela face social dos problemas” (DEMO, 1985, p. 85), na medida em que é relevante para entender o controle social das forças ideológicas que atuam em um conflituoso embate pela conquista do poder sobre o espaço público.

A contradição constatada nos lugares públicos contemporâneos é analisada à luz da perspectiva dialética, tendo em vista que “tem sua raiz profunda no conteúdo, no ser concreto: nas lutas, nos conflitos, nas forças em relação e em conflito na natureza, na vida, na

sociedade, no espírito humano” (LEFEBVRE, 1983, p. 171). Em similaridade com a análise do referido autor, Gomes (2002) enfatiza que, diante das relações de conflito, “todo espaço torna-se objeto de disputa e deve receber as marcas de um domínio, de uma apropriação” (GOMES, 2002, p. 245). Com base nessas concepções, a pesquisa almeja o alcance dos fatores que envolvem as relações conflituosas entre os agentes políticos em confronto e que dão novas ênfases ao debate acerca do espaço público contemporâneo, considerando que esse espaço “também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados” (GOMES, 2002, p. 164).

Nesse sentido, buscamos refletir sobre a complexidade das dimensões associada ao objeto de estudo, com o intuito de averiguar as diferentes agendas políticas, bem como as ações a partir delas face ao espaço público urbano de lazer.

Previamente, ou seja, antes de nos lançarmos em campo em busca dos fatos que constituem este trabalho, realizamos pesquisas via internet visando o acompanhamento de noticiários que revelassem como se encontrava o objeto espacial. Essa análise foi realizada para podermos compreender a conjuntura atual dos acontecimentos que levaram à discussão do espaço público na cidade de Campina Grande, tendo como consequência, o processo de intervenção urbana no local.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados, inicialmente, realizou-se o *levantamento das referências bibliográficas* no campo da Geografia Urbana, do Planejamento Urbano e da Arquitetura. Essa busca foi realizada através da leitura de artigos científicos publicados em revistas e em eventos nacionais na área, além de livros de autores que discutem o espaço público e o espaço urbano em seus escritos. Também foram consultadas obras de outras áreas que se dedicam a estudar a dimensão desses espaços. Adicionalmente, foram feitas consultas a dissertações e a teses acadêmicas, em nível, respectivamente, de mestrado e doutorado.

Para a nossa reflexão foram relevantes os estudos dos autores como Rolnik (1990, 2000, 2003), Maricato (2013, 2017), Carlos (2007), Souza (2010), Arantes; Vainer & Maricato (2000), Serpa (2007), Sobarzo (2006), Gomes (2002, 2018), Fernandes (2018), Vargas & Castilho (2015), Brandão (2016), Lefebvre (2008), Leite (2010) e outros. Essas contribuições foram imprescindíveis para fundamentar a abordagem pesquisada em relação à discussão apresentada sobre o objeto de análise.

Em segundo lugar, impossibilitados de irmos a campo no ano de 2020 e no início de 2021, em decorrência da pandemia da Covid-19, demos continuidade à *pesquisa documental*. Essa etapa consistiu na investigação em *sites* de jornais locais para averiguação das notícias

segundo as manchetes de jornais, Semanários Oficiais da Prefeitura Municipal de Campina Grande, entre os anos de 2017 a 2021, disponibilizados pelo *site* oficial da Prefeitura. Além disso, consultamos Diários Oficiais do Governo Estadual da Paraíba e da União, Planos de Governo, noticiários e requerimentos da Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande “Casa Félix Araújo”. Os dados e informações utilizados na pesquisa documental foram constituídos por meio da *Análise de Conteúdo*, entendida como sendo o “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, s/d, p. 38). Para Bardin, “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.” (BARDIN, s/d, p. 44).

Através das matérias de jornais, analisamos os problemas e os discursos políticos contidos no tocante à Vila Olímpica. Nos Semanários e Diários Oficiais, buscamos averiguar as ações e os recursos da agenda municipal voltada para o espaço público. No que concerne aos requerimentos e noticiários da Câmara Municipal de Vereadores, verificamos as solicitações por parte dos representantes do poder legislativo local referente ao que envolve o espaço público. Já a análise dos Planos de Governo procurou investigar as diferentes propostas entre gestões públicas da cidade e candidatos concorrentes não eleitos ao governo municipal articuladas para a Vila Olímpica.

Na terceira etapa, buscamos realizar as *entrevistas semiestruturadas* previstas, efetuadas entre os meses de julho e outubro de 2021. Essa fase da pesquisa foi dividida em duas etapas: entrevistas no formato remoto e entrevistas presenciais. As entrevistas remotas foram realizadas com cinco frequentadores do espaço público³. Devido à pandemia da Covid-19, a escolha dos entrevistados ocorreu através da busca por frequentadores que costumavam utilizar o espaço, encontrados por meio da rede social Instagram, por registros fotográficos com a localização da Vila Olímpica Plínio Lemos. Sendo assim, foi mantido o contato *online* entre o pesquisador e os entrevistados para a realização das entrevistas através do aplicativo WhatsApp.

Em relação à amostra do perfil dos frequentadores entrevistados, a pesquisa considerou as seguintes características: gênero, idade, bairro onde reside, grau de instrução, profissão, turnos de visita ao espaço de lazer e a quantidade de vezes que os visitantes utilizam por semana. Dentre as temáticas das questões abordadas, os frequentadores buscaram responder sobre a importância do espaço para a Região Leste, a utilização da população, as

³ Refere-se à quantidade de entrevistados.

motivações que os levam frequentar a Vila Olímpica, o processo e os impasses da nova reforma, os problemas causados pelo atraso da reforma, a recordação do espaço anteriormente, a avaliação da gestão na condução e administração do espaço público, as sugestões para o que poderia ser melhorado e os serviços ofertados pela Vila Olímpica, etc.

Na sequência, foi entrevistada uma integrante da equipe técnica responsável pela concepção do projeto urbanístico da Vila Olímpica Plínio Lemos, feita pelo endereço eletrônico do Google (Gmail). Já na modalidade presencial, seguindo os protocolos necessários à proteção contra a Covid-19 (uso de máscara, álcool em gel, distanciamento social), foram entrevistados um servidor que trabalha no local (porteiro), o agente responsável pela coordenação do espaço, o Coordenador de Esportes do Município, o Secretário responsável pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), além de mais um participante da equipe técnica de elaboração do projeto, totalizando, então, 11 entrevistados. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram preenchidos mediante a utilização da plataforma digital Google formulários (*Google forms*) para as entrevistas remotas. Já as que foram realizadas presencialmente seguiram o formato de documentação impressa com assinatura dos devidos entrevistados. Além disso, o projeto teve a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que foi autorizado para a execução deste trabalho.

Concomitantemente a essa fase, a pesquisa contou com um *estudo de campo* a respeito do objeto em foco, através da observação direta, com a intenção de efetuar a inspeção do espaço de lazer. A respeito desse procedimento, Marconi e Lakatos (2003, p. 191), explicam que a “observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

Na chegada à Vila Olímpica Plínio Lemos, no dia 31 de julho de 2021, nos primeiros olhares, com base na percepção utilizada pela técnica da observação direta, detivemo-nos na visualização do estado em que se encontrava o espaço, após as transformações ocorridas com o passar do tempo. Analisamos e apreciamos a conservação do bem público, as dinâmicas de uso local, os seus frequentadores e praticantes do lazer, o trabalho exercido pelos funcionários, o entorno do equipamento e a dinâmica do bairro. As visitas ao espaço ocorreram durante os dias da semana e também em dias de finais de semana, alternando entre os turnos manhã, tarde e noite. Os pontos de observação escolhidos foram dentro da Vila Olímpica e nas ruas ao seu entorno.

Essa observação *in loco* possibilitou-nos verificar as circunstâncias nas quais a Vila Olímpica se encontrava, no decorrer dos anos e dos processos de gestões públicas. Dentre os

problemas que vinham se arrastando ao longo dos anos, podemos mencionar a degradação da estrutura dos seus equipamentos, a ausência da sua conservação, a não implementação de projetos sociais voltados para os diferentes públicos-alvo, a diminuição do número de visitas, bem como a insegurança no ambiente. Durante a observação em campo, foram feitas fotografias através de câmera de aparelho celular e capturas aéreas com a utilização de *drone*, as quais serviram para demonstrar o estado atual do espaço e sua área ao entorno.

Ainda foram realizadas visitas às Secretarias do Município (Secretaria de Planejamento e Secretaria de Cultura), a fim de dar continuidade ao levantamento da pesquisa documental, haja vista que “nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos” (GIL, 2010, p. 46). Sendo assim, consultamos o acervo de jornais pertencentes à Secretaria de Cultura do Município (SECULT), com o intuito de averiguar os arquivos que continham documentos sobre a origem do então espaço público, no século XX. Verificamos também o acervo disponibilizado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), onde pudemos ter acesso ao projeto urbanístico a ser analisado.

Em seguida, demos ênfase à etapa da *análise dos dados*, ou seja, à discussão dos resultados encontrados, no quarto momento. Em relação ao processo de análise das entrevistas, este seguiu as seguintes etapas: transcrição, leitura compreensiva, rotulação de parágrafos e palavras, e categorização por aproximação das temáticas selecionadas, fundamentadas pela perspectiva da análise de conteúdo. Como categorias de análise advinda a partir da análise dos dados, visamos especificar a concepção inicial do projeto de requalificação, discutir a importância do espaço público para os campinenses, evidenciar a memória antes da reforma do espaço, tratar sobre as novas ações da gestão, usos e contra-usos e o analisar o fator da insegurança pública que afeta as práticas de lazer na Vila.

Conforme a metodologia de análise realizada por Vainer; Oliveira & Lima Junior (2012), utilizada para examinar as pesquisas sobre grandes projetos urbanos, o estudo aqui se debruça a partir das matrizes analíticas de dimensão política, institucional, simbólica, arquitetônico-urbanística, econômico-financeira e socioambiental. No que se refere à perspectiva política, compreende a reflexão sobre “(i) as coalizões políticas locais e aquelas formadas a partir do projeto, (ii) do contexto político no momento da elaboração e implantação do projeto, (iii) dos grupos e movimentos de apoio e de contestação ao projeto, sua posição social, práticas e discursos” (VAINER; OLIVEIRA & LIMA JUNIOR, 2012, p. 17).

Em relação à dimensão institucional, engloba os processos decisórios na implementação do projeto, como, por exemplo, os órgãos parceiros que juntos trabalharam

para a execução da obra. Já no que concerne a dimensão simbólica, abrange os discursos em disputa. Na vertente arquitetônico-urbanística, compreende a análise do panorama do programa, o planejamento das construções de obras executadas diante à interação com o espaço urbano e seu entorno, os elaboradores pela execução e instauração do projeto, além das obras do projeto programadas para serem executadas. No âmbito da dimensão econômico-financeira, abrange os recursos infraestruturais do poder público destinados à construção do equipamento urbanizado e a dimensão socioambiental que está relacionada aos impactos causados na área, bem como ao acesso e controle do espaço público.

Quanto à estrutura da dissertação, em síntese, ela está fundamentada em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos um breve percurso histórico do desenvolvimento das políticas urbanas. O intuito desse capítulo é explicar como as políticas públicas destinadas ao fomento da produção de espaços públicos foram sendo originadas ao longo do tempo. Em consequência disso, demos ênfases a esse percurso para podermos evidenciar os avanços que possibilitaram o surgimento da Vila Olímpica Plínio Lemos, em Campina Grande.

Com relação ao segundo capítulo, a partir da literatura analisada, evidenciamos a discussão sobre as repercussões decorrentes das intervenções advindas da implantação do projeto da Vila Olímpica Plínio Lemos. Portanto, enfatizamos como os projetos urbanos de espaços públicos se tornam disputas políticas quando idealizados por diferentes agendas de poderes locais. Em seguida, tratamos, da concepção do projeto de requalificação que deu origem à Vila Olímpica, e como se organizou a sua implantação no bairro José Pinheiro durante o governo 2005-2008.

No terceiro capítulo, revelamos os entraves provenientes da construção da Vila Olímpica entre os diferentes agentes que disputam os poderes de gestão da cidade. A partir dos dados encontrados, o capítulo demonstra um embate profundamente enraizado em uma problemática política entre opostas agendas das gestões que governaram a cidade, assim como também entre candidaturas não eleitas que debatem sobre a precariedade do espaço público após a sua construção. Isso impossibilita as ações de continuidade estabelecidas no seu projeto inicial, impactando, assim, a democratização do uso do local pelos moradores do bairro e das demais áreas da cidade. Neste capítulo, ainda são apresentados os discursos oficiais dos agentes políticos que revelam as contradições dos processos de gestões que governam o município.

Por fim, no quarto capítulo, destacamos a nova “revitalização” da Vila Olímpica Plínio Lemos, após um longo período em que o espaço se encontrava deteriorado. O capítulo apresenta como ocorreram as ações da gestão local em prol do espaço público, constatadas

através dos semanários oficiais da Prefeitura de Campina Grande, bem como expõe as entrevistas realizadas com os frequentadores da área e com os integrantes responsáveis pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer. Os resultados encontrados foram obtidos através da Análise de Conteúdo e buscaram evidenciar a importância do espaço público para a população, a memória dos frequentadores antes das ações revitalizadoras, os contra-usos e as formas de governo da gestão urbana face à revitalização da Vila Olímpica.

CAPÍTULO I: BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS URBANAS NO BRASIL: ENTRE PRINCÍPIOS E AVANÇOS

O referente capítulo parte da discussão a respeito do avanço das políticas urbanas no Brasil, enquanto debate central para a compreensão da questão da promoção de equipamentos e espaços públicos no país. Para atingir tal propósito, demos enfoque na articulação entre as políticas de esporte e lazer relacionadas à política urbana, visto que os papéis dessas políticas são igualmente relevantes na produção de espaços para as cidades. Sendo assim, focalizamos a discussão no direcionamento para o surgimento das políticas que promoveram o espaço público denominado de Vila Olímpica no município de Campina Grande/PB. Posto isto, visamos enfatizar a descontinuidade das políticas públicas locais que ocasionam a interrupção da funcionalidade da Vila Olímpica Plínio Lemos, considerada o objeto de estudo deste trabalho.

1.1 Desenvolvimento de políticas urbanas para espaço público no Brasil: da formação à execução.

A questão dos espaços públicos tem sido debatida cotidianamente no cenário da cidade contemporânea. Os problemas relacionados à necessidade de equipamentos urbanos e a falta de infraestrutura nesses lugares têm impactado o acesso da população enquanto um direito à cidade, o que nos permite refletir sobre a trajetória da política urbana proposta para esses espaços.

No cenário brasileiro, a política urbana apresenta indícios do seu desenvolvimento regulatório no século XX (ROLNIK, 2013). Entretanto, o crescimento do Brasil urbano esteve desarticulado para atender à população do país que passou a residir nas cidades. Com base nisso, a urbanização brasileira não conseguiu oferecer a capacidade propícia de condições necessárias para o efetivo modo de vida da maior parte dos cidadãos que se instalaram na extensão do território nacional.

Ao refletir sobre a dinâmica da política urbana nacional, podemos deixar claro que, historicamente, essa política é marcada por processos de desigualdade, repletos de complexos fenômenos que se intensificam conforme o expressivo crescimento de nossas cidades e à medida que são conduzidos pelas diferentes conjunturas políticas do país. Nesse longo processo, a distribuição dos recursos públicos, investidos na organização espacial brasileira, de modo a contribuir para que os diversos setores da cidade possam se desenvolver

socialmente de forma democrática, não foi predominante.

Tendo em vista que a urbanização brasileira se expandiu de maneira acelerada no século XX, o número de construção de novas moradias em áreas urbanas aumentou incessantemente, formando-se, então, diversos aglomerados que concentraram o expressivo e predominante aumento da população urbana no país, conforme é revelado pelas análises de Santos (1993).

Segundo o autor, nota-se como ocorreram as ocupações do solo pelos cidadãos, com o escasso investimento em infraestrutura urbana. Essas ocupações foram acompanhadas pelo acelerado desenvolvimento do capitalismo, o que originou numerosas e desiguais espacialidades no espaço urbano. Os fatores existentes promoveram uma urbanização excludente, acarretando o aparecimento de setores com precárias condições de sobrevivência e bem-estar na vida urbana. Além disso, muitas vezes, esses espaços são desprovidos de acesso aos serviços da função social urbanística.

Em decorrência da acelerada urbanização, Souza (2010) registra que o número da população urbana do país passou de um terço em 1950 para dois em 1980, provocando o avanço dos problemas conflitantes nas cidades. Sendo assim, a evolução das cidades brasileiras não foi acompanhada pelo íntegro desenvolvimento urbano, com a oferta dos serviços públicos de forma igualitária. Em sintonia com o autor supracitado, os trabalhos de Maricato (2017) e Brandão (2016) analisam esse processo da evolução urbana ao longo do tempo, e que podemos constatar que houve uma expressiva heterogeneidade econômica por falta do investimento público não direcionado para as camadas sociais mais pobres. Nesse caso, a crise pela qual passou a população brasileira, vivendo em condições precárias, acabou se alastrando por todas as regiões do país.

A luta da sociedade civil brasileira pelo direito ao acesso aos serviços públicos urbanos essenciais, no século XXI, ainda é incessante. Apesar das importantes conquistas de políticas públicas pensadas e organizadas pelo governo nas últimas décadas do século XX e, principalmente, na primeira década e até meados da segunda década do século XXI, as dificuldades para acesso aos serviços de educação, saúde, moradia, transporte coletivo, equipamentos públicos sociais de lazer, entre outros serviços, ainda permanecem para a população que habita lugares onde as precarizações da infraestrutura urbana são acentuadas pela ausência de políticas estatais não implementadas pelas entidades públicas que governam a cidade.

Para Rolnik (2003), as populações mais empobrecidas do país se instalaram com significativa predominância nas periferias urbanas, que são caracterizadas por condições

instáveis de habitação, infraestrutura urbana, serviços públicos de saúde e culturais, assim como pela escassez de áreas de lazer equipadas, como espaços públicos urbanos eficazes que promovam a sociabilidade e atendam às demandas coletivas das populações.

Desse modo, no espaço das cidades, a consolidação estrutural da urbanização brasileira desencadeou relevantes fenômenos de caráter social, político, econômico e cultural, materializados na produção do espaço urbano, frente às relações socioespaciais da vida humana nos atos cotidianos.

Segundo Santos (2017, p. 21), é possível estabelecer que as políticas públicas urbanas significam a representação do modo como o governo de Estado configura o espaço urbano. No entanto, no que se refere ao panorama entre as diferentes classes que convivem em sociedade, a população mais carente por demandas sociais nem sempre foi prestigiada por investimentos que atendessem aos seus anseios e que deveriam ser supridos pelos órgãos governamentais e pelos poderes públicos locais, por políticas comprometidas com o bem-estar do cidadão.

Nesse contexto, e com base na concepção de Maricato (2017), é possível afirmar que não é por ausência de planos ou regulação legislativa que as cidades brasileiras acabam enfrentando condições perversas de urbanização. O Brasil é considerado um país avançado na legislação dos planos, mas queremos deixar claro aqui que ainda é preciso melhorar a condução do planejamento urbano das cidades. A efetividade dos planos e da regulação legislativa dependem dos interesses que predominam na produção do espaço.

No avançar dos anos e das décadas do século XX, e mais precisamente em meados deste século, Maricato (2017) demonstra que foram sendo implementadas no país políticas públicas urbanas e regionais que visavam à melhoria das condições de vida da população. As mobilizações de lutas políticas e sociais foram importantes para a formulação dos estudos sobre a pauta da problemática urbana. Dentre os debates que visavam à diminuição da desigualdade e o desenvolvimento do planejamento, em 1960, houve a necessidade de pensar o tema da Reforma Urbana. Além disso, a partir desse período, o Brasil foi marcado por enfraquecimento das lutas entre as forças populares, pois o cenário político, à época, desorganizou a “esfera política, o espaço público, as bases democráticas, destituindo falas e direitos, e mesmo invisibilizando as forças populares nos centros de decisão” (BRANDÃO, 2016, p. 1097).

Com relação ao planejamento urbano e à política urbana, Rolnik e Nakano (2000) afirmam que por volta da metade da década de 1980, líderes populares e instâncias técnicas que buscavam revisar a questão do planejamento urbano à época, desenvolvem concepções

que começam a ser inseridas nos governos municipais do Brasil.

No ano de 1988, foi publicada a Constituição da República Federativa do Brasil, que instituiu uma série de direitos fundamentais para a população do país. Junqueira (2004) explica que a partir da Constituição de 1988, as políticas sociais são elaboradas face à garantia de direitos, efetuadas não apenas para atender os cidadãos carentes ou populações excluídas, mas englobam o direito de acesso igualitário para todos.

No tocante à formulação legislativa dessa norma, Rodrigues (2011) esclarece que tal regulamento estabelece o planejamento urbano enquanto política urbana por excelência no país. O marco constitucional gerou a criação de novas leis jurídicas, mas, somente em julho de 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que complementa os artigos da Constituição mencionados, no que se refere à política urbana. Desse modo, “os princípios do Estatuto propiciam desvendar conflitos relacionados ao planejamento, à apropriação, à propriedade, à gestão e ao uso do solo nas áreas urbanas” (RODRIGUES, 2004, p. 12).

A elaboração do Estatuto da Cidade deu origem à implantação dos instrumentos da política urbana, os quais são procedimentos normativos desenvolvidos com o intuito de integrar a infraestrutura urbana para as áreas da cidade, auxiliar no combate à desigualdade dos territórios, assegurar o direito a melhores condições de moradia, bem como proporcionar a criação de espaços públicos acessíveis à população.

O Estatuto da Cidade estabelece diretrizes legislativas que buscam direcionar a organização da cidade e dos seus equipamentos urbanísticos. Dentre os preceitos, estão envolvidos o planejamento, a gestão, os planos de desenvolvimento regionais, estaduais e municipais, além de planos econômicos e sociais. Incluem-se, também, nessas diretrizes, o plano diretor, o zoneamento, o uso e a ocupação do solo, o orçamento anual, o plano plurianual, os programas e projetos setoriais, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), a contribuição de melhoria, os incentivos e benefícios fiscais, a desapropriação, a administração, o tombamento, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a regularização fundiária, a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, dentre outros instrumentos, sendo o plano diretor o instrumento base da política urbana para o desenvolvimento e a expansão urbana.

Carvalho e Roszbach (2010) estabelecem que é a partir do governo Lula que a política urbana tem intenso impulso para se tornar política pública no Brasil. Foi durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores, PT), a partir de 2003, que o espaço urbano brasileiro recebeu a composição de políticas sociais ligadas ao auxílio das populações mais destituídas (BRANDÃO, 2016), incrementadas por meio da perspectiva de

inclusão social no combate à desigualdade em toda a extensão territorial da nação, seguindo os objetivos regimentados da Constituição de 1988. A proposta da política assistencial aos mais pobres foi firmada com o propósito de diminuição dos problemas sociais que se alastravam pelo país há muitas décadas.

Em 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, no Primeiro Mandato do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, segundo Maricato (2006), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, implementada nesse ministério, optou por instituir um espaço público oportuno para que houvesse a resistência de privatizar a esfera pública, assim como o crescimento de condutas antidemocráticas da globalização.

Tal política representou um marcante avanço em determinadas porções do espaço urbano brasileiro e na cidadania nacional, como revelam Bonduki (2008) e Silva (2011). A pauta da luta pela garantia da moradia, exercida pelos agentes que conduziram este ministério, não se resumia apenas à questão da construção do próprio ambiente construído, mas, sim, a um projeto de reivindicação pautado em políticas setoriais que viabilizassem o direito de acesso à infraestrutura urbana digna, buscando integrar o que condiz o parágrafo da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

O Ministério das Cidades administrou importantes programas que impulsionaram a democratização da política urbana na extensão territorial do Brasil. Os incentivos e recursos do governo federal buscaram beneficiar milhares de pessoas com o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007, e, logo após, com o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Esses programas sociais proporcionaram a produção de obras para a urbanização de áreas populares, bem como a construção de moradias para os indivíduos que possuíam as faixas de renda mais baixas das cidades.

A respeito do Ministério das Cidades, Bonduki (2008) afirma que este órgão governamental foi desenvolvido para coordenar, administrar e formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo a agregação das políticas voltadas para a cidade e preenchendo as lacunas institucionais desse campo, além de readquirir a articulação técnica e política no que diz respeito às questões urbanas no país.

As políticas públicas atribuem processos de mudanças nos espaços urbanos e no modo de viver dos grupos sociais que habitam a cidade. Quando devidamente implementadas, podem diminuir a sedimentação das situações de carências e exclusões que se exprimem nos territórios marginalizados da sociedade e promover maior integração de justiça espacial, garantindo o direito à cidade. Nessa perspectiva, o Estado pode promover a implementação de

políticas públicas que favoreçam a população desprivilegiada, bem como é explicado por Souza (2010).

No entanto, o acesso aos bens públicos urbanizados ainda ocorre por ora de desiguais formas, devido à desarticulação de políticas que deveriam ser prioritárias na agenda pública de investimentos governamentais. Dessa forma, é necessária uma alocação de recursos capaz de regular as disparidades entre os serviços e espaços públicos das cidades, o que carece de maiores esforços e empenho das poderosas administrações governantes, a exemplo, o aumento da destinação de verba pública para a edificação de novas intervenções que busquem atender as demandas sociais dos cidadãos.

Ainda assim, no que condiz à criação do Ministério das Cidades, esse Ministério foi relevante para o fortalecimento e lançamento de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano democrática e integrada, objetivando a diminuição da desigualdade social no país. De acordo com Nascimento (2010, p. 103), com a constituição desse importante Ministério “a política de desenvolvimento urbano passa a ser assumida como uma questão estratégica pelo governo federal, buscando-se, no seu desenho, a articulação de todas as políticas urbanas”.

Desse modo, com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano adotada, houve uma junção dos diversos setores aliados à política urbana para que esta fosse articulada juntamente aos estados e municípios, buscando compatibilizar a promoção de ações governamentais, sociais e de desenvolvimento em prol de melhores condições de vida para a população brasileira.

Silva (2011) explica que quando foi criado o Ministério das Cidades no ano de 2003, as políticas de desenvolvimento urbano foram aglutinadas em um mesmo setor com o intuito de incluir ações nas cidades, com a tentativa de reduzir o avanço da urbanização excludente e demasiadamente acelerada. Conforme afirma a autora, esse processo deu origem à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), estabelecendo um significativo avanço para a resolução dos problemas no país, fortalecendo as instâncias incluídas nas lutas urbanas e integrando todos os setores das políticas urbanas (TONELLA, 2013).

Para Souza (2003, p. 101), o desenvolvimento urbano é “a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social”. Apesar disso, é preciso considerar que por outro lado, o Plano Plurianual 2004-2007 elaborado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, à época, abordou em seu documento que nas “cidades brasileiras a população se defronta com a precariedade das condições de habitação, de infra-estrutura, equipamentos urbanos e comunitários, além da ineficiência e insuficiência na prestação de serviços públicos”

(BRASIL, 2004, p. 26). Sendo assim, com a chegada da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, foi constatado que

Todos os brasileiros têm direito à cidade, entendido como o direito à moradia digna, a terra urbanizada, ao saneamento ambiental, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infra-estrutura e aos serviços e equipamentos urbanos de qualidade, além de meios de geração de renda e acesso à educação, saúde, informação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, trabalho e participação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 77).

Considerando a política implementada, surge uma preocupação latente em atender a população nacional nos diversos setores públicos, assegurando uma série de direitos que visam o desenvolvimento das cidades e a qualidade de vida humana íntegra nos espaços urbanos. Desse modo, as políticas públicas urbanas emergem como demandas para auxiliar no combate aos índices de desigualdade da sociedade, promovendo a redução da negação do direito à cidade e garantindo o acesso aos bens e serviços públicos de forma mais democrática.

Sendo assim, a gestão das cidades foi subsidiada pela política de desenvolvimento urbano, a qual promoveu significativas novas obras e novos investimentos públicos para os municípios brasileiros. Eles passaram a receber recursos do governo federal para que as administrações públicas pudessem instituir as políticas públicas propícias para o enfrentamento da desigualdade social, gerando a produção de novos equipamentos nos espaços urbanos do país.

A alocação de recursos provenientes da política intersetorial entre os ministérios do Poder Executivo Federal, destinada para o investimento de construção e manutenção de equipamentos urbanos, contribuiu para o avanço na resolução dos problemas sociais, assim como para a redução dos acessos desiguais aos bens públicos voltados para os setores carentes das cidades do país.

O pacto federativo entre as políticas intersetoriais promoveu a diminuição das discrepâncias nos municípios brasileiros. Esse processo pôde intermediar a conjuntura entre a política nacional com as localidades municipais e estaduais. No entanto, é possível compreender que as ações pactuantes de coordenação e articulações de tais políticas de desenvolvimento foram executadas em prol da redução das desigualdades sociais nos espaços das cidades do país, buscando incluir a promoção da cidadania, dos direitos, serviços e equipamentos urbanos.

Em relação à intersectorialidade, Junqueira (2004) argumenta que a qualidade de vida requer um olhar integrado das problemáticas sociais e que o modo da ação intersectorial ocorre com o intuito de resolver as adversidades que afetam a população. Tal ação intersectorial exige a integração do planejamento, execução e controle das políticas para conceder aos cidadãos direitos igualitários de acessos aos serviços e equipamentos públicos. Dentro do contexto da intersectorialidade, Nascimento (2010, p. 96), ao analisar a articulação entre as políticas de investimentos urbanos e as políticas sociais, destaca que

a intersectorialidade pode trazer ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios. Ao mesmo tempo, abrem-se novos problemas e desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas, sobretudo se considerarmos a cultura clientelista e localista que ainda vigora na administração pública.

Com base no que foi mencionado, podemos afirmar que perante a política governada nas cidades, são ocasionadas implicações decorrentes das coalizões entre distintas agendas de poder locais que entram em confronto, tendo em vista a disputa governamental pelas políticas e projetos urbanos de intervenção que podem fragmentar a continuação de determinados benefícios para a população de uma cidade. Diante a essa concepção, é preciso compreender “os desafios lançados aos resultados e impactos da intervenção” conforme aponta Nascimento (2010, p. 101).

Dado ao exposto, é notório constatar que, no cenário contemporâneo, há uma correlação entre a política nacional e a sua aplicação na escala municipal e estadual. No entanto, por vezes, também há um descompasso entre a efetividade das políticas do governo federal e a ausência da permanência dessas políticas aglutinadas em projetos e programas no âmbito local, especificamente em lugares onde as políticas de urbanização e infraestrutura se tornam acirradas entre os grupos de poderes dessemelhantes que competem pela gestão da cidade. Desse modo, os impactos políticos localmente costumam gerar uma série de aspectos emblemáticos nos espaços das cidades que devem ser averiguados para que as questões politicamente enraizadas sejam reveladas.

Apesar disso, a formulação de políticas urbanas associadas à gestão local impulsionou a adesão de novas intervenções urbanísticas repletas de programas instituídos e continuados pela agenda federal, incluindo ações interministeriais. Além disso, houve a conjunção admissional de diversos serviços públicos fornecidos através das organizações gestoras locais, constituídas pelas secretarias municipais, incumbidas pelo planejamento dos projetos, das ações e atividades a serem realizadas.

No concernente à descentralização das políticas públicas do cenário nacional para as administrações municipais, esse processo ampliou a democratização da gestão urbana e do desenvolvimento urbano, promovendo iniciativas municipais que buscaram atender as demandas urbanas, na qual, afligiam as populações. De acordo com Santos (2017), esse processo se deu por incentivos orçamentários que possibilitou a arrecadação de recursos em prefeituras como forma de estímulo para que tais municípios adotassem as políticas federativas.

Cabe enfatizar que após os mandatos dos governos petistas, houve uma fragilização dos fornecimentos das políticas que se expandiam para os municípios brasileiros, ocasionados por uma série de cortes financeiros, os quais impactaram a distribuição dos recursos federais para a população do país. Dessa forma, o período que marca a sucessão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com ênfase para o mandato entre 2019 a 2022, liderado pelo Ex-Presidente Jair Bolsonaro, foi marcado pela redução orçamentária de políticas públicas nos diversos setores federais.

Acerca do contexto abordado, Soares e Melo (2016) revelam que, aspectos políticos influenciam na concessão de recursos públicos através das transferências voluntárias no âmbito federal para os municípios. Desse modo, os autores evidenciam que prefeitos aliados à base do governo nacional ou pertencentes a partidos que apoiam o governante do país tendem ser contemplados com o recebimento de benefícios financeiros para haver a implantação das políticas federais através da gestão local. Sendo assim, a gestão municipal se torna o agente intermediador, decidindo em qual setor urbano os recursos federais serão aplicados para solucionar as questões delicadas que afetam a população urbana.

As ações pactuadas entre as gestões dos governos locais e do governo nacional em diversos setores desprivilegiados de infraestruturas urbanas contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social. O efeito resultante desse processo desencadeou uma série de intervenções atribuídas às diversas cidades do país. Em virtude disso, parte do enfoque dessas intervenções se deu através da edificação de equipamentos urbanos, sociais, culturais, de esporte e lazer nos municípios do país, contando com a integração de um conjunto de políticas assistencialistas.

Nesse seguimento, ao tratar sobre o conceito de gestão, Souza (2010, p. 46), define como “*administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*” (Grifo do autor). Em vista disso e apesar dos consideráveis avanços da política federal, cabe realçar que, por ora, as ações e relações da gestão local, agindo diante a produção do espaço urbano, costumam apresentar problemas de

dimensões políticas e institucionais, ocasionando fenômenos que se manifestam cotidianamente nos espaços das cidades.

Dentro desse contexto, uma realidade que se apresenta são os problemas da atuação do poder público municipal relacionada à questão das intervenções urbanas construídas por projetos urbanizadores, uma vez que se constata a edificação de espaços públicos com a conjunção de políticas de múltiplos setores. Enquanto contrariedade da realidade mencionada, presenciamos nos espaços das cidades contemporâneas as discontinuidades das políticas fornecidas para os referidos espaços, além da deterioração e abandono que assolam os equipamentos e impactam as diversas práticas cotidianas de usos coletivos.

Nesse âmbito, o debate do planejamento urbano em escala local se torna uma pertinente discussão e ganha força para a investigação das implicações derivadas dos processos de decisões realizadas pelos poderes locais nas gestões das cidades. Souza (2010, p. 106) enfatiza que nessa escala “se vinculam os níveis mais inferiores da administração estatal (municípios e, eventualmente, suas subdivisões político-administrativas ou, também, organismos metropolitanos)”. Desse modo, as repartições políticas-administrativas pertencentes aos setores públicos possuem forte influência diante a organização das intervenções e programas destinados para as zonas urbanas dos municípios, nas quais são igualmente relevantes na produção do espaço.

Por outro ângulo, é preciso obter a atenção para as instâncias do poder público municipal e suas formas governamentais e planejadoras, pois, suas ausências de exercício em função do descontínuo atendimento de serviços públicos aos habitantes das áreas urbanas e aos espaços utilizados pela população, tendem impactar a garantia do direito ao acesso das políticas urbanas e uma gama de outros setores.

Apesar dos impasses e implicações ocasionadas pelas coalizões entre as gestões locais e grupos que disputam a gestão das cidades, o que emperra os referidos avanços, tais políticas foram contribuintes para a democratização e transformação de vidas perante o contexto local das cidades. Dessa forma, no nível local esses fatores ampliaram o desenvolvimento urbano e o acesso ao direito à cidade, assim como possibilitaram a inclusão de espaços voltados para populações moradoras de áreas precárias e sem infraestrutura equipada.

1.2 Articulações intersetoriais da política urbana a partir da construção de vilas olímpicas em Campina Grande-PB: entre aproximações e contradições.

No decorrer das iniciativas governamentais do país destinadas à integração das diversas políticas públicas em prol da resolução de demandas sociais, a partir do ano de 2003, foram constituídas políticas vinculadas ao setor urbano que alavancaram o atendimento aos grupos de habitantes de zonas periféricas vulnerabilizadas e precárias de infraestrutura. Nesse contexto, destacam-se as ações do governo nacional à época em benefício à democratização da política de esporte e lazer articuladas com a política urbana no país.

A princípio e para além da agenda urbana nacional, o impulso relevante para a unificação das políticas mencionadas se deu com a chegada do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2003, seu mandato foi constituído com a criação de novos Ministérios, por eixos temáticos específicos, desmembrando alguns ministérios que estavam aglutinados em um único, e passando a integrá-los em apenas um órgão do governo federal, para que a resolução dos problemas envoltos de determinada temática pudesse ser coordenada com maior especificidade governamental, da mesma forma como ocorreu com a criação do Ministério do Esporte. À vista disso, podemos afirmar que

A chegada de um partido vinculado à classe trabalhadora e a criação, na estrutura organizativa governamental brasileira, de um órgão responsável pela elaboração e gestão das políticas sociais públicas esportivas, o Ministério do Esporte (ME), anunciavam um cenário favorável ao tratamento do esporte e lazer como direito (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015, p. 5).

O Ministério Extraordinário do Esporte foi fundado em 1955, compartilhando a pasta governamental com a temática do turismo. Foi apenas em 2003 que o Ministério do Esporte passou a possuir pasta própria para subsidiar a política nacional voltada para o desenvolvimento esportivo e de lazer urbano no país. Na primeira Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, foi posto, dentre suas missões, que esse órgão federativo responsável tinha a funcionalidade de

Realizar diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer e propor ações articuladas ente [*sic*] os diversos níveis da administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer com segurança e qualidade, visando o interesse e necessidades da população, contemplando a acessibilidade de pessoas com deficiência e idosos, flexibilidade de horários e utilização, descentralização e desconcentração dos espaços e equipamentos públicos e privados, tais como escolas, passeios, parques, ginásios, entidades esportivas, sem fins lucrativos e/ou econômicos, estádios,

creches e universidades, instituições de longa permanência, priorizando comunidades com populações em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Estas ações devem ser promovidas por profissionais, agentes sociais, animadores culturais e voluntários da sociedade civil capacitados e qualificados (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004, pp. 28-29).

É na gestão do governo Lula que se consolida a Política Nacional de Esporte e Lazer (PNEL), estruturada com base na inclusão social, por iniciativas com projetos e programas dispostos à promoção de práticas para o bem-estar, saúde, esporte e lazer em áreas urbanizadas, como previsto pelo fator do desenvolvimento urbano, atribuído pelo Ministério das Cidades. A partir da perspectiva da inclusão social, o ministério empenhou-se em desenvolver a valorização do esporte como transformação social de cidadãos da sociedade brasileira, criando, então, uma política destinada a atender à população necessitada de incentivos e de espaços destinados ao uso das funcionalidades abordadas.

Nessa conjuntura, cabe lembrar que na primeira década do século XXI, o mundo vivenciava o ciclo do legado esportivo, no qual aconteceram uma série de megaeventos (MASCARENHAS, 2014), sediados no Brasil e em demais países, a exemplo, dos Jogos Olímpicos de 2004 em Atenas (Grécia), a Copa do Mundo na Alemanha em 2006, os Jogos Pan-Americanos em 2007 no Estado do Rio de Janeiro (Brasil) e os Jogos Olímpicos em Pequim (China) no ano de 2008. Segundo Rodrigues (2013, p. 1), “nas últimas décadas proliferou a realização de megaeventos que mostram a competitividade entre cidades e/ou entre países, uma das marcas do mundo neoliberal”.

Concomitante com essa realização de eventos esportivos envolvendo as nações do planeta, incluindo também o Brasil, consideramos que esses megaeventos tenham impulsionado no país a necessidade de novos investimentos em espaços públicos voltados para o esporte e lazer em lugares com carência social, obtendo a valorização de novos atletas e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, bem como promovendo a inclusão da população de áreas vulneráveis e carentes de espaços para a prática desportiva.

Esses eventos promoveram de maneira intensa a espetacularização do esporte nos países. Tal fator influencia o Brasil a investir em infraestrutura para adentrar ao fenômeno mundial das organizações nacionais em preparações para os legados de grandes eventos esportivos. Esse ciclo preparatório para os grandes eventos gerou a pertinente discussão da cidade como negócio (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015), a partir das construções e reformas enquanto forma de vender a imagem da cidade e dos seus espaços públicos urbanos como mercadoria (RODRIGUES, 2007; 2013).

Sendo assim, o cenário das políticas públicas destinadas à criação de espaços públicos foi enquadrado na realidade urbana, quando se viu que as pessoas de menor renda que residiam em locais com precariedades de infraestrutura necessitavam de espaços que lhes proporcionasse o divertimento, o lazer e o esporte em seus locais de habitação. No governo Lula, foi desenvolvida uma política eficaz de inclusão que buscava auxiliar a população, promovendo parcerias com os governos municipais para a criação de áreas públicas visando incluir programas para atender às demandas de esporte e de lazer dos habitantes de áreas mais carentes.

O fomento público dos recursos destinados para as administrações municipais pôde ampliar os investimentos das gestões das cidades em setores que careciam de maior assistência, como, por exemplo, o esporte e o lazer, direitos essenciais para o bem-estar dos cidadãos residindo em áreas propícias à vulnerabilidade social. Esse fator colaborou para o surgimento de novos espaços públicos que buscaram servir à população através de políticas integradas. A difusão realizada por essa política integradora foi fundamental, visto que “a grande maioria das nossas cidades não conta com um número suficiente de equipamentos específico de lazer para o atendimento à população” (MARCELLINO, 2006, p. 60).

Além da construção dos equipamentos de uso coletivo, cabe enfatizar, também, a realização de processos urbanos, como o processo de revitalização e requalificação dos lugares destinados para as populações mais desprovidas de acesso às áreas equipadas de serviços e bens públicos urbanos, esportivos e de lazer, transformando áreas antigas e deterioradas em modernos equipamentos comunitários voltados para a realização das referidas práticas sociais e cotidianas. Sobre esse aspecto, Souza (2010, p. 62), frisa que “os indivíduos devem ter o seu acesso a equipamentos culturais urbanos garantido, não só por lei, mas também materialmente (condições efetivas de acesso)”.

As políticas de intersetorialidade fizeram com que as prefeituras municipais conseguissem a captação de recursos provenientes do governo federal para investir em áreas periféricas das cidades, priorizando as ações que visavam ampliar o papel do esporte amador e do lazer urbano nos municípios. Sendo assim, as gestões das cidades buscaram canalizar investimentos através da política nacional e de recursos próprios, com o intuito de devolver à população, espaços com uma nova funcionalidade, a exemplo da política que auxiliou o processo de recuperação da área que compreendia o Estádio Municipal Plínio Lemos, chegando a ser transformada na Vila Olímpica Plínio Lemos, em Campina Grande, no Estado da Paraíba.

Diante da ocasião em que o país vivenciava, e tendo em vista o legado esportivo e a ampliação dos recursos e investimentos em políticas públicas pelo governo federal, ocorre a necessidade de construção dos espaços públicos. Nessa condição, acontece com maior ênfase a edificação de espaços denominados de vilas olímpicas, sendo implantadas em áreas urbanas do espaço geográfico brasileiro, uma vez que os eventos da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos impulsionaram os governos urbanos na produção de vilas esportivas.

A Vila Olímpica é um modelo de espaço público urbano de caráter social, esportivo e de lazer, criado com o propósito de atender à população que reside em áreas onde há índices de desigualdades sociais. Esse equipamento, quando implementado no solo urbano, disponibiliza um amplo espaço com a oferta de diversas atividades para o livre uso dos frequentadores, visando contribuir para a assistência aos desfavoráveis problemas sociais que os indivíduos residentes em determinada área enfrentam cotidianamente.

No tocante ao surgimento das Vilas Olímpicas no Brasil, foi apenas na década de 1980 que começaram a ser implementadas. No ano de 1987, surge a primeira Vila Olímpica brasileira, situada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), mais precisamente no bairro São Francisco Xavier (Zona Norte do município), denominada Vila Olímpica da Mangueira. A concepção desse espaço aconteceu com a idealização de um projeto social da Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira, realizado sem a atuação do poder público. No entanto, esse equipamento urbano “surge como um projeto local que reivindica ampliação de oportunidades para a criança e o jovem das classes populares da localidade sem excluir a luta pela garantia do direito à cidadania, direito de todo o cidadão brasileiro” (REZENDE, 2016, p. 5).

O Projeto desenvolvido buscou auxiliar a população das camadas de menores rendas e com difícil acesso às políticas públicas, residente no próprio bairro e na comunidade da Mangueira, dispondo de práticas culturais, de esporte e de lazer para a transformação social do público frequentador. A partir da efetivação desse espaço, outros projetos, a exemplo desse, mas com o intuito de fornecer espaços públicos, foram se disseminando pelo Estado do Rio de Janeiro e por outras cidades do país, com o passar dos anos, intensificando-se na década de 1990 e no início dos anos 2000 por fomento público, como forma de política pública para combater as desigualdades nas áreas vulneráveis.

As políticas públicas voltadas para a criação de espaços públicos, assim como as Vilas Olímpicas, espaços estes dotados de vários equipamentos, surgem para atender demandas sociais por contemplar o maior número de pessoas desprivilegiadas e residentes em áreas mais vulneráveis e desprovidas de serviços e bens públicos.

Ancorada pela política de Estado, no ano de 2005, foi proposta na Cidade de Campina Grande-PB, durante o primeiro mandato do prefeito Veneziano Vital, a concepção de construção de uma Vila Olímpica no bairro José Pinheiro, situado na Zona Leste do Município, chegando, então, a ser implantada a Vila Olímpica nesta cidade. A construção desse complexo esportivo teve como objetivo “oferecer à comunidade um espaço físico especialmente projetado para o desenvolvimento de diversas atividades esportivas, culturais, educativas, sociais, de recreação, lazer e saúde” (PMCG, SEPLAN, 2006, p.1).

Figura 2: Vista aérea da cidade de Campina Grande e da Vila Olímpica Plínio Lemos.



Fonte: AGUIAR, V. B. S. & SOUZA, N. R. L. de, 2021.

No bairro José Pinheiro da Região Leste, antes da requalificação urbana da Vila Olímpica, observa-se a dificuldade de acesso aos espaços públicos, uma vez que a principal área para a prática esportiva e de lazer, que compreendia o Estádio Plínio Lemos, necessitava de uma reforma e encontrava-se abandonado pela administração local, além das poucas praças públicas e da insegurança que afetava a comunidade no bairro. Em relação a esse aspecto, o estudo realizado por Gurjão (1999) evidencia a ausência de espaços públicos no bairro, bem como a não preservação da relevante área desportiva que o José Pinheiro obtinha, a então arena de futebol Plínio Lemos.

Por conseguinte, cabe enfatizar que com o lançamento das novas políticas públicas a partir de 2003, conforme mencionado, os governos de municípios locais, como o caso de Campina Grande, puderam obter a integralização de programas sociais inseridos em um único espaço, visando à inclusão social e o público-alvo de pessoas em áreas urbanas vulnerabilizadas. Esses novos espaços tiveram a promoção de atividades e serviços com os setores de saúde, lazer, esporte, cultura, educação e qualificação profissional.

A Vila Olímpica Plínio Lemos passou a disponibilizar os programas esportivos, como o Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e o Segundo Tempo (PST), bem como programas sociais, como o Programa Saúde da Família, Fome Zero (cozinha popular), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) integrado ao Bolsa Família e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Esse leque de políticas includentes abrange a integridade com a agenda pública nacional, seguindo o planejamento proposto pelo Ministério das Cidades, o qual pretendeu sistematizar a política urbana com os demais setores sociais, planejado também pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Nesse sentido, os diversos programas, incluindo aqueles originados pelo governo federal, promoveram significativo avanço no atendimento das demandas sociais e de infraestrutura, além de proporcionar o desenvolvimento urbano do país com relevantes obras.

Assim, a política municipal, ao receber o respaldo da agenda de programas do Governo Federal contribui para o aumento de investimentos públicos locais, resultando na diminuição da desigualdade social entre as famílias nos setores urbanos das cidades brasileiras. Uma gestão associada à entidade federal implica fornecer uma cooperação de políticas assistenciais para as pessoas que residem em seu município ou estado.

A parceria entre a Prefeitura Municipal e o governo federal, voltada para atender a comunidade carente do bairro José Pinheiro, possibilitou a implementação de programas direcionados ao público de crianças e adolescentes. Um exemplo disso é o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), “cujo objetivo central é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer” (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015, p. 8).

As atividades desenvolvidas pelo PELC na Vila Olímpica funcionaram apenas “no período de março/2008 a março/2009, quando teve suas atividades encerradas devido ao fim do convênio com o Ministério do Esporte”, conforme apontado por Silva e Chao (2009, p. 47). Athayde, Mascarenhas e Salvador, (2015, p. 5), defendem que a “implementação de programas e projetos sociais, dentre outros determinantes, exige a presença de um aporte financeiro adequado e a priorização destes na alocação de recurso”.

O estudo dos autores Silva e Chao (2009) registra a funcionalidade das políticas implantadas desde o primeiro ano da abertura da Vila Olímpica Plínio Lemos para atender a comunidade local, incluindo com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Esse programa tinha como objetivo qualificar “sujeitos para possibilitar o acesso às oportunidades e iniciarem uma profissão e/ou serem inseridos no mercado de trabalho”

(SILVA; CHAO, 2009, p. 52). Essa política social era desenvolvida através do centro de capacitação profissional inserido no espaço do Complexo Esportivo e atendia diversos jovens da Zona Leste.

Além disso, o espaço público também foi contemplado com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que tinha o intuito de fornecer serviços especializados para a assistência social das famílias residentes daquela parte da cidade. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) era outra iniciativa que atendia o público de crianças em condições sociais e econômicas desfavorecidas. Outra política implantada foi a Cozinha Comunitária do Programa Federal Fome Zero, que fornecia refeições diariamente para centenas de cidadãos do bairro de menor renda. Ambos programas mencionados foram desativados ao longo do tempo pelo poder público local.

Outro programa que se manteve funcionando até o presente foi o Programa Saúde da Família, implantado através de uma Unidade Básica de Saúde, que disponibiliza atendimentos de consultas médicas, procedimentos odontológicos e assistência de enfermagem aos grupos de familiares vulneráveis residentes ao redor da Vila Olímpica. Esse conjunto de políticas foi relevante para combater a desigualdade sociourbanística da Zona Leste, sobretudo, dos grupos de familiares desabastados de equipamentos de lazer e serviços públicos urbanos.

Com a implementação bem-sucedida das políticas, a Vila Olímpica Plínio Lemos se tornou o principal espaço público de lazer da região, sendo uma referência para o atendimento dos moradores. Eles foram contemplados e beneficiados com as políticas sociais e esportivas no equipamento urbano, podendo desfrutar livremente do local.

A Vila Olímpica Plínio Lemos, ao longo dos anos, começou a enfrentar problemas políticos que causaram impactos significativos na população que utilizava o espaço de lazer. Os autores Laurentino (2017), Aguiar (2019) e Barbosa (2019) destacam a ocorrência da precariedade nesse espaço. Além disso, estudos realizados para o Projeto Campina Grande 2035, visando reestruturar o projeto da cidade, observaram “a ausência de uma oferta satisfatória de opções de lazer na cidade enquanto um fator limitador da qualidade de vida e da atratividade de Campina Grande (impactando em sua capacidade de atração e retenção de talentos)” (CAMPINA GRANDE, 2020, p. 37).

Em conciliação com os autores mencionados, Carneiro e Silva (2020) concordam com a visão de que a Vila Olímpica Plínio Lemos não estava sendo plenamente aproveitada pela gestão pública, e atribuem isso a fatores sociais, como a criminalidade, e físicos, relacionados à má conservação do local. Esses aspectos contribuíram para a subutilização do espaço público.

Marcellino (2006) destaca que as políticas federais são viáveis no que diz respeito à animação sociocultural e à aproximação com os cenários municipais. No entanto, ele também ressalta que a problemática que leva à descontinuidade das ações para manter essas políticas está relacionada às mudanças nas administrações locais. Isso ocorre porque essas políticas não são de Estado, mas sim, políticas de governo, o que implica na influência das coalizões políticas com diferentes agendas que governam as cidades.

Em consonância com Souza (2010), a transição entre diferentes administrações públicas torna-se problemática, especialmente quando as obras estão em andamento e não são continuadas no mandato da gestão subsequente. Com frequência, essas iniciativas são desconsideradas pelo novo prefeito que assume o governo municipal, devido à rivalidade política entre os grupos concorrentes na disputa eleitoral. Isso contribui para a descontinuidade e falta de conclusão de projetos importantes para a comunidade.

No contexto contemporâneo, Bonduki (2016) destaca o desprezo pelo espaço como uma das questões urbanas recorrentes, consolidadas na sociedade brasileira. Essa situação representa um paradigma que precisa ser refletido na agenda urbana e nos debates do direito à cidade, uma vez que coloca o espaço público em contraposição ao desenvolvimento urbano. Santos e Lemos (2009, p. 77) corroboram essa visão, afirmando que

Os espaços e equipamentos de lazer são fundamentais por proporcionarem diferentes formas de uso favorecendo a interação dos indivíduos. No entanto, percebe-se que essas dimensões do lazer não se configuram como prioridade nas ações de políticas públicas da cidade de Campina Grande.

Nessa condição e conforme o pensamento de Souza (2010, p. 181), é preciso analisar as “divergências e convergências de posicionamentos, as compatibilidades e incompatibilidades entre os objetivos e as agendas dos vários grupos” que buscam governar e planejar a cidade. As coalizões partidárias em disputas por recursos e políticas públicas no espaço urbanizado são igualmente importantes para entendermos as constelações de forças que se debruçam perante os interesses e fins eleitoreiros.

Sendo assim, há locais onde a ausência de serviços urbanos apresenta descontinuidades na execução de políticas destinadas a esses setores, como é o caso da cidade de Campina Grande, especificamente, o bairro José Pinheiro, onde a Vila Olímpica Plínio Lemos segue impactada pelas descontinuidades que não promovem o pleno funcionamento desse espaço coletivo para atividades afins, e onde a população enfrenta os impactos e reflexos negativos da desarticulação das políticas destinadas ao local.

Embora a administração local tenha colocado em prática o projeto urbano planejado para o bairro José Pinheiro, após a sua implantação, nota-se que com o passar dos anos a Vila Olímpica Plínio Lemos enfrentou um processo de fragilização da sua funcionalidade pública. Sendo assim, o espaço físico e os equipamentos da área de lazer foram sendo deteriorados e degradados.

Dessa forma, cabe afirmar que se faz necessário aprofundar a discussão aqui proposta, tendo em vista que o debate exposto é relevante para refletirmos o atual estado dos espaços públicos urbanos periféricos da cidade contemporânea. Além disso, merece atenção a gestão das políticas e suas formas de governar os espaços urbanos de uso público voltados para o lazer em áreas pobres.

1.3 Breve trajetória histórica do espaço e os impasses para a concretização do projeto de requalificação urbana

O bairro José Pinheiro, localizado em Campina Grande-PB, possui uma expressão ativa na produção contemporânea do espaço urbano da cidade. Ao longo do tempo, o bairro presenciou diversas transformações que demonstra não apenas o desenvolvimento da cidade, mas também os processos urbanos que modelam a área do bairro. A origem do José Pinheiro surge no século XX, por volta da década de 1910, e se desenvolve a partir do pequeno comércio que ocorria no local. Apesar disso, é apenas em 1940 que se torna parte do espaço urbano de Campina Grande, como afirma Araújo (2019, p. 46) “o referido bairro aparece nos dados da Prefeitura de Campina Grande, na década de 1940, como espaço urbano. Esse fato denota que o crescimento do bairro pode ter se dado de maneira bastante rápida” (ARAÚJO, 2019, p. 46).

A respeito da origem do José Pinheiro, Diniz (2004) esclarece que o bairro se desenvolve nas proximidades do Açude Velho, a partir do momento em que o casal Marinheira Agra e José Dantas, ambos agropecuaristas, adquire uma parcela do terreno. Eles compram uma parte da área que compreendia o bairro para residir no local, onde cultivavam os seus produtos alimentícios por meio de atividades agrícolas, gerando comércio na localidade. Com o passar dos anos, as relações comerciais resultaram na chegada de habitantes ao bairro José Pinheiro, provenientes de áreas rurais, assim como de outras partes da cidade e regiões circunvizinhas. Dessa forma, com a chegada desses moradores, as primeiras ruas começaram a se formar no local.

Outro elemento significativo na história do surgimento do bairro foi a chegada de um morador chamado José Pinheiro, que deixou sua marca ao impulsionar o comércio com a inauguração da sua bodega. Nesse estabelecimento, ele comercializava diversos produtos, prestava atendimento a pessoas enfermas e realizava eventos festivos que auxiliou a movimentar o deslocamento de pessoas para o bairro. Dessa forma, ao longo dos anos o bairro José Pinheiro adquire destaque entre os bairros campinenses pela sua atratividade comercial e pelas eventualidades culturais ocorridas no local

Desde o seu surgimento, a malha urbana que compreende o bairro José Pinheiro é marcada por um histórico de desigualdades sociais, o que explica os contrastes enfrentados no tempo e no espaço. De acordo com Araújo (2019, p. 46), “parte dos moradores desse bairro constituíam famílias pobres provenientes sobretudo do centro da cidade e que foram expulsas durante a Reforma Urbanística empreendida pelo então prefeito Vergniaud Wanderley”. Isso porque a referida reforma buscou expulsar a população empobrecida do centro da cidade, demolindo suas casas e deslocando-as para locais próximos da área central. Desse modo, esse processo histórico interveio na sua estrutura física e social. Sendo assim, Diniz (2004, p. 72) afirma que

A reforma urbanística implantada na área central da cidade deixará, deste modo, o centro da cidade, no imaginário da população, com um aspecto mais “moderno”. Enquanto isso, o bairro José Pinheiro continuará com um aspecto mais popular, tendo este recebido também nos anos seguintes um grande contingente de famílias de pequenos agricultores, que migram para a cidade, fugindo da falta de perspectiva de vida no campo.

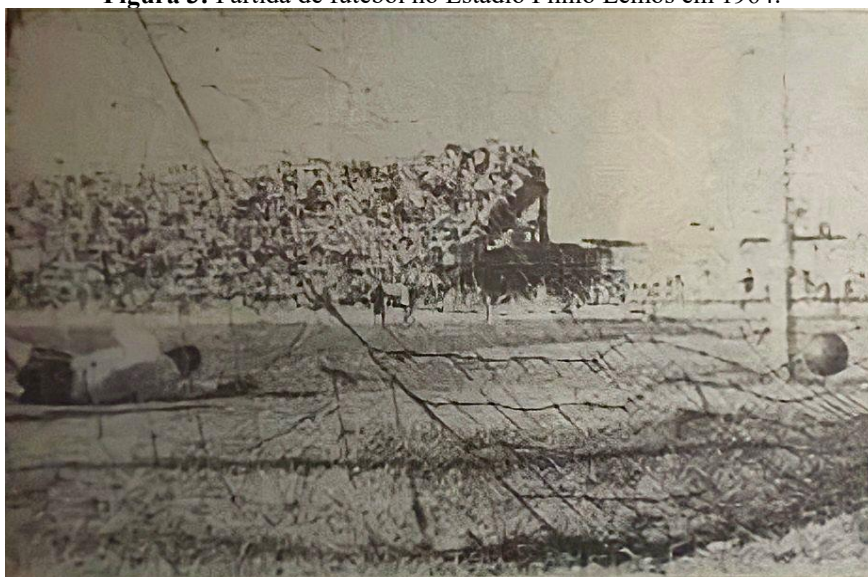
O referido autor ainda revela que os “novos moradores, expulsos dos antigos becos, prostíbulos e cortiços da cidade impulsionarão o seu crescimento” (DINIZ, 2004, p. 72). Dessa forma, conforme foi sendo habitado, o bairro teve sua expansão e foi formando um tecido urbano desordenado e sem planejamento. Ao decorrer do tempo a população ocupou-se residindo em distintas formas de moradia, como residências populares antigas, bem como também foram se instalando em ruas com curtos espaçamentos, formando os becos e vielas. Ao passar das décadas, surgiram também pequenos empreendimentos, áreas periféricas e de vulnerabilidade social. Essa composição de diversos elementos caracteriza uma integridade de aspectos históricos e contemporâneos que o bairro possui.

A história do bairro José Pinheiro é tradicionalmente associada ao esporte, especialmente ao futebol, proveniente desde a época dos jogos no antigo Estádio Municipal Plínio Lemos. A passagem do Campinense Clube pelo local contribuiu para que o lugar se tornasse popularmente frequentado, graças aos eventos esportivos. Além disso, o José Pinheiro tem seu legado cultural ligado diretamente às tradicionais festividades carnavalescas

de rua, comemoradas no espaço urbano de Campina Grande.

A construção do Estádio Municipal Plínio Lemos, na década de 1950, representa um marco para o bairro, quando recebeu uma arena esportiva para os jogos e, por conseguinte, para a cidade de Campina Grande. O lugar foi palco de grandes disputas de partidas e campeonatos suburbanos, atraindo clubes e torcedores em escala local, regional e nacional. Os dias de competições eram motivos para celebrações festivas das conquistas gloriosas por aqueles que se destinavam a prestigiar os confrontos esportivos da época.

Figura 3: Partida de futebol no Estádio Plínio Lemos em 1964.



Fonte: Diário da Borborema⁴, 1964.

Os eventos futebolísticos que ocorriam no bairro revelam, para antigos populares de Campina Grande, o memorável legado de cultura esportiva que o Estádio Municipal proporcionou à população da cidade e aos moradores do José Pinheiro. Esse é um espaço símbolo de identidade para as gerações entre 1950 e 1999. A idealização de construir esse importante estádio foi efetuada na gestão do ex-prefeito Plínio Lemos⁵ (1951-1955), como demonstra o documentário de sua autoria, “ainda por administração, forma que se mostrou a mais eficaz para os da Prefeitura, realizei: (...) meio-fio e linha d’água [sic] com terraplanagem no bairro de José Pinheiro; galeria para águas [sic] pluviais no bairro de José Pinheiro; (...) início das obras do Estádio Municipal” (LEMOS, 1955, p. 241). A figura 4, apresentada abaixo, demonstra o amplo espaço da arena de futebol construída na Zona Leste.

⁴ Figura publicada pelo site globoesporte.globo.com. Disponível em: http://globoesporte.globo.com/pb/campinense-100-anos/noticia/2015/04/no-centenario-de-campina-grande-o-campinense-virava-pentacampeao.html?_ga=2.87110928.961277463.1662034977-2590646507.1607086621. Acesso em: 04 maio 2021.

⁵ Foi prefeito da cidade de Campina Grande pelo Partido Libertador (PL) de 30 de novembro de 1951 a 30 de novembro de 1955.

Figura 4: Vista aérea do Estádio Municipal Plínio Lemos, 1997.



Fonte: SILVEIRA, C. R. 1997.

Em 1955, o bairro recebeu a modernização de uma praça esportiva. A execução da obra exigiu esforços para a realização de serviços de aterramento na área e a montagem de sua estrutura. O seu nome foi denominado Estádio Municipal Plínio Lemos, sugerido pelo ex-prefeito de Campina Grande que o criou, Plínio Lemos. Antes mesmo de ser aberto ao público, os jornais locais da época registraram especulações a respeito da sua inauguração, um fato relevante para a época que chamou a atenção dos campinenses:

Já está se tornando assunto obrigatório em todas as rodas esportivas da cidade, a inauguração do Estádio Plínio Lemos, no próximo dia 26 do corrente mês, sem dúvida o maior acontecimento esportivo de todos os tempos, em nossa cidade. Não somente aqui a notícia adquire interesse especial, como em todo o Nordeste, tendo-se já notícias de delegações de Fortaleza, Natal, João Pessoa e outras capitais nordestinas que virão à Campina Grande, no próximo dia 26, para assistirem às solenidades inaugurais da moderna praça de esportes na administração do Prefeito Plínio Lemos. (Jornal de Campina em 17 de julho de 1955, p. 4).

A inauguração do estádio ocorreu em 26 de julho de 1955. Seguiu uma repleta programação, com comício político e respectivos discursos, contando com a participação do Prefeito Plínio Lemos e de demais agentes políticos à época do governo federal, estadual e municipal, além de desfiles de clubes, corrida de pedestres com atletas da região Nordeste e dois encontros de futebol: Flamengo Futebol Clube, do bairro José Pinheiro, contra Esporte Clube Campinense, e Treze Futebol Clube contra Esporte Clube da Bahia (Salvador).

Algumas competições esportivas que estavam programadas, como os jogos de basquete e natação, não foram possíveis de serem executadas na quadra nem na piscina do

estádio, devido às intensas chuvas que caíam sobre a cidade de Campina Grande durante o dia de festejos. Com relação a essa inauguração, publicou o *Jornal de Campina*, naquela data:

Com uma festa das mais brilhantes, realizou-se na última terça feira, dia 26, a inauguração do Estádio Plínio Lemos, construído na administração do edil que deu o seu nome á [sic] inagostosa obra (...) Uma grande multidão deslocou-se para a gigantesca praça de esportes, cuja inauguração verificou-se às 10 horas, com a presença do prefeito da cidade, outras altas autoridades e do General Juarez Távora e ilustre comitiva, além de representantes de todas as agremiações políticas que apoiam a candidatura do militar cearense à presidência da República (*Jornal de Campina* em 31 de julho de 1955, p. 4⁶).

Em 1958, a Prefeitura Municipal de Campina Grande concedeu ao Campinense Clube a administração do estádio através de regime de comodato. O Art. 579 do Código Civil Brasileiro estabelece que o “comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis” (Lei nº 10.406, de janeiro de 2002). O espaço tornou-se a sede dos jogos do referido time, ficando à disposição dos grupos de atletas e torcedores das equipes de futebol para prestigiar as partidas que aconteciam no bairro José Pinheiro. O motivo pelo qual a prefeitura estabeleceu acordo com o clube é retratado por Marques, quando esclarece que

A justificativa para a concessão da praça esportiva, em regime de comodato para a equipe rubro-negra, era dada pelo quadro deplorável em que se encontrava sua estrutura física. Os jornais denunciavam a transformação do bar do estádio, “numa concentração de boêmios e prostitutas”, a presença dos animais no campo de jogo, ironizava diário, era responsável pelo “corte” natural da grama e, apesar da ação dos administradores do local, o apadrinhamento político era apontado como o grande obstáculo à intenção de bem dirigir a praça da municipalidade. Coube ao Campinense, mediante campanha da imprensa, a tarefa de administrar o Estádio Municipal. Porém cabe ressaltar que, mesmo o jornal não destacando a interferência de Acácio de Figueiredo, ele foi importante elemento político para a decisão. As reformas propostas pelo clube, a exemplo da construção dos lances de arquibancadas e da iluminação encomendada a [sic] PHILLIPS do Brasil, foram apresentadas como grandes acontecimentos esportivos da cidade. (MARQUES, 2011, p. 105).

Desde a sua fundação, o espaço apresentava problemas administrativos e o descuido municipal em relação ao bem público, até que o clube local assume a responsabilidade de condução administrativa, chegando a realizar melhorias na estrutura durante a sua gestão. O Estádio Municipal Plínio Lemos foi palco de importantes conquistas, títulos e troféus do Campinense Clube.

As conquistas do time eram expressas pelos seus torcedores, que comemoravam as vitórias dos jogos e campeonatos nas ruas do bairro José Pinheiro. Nos dias de jogos no

⁶ A Inauguração do Estádio Plínio Lemos. *Jornal de Campina*, Campina Grande, ano 1955, 17 jul. 1955. Seção de Esportes, p. 4.

Municipal, o bairro recebia a sua torcida, bem como as torcidas dos times adversários, que se dirigiam até a praça esportiva para prestigiar as eventuais partidas de futebol. Desse modo,

No bairro, o Campinense constrói a sua identidade de time popular num reduto tradicional de boêmios da cidade, base da primeira difusora conhecido pelo seu tradicional pastoril, pelos seus carnavais e pela meninada jogando pelada nos espaços vazios. Com a chegada do Campinense, o estádio passou a ser chamado pela crônica esportiva de “toca da raposa”, e para os torcedores de “Campo do Campinense”. Nos dias de jogos, a população saía às ruas para receber o clube num grande carnaval. Justamente no Municipal, o clube conquista o tetracampeonato e o penta. No José Pinheiro, as vitórias do Campinense ganharam significados especiais, fazendo do clube aristocrático, “O Campinense do Zé Pinheiro” a partir do seu “templo sagrado do futebol” (MARQUES, 2021, p. 137).

No passado, o seu campo de futebol serviu de cenário para a revelação de jogadores locais habilidosos que se destacavam no contexto futebolístico de José Pinheiro, como esclarece Gurjão et al (1999, p. 60), ao enfatizar que “o bairro forneceu vários jogadores profissionais, constituindo o esporte, antigamente, uma opção de lazer no bairro”. Mesmo assim, o Plínio Lemos reunia grande público, como mostra a figura 5, a seguir, que tinha acesso ao espaço por meio da compra de ingressos para a contemplação dos jogos que ali aconteciam.

Figura 5: Estádio Plínio Lemos em dias de jogos, 1975.



Fonte: Página do Facebook Retalhos Históricos de Campina Grande (<https://www.facebook.com/BlogRHCG/>)⁷

No tocante aos equipamentos de que dispunha o antigo Estádio Municipal, havia o campo de futebol com gramado, duas arquibancadas, piscina, ambiente com cabines de transmissão dos jogos através de rádios, locais específicos para esportistas, vestiário,

⁷ Publicação postada no dia 26 de setembro de 2012, referente ao álbum “CAMPINENSE CLUBE (PARTE 2)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/BlogRHCG/photos/a.474772795896114/473355249371202>. Acesso em: 14 abr 2021.

academia, bilheteria, restaurante, bar e torres de ferro com refletores de iluminação que logo após foram substituídos por postes de alvenaria, quando alguns sócios do clube puderam auxiliar contribuindo para a implantação de equipamentos e melhorias. Além disso, no “interior do estádio existia piscina, quadra de futsal (...) movimentando assim outras modalidades esportivas além do futebol” (MARQUES, 2021, p. 154).

A área que compreendia o estádio era murada, sendo o campo de futebol contornado por um muro cercado com arame farpado e mourões de concreto. Já a arquibancada próxima à área de recepção, nas décadas finais do século XX, era colorida com as cores paraibanas e rubro-negras (vermelho, preto e branco), possuindo logomarcas de bebidas como refrigerantes de origem norte-americana (Pepsi e Crush), e cerveja de origem brasileira (Antártica), além do símbolo do clube.

No lugar, ainda havia outras formas de diversão, tais como eventuais vaquejadas e espetáculos circenses realizados pelos circos que vinham para a cidade de Campina Grande e se instalavam no local. Sob o comando do Campinense Clube, foram totalizados quarenta e um anos de condução, até que ele resolveu devolver a praça esportiva para a administração pública da cidade, no ano de 1999.

Antes mesmo da devolução acontecer, constatamos o início de um processo de especulações e propostas políticas advindas da gestão do ex-prefeito Cássio Cunha Lima (1997-2001), para modificar a configuração urbana do espaço. Em 1997, foi elaborado um projeto urbanístico que visava a transformar a área do Estádio Municipal Plínio Lemos em um Centro Gregário, ou seja, um centro comercial no bairro José Pinheiro, uma nova área com características modernas que buscava, evidentemente, atender às expectativas do capital (Figura 6).

Figura 6: Projeto Urbanístico Centro Gregário



Fonte: SILVEIRA, C. B. 1997⁸.

O memorial descritivo, realizado por arquitetos da empresa ESA Arquitetura, chegou a ser elaborado. A sua composição discorreu a respeito do projeto, mencionando os atributos específicos que visavam à transformação urbanística do lugar. A produção contou com capturas de imagens aéreas para vista do terreno urbano e situação da área, fotografias in loco, obtendo plantas arquitetônicas do tipo baixa, de situação e de cobertura, estudos de cortes esquemáticos e fachada principal (SILVEIRA, 1997).

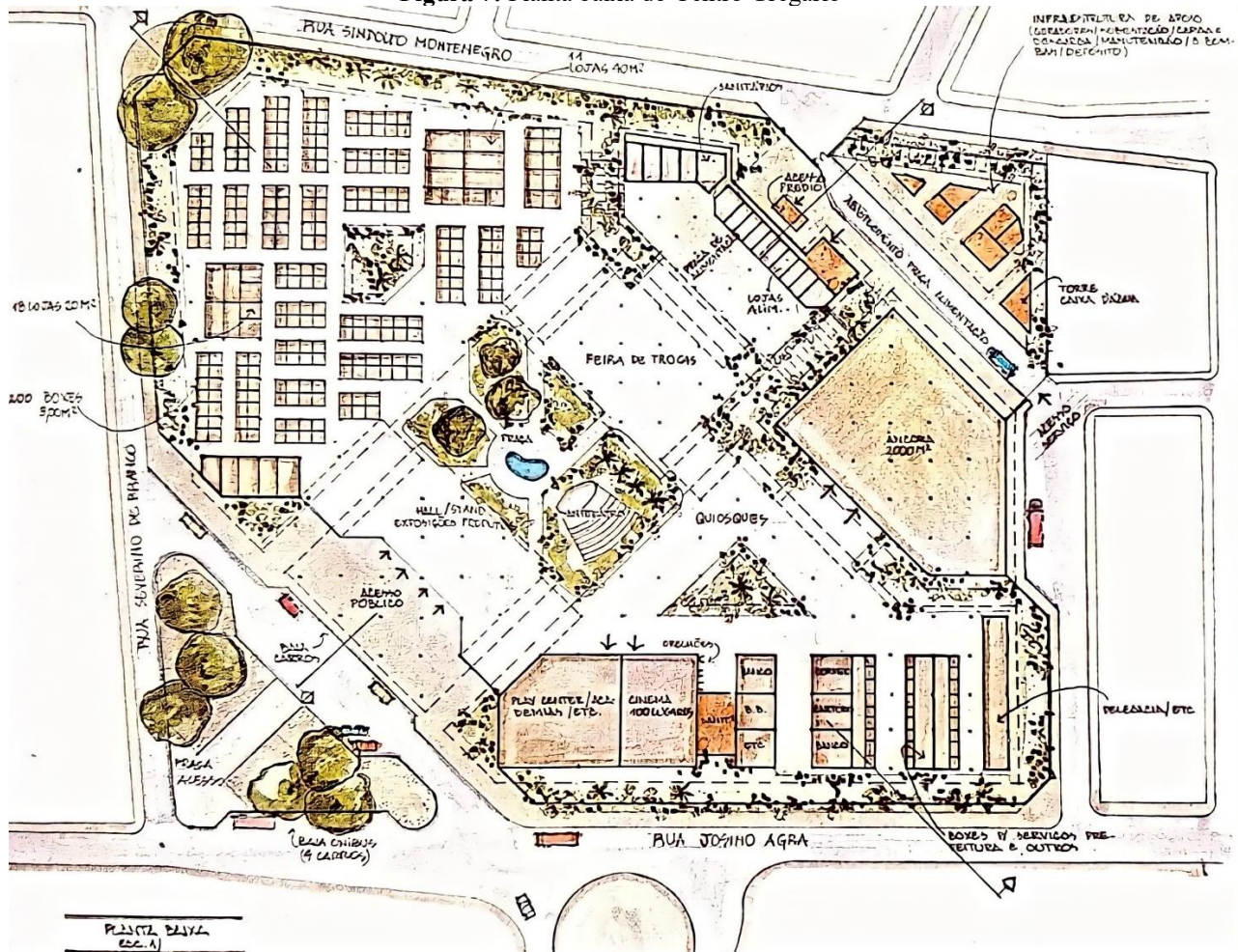
Em sua intervenção urbana, o projeto previa o aumento da área de 36.000 m² para 44.000 m², acrescentando, então, o terreno vazio que existia ao lado do Estádio Plínio Lemos, onde hoje se localizam as moradias nas ruas Josino Agra, Maximiniano Machado, Dr. Washington de Andrade e a avenida José Américo de Almeida, interligando os bairros de José Pinheiro e Santo Antônio, na Zona Leste. A concepção estabelecia a lógica de se obter um ponto de referência na cidade que pudesse melhorar os rumos dessa área urbana e dirimir o acentuado estado de deterioração. Assim, conforme Silveira,

O centro gregário é a soma de 7 blocos interligados (...) que abrigam funções diferentes e que poderão ser construídos separadamente. Neles vamos reunir atividades e eventos que favoreçam o encontro humano, oferecendo em um mesmo local um grande número possível de produtos e serviços que possam interessar e facilitar o cotidiano do cidadão: lazer, manifestações culturais, comércio formal e informal, prestação de serviços, feira de trocas, pequenos concertos, posto de saúde e, como novidade, uma central de atendimentos rápidos para o público de serviços administrativos (SILVEIRA, 1997, p. 1).

⁸ Disponível em: <https://docplayer.com.br/6544069-Cydno-silveira-curriculo-profissional-cydno-ribeiro-da-silveira-arquiteto-urbanista.html> Acesso em: 26 maio 2021.

A constituição do projeto abrangia a construção da obra, dividida em blocos e setores: bloco 1 (saguão de acesso, stands, mostras, quiosques); bloco 2 (cinema, diversos, bancos, correio, central de atendimentos, posto de saúde, quiosque); bloco 3 (loja âncora ou supermercado); bloco 4 (feira de trocas ou bandejão); bloco 5 (29 lojas e 200 boxes para comércio e pequenos serviços); bloco 6 (praça de alimentação com 14 lojas, sanitários e administração do Centro em um ou mais andares); bloco 7 (serviços de apoio no térreo, carga e descarga, depósito, subestação, lixo); setor 8 (praça de eventos), e setor 9 (estacionamento e centro automotivo).

Figura 7: Planta baixa do Centro Gregário



Fonte: SILVEIRA, C. B. 1997.

Conseguimos projetar uma construção simples, funcional, leve, bonita, econômica, arejada e coerente com a proposta geral. A idéia [sic] é que *embora vá se perder um campo de futebol vai ser devolvido ao povo uma praça coberta, muito arborizada e entremeada com jardins internos. Um equipamento comunitário novo, prático, dentro da lógica do mercado que maximiza a linguagem da feira popular para o terceiro milênio. Cenário seguro e propício para que se estabeleça a necessária troca de serviços entre a nossa população. Queremos atrair para lá a capacidade*

empreendedora, canalizando todas as potencialidades individuais que nesse momento caminham na marginalidade para um trabalho legalizado. (SILVEIRA, 1997, p. 2) (Grifo nosso)

Na cidade contemporânea, os espaços de função pública são cada vez mais substituídos por espaços empresariais do consumo e das elites, ou seja, ao espaço do "privado". Dessa forma, o espaço se torna refém da mercantilização que avança continuamente sobre as cidades e as metrópoles, seja pela organização política das novas gestões que introduz parcerias com a esfera privada, seja pela ação do setor econômico de mercado das grandes construtoras empresariais. Isso revela a atuação dos agentes produtores do espaço urbano à procura de intervenções na cidade.

O planejamento do programa de atividades foi baseado em modelos que já existiam, nessa época, na cidade de São Paulo, como no caso do Distrito de Santo Amaro, localizado na porção centro-sul do município. Segundo a empresa elaboradora do projeto, a implantação do Centro Gregário de Campina Grande seria financiada pelo setor de iniciativa privada, e a sua instauração seria “*simples e econômica*”; seu formato paisagístico assemelhava-se ao de postos de gasolina e visava à preservação de valores arquitetônicos. A escolha da sua localização era ideal por inserir-se no espaço urbano de Campina Grande, nas proximidades do prédio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), do Açude Velho e do centro urbano do município.

Logo após o Estádio Municipal ter sido devolvido para a Prefeitura Municipal de Campina Grande, o espaço passou a integrar um vazio urbano, uma vez que se encontrava sem função social na cidade, e o seu entorno tornou-se hostil para os moradores do bairro, devido ao tráfico de drogas nas imediações do local. O lugar voltou a apresentar características idênticas às da década de 1950, como a atividade pastoril de animais que se faziam presentes. Ainda assim, durante os anos sendo administrado pela Prefeitura Municipal (1999-2004), o estado de deterioração foi agravado pela ausência de manutenção na sua estrutura, como mostra a figura 8.

Figura 8: Deterioração do Estádio Municipal Plínio Lemos

Fonte: Acervo SEPLAN, PMCG, 2005.

Nesse contexto, a concepção de Nascimento (2012, p. 33) consiste em enfatizar que a “existência e permanência dos “vazios urbanos” também é de responsabilidade do setor público, que o tempo pode ser uma adversidade ou não, mas que a falta de aproveitamento adequado destes espaços é um entrave urbano, havendo assim a necessidade de requalificação deles”. Já na perspectiva de Souza (2010, p. 264), “os *vazios urbanos* são terras urbanas ociosas, normalmente mantidas desocupadas como reserva de valor”. Isto significa que os espaços públicos nos quais apresentam ausência de função social e são deixados sem ocupação passam a obter diferentes especulações por parte dos agentes do poder público, como também do setor privado, visando transformar determinadas áreas.

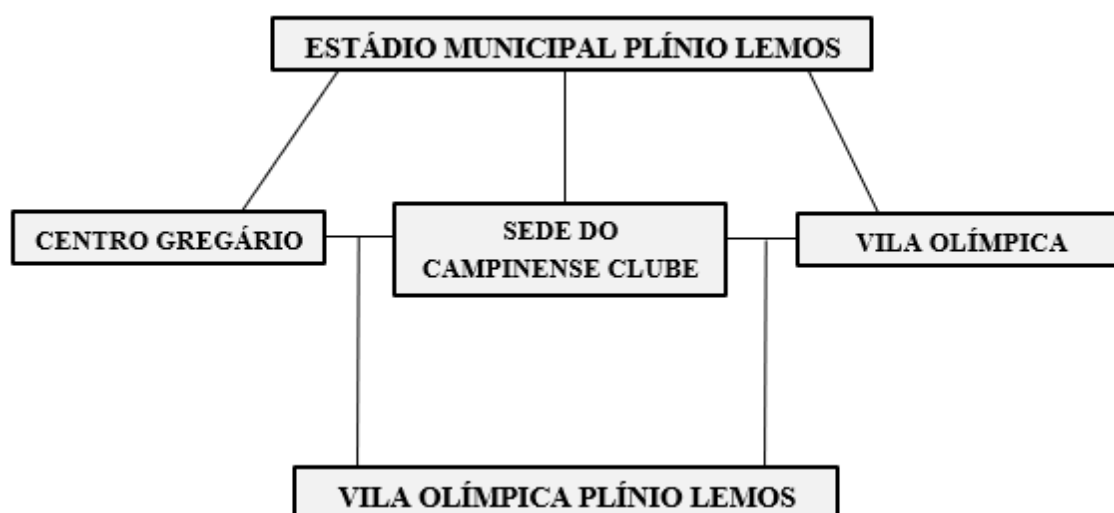
Figura 9: Linha do tempo do objeto de estudo

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A partir das diferentes concepções entre as agendas partidárias, notamos que as especulações tornaram-se ainda mais frequentes entre os políticos da cidade. “Múltiplos atores, distribuídos nas diversas escalas e hierarquias que conformam a vida urbana, disputam posições e recursos, pois a cidade é arena e objeto de disputas” (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JUNIOR; 2012, p. 21). Nesse sentido, a nossa investigação procurou verificar quais eram as propostas e os impasses discutidos pelos vereadores da Câmara Municipal de Campina Grande, para o então Estádio Municipal. Ao analisar a parte documental de requerimentos realizados pelos vereadores a serviço da população, constatamos três principais propostas do que o lugar poderia se tornar, diante do cenário em que se apresentava na época: *1) Centro Gregário, 2) retomada da sede do Campinense Clube para o estádio e 3) Vila Olímpica*. Essas propostas de intervenção para o local nos auxiliaram a entender a concepção do processo de requalificação, à luz do nosso recorte urbano de pesquisa em que pretendemos nos deter mais adiante.

O entrave pelo espaço acontece não só no campo político, mas também no âmbito esportivo, pois a tão sonhada volta do Campinense Clube para atuar onde foi a sua antiga “toca da raposa”, ou seja, a sua sede, é uma reivindicação antiga de alguns torcedores rubro-negros. Além disso, essa pauta já esteve entre uma das propostas estabelecidas para as eleições de presidência do próprio clube rubro-negro. Nesse sentido, é necessário afirmar que a história do Estádio Plínio Lemos encontra-se diretamente relacionada com a atuação do Campinense Clube no bairro José Pinheiro, dada a sua passagem pelo lugar no século XX, o que marca a identidade entre o esporte e o bairro, na memória da torcida raposeira no espaço urbano de Campina Grande.

Figura 10: Desenho esquemático das propostas voltadas para o espaço público.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

O caso chegou a ser debatido por Vereadores no plenário da Câmara Municipal, os quais elaboraram requerimentos solicitando ao prefeito do município que entregasse o estádio novamente à administração do Campinense Clube. Porém, contrariamente a tal posição, existiam as reivindicações para que a arena esportiva não se transformasse em um moderno centro comercial, ou seja, no Centro Gregário, mantendo-se a proposta de construir uma Vila Olímpica. Tal entendimento está expresso no documento mencionado a seguir:

Considerando que a Prefeitura Municipal de Campina Grande tenciona transformar o Estádio Municipal Plínio Lemos num Centro Gregário; uma obra faraônica, que não atende aos anseios da população da zona Leste da cidade e muito menos dos desportistas; Considerando a suntuosidade da obra, que contrasta com as dificuldades financeiras por que passa na atualidade a Prefeitura Municipal; o que inviabiliza a obra a médio prazo; Considerando que se notícia seria o tal "Centro Gregário" um conglomerado de lojas comerciais e prestadoras de serviços e que, ao meu ver, a área onde está encravado o Estádio Municipal, não tem qualquer vocação comercial, devido o cinturão de miséria que circunda tal praça esportiva; Considerando a carência em nossa cidade de espaços para jovens e atletas em geral possam praticar esportes, o que torna inconcebível a idéia *[sic]* da destruição de uma das poucas praças esportivas que dispomos em Campina Grande; justamente numa área onde se verifica a existência de acentuado tráfico de drogas que alicia os nossos jovens, ou seja: Campina Grande entraria na contramão da Política Nacional Antidrogas que aponta as atividades esportivas como a grande arma contra as drogas. Considerando que em Campina Grande temos, na atualidade em condições de uso, 02 (dois) Estádios de Futebol, 01 (um) Ginásio de Esportes e nenhuma Vila Olímpica. Considerando, finalmente, que os atletas campinenses sempre se destacaram no cenário nacional da prática do atletismo (...) mesmo treinando em pistas defasadas e sem qualquer estrutura. Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental e após ouvido o plenário, que faça um veemente apelo ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, no sentido de que transforme o Estádio Municipal Plínio Lemos, numa Vila Olímpica; ao invés de um "Centro Gregário"; por este não satisfazer aos anseios da coletividade (Olimpio Oliveira em 11 de dezembro de 2001⁹).

A análise dos requerimentos revela que, além das gestões de Cássio Cunha Lima e de Veneziano Vital, houve solicitações por parte dos vereadores para que o terreno fosse destinado à construção de uma Vila Olímpica. Isso sugere que, antes mesmo da gestão que requalificou a área urbana assumir o poder em 2007, já existia a ideia de uma proposta voltada para ser a Vila Olímpica. No entanto, o grupo político que assumia o mandato da época (1997) tinha a intenção de implementar um projeto urbanístico que transformaria o Plínio Lemos em um Centro Gregário, ou seja, em um moderno centro comercial no bairro José Pinheiro.

⁹ Na época vereador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em oposição ao governo Cássio Cunha Lima. OLIVEIRA, O. **Requerimento nº 1344, de 11 de dezembro de 2001**. Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campina Grande, que transforme o Estádio Municipal numa Vila Olímpica ao invés de um "Centro Gregário". Campina Grande: Câmara Municipal Félix Araújo, [2001]. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2001/23602/req_1344_-2001.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

O espaço do antigo estádio tornou-se um campo de relações conflitivas e de um cenário de confronto político enraizado por meio das divergentes concepções de projetos para substituir a área do antigo estádio municipal, que se encontrava em ruínas. Enquanto alguns agentes políticos defendiam a ideia, fundamentada na intensa tradição do Campinense no local e respaldada pela torcida do time paraibano, outros defendiam a construção de um Centro Gregário. A torcida do Campinense, por sua vez, buscava o aproveitamento da área para a retomada das atividades do clube, assim como aconteceu no passado, tal como foi efetuado o registro a seguir:

CONSIDERANDO, a condição de abandono na qual se encontra o Estádio Municipal Plínio Lemos, no bairro de José Pinheiro - fato este que tem facilitado a ação de marginais no local. CONSIDERANDO, ser a vontade dos torcedores do Campinense Clube, o retorno da sua sede ao bairro de José Pinheiro, onde conquistou vários títulos paraibanos. REIQUEIRO [sic], respaldado no regime interno, que seja lido e aprovado no Plenário desta CASA, um apelo à Prefeitura Municipal de Campina Grande, a devolução do Estádio Municipal Plínio Lemos, ao Campinense Clube, para a sua atividade profissional. QUE, a decisão desta CASA seja enviada à Prefeitura Municipal de Campina Grande e à direção do Campinense Clube. (Rejanilson Silva Batista em 23 de setembro de 2002¹⁰).

No entanto, o time seguiu um caminho diferente do proposto pelas solicitações à Câmara Municipal, o que, conseqüentemente, não obteve êxito. Em 1999, quando encerrou-se a concessão entre a Prefeitura e o Clube, e após a sua saída do Plínio Lemos, o Campinense Clube mudou-se para a sua nova e atual sede, o Estádio Renato Cunha Lima, popularmente conhecido como o “*Renatão*”, localizado no bairro Bela Vista (Zona Oeste da cidade). Esse novo estádio foi construído para substituir a antiga arena de esportes do bairro José Pinheiro.

¹⁰ Na época vereador pelo Partido Liberal (PL). BATISTA, R. S. **Requerimento nº 1158, de 01 de outubro de 2002**. Apelo à Prefeitura Municipal de Campina Grande, para que seja devolvido o Estádio Municipal Plínio Lemos, ao Campinense Clube. Campina Grande: Câmara Municipal Félix Araújo, [2002]. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2002/22775/req_1158__01-10-2002.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

Figura 11: Estádio Renato Cunha Lima



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

O Estádio Renato Cunha Lima é o centro esportivo onde o time realiza seus treinamentos até os dias atuais. Sua construção aconteceu durante os anos de 2004 a 2006, com duas fases de inauguração: a primeira em 2005 e a segunda no ano de 2006. O espaço oferece um campo de futebol, arquibancadas, uma loja física, salas de acervo com troféus dos títulos conquistados, alojamentos e sala de imprensa. Vale ressaltar que essa importante praça esportiva foi alvo de especulação em 2021, sendo avaliada para leilão em torno de 33 milhões de reais, conforme consta uma matéria do Jornal da Paraíba¹¹.

Contudo, nesta seção, averiguamos as distintas propostas de projetos e suas perspectivas que tendiam transformar o Estádio Municipal Plínio Lemos. Além disso, também compreendemos os aspectos da historicidade do local que serviram de alicerce para constataremos os fundamentos que marcam os problemas, entraves e as disputas enraizadas pelo espaço que se tornou a Vila Olímpica Plínio Lemos. Após a análise da fase das referidas especulações de projetos, daremos ênfase, a seguir, ao processo de requalificação que transformou o Estádio Municipal Plínio Lemos na Vila Olímpica Plínio Lemos.

¹¹ CT do Campinense vai a leilão, e clube não vê sentido em nova penhora. **Jornal da Paraíba**. 16 dez 2021. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/esportes/2021/12/16/ct-do-campinense-vai-a-leilao-e-clube-nao-ve-sentido-em-nova-penhora>. Acesso em: 16 dez 2021.

CAPÍTULO II: A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS

A discussão apresentada neste capítulo trata dos processos de requalificação e de revitalização urbana, com ênfase no projeto de requalificação da Vila Olímpica Plínio Lemos, localizada em Campina Grande/PB, escolhida como recorte urbano desta pesquisa. Com base nesse aspecto, notamos que as intervenções decorrentes desses processos no espaço público são provenientes de ações governamentais. Nesse intuito, faz-se necessária uma maior apreciação desses espaços urbanos originados pelo planejamento da gestão pública.

Ao procurarmos compreender o conjunto de ações envolvendo os projetos de requalificação e revitalização urbana no espaço geográfico, faz-se necessário trazer algumas discussões sobre tais noções, bem como averiguar as relações que se estabelecem diante dos desdobramentos dos seus processos contemporâneos na cidade. Atualmente, observa-se que, após as intervenções realizadas, os espaços criados geram uma série de fenômenos que se refletem nas práticas cotidianas dos habitantes das cidades, influenciando no seu modo de vida. Dessa forma, entender as propostas dos projetos Centro Gregário Plínio Lemos e Vila Olímpica Plínio Lemos é bastante relevante para se ter a compreensão analítica dos modos de reprodução da cidade e de seus espaços públicos no contexto contemporâneo.

Além disso, buscamos enfatizar as características do projeto da Vila Olímpica Plínio Lemos com base nas dimensões institucional, arquitetônico-urbanística e econômico-financeira, conforme a concepção de Vainer; Oliveira & Lima Junior (2012), com o intuito de revelar as ações realizadas para a construção do equipamento urbano. Essas informações serão apresentadas na segunda seção deste capítulo.

2.1 Revitalização e requalificação: reflexões contemporâneas de intervenções no espaço público

As reformas urbanas demonstram historicamente que o capitalismo, em períodos de crises econômicas, buscou se sobressair por processos que redefinem a concepção dos lugares, dando lugar à revalorização de áreas existentes com o objetivo de aumentar e acumular capital. A origem desses acontecimentos marcou a chegada da burguesia nas áreas centrais, promovendo o embelezamento das cidades. Vale ressaltar que, durante esse processo os indivíduos de baixa renda foram frequentemente deslocados para outras regiões urbanas,

como analisa Harvey (2014), afirmando que a reforma de Haussmann em Paris (1853-1879) ocasionou mudanças na funcionalidade do espaço público.

No século XX, os processos de reforma urbana intensificaram-se na escala mundial por diversas razões, incluindo questões históricas, políticas, culturais, sociais e econômicas que presistem de maneira ainda mais acentuada no século atual. Como afirmado por Carlos (2007, p. 87), essas “formas urbanas se recriam constantemente ganhando sempre novos sentidos”. De acordo com Leite (2002, p. 116), os novos processos “voltam-se hoje a formas de reapropriação cultural das imagens da cidade”, apresentando contemporâneas estratégias de modificação dos espaços.

No mundo, o fenômeno da urbanização está atrelado aos novos processos de modernização dos espaços, que, recorrentemente, causaram impacto nas formas de estruturação dos lugares, considerando a evolução das cidades. Guiados por uma lógica de atender o mercado capitalista, as intervenções realizadas, por vezes, demonstram ser replicadas dos megaprojetos reproduzidos em outros países. As grandes reformas são absorvidas como fontes de inspiração para diversas regiões do globo, com projeções que impactam os cotidianos e as vivências no modo de vida urbano.

Os atuais processos identificados pelo prefixo “re”, revitalização e requalificação, são processos urbanos que causam transformações espaciais e sociais. Essas mudanças são induzidas pelas motivações das disputas entre as agendas de poder e de interesses dos agentes produtores que agem sobre o espaço urbano. Eles continuam a proceder à alteração das áreas da cidade, muitas vezes pouco valorizadas, visando à implantação de projetos urbanísticos que descaracterizam a cotidianidade dos cidadãos que residem nessas regiões. No nível municipal, podemos encontrar diferentes gestões governamentais que transformam, de maneira contínua e estrategicamente, os espaços urbanos, utilizando-se das denominações que abrangem o conjunto “re”.

Em escalas governamentais, observamos que as políticas de níveis municipais têm fomentado progressivamente a reprodução de processos de urbanização por meio de projetos urbanos pertencentes ao grupo do prefixo “re”. Os modelos desses projetos seguem padrões influenciáveis que são incorporados pelas ações sistêmicas do capitalismo. Eles possuem especificidades, baseadas nos formatos daqueles construídos conforme modelos de outros países. A partir dessa compreensão, podemos elucidar o seguinte:

O prefixo “re” começa a ser empregado nas novas definições, representando referências explícitas às preexistências. O “re” é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do tempo na análise do espaço, sem, contudo, explicitar

um significado e uma metodologia para tal. Aparecem, nesse caso, o modismo oportunista, as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada como elementos promocionais de marketing urbano. Misturam-se os conceitos, pois esses foram transportados de um campo de conhecimento para outro. (VASCONCELLOS & MELLO, 2015, p. 71).

Na cidade contemporânea, os lugares públicos são cotidianamente alvos dos processos de transformações urbanas, os quais são regidos por políticas de intervenção que buscam redefinir a configuração física e a função social dos espaços da cidade. As políticas de revitalização e de requalificação, associadas ao termo “urbana”, são processos que se reproduzem no espaço público.

As denominações dos processos, como requalificação, revitalização, reabilitação, renovação, reestruturação, entre outras, simbolizam as políticas que geram elevados gastos públicos para transformar vazios urbanos, áreas degradadas, deterioradas ou abandonadas pela ausência de conservação pública governamental. No entanto, quando implantadas, essas políticas tendem a aumentar a especulação e a valorização de determinadas áreas da cidade que antes estavam deterioradas. Sendo assim, como destaca Souza (2011, p. 152), “o que está “deteriorado” está, implicitamente, também “sem vida”, ao menos do ponto de vista estético, cultural e econômico das elites”.

Em contraposição, queremos evidenciar a concepção de Sobarzo (2006), que é contrária à “*morte dos espaços públicos*”. Ele entende que esses espaços estão em constante movimento de transformação no espaço urbano, sendo frequentemente especulados e cobiçados por diversos agentes que desejam modificá-los conforme seus anseios. Nesse caso, o espaço público é compreendido como um contínuo alvo de transfigurações.

Outra realidade que se apresenta enquanto praxe relacionada à repercussão no contexto urbano dos espaços públicos é a generalizada mercantilização desses espaços, em que, por vezes, há movimentos de apropriações privadas, extinguindo muitas áreas públicas de lazer nas cidades. Além disso, há uma ameaça enfrentada pelos espaços públicos, que está ancorada aos novos produtos imobiliários e comerciais que elitizam cada vez mais os ambientes da iniciativa privada, acabando por negar as áreas públicas. Isso tem criado simulacros dos espaços de caráter público e inibido o acesso às populações mais empobrecidas. Em tal caso, a preservação e manutenção dos espaços públicos, abertos aos diversos frequentadores, podem se tornar um contraponto à perversa mercantilização que avança consideravelmente, modificando novas áreas.

As elites econômicas e as gestões de poder da cidade costumam utilizar diversas denominações para conferir significado às novas intervenções a que os espaços serão

submetidos. Com a chegada dos novos governos e suas diferentes formas de gestão administrativa, são designadas nomenclaturas que, muitas vezes, sofrem alterações em seus nomes. No entanto, quando inseridas na extensão urbana, convergem diversos fenômenos semelhantes. Em consonância com Vasconcellos e Mello, acrescentamos que

Concomitantemente, o poder público parece colaborar com essa confusão, legitimando novos termos para manter o privilégio de definir quais culturas serão selecionadas e valorizadas, associando o tipo de intervenção ao marketing político. (VASCONCELLOS e MELLO, 2015, p. 72).

Segundo a Carta de Lisboa do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, a denominação *revitalização urbana* “engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência” (CARTA DE LISBOA, 1995). Na realização dessa intervenção urbana, os espaços são modificados em modernas áreas, sendo atribuídas novas finalidades e novos sentidos ao lugar que se deseja revitalizar, com o intuito de recuperar áreas antigas ou deterioradas da cidade. Para Vargas e Castilho (2015, p. 3), a deterioração de uma determinada área está associada “à perda de sua função, ao dano ou à ruína das estruturas físicas”.

Em relação à *requalificação urbana*, esta é compreendida como sendo a transformação de uma área no espaço urbano por meio de intervenções que visam dar novos sentidos de funcionalidade ao lugar requalificado. Nesse sentido, esse “processo compreende as relações de produção social do espaço e sua realidade enquanto lugar da vida cotidiana, com a peculiaridade de estar relacionada a empreendimentos que objetivam o restabelecimento da qualidade física e social dos espaços construídos” (FERNANDES, 2018, p. 51). Em Campina Grande, o projeto de requalificação urbana que substituiu o espaço do Estádio Municipal Plínio Lemos pela construção da Vila Olímpica Plínio Lemos resultou em uma moderna estrutura de espaço público que modificou a paisagem do bairro José Pinheiro.

Revitalização e requalificação se entrelaçam em um grupo característico de reformas, usadas estrategicamente para “reurbanizar” áreas inutilizadas ou em desuso, ao menos na visão dos setores públicos governáveis e privados. A edificação dessas obras costuma produzir lugares urbanos com paisagens sofisticadas, o que contrapõe às paisagens que demonstram os contra-usos, as ruínas e as precariedades sociais dos lugares públicos de convivência. Os novos espaços mascaram a realidade social encontrada nas periferias e bairros populares, onde há populações desassistidas pelos programas sociais e pelos poderes governistas da cidade, além de revelar índices complexos de problemas urbanos.

Desde então, espaços revitalizados e requalificados, ao serem introduzidos, podem não representar o que os residentes de determinada área, de fato, necessitam, fragilizando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mais carentes. Entretanto, o poder público governamental deve atuar efetivamente na diminuição das desigualdades socioespaciais, para que os diversos setores da cidade possam ser beneficiados com equipamentos comunitários que busquem atender à realidade vivenciada conforme o que é regulamentado como direito à cidade. Diante dessa discussão, Carlos destaca que

O tema da revitalização urbana aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, a intervenção nos “lugares da metrópole”, através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é que ocorre no caso das revitalizações (...) esta também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições (CARLOS, 2007, p. 87).

No tocante às contradições estabelecidas pelos desdobramentos dos processos de pretensão, às ações revitalizadoras e requalificadoras dos lugares, o poder público “também atua de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que (prometendo) resolvê-los.” (SANTOS, 1993, p. 111). Por exemplo, a resolução dos problemas de áreas em estado de deterioração pode chegar a se agravar em decorrência das revitalizações e requalificações nos espaços públicos, obras estas que representam construções simbólicas marcadas pelas ações gestadas pelo poder político. Dessa maneira, as obras edificadas também podem apresentar contradições ao invés do que estava previsto em seus projetos iniciais, o que pode resultar no impacto das populações beneficentes. Logo esses resultados inesperados se voltam para a administração dos poderes públicos que criaram determinada obra ou para os agentes que estão no poder gerindo a cidade.

Desse modo, as obras construídas e que apresentam negligências na forma em que são administradas tornam-se motivos de conflitos entre os agentes que disputam o poder político de governar a cidade. A falta de ações em prol de determinado bem público demonstra que as obras se voltam para os indivíduos da sociedade, trazendo uma série de contrastes em relação ao que antes havia sido planejado, considerando que “no nível dos projetos e dos planos sempre existe alguma distância entre a elaboração e a execução” (LEFEBVRE, 2002, p. 126). As disfunções ocorridas onde a obra foi inserida afetam os agentes produtores do espaço (CORRÊA, 2011), os quais buscaram sua idealização, nesse caso, os empreendedores e os governistas da cidade. No entanto, os que saem com os maiores prejuízos são aqueles

indivíduos não pertencentes às camadas sociais consideradas altas, que esperam a tão sonhada justiça pelo direito do viver urbano.

Conforme o exposto, o foco da nossa análise está voltado para os impasses, as repercussões, as contradições e as fragilidades descontínuas no tempo, que podem ser causadas por esses processos de intervenção urbana, antes e após serem materializados nos espaços das cidades. Em vista disso, as formas de gestão dos lugares nos revelam os destinos exercidos por esses processos na realidade urbana. A forma dos governos conduzirem os espaços públicos apresenta o modo como a gestão urbana estabelece diferentes estratégias para governar a cidade. Desse modo, ressaltamos que “planejar a cidade é ao mesmo tempo *pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular” (CERTEAU, 1998, p. 172) (Grifo do autor).

Em virtude dos fatos mencionados, os projetos de revitalização/requalificação parecem funcionar com maior eficácia quando as gestões administrativas que os implantaram “estão no poder”, controlando as áreas que construíram. No entanto, com a chegada de novos grupos gestores nas cidades, alguns desses projetos, uma vez implementados, apresentam indícios contraditórios aos discursos oficiais da sua inauguração. Quando as gestões se modificam, os poderes que governam os espaços públicos modificam-se junto e, conseqüentemente, a configuração das suas funcionalidades se altera, a partir da nova forma em que se administra tais espaços. As obras realizadas com o objetivo de valorizar o bairro e de contribuir para o fornecimento de serviços para a população tornam-se lugares decadentes de fortes proporções, desfavoráveis à prática cotidiana dos lares da comunidade e desvinculados da instrumentalização das políticas públicas, no seu período de efetuação inicial. Em contraposição à lógica das descontinuidades, Rolnik utiliza-se da seguinte argumentação:

Os planos urbanísticos, os projetos urbanos e a regulação precisam ser congruentes com a gestão da cidade, não se pode inventar um plano, um projeto de cidade cheia de qualidades, absolutamente descolado da capacidade de organização e possibilidades reais de implementação e controle dessa política. (ROLNIK, 2003, p. 17)

No decorrer das transformações urbanas, intensificam-se constantemente as intervenções diretas e planejadas para a execução dos períodos das gestões no comando e na ordenação das cidades. A execução da construção de uma obra pública, para o uso coletivo e comunitário da população de um bairro ou após a sua concretização, leva-nos a refletir sobre os processos governantes das gestões que assumirão a condução do poder público municipal, assim como a averiguar de que modo os entes políticos, os quais constituem a administração

pública e são direcionados a exercer a legitimidade dos direitos de cada indivíduo, podem ou não dar continuidade ao planejamento executado anteriormente. Desde então, “o poder político do Estado se exerce através do espaço enquanto dominação política e, neste sentido, ele se reproduz interferindo constantemente na reprodução do espaço” (CARLOS, 2007, p. 87). Diante do que foi mencionado,

intervenção de planejamento e mecanismos de gestão, sejam protagonizados pelo Estado ou por agentes da sociedade civil, precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente (SOUZA, 2010, p. 83).

De tal forma, os grupos de interesses mudam ou sofrem transformações a cada gestão que passa a ter o poder de conduzir governamentalmente a cidade, modificando as áreas conforme as suas prioridades. Tendo em vista os aspectos observados, os espaços se requalificam, revitalizam-se, reestruturam-se, renovam-se, mas, simultaneamente, entram em sintonia de descompassos quando não é efetivado um modo de gestão que priorize a conservação e o cuidado com os espaços públicos, a partir da nova funcionalidade atribuída a esses lugares.

A implementação dos projetos urbanos por meio dos poderes públicos de gestões locais, pelos quais são tomadas as decisões de serem implantadas as políticas de reformas urbanas, tem ênfase nas intervenções das requalificações, revitalizações e reestruturações destinadas a transformar os espaços decadentes da cidade, ou menos valorizados pelas elites enobrecidas, em lugares cotidianos de lazer. Desse modo, pode haver agentes políticos que busquem intensificar medidas para a reanimação dos lugares públicos, a fim de que haja a frequência de novos visitantes, principalmente, de outras áreas elitizadas da cidade, o que tem alterado o perfil de frequentadores de muitos parques urbanos na contemporaneidade. Assim, conforme escreve Serpa (2007, p. 62), precisamos entender “os discursos e as políticas urbanas que estão na origem desses projetos”.

Em consonância com Serpa (2007), Carvalho (2012, p. 14), ao analisar as intervenções de requalificações da cidade de Campina Grande (1970-2000), argumenta que, já nessa época, “a requalificação, em um desenho formulado a partir das intervenções públicas, produz e difunde imagens e discursos que visam modernizar, conferir novas qualidades e privilegiar Campina em uma tentativa de “regeneração” dos tecidos físicos e sociais da cidade”.

Considerando os aspectos mencionados e que se encaminham para essa discussão, dentre outros fatores existentes, estão os Grandes Projetos Urbanos (GPUS) que são amplas

obras de impacto construídas, muitas vezes, com o propósito de transformar áreas degradadas ou porções do espaço onde habitam indivíduos com menor renda para atender aos interesses do mercado imobiliário e das gestões administrativas, as quais buscam adquirir maiores investimentos para as cidades, por meio do processo de revalorização dos lugares. O empreendimento dessas reformas ocasiona os processos higienizadores, ora transferindo pessoas para áreas distantes daquelas em que costumavam residir, ora realocando-as na própria área do bairro onde vivem.

Em relação às consequências da implantação de grandes projetos que envolvem os processos de revitalização e requalificação urbana, uma delas é a remoção dos moradores que residem no lugar da intervenção. Essa é considerada uma das pertinentes críticas centrais pertinentes voltadas para os projetos de urbanização pelos geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, entre outros profissionais, em razão de que representa não só a saída de pessoas de determinada área, mas, também a expulsão dos grupos que possuem menores rendas. As áreas onde esses grupos residem chamam a atenção das elites econômicas e do capital para disponibilizá-las a indivíduos com maiores poderes aquisitivos, os quais podem usufruir da revalorização do espaço, advinda com o processo de requalificação, o que resulta no “jogo do mercado imobiliário pouco regulado, de processos especulativos de valorização” (SALGUEIRO, 1998, p. 41), bem como também de desvalorização do uso do solo urbano.

Outra questão implícita diante a esse debate é a lógica territorial do Estado, que busca ampliar a arrecadação de capital e tornar as áreas mais rentáveis através dos processos de reestruturação e revitalização, visando atrair novos consumidores para tais locais onde acontece a intervenção urbana. Esse fator provoca uma nova dinâmica de frequência e uso, além de elevar o custo de vida das famílias e aumentar os valores dos imóveis ou dos terrenos urbanos ao redor.

A partir das diferentes estratégias de valorização do espaço urbano, encontramos, na extensão das cidades, bairros dotados de infraestrutura básica, mas com espaços públicos esportivos e de lazer deteriorados fisicamente, enquanto em outros não há, sequer, planos de urbanização para a melhoria do modo de vida da população. A valorização econômica advinda do processo de requalificação/revitalização gera um contraste entre as zonas da cidade, de modo que podemos considerar que existe uma distribuição dissimilar das políticas de infraestrutura da cidade, uma vez que esta “se reproduz de forma desigual, revelando as grandes contradições socioespaciais” (MAIA, 2010, p. 16).

As intervenções de requalificação desencadeiam uma gama de outros processos socioespaciais contemporâneos, como a higienização social dos espaços, a re/valorização do

solo urbano, a gentrificação, a segregação, a especulação imobiliária, a modificação de impacto de vizinhança nas paisagens, a mudança de funcionalidade dos espaços públicos, os conflitos sociais, políticos e ambientais, entre outros. Ainda assim, soma-se a isso as remoções forçadas, o que torna o espaço urbano cada vez mais homogeneizado, fragmentado e hierarquizado. Dessa forma, é preciso pensarmos nas mudanças ocorridas no modo de produção capitalista a partir da maneira como o espaço é produzido, apropriado e dominado.

Nessa perspectiva, com a ocorrência das intervenções de requalificação, pode haver o aumento da valorização dos solos urbanos nos bairros, consequentemente, elevando-se os valores dos terrenos e das residências no entorno, como ocorre nos casos das Operações Urbanas Consorciadas (OUCS). Nesse caso, “os projetos de requalificação urbana aparecem como forma dos mecanismos de valorização” (FIORAVANTI, 2015, p. 185), assim como é visada a modernização da paisagem, fator atraente para o investimento do setor econômico.

As intervenções de obras estruturantes tendem a urbanizar espaços antes desvalorizados pelos governos municipais, que formam as organizações responsáveis por promover a melhoria de serviços para os setores das cidades que necessitam de equipamentos sociais. Os espaços urbanos requalificados/revitalizados “resultam da intervenção direta dos poderes públicos - em certos casos associados aos empreendedores locais - e produzem transformações profundas do perfil populacional e da funcionalidade dos bairros afetados” (SERPA, 2007, p. 41). As intervenções na cidade são definidas por Portas da seguinte forma:

o conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc. (PORTAS, 2005, p. 171).

Já no que diz respeito à degradação em que se encontram os espaços públicos que passaram pelas intervenções de revitalizações/requalificações com o decorrer do tempo, vale acrescentar que eles acabam apresentando sinais de transtorno e caos urbano para as populações residentes no entorno do bairro e para os visitantes de outras áreas da cidade. Sendo assim, diante de situações como essas, encontramos a inflexão dos lugares da cidade, o que revela o contraste urbano de determinados processos atualmente. Vargas e Castilho (2015, p. 4), ao analisarem as intervenções em áreas urbanas centrais afirmam o seguinte:

“essa imagem de degradação e seus efeitos afetam os diferentes atores envolvidos de forma distinta, de acordo com os respectivos interesses e segundo a conjuntura local, cada vez mais internacionalizada”.

Casos semelhantes ao que ocorre com o objeto de estudo pesquisado são evidenciados por Leite (2010). O que antecede o processo de intervenção, assim como acontece com as revitalizações/requalificações, é o estado de conservação no qual os lugares públicos da cidade se encontram. Evidentemente, os espaços apresentam estado de deterioração física na estrutura edificada e na decadência de infraestrutura dos seus equipamentos. Desse modo, os espaços públicos deteriorados passam a obter menos atenção do poder público. Sua função passa a ter pouca relevância, uma vez que essas áreas podem se encontrar pouco assistidas pelas gestões urbanas. Enquanto efeito desse processo, a ausência de segurança e as circunstâncias da estigmatização nesses espaços esvaziam as áreas para o divertimento na cidade, além de que perpassa uma imagem negativa. Por outro lado, esses locais são de suma relevância para a cidade, pela questão histórica, pela social, pela cultural, pela política ou pela questão econômica. Em virtude do que foi mencionado, podemos constatar que

Os parques impopulares preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas que implicam, mas também pelos efeitos negativos constantes. Eles sofrem do mesmo problema das ruas sem olhos, e seus riscos espalham-se pela vizinhança, de modo que as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e são evitadas (JACOBS, 2011, p. 72).

Cabe enfatizar que esses espaços na cidade necessitam estar em pleno funcionamento para ofertar o digno acesso a todos os cidadãos, visto que os equipamentos públicos urbanos, como aqueles que possuem a função esportiva, fornecem a oportunidade de transformação de vidas. Por isso é necessário que haja, especialmente, a oferta de políticas públicas urbanas que mantenham os espaços esportivos e de lazer em boa qualidade para a realização das suas práticas cotidianas. Em razão desse aspecto, pode-se afirmar que as “políticas urbanas, através da definição e alocação dos investimentos públicos, do aparato regulatório e dos canais de interlocução e gestão com a sociedade, têm um papel fundamental nos destinos econômicos-territoriais das cidades brasileiras” (ROLNIK, 2000, p. 105).

No que concerne à disputa política de governar a cidade, referente à discussão apresentada neste trabalho, reitera-se o contínuo confronto entre rivalidades de grupos políticos. Podemos conceber que de um lado existe um grupo formado pela gestão que passou

a administrar a PMCG¹² entre 2005-2008 e 2009-2012, dirigido pelo ex-prefeito, Veneziano Vital. Por outro lado, podemos constatar que existe um segundo grupo que governou a cidade entre 2013-2020, liderado pelo ex-prefeito Romero Rodrigues, e seu grupo sucessor (2021-2024), comandado pelo prefeito Bruno Cunha Lima. Além disso, estão as candidaturas não eleitas¹³, formadas por opositores de ambas as gestões mencionadas ao decorrer dos mandatos.

Perante a disputa de poderes entre grupos opositores, a infraestrutura urbana torna-se uma mercadoria eleitoral concorrida entre o conjunto de agentes políticos envolvidos em disputas concorrenciais pelo domínio na gestão da cidade, pois “os conflitos pelos recursos coletivos e pelo direito de transformar a cidade são comuns aos contextos urbanos, não raro são negados e reduzidos no discurso político e social” (BITTENCOURT & FARIA, 2021, p. 2). Diante este debate, os recursos infraestruturais permanecem em uma contínua disputa, repleta de contradições derivadas das relações políticas conflituosas, que por sua vez, ocasionam as disfunções dos projetos públicos de obras urbanas.

Cabe apontar que os diferentes processos de gestões podem ocasionar problemas urbanos que se manifestam na cidade conforme as relações de condução na conjuntura da política local. Ou seja, como “espaço de poder, o espaço público é locus [*sic*] de pertencimentos, com possibilidades diversas de vínculos e atribuições de significados; e não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social” (LEITE, 2010, p. 84). Estabelecidas pela obtenção de poder na sociedade, as gestões interferem diretamente em áreas públicas coletivas e no modo de viver urbano dos habitantes pertencentes a determinado bairro, assim como aos moradores da sua vizinhança adjacente.

A criação de novos espaços urbanos que transformam os lugares dotados de uma série de historicidades pode revelar as tramas das relações sociais entre agentes responsáveis pela produção de novas áreas e seus divergentes grupos partidários que disputam o governo da cidade. A representatividade de uma determinada área que o espaço urbano possui pode

¹² Cabe ressaltar que a disputa política pela governança da cidade de Campina Grande é histórica. Os grupos coligativos e os distintos arranjos políticos entram em confronto próximo às eleições para prefeito de Campina Grande e ao longo dos processos de gestão, abordam diversas críticas aos respectivos gestores de conjunturas divergentes.

¹³ Estão relacionadas às candidaturas referentes ao cargo de Prefeito da cidade de Campina Grande durante as eleições municipais para o referido cargo. Entre as candidaturas que buscaram abordar a discussão sobre a Vila Olímpica Plínio Lemos durante as campanhas para assumir a prefeitura da cidade estão: em 2012: Tatiana Medeiros (PMDB) e José Arthur Melo de Almeida (PDT); em 2016, Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) e Adriano Cesar Galdino de Araújo (PSB); e no ano de 2020: Ana Cláudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rêgo (Partido Podemos).

despertar a atenção e profundo interesse por parte dos gestores políticos, visando intervir com a introdução de empreendimentos públicos que possam vir a alterar a dinâmica espacial do lugar.

Por outro lado, as intervenções urbanísticas ocasionam a disputa entre os respectivos grupos políticos de opositores e as candidaturas não eleitas, gerando embate pela disputa do espaço entre as forças político-partidárias. Os conflitos políticos comumente são gerados por grupos adversários em constante competição pela ocupação dos cargos do governo municipal, sobretudo, de modo a disputar a conquista pelos próprios interesses e privilégios, e enaltecer o fortalecimento da coligação pertencente para conquistar maior número possível do público de eleitorado.

Diante o exposto, deve-se enfatizar que a origem das intervenções urbanísticas a partir de um embate nos ajuda a refletir as repercussões ocasionadas pelas disputas que orbitam pelo espaço entre partidos, ora na gestão e seus oponentes. Em vista disso, é preciso entender os conflitos, as especulações voltadas para o espaço a exemplo da Vila Olímpica, os discursos apresentados, as promessas em campanhas eleitorais, as propostas e Planos de Governos de cada gestão, bem como o processo subsequente da implantação do mobiliário urbano, pois a Vila Olímpica Plínio Lemos encontra-se no cerne de um, ainda, conflituoso embate político.

Em termos gerais, podemos observar que o atraso na execução de algumas obras públicas desenvolvidas por projetos urbanos municipais decorre do entrave político ocasionado pelos entes administrativos da cidade na condução dos espaços públicos, tendo em vista que nas gestões “podem surgir coligações que tentem bloquear as atividades dos interesses no desenvolvimento. A oposição entre frações pró-crescimento e de não-crescimento representa uma luta ideológica profundamente arraigada pelos usos do espaço (GOTTDIENER, 1993, p. 223), na medida em que as negociações para a realização podem ser morosas e dependem da ambição política em efetivar tal obra.

É preciso enfatizar que um projeto implantado no espaço urbano e que foi criado por uma gestão pode tomar rumos diferentes da sua concepção inicial, em que foi planejado. Isso se deve aos processos espaço-temporais das diferentes gestões que governam a cidade, optando ou não pela continuidade do projeto idealizado por uma gestão antecessora e de oposição ao governo. O que resulta em uma descontinuidade espacial (desiguais formas de governar para os diferentes setores da cidade) e “temporal (ausência de continuidade entre os esforços de administrações diferentes)” (SOUZA, 2010, p. 406).

Quando não ocorre a devida continuidade que deveria assegurar a oferta de um serviço que contemple a toda população do bairro e ao seu entorno, podemos considerar que todo o

planejamento elaborado para a área se insere em um estado de descontinuidade das ações político-partidária da administração municipal, ocasionado pela própria administração pública, em razão do descompromisso com o bem público e com o direito à justiça social de todos (as) que foram contemplados.

Os projetos urbanísticos implantados no espaço urbano tendem a passar por diversos processos de continuidades e descontinuidades, dependendo das diferentes gestões administrativas que governam a cidade. As intervenções submetidas no espaço urbano são caracterizadas por ações que transformam inteiramente os lugares do cotidiano e de convívio dos habitantes de determinada comunidade ou bairro. Os processos de revitalização, renovação, requalificação, regeneração, reabilitação, recuperação, reurbanização e outros são intervenções que podem modificar a constituição de origem de uma área urbana, assim como dos habitantes pertencentes a este lugar, para instituir planos com concepções diferentes da realidade que a área costuma revelar. De tal forma, “a constante renovação - transformação do espaço urbano através das mudanças morfológicas da metrópole produz constantes transformações nos tempos urbanos da vida, dos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços públicos” (CARLOS, 2017, p. 28).

A continuidade de um serviço ofertado por um espaço público implantado por intervenções urbanísticas pode ter o seu processo interrompido quando ocorrem mudanças nas gestões públicas de um determinado município, podendo haver a alteração de interesses nas ações para os espaços da cidade. Isso ocorre com mais facilidade quando não existem instâncias de gestão democrática e de controle social das políticas públicas, e quando não há grupos organizados da sociedade civil que demandem e lutem por espaços e equipamentos públicos nos bairros e cidades.

Contudo, é comum encontrarmos administrações municipais investindo em terrenos urbanos ainda não ocupados para gerar a criação de novos equipamentos na cidade e designando uma dinâmica diferente da qual o espaço obtinha anteriormente. Sobre a dispersão de continuidade, Souza (2010, p. 316), elucida que:

A freqüente [*sic*] ausência de continuidade entre as administrações, em que as propostas estudadas e, às vezes, de implementação até já iniciada por um prefeito, são abandonadas pelo sucessor, configura outro problema corriqueiro (...) é seguro que, sob essas circunstâncias, não é possível a implantação bem-sucedida de um sistema local de planejamento e, tampouco, o florescimento de uma "cultura de planejamento".

Segundo a concepção de Sposito (2021¹⁴), os processos de continuidades e descontinuidades relacionam-se com o espaço como acúmulo diferenciado de tempos decorrentes. As continuidades referem-se às trajetórias de permanências que ocorrem no espaço, e as descontinuidades representam as rupturas, ou seja, a não continuação do progresso contínuo retratado na continuidade. De tal maneira, os fatores relacionados às continuidades e descontinuidades estão inseridos diante da relação entre espaço e tempo, associados à sincronia e diacronia, no âmbito das circunstâncias entre avanço e desenvolvimento. Deste modo, entendemos aqui que a construção do espaço está correlacionada com uma junção de movimentos sucessivos.

Conforme situa Sposito (2021), podemos entender que, no decorrer da história, as cidades sempre perpassaram por processos de continuidade e descontinuidades através das intervenções urbanas que modificaram as estruturas dos espaços urbanos. O conflito entre permanências e transformações está relacionado com os princípios dos lugares; porém, as ações de interferências políticas que buscam modificar os ambientes das cidades podem acabar interrompendo a relevante história de um lugar, chegando a transformá-lo por completo.

É comum encontrarmos alguns espaços públicos ante a negligência dos investimentos não destinados para a manutenção da infraestrutura urbana dos ambientes já construídos em áreas mais pobres. Localmente, a exemplo disso, podemos destacar os casos em que governantes manifestam maior interesse na prática da criação de novos projetos de modernização, sem a disposição de valorizar a utilidade para a melhoria urbana dos espaços idealizados e implantados anteriormente. Nesse sentido, com base em Nigro (2006), podemos explicitar que o desenvolvimento da cidade seguindo essa percepção tem o intuito de expandir novos locais, não realizando o aproveitamento de espaços mais antigos, bem como ocorreu com o caso de Campina Grande, em que foram edificadas o Parque da Liberdade, o Parque da Dinamérica e o Parque do Tambor, além de outros equipamentos. Isso compreende os novos espaços urbanos para a prática esportiva e de lazer priorizados nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, sendo que outros espaços da cidade, a exemplo da Vila Olímpica, não tiveram o devido comprometimento de reforma.

Dessa forma, é possível revelar que o Parque da Dinamérica, o Parque da Liberdade e o Parque do Tambor possuem maior atenção do poder público municipal por pertencerem ao

¹⁴ Discussão apresentada por Sposito (2021) durante a Aula Magna do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com o título: “CONTINUALIDADES E DESCONTINUALIDADES ESPACIAIS – DESAFIOS TEÓRICOS E DE MÉTODO”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eOhBVdNk81w>. Acesso em: 24 mar 2021.

conjunto de obras construídas pelo grupo político das gestões de 2013-2016, 2017-2020 e 2021-2024. Uma vez que o fator da rivalidade política enraizada entre as gestões oponentes permanece intrincado, já que a Vila Olímpica foi construída por uma coligação partidária adversária à aliança política que implementou os referidos parques mencionados. Desse modo, a priorização de investimentos em outras obras evidencia o abandono das gestões em relação à Vila Olímpica, tanto no tempo quanto no espaço.

Contudo, as gestões 2013-2016, 2017-2020 e 2021-2024 optaram em investir na construção de parques urbanos lineares, como é o caso do Parque da Dinamérica e o Parque do Tambor. Dessa forma, esses são classificados de acordo com Sakata (2018) como parques lineares inseridos na malha urbana, uma vez que possuem o comprimento maior que a própria largura. Porém, a implantação desse modelo de parque pode acarretar contrastes, como, por exemplo, a exclusão sociourbanística, uma vez que favorece algumas áreas em detrimento de outras, ocasionando desigualdades dentro da cidade. Além disso, pode também ser edificado no espaço urbano para atrair investimentos, adentrando à concepção da cidade neoliberal.

A exclusão sociourbanística em áreas mais precárias da cidade, que necessitam de maior assistência dos serviços públicos, quando ocasionada por gestões municipais, gera o aumento da desigualdade social e agravamento da vulnerabilidade social, pois “as marcas de um modelo de desenvolvimento urbano excludente e predatório continuam presentes em várias dimensões do processo de urbanização no Brasil” (ROLNIK & KLINK, 2011, p. 89). Isso se torna motivo para os conflitos políticos e sociais na sociedade. O não acesso a um equipamento urbano, como uma Vila Olímpica com intenso potencial para a contribuição na mudança de vida dos cidadãos dessas áreas, assim como o caso destacado em estudo, interfere diretamente na vida da população que deveria usufruir do pleno direito ao acesso qualitativo do bem público, quando, na prática, são impactados pelas disfunções que o espaço produz.

Quanto mais as populações permanecem diante da exclusão, maiores serão os impactos no bem-estar da comunidade e vida social dos moradores urbanos, na cultura, nas práticas cotidianas do lazer e, conseqüentemente, os índices de crianças e adolescentes adentrando as práticas irregulares de convívio em sociedade, como a área do crime, o tráfico de drogas, a violência urbana e outros, podem aumentar. Além disso, ao nível municipal, os índices dos problemas urbanos podem se tornar cada vez maiores. Sobre a relevância do espaço ao contribuir com a transformação de vidas por meio do esporte, evitando que jovens atletas não se envolvam com substâncias psicoativas nem com a criminalidade, o entrevistado 6 relata o seguinte:

foi a melhor coisa que fizeram aqui, foi isso aqui [Vila Olímpica]. Tirou muitos guris do meio de rua, das drogas. Esses cinquenta que tá saindo aí [jogadores de futebol habilidosos que iniciaram a carreira em épocas anteriores no espaço e conseguiram vagas em times nacionais e internacionais], era pra tá tudo nas drogas, mas se envolveu no esporte daqui e seguiu o caminho do esporte. Foi bom, e tá sendo bom né.

É necessário também enfatizar que as decisões, assim como as ações ou a não realização de uma ação pautada na agenda política de uma gestão, podem impactar determinado lugar comunitário. Dessa maneira, a “vida política, nesta perspectiva, contestará o centro de decisão política ou reforçará. Esta opção será, no que diz respeito aos partidos e aos homens, um critério de democracia” (LEFEBVRE, 2001, p. 123). Nessa conformidade, a população pertencente a esse espaço pode ser beneficiada, bem como ser prejudicada pela condução das elites políticas municipais, atuando conforme os seus interesses.

Em relação aos projetos urbanísticos propostos para os lugares na cidade, esses se alteram conforme a inserção de gestores políticos em sua condução, seja no governo da cidade, nas Secretarias municipais, equipes técnicas e na administração local do espaço, onde os responsáveis por administrar o projeto são estabelecidos segundo os objetivos de determinação do gestor que tem o poder de governar a cidade.

Quando uma gestão urbana obtém uma melhor correlação de forças políticas entre os agentes públicos e líderes do seu grupo político, a efetuação do trabalho pode ser melhor realizada; sendo assim, passamos a depender da vontade política. Mas, caso as correlações de forças que regem a cidade não forem efetivas, a luta pela democracia e o direito ao acesso dos espaços públicos se tornam cada vez mais dificultosa. Dessa maneira,

A constelação de forças precisa ser cuidadosamente avaliada: quem são os agentes modeladores de espaço relevantes no local e no momento considerados, isto é, em um dado espaço-tempo? Quem são os agentes sociais portadores (real ou potencialmente) do projeto, quem são os possíveis parceiros, quais são as prováveis alianças, as prováveis linhas de tensão e os prováveis focos de resistência? O que é negociável, e o que não é? (SOUZA, 2010, p. 411).

Em termos gerais, é preciso destacar que quanto maior for o benefício e impacto que uma determinada obra construída por uma gestão, sua sucessora, em caso de partidos opostos, tenderá a desvalorizá-la, tendo em vista que é uma forma de demonstrar que a implantação proposta não é bem sucedida. Desse modo, criam-se novas áreas e valorizam-se as obras atuais, fazendo com que as antigas “fiquem para trás”, e a população acabe esquecendo de tal benefício que um dia lhes foi entregue, realizando uma espécie de estratégia conhecida como

“fuga do problema”, tendo o intuito de ir adiante e considerando outros objetivos da gestão e buscando-se livrar da solução que deve ser resolvida.

Por outro lado, na troca de gestões, pode ocorrer a ausência de manutenção e zelo ao bem público construído por gestões antecessoras. Os anos passam, as gestões ganham fortalecimentos eleitorais dos aliados, se reelegem, continuam administrando seus mandatos, as reivindicações das populações mais empobrecidas acontecem, mas, os problemas dessa falta de manutenção e atenção aos equipamentos públicos podem permanecer. Isso decorre da falta de atenção assistencial em algumas áreas da cidade em que os referidos problemas corriqueiros se tornam algo banal com o descuido realizado diante determinadas obras em espaços urbanos.

Quanto maior for o número e o investimento em obras urbanas empreendidas por uma gestão, maiores serão as repercussões dos candidatos utilizando-se de discursos que colocam em pauta a agenda das ações realizadas durante determinado mandato em decorrência do jogo político-eleitoral, pois, nitidamente a cidade é o cenário onde atuam as manifestações ideológicas desses agentes, fazendo dela um produto político. Ainda conforme esse debate, cabe colocar em evidência, a partir do que averiguamos, outra forma de contradição ao que acontece com os espaços públicos enquanto objeto político, ou seja, quando se transformam em projetos implantados que foram abandonados, também conhecidos como “elefantes brancos”. Ao tratar do objeto de estudo, o qual se remete à Vila Olímpica, no tocante a este assunto, o entrevistado 8 declara a seguinte informação:

Antigamente, até pra questão da população de Campina Grande no geral vir para aqui eles tinham medo. Mas com relação a isso, a gente, graças a Deus, conseguiu quebrar esse paradigma, entendeu? Ai conseguimos, esse ano, na gestão do atual prefeito Bruno Cunha Lima, implantar as escolinhas esportivas no município e fez com que esse espaço, que na realidade era, como diz o ditado, “um elefante branco”, ele voltasse a ter características entendeu? Voltadas para a prática de atividades físicas. (Informante 8).

A denominação “elefante branco” refere-se aos grandes projetos urbanos construídos que recebem elevados gastos públicos de investimento em infraestrutura e, logo após, são deixados de lado, tornando-se, com o passar dos anos, espaços descartados, sem usos e a favor da especulação imobiliária de novas empreiteiras e da abertura de novos editais de licitações de obras por parte da prefeitura. Há o risco de se tornarem espaços privados voltados para o mercado empresarial do setor econômico ou de obter parte da sua administração coordenada por organizações não governamentais, como no caso da Vila Olímpica.

Esse é um problema bastante recorrente nas obras urbanísticas dos megaeventos mundiais, como o caso das cidades de países que sediaram a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, especificamente no Brasil, onde grandes obras, como estádios e arenas olímpicas, seguem sem uma decisão quanto à destinação para o uso projetado inicialmente.

Ademais, com o advento desses mega projetos, ocorrem efetivamente no espaço urbano os processos do aumento do valor do solo, casos de gentrificação, realocação de grupos familiares, higienização popular, segregação socioespacial, entre outros.

No que diz respeito ao Estado, as gestões urbanas costumam desvalorizar determinadas áreas para obter novas formas de intervenção, reformas e fortalecer os negócios econômicos do mercado empresarial. Aqui, podemos compreender que o processo de destruição criativa “se baseia na desvalorização ou destruição forçadas de ativos antigos para abrir caminho aos novos” (HARVEY, 1992, p. 210). Em suma, o “efeito da inovação contínua é, no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalho passados. A destruição criativa está embutida na própria circulação do capital (HARVEY, 1992, p. 102).

Isso nos faz entender a lógica dos grandes projetos com o fator das mudanças entre gestões na cidade e seus processos de desvalorização diante os espaços de lazer, caracterizados pelo abandono.

Em respaldo ao que foi mencionado, Arendt (2007, p. 64) destaca que se “o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais”. Arendt esclarece que a durabilidade dos espaços públicos deve ser contínua entre as gerações dos seres humanos convivendo em sociedade, ou seja, que a obra construída e a funcionalidade do espaço público não podem ser descontinuadas pelo sistema que tenta intervir.

Desse modo, as disputas dos projetos do espaço urbano, em busca da conquista por melhores infraestruturas para os lugares onde acontecem a reprodução da vida humana e onde estão presentes as práticas cotidianas, como os espaços voltados para a promoção da cidadania, do lazer e do esporte, devem estar pautadas em uma luta social e política que vise ao intuito da garantia de direitos democráticos à vida urbana na cidade contemporânea.

2.2 Do Projeto à requalificação urbana da Vila Olímpica Plínio Lemos

Ao analisar a intervenção urbana de requalificação referente à área do antigo Estádio Municipal Plínio Lemos, transformado em Vila Olímpica Plínio Lemos, no bairro José

Pinheiro, em Campina Grande, observamos que os grandes projetos de urbanização nas cidades, quando implantados, podem ter repercussões negativas. Isso ocorre em decorrência do que foi previsto como objetivo do projeto, de modo que os resultados podem não ser os esperados, o que tem como consequência o impacto na funcionalidade que os espaços públicos podem oferecer.

O aparecimento de aspectos negligenciáveis, como a deterioração, a ausência de conservação, a degradação urbana e o abandono do bem público, representa alguns tipos de situações inapropriadas com as quais esses espaços se deparam, gerando as dificuldades para atingir os objetivos propostos pelos governantes por ocasião da apresentação dos seus projetos. Cabe enfatizar também que os governos, muitas vezes de forma proposital, esquecem que os projetos urbanos deveriam ser voltados para a coletividade. Em consequência, as descontinuidades desses projetos provocam problemas urbanos caóticos que afetam a vida de milhares de indivíduos que residem em áreas urbanas, uma vez que “o processo de urbanização se encaminha na direção da negação do espaço público, assim como na destituição dos espaços qualitativos do bairro, lugares da permanência das relações e de pertencimento dos moradores, como os locais de convivência” (PADUA, 2015, p 154).

Em Campina Grande, na primeira década do século XXI, presenciamos uma intervenção urbanística que modificou a configuração física do único estádio municipal que o bairro José Pinheiro possuía. Desde então, foi desenvolvido o projeto de um equipamento comunitário que transformou a paisagem da área e a dinâmica do seu uso, resultando na construção da Vila Olímpica Plínio Lemos.

A construção da obra de requalificação coincide diretamente com os parâmetros do Plano Diretor do Município, que, em 2006, passou por uma revisão, classificando parte da Zona Leste da cidade e do bairro José Pinheiro como Zona de Recuperação Urbana. Segundo o macrozoneamento do Plano Diretor do Município, essa porção territorial da cidade “caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda” (CAMPINA GRANDE, 2006, p. 8). Dentre seus objetivos, estão:

I) complementar a infraestrutura básica; II) implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer; III) promover a urbanização e regulação fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda; IV) incentivar a construção de novas habitações de interesse social e V) conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis (CAMPINA GRANDE, 2006, pp. 8-9).

Correspondendo à legislação municipal no que diz respeito ao Plano Diretor, especificamente quanto ao segundo objetivo da Zona de Recuperação Urbana, observamos, por parte da gestão, o intuito de construir um equipamento público de lazer, ao qual foi dado o nome de Vila Olímpica Plínio Lemos. Assim, a denominação do referido espaço sofre alteração de estádio para Vila Olímpica, permanecendo a referência ao antigo prefeito Plínio Lemos. A alteração na configuração do espaço está relacionada com as diferentes propostas de agendas entre gestões, pois, com a vitória da gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (2005 a 2008), liderada pelo Prefeito Veneziano Vital, prevalece a implantação do projeto da Vila Olímpica, advindo da concepção desse grupo político.

Com as eleições de 2004, uma nova gestão é eleita para assumir a administração municipal de Campina Grande, entre 2005-2008. Então, tem início a implantação do projeto para transformar o antigo Estádio Municipal Plínio Lemos em uma Vila Olímpica. Portanto, já no ano de 2005, quando se inicia o mandato dessa gestão, foram efetuados levantamentos e estudos técnicos sobre a estrutura física do antigo estádio, com o objetivo de avaliar a situação em que se encontrava a área entregue pelo Campinense, uma vez que, de 1999 a 2004, ela estava sem utilização. Sobre o processo decisório de implementá-lo, a entrevistada 11 presta os seguintes esclarecimentos:

Na época, o Prefeito então, ele identificou essa área que tinha disponibilidade e solicitou à Secretaria de Planejamento que fosse desenvolvido um projeto de recuperação para o histórico e conhecido Plínio Lemos. Foi um dos primeiros campos de futebol de Campina Grande, do primeiro time de Campina Grande [Campinense Clube]. Então ele [o estádio] tinha esse lado histórico, e o prefeito da época quis fazer essa recuperação, a requalificação desse espaço e o projeto foi desenvolvido nessa base (Técnica responsável pela idealização da Vila Olímpica Plínio Lemos).

Considerando o que foi relato pela entrevistada 11, é possível constatar que a edificação de obras no espaço urbano de Campina Grande é realizada para deixar suas marcas, por meio dos processos das gestões que governam a cidade, criando novas áreas públicas. Dessa forma, essa obra se tornou símbolo da gestão Veneziano. Segundo a compreensão de Serpa (2007), a idealização de projetos voltados para a construção de espaços públicos é uma iniciativa das organizações que têm a ambição de querer edificar obras, aproveitando o poder que possuem sobre o controle de investimento na cidade. Em consonância com esse pensamento, podemos mencionar que o espaço urbano é “uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica”, bem como afirma Maricato (2013, p. 168). Nesse sentido, podemos afirmar

Antes mesmo de se materializar e deixar suas marcas no espaço urbano, o parque público é um discurso dos poderes políticos e econômicos. A realização das intenções oficiais se dá no tempo longo das representações e das tomadas de decisão políticas. Trata-se, sobretudo, de uma vontade política que se manifesta através da intenção de deixar traços para o futuro [*sic*], de se representar através do tempo. (SERPA, 2007, p. 71).

O Projeto da Vila Olímpica Plínio Lemos teve autoria da Prefeitura Municipal de Campina Grande, sendo inicialmente denominado Centro Integrado Plínio Lemos, devido às decisões futuras sobre os equipamentos que seriam implantados na área. Esse projeto, apresentado pela Secretaria Municipal de Planejamento de Campina Grande, após ser finalizado, teve sua implantação no bairro José Pinheiro. Para que fosse implementado, a tramitação considerou os seguintes aspectos:

Em concordância com a agenda administrativa da nova gestão do Município e de acordo com o planejamento feito através da contemplação de projetos/ações em cada zona do Município, o gestor abraçou a ideia apresentada pela Secretaria de Planejamento para o aproveitamento e a utilização do antigo Estádio Municipal Plínio Lemos, que se encontrava em avançado estado de deterioração. Assim, apresentamos a proposta da construção de um Complexo Integrado. Foi considerado, também, o fato das titularidades do terreno, a boa localização, acessibilidade e infraestrutura básica (água, luz, esgoto, telefone e transporte), a topografia e, principalmente, a tradição e a densidade populacional do bairro de José Pinheiro. (Entrevistada 9, Técnica responsável pela idealização da Vila Olímpica Plínio Lemos).

Em consonância com o relato da entrevistada 9, podemos afirmar que espaços públicos antigos e sem utilização, quando localizados em lugares como esses, de fácil acesso em comunidades carentes e próximos do centro urbano, tornam-se alvo de processos urbanísticos que buscam modificar e revalorizar os espaços da cidade, conforme ocorreu com o Estádio Plínio Lemos.

Figura 12: Terreno urbano do Estádio Plínio Lemos em 2005.



Fonte: Google Earth Pro, 2005.

Áreas urbanas próximas aos núcleos centrais das cidades tornam-se lugares altamente cobiçados para investimentos, tanto do Estado em nível municipal quanto de empresas locais, visto que a localização é um ponto-chave para essa escolha estratégica. Investir em periferias de bairros populares representa uma estratégia pretensiosa por parte dos governos locais na busca pela conquista de eleitores.

Figura 13: Maquete do Projeto Centro Integrado Plínio Lemos



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2006.

O interesse que levou a gestão da época a construir um espaço público como a Vila Olímpica também está fundamentado na justificativa de que, nesse período, estava se

difundindo no Brasil a construção dos espaços urbanos voltados para a promoção de esportes. Em Campina Grande, a gestão da época (2005-2008) continuava trabalhando de acordo com as propostas e programas de governo do Partido dos Trabalhadores, e por isso tal política foi empreendida por meio do projeto de requalificação no espaço do antigo Estádio Municipal Plínio Lemos, que se encontrava abandonado. Sendo assim, houve a junção desses fatores para requalificar a área. Entretanto, em seu documento de criação, encontra-se:

A área deste projeto está localizada no bairro de José Pinheiro, zona leste do município, correspondente a aproximadamente 1/3 da população, portanto beneficiará, diretamente, em torno de 125.377 habitantes, **causando impacto positivo** na promoção e valorização do esporte e do lazer, na inclusão sócio-educacional, contribuindo para o desenvolvimento humano e consequentemente melhorando a qualidade de vida das pessoas (PMCG, SEPLAN, 2006, p.1¹⁵) (Grifo nosso).

A concepção do espaço público planejado para a Vila Olímpica Plínio Lemos considerou a implantação de um equipamento comunitário esportivo que oferecesse infraestrutura adequada ao livre uso da população, com a disponibilidade de vários serviços e equipamentos integrados em um único espaço para servir aos frequentadores do bairro, bem como aos demais habitantes da cidade. Nesse âmbito, a entrevistada 9 ainda declara que:

Considerando a definição de espaço público no urbanismo, onde o espaço se define como aberto, de usos comuns, apropriados livremente por pessoas, a concepção planejada para a Vila Olímpica Plínio Lemos é justamente oferecer um espaço físico adequado, com toda infraestrutura disponível, para o encontro e a convivência de pessoas. As razões de se construir estes espaços, correspondem à necessidade de ofertar equipamentos urbanos, devidamente projetados, com boa localização, fácil acesso e diversas atividades em um único espaço, integrando ainda, a configuração física com a convivência social.

O Projeto foi elaborado por meio de um memorial descritivo produzido em dez páginas. As ações propostas para serem desenvolvidas no local foram divididas em doze, estando elencadas da seguinte forma: limpeza geral da área, verificação e resolução de situações das pessoas que ocupavam o espaço, levantamento e parecer técnico da estrutura a ser aproveitada, demolição das estruturas comprometidas, elaboração dos anteprojetos (arquitetônico, paisagístico, iluminação e comunicação visual), levantamento dos custos (estimativa), apresentação da proposta à comunidade, ajustes, elaboração dos projetos básicos (físico e social), elaboração dos projetos complementares, encaminhamento para captação de

¹⁵ PMCG. **Projeto centro integrado de vivência Plínio Lemos**. Campina Grande: Secretaria de Planejamento, 2006.

recursos (Ministério do Esporte – Programa Segundo Tempo, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Secretaria Nacional de Políticas voltadas às juventudes) e busca por parcerias para sustentabilidade do projeto¹⁶.

Figura 14: Comprometimento da estrutura física referente à arquibancada do Estádio Municipal Plínio Lemos.



Fonte: Acervo SEPLAN, PMCG, 2005.

Desse modo, ao ser realizada a vistoria técnica, constatou-se que o muro de contorno do estádio encontrava-se deteriorado, comprometendo sua segurança. Já a fachada principal foi preservada, necessitando apenas de algumas correções devido aos elementos arquitetônicos; a edificação principal foi considerada em condições de ser reaproveitada, com algumas alterações; a arquibancada sol foi identificada como inviável de recuperação, enquanto a arquibancada sombra necessitaria de intervenções para a sua recuperação. De acordo com o Projeto,

As intervenções aqui citadas no âmbito da totalidade tem [sic] como objetivo o reaproveitamento do espaço físico conservando as características da edificação que é um marco na história e patrimônio da cidade e enquadra-se perfeitamente no plano de conservação das edificações antigas (Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2005).

No estudo preliminar do Estádio Plínio Lemos, elaborado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN)¹⁷, consta que o objetivo geral do projeto para a área urbana era

¹⁶ PMCG. **Projeto centro integrado de vivência Plínio Lemos**. Campina Grande: Secretaria de Planejamento, 2006.

requalificar o espaço físico, com a implantação de equipamentos esportivos, de lazer e de capacitação profissional. Já os objetivos específicos estão assim definidos: proporcionar a prática esportiva por meio das atividades a serem realizadas no contraturno escolar; qualificar as pessoas envolvidas com os esportes; contribuir para a formação corporal e habilidades motoras das crianças e adolescentes; promover a geração de emprego e renda através da indústria, comércio de materiais e serviços, promoção de eventos de esportes e com a capacitação profissional; e, por último, contribuir para a diminuição da exposição à situação de risco social. Na concepção à época da elaboração, o público-alvo eram crianças e adolescentes das escolas municipais.

O programa proposto abrangeu dezessete implantações: campo de futebol com arquibancadas, quadras de areia, pista de atletismo, pista de skate, pista de caminhada, piscina térmica, playground, espaços de convivência, estacionamento e bicicletário, muro e pórtico, quadra poliesportiva coberta, centro de capacitação profissional, administração, museu, núcleo de polícia comunitária, refeitório e unidade de saúde. As figuras a seguir mostram a idealização dos equipamentos pertencentes ao espaço público na elaboração do projeto urbano.

Figura 15: Projeto da Vila Olímpica: Playground



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2006.

Figura 16: Projeto da Vila Olímpica: Espaço de convivência



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2006.

As Secretarias do Município que trabalharam juntas para a implantação da Vila Olímpica foram a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Secretaria de Obras e Serviços

¹⁷ Estudo fornecido ao pesquisador pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), conforme expresso no Anexo B deste trabalho.

Urbanos (SOSUR)¹⁸, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE), a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC)¹⁹ e a Secretaria de Assistência Social (SEMAS). A equipe técnica lotada na Secretaria de Planejamento, responsável pela construção do espaço público, foi formada por um grupo multidisciplinar de profissionais, entre os quais estavam sociólogos, assistentes sociais, arquitetos e engenheiros. No quadro 1, a seguir, estão listadas as funções, além do número de membros que compuseram o projeto.

QUADRO 1: Equipe Técnica do Projeto Urbanístico

FUNÇÃO EXERCIDA	Nº DE PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA
Engenheiro Civil	5
Arquiteto	2
Desenhista/Cadista	1
Coordenador de Habitação	1
Coordenador de Planejamento Urbano	1

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Foram estabelecidas três categorias de ações para a implantação do espaço público: intersectorialidade de secretarias do município de Campina Grande, realização de audiências públicas com as comunidades dos diversos bairros interessados e considerações às demandas do orçamento participativo.

Nove principais diretrizes do projeto arquitetônico e urbanístico foram estabelecidas para a sua constituição, as quais estão inseridas no memorial descritivo, PMCG (2006), sendo classificadas em: 1) manutenção do uso esportivo tido como vocação marcante da área; 2) preservação com a recuperação da edificação existente, resgatando seu valor histórico-arquitetônico; 3) retificação do sistema viário com duas intervenções, viabilizando a integração, na área, entre o 1º e o 2º anel viário e a circulação viária no entorno de todo o conjunto; 4) atendimento às demandas populares, frutos das audiências públicas realizadas; 5) existência de um canal que atravessa o terreno; 6) a correta escolha dos materiais de construção e definição do volume arquitetônico em função das condições climáticas locais; 7) localização geográfica e dos edifícios vizinhos; 8) orientação das fachadas, possibilidade de captação de luz natural sem elevar excessivamente a carga térmica e do uso de ventilação

¹⁸ Atualmente, cada setor conta com uma secretaria específica, incluindo a Secretaria de Obras e Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA).

¹⁹ Atualmente, cada setor é supervisionado por uma secretaria específica, incluindo a Secretaria de Educação (SEDUC), a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) e a Secretaria de Cultura (SECULT).

natural, sempre priorizando a redução no consumo de energia e a melhoria da qualidade de vida, e 9) uso de protetores solares exteriores²⁰.

A elaboração do Projeto contou com a produção de diversos tipos de plantas arquitetônicas, dentre elas plantas gerais, plantas baixas, plantas de forma, cortes, detalhamento de ferragens e outros desenhos pertinentes. Essas plantas estão preservadas pelo acervo da Secretaria Municipal de Planejamento de Campina Grande e estão disponíveis para consulta.

O Projeto de requalificação urbanística que transformou o estádio em uma Vila Olímpica apresenta as seguintes categorias participativas do planejamento urbano, com base na concepção de Souza (2010): consulta popular e tentativas de parcerias públicas²¹. Segundo o referido autor, essa forma de planejamento insere-se em uma escala de avaliação, uma vez que a consulta popular é um tipo de grau de pseudoparticipação, processo em que as lideranças de uma gestão possibilitam que haja sugestões por parte da população que será contemplada com uma obra de infraestrutura. No entanto, as opiniões não são levadas em consideração, uma vez que os critérios já foram estabelecidos anteriormente por uma tomada de decisão dos próprios gestores locais, bem como ocorreu no caso do objeto em estudo.

Já a parceria enquadra-se como um marco político institucional, pois há maior vigência do efetivo diálogo democrático. Em relação à consulta popular, a entrevistada 11 esclareceu a forma como ocorreu esse processo:

Na época, foram feitas consultas, especificamente, com a população, a população do *Zé Pinheiro*, do bairro, através de reuniões onde a equipe da Secretaria de Planejamento explicou pra população ali presente qual era a intenção do projeto, que benefícios eles viriam a ter com aquele projeto e ao longo de um período, isso foi sendo discutido, a gente foi ouvindo a população também, o que era que eles queriam que fosse construído lá, o que é que eles pensavam que poderia ser bom para eles e juntos a gente foi construindo o que terminou sendo o projeto Vila Olímpica Plínio Lemos.

Complementando as informações fornecidas pela entrevistada 11, a entrevistada 9 esclarece quais eram os lugares escolhidos para os debates entre a equipe técnica da Prefeitura e a população do bairro, bem como a forma de comunicação e os convites para que os moradores pudessem participar da discussão:

²⁰ PMCG. **Projeto centro integrado de vivência Plínio Lemos**. Campina Grande: Secretaria de Planejamento, 2006.

²¹ Segundo a concepção do grau de abertura para a participação popular estabelecida por Souza (2010), estas são classificadas em oito alternativas: coerção, manipulação, informação, consulta, cooptação, parceria, delegação de poder e autogestão.

As audiências públicas e as consultas populares foram feitas em diversas instituições da Zona Leste, como igrejas, clube de mães, escolas e SAB (Sociedade de Amigos do Bairro). Foi feita grande divulgação através de carro de som. Cartazes e folders foram distribuídos, nas paradas de ônibus e em diversos locais, contou também, com a participação de lideranças políticas da área (Entrevistada 9).

Desse modo, a consulta popular consistiu na realização de reuniões com a população residente no bairro, com o intuito de apresentar a proposta e explicar o Projeto que a gestão tinha para aquele espaço. Ou seja, a Prefeitura procurou comunicar à população as iniciativas que poderiam ser implementadas na área urbana para a melhoria e qualidade de vida daquele grupo específico. A consulta foi conduzida por lideranças comunitárias da área, e, de acordo com os dados da Secretaria de Planejamento de Campina Grande, foram totalizados mil e quinhentos votos aderentes ao Projeto urbano da Vila Olímpica Plínio Lemos.

No total, foram realizadas cinco audiências públicas, e dentre as demandas elencadas pela população durante as reuniões estão: Base de Polícia Comunitária, Programa Saúde da Família (PSF), espaço para atendimento fitoterápico, cursos profissionalizantes, geração de emprego, implantação de piscina, campo de futebol, pista para caminhada, área de lazer, Centro de Convivência do Idoso e museu do futebol.

Já a segunda alternativa adotada no caso da Vila Olímpica trata da busca por parcerias com instituições organizacionais da sociedade civil, a fim de que elas destinassem benefícios em prol da implantação do projeto de construção da referida vila, procurando fortalecer as forças políticas da gestão. Entretanto, vale acrescentar a opinião de Souza no que diz respeito à consulta da população acerca da construção de um espaço público:

[...] aqui, o Estado não se limita a permitir o acesso a informações relevantes, sendo a própria população consultada. O processo de consulta pode ser, algumas vezes, bem organizado e ser útil para o balizamento da atividade planejadora. O problema é que não há qualquer garantia (ou mesmo um compromisso explícito e acordado) de que as opiniões da população serão, de fato, incorporadas. (SOUZA, 2010, p. 204).

O autor supracitado demonstra, efetivamente, um dos problemas que essa alternativa causa. Para tanto, considerou, simultaneamente, o processo de consulta pelo qual passou o projeto da Vila Olímpica, intensificando, apenas, a parte de escutas da população e podendo haver a incorporação das eventuais sugestões levantadas pelos moradores do bairro. Assim, entendemos existir uma favorável abertura à participação popular; no entanto, podem ocorrer casos em que prevalecem as ideias levadas em maior consideração pelo grupo que administra a gestão da cidade.

Por outro lado, no que diz respeito à parceria, Souza (2010, p. 205) afirma que o “Estado e sociedade civil organizada colaboram, em um ambiente de diálogo e razoável transparência, para a implementação de uma política pública ou viabilização de uma intervenção”. Com ênfase nas parcerias, a matéria seguinte²² trata de uma reunião para firmar acordos entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande e o Ministério do Esporte a respeito do projeto da Vila Olímpica.

Figura 17: Gestão municipal busca políticas públicas com o Ministério do Esporte.

Campina Grande (PB) busca apoio do Ministério do Esporte para as obras de complexo esportivo

Publicado em Terça, 13 Março 2007 18:15



O ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., recebeu nesta terça-feira (13/03) o deputado federal Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB) e o prefeito de Campina Grande (PB), Veneziano Vital do Rêgo. Durante a reunião, as autoridades apresentaram ao ministro o projeto da prefeitura que transforma o estádio Plínio Lemos em um centro de convivência voltado ao esporte. De acordo com o prefeito, o antigo estádio ficou sem utilização por cerca de 20 anos. Em 2005, foi dado início às obras para a construção do Complexo Integrado Plínio Lemos. O centro contará com diversas atividades de esporte e lazer destinados às crianças e adolescentes da zona leste da cidade. "O local possui alto índice de criminalidade e uso de drogas por jovens e sabemos que o esporte é uma excelente alternativa a esses garotos", disse o Deputado Vital do Rêgo. E o prefeito da cidade complementou: "Todo o projeto foi planejado em conjunto com a comunidade. Diversas reuniões foram feitas para sabermos quais eram suas reais necessidades". O centro prevê a criação de pista de atletismo, cooper, ciclovia, campo de futebol gramado e de areia, ginásio coberto poliesportivo, piscinas para adultos e crianças, pista de skate, playground, museu do esporte, entre outros espaços. E tudo isso para servir a projetos sociais como o Segundo Tempo, Saúde na Família, entre outros. "É uma política pública considerada de baixo custo pelo o benefício que pode trazer aos jovens da região", pondera o Ministro Orlando Silva Jr. No final da audiência, o prefeito e o deputado convidaram o Ministro para visitar as obras do Complexo Integrado Plínio Lemos em Campina Grande (PB). *Anita Campos Ascom - Ministério do Esporte*

Fonte: Ministério do Esporte em 13 de março de 2007.

Em seu estudo preliminar e assim como consta na matéria publicada pelo Ministério do Esporte²³, o projeto teve o intuito de integrar programas sociais por meio da parceria municipal com a entidade federal esportiva. Dentre eles, o Programa Segundo Tempo (PST), criado no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano de 2003. Este programa foi implantado pelo Ministério do Esporte com o objetivo de atender à população por meio das práticas de esportes, bem como das atividades integrantes no turno disponível e em horários diferentes das aulas na escola.

²² Campina Grande (PB) busca apoio do Ministério do Esporte para as obras de complexo esportivo. **Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania**. Brasília-DF. 13 Mar 2007. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40439-campina-grande-pb-busca-apoio-do-ministerio-do-esporte-para-as-obras-de-complexo-esportivo>. Acesso em: 16 Jun 2021.

²³ O Ministério do Esporte foi implementado no ano de 1995 pelo ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso e posteriormente extinto durante o governo de Jair Bolsonaro. Foi modificado para a Secretaria Especial do Esporte, que, atualmente, faz parte do Ministério da Cidadania.

Já o Programa Saúde da Família foi criado em 1994, no governo do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Esse Programa visou o atendimento de atenção básica à saúde da população, em que os membros das famílias recebem assistência médica e alguns serviços hospitalares em seus lugares de domicílios. Isso proporciona aos pacientes um melhor acompanhamento nos casos de doenças e no cuidado com a saúde de cada integrante do núcleo familiar. Na Política Nacional de Assistência Básica, havia uma preocupação com a Saúde da Família, conforme citamos a seguir:

A Estratégia Saúde da Família visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais, representados respectivamente pelo Conass e Conasems, como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade. (PNAB, 2012, p. 54).

Outro instrumento da gestão urbana utilizado para a construção da Vila Olímpica, foi o Orçamento Participativo do município, que, nas palavras de Souza (2010, p. 342), “trata-se de gerir os recursos públicos que serão investidos (ou não) para satisfazer as necessidades da população”. Este mecanismo de participação popular foi realizado por conselheiros e moradores da Região Leste e, em contrapartida às demandas elencadas pela população, as ações previstas no Orçamento Participativo foram: programa de informatização, laboratório de informática, educação de jovens e adultos, Programa Saúde da Família (PSF), rede de atendimento local a crianças em situação de risco, esporte, lazer e cozinha comunitária. Ainda assim,

O orçamento participativo consiste em uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população (de um município ou mesmo de unidades territoriais administrativas supralocais) participar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos públicos. A população, organizada com base em bairros ou unidades espaciais que agregam vários bairros, debate e delibera, em assembléias [*sic*], sobre as prioridades de investimentos para cada local, cabendo ao Executivo, anualmente, informar a disponibilidade de recursos para investimentos e prestar contas sobre a execução orçamentária do ano anterior (SOUZA, 2010, p. 344-345).

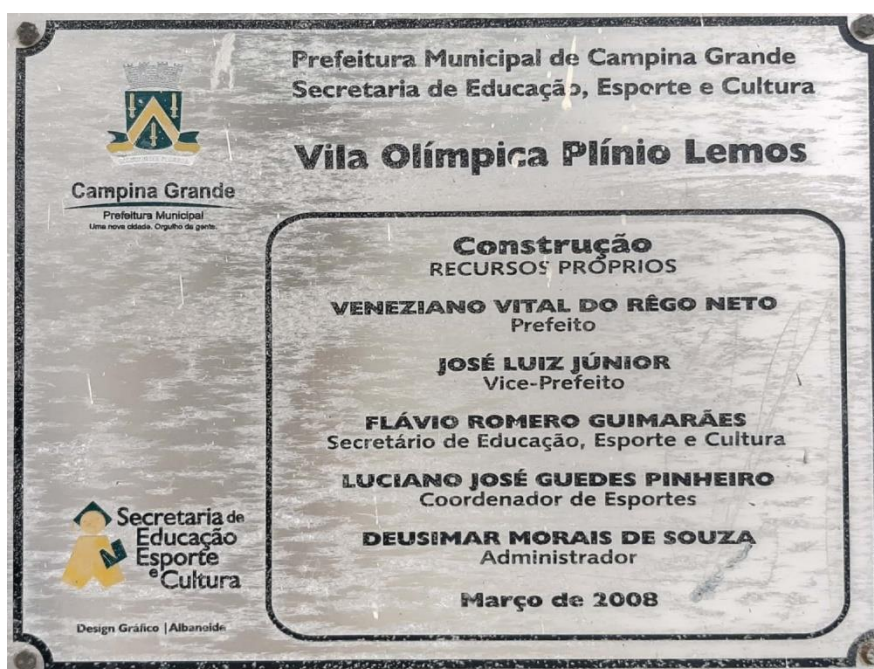
Sendo assim, dentre as demandas selecionadas pelas comunidades da Região Leste nas audiências públicas e as demandas do orçamento participativo, foi possível notar alternâncias entre os serviços, programas e equipamentos comunitários. O Programa Saúde da Família (PSF) e a política de lazer e esporte foram elencados em comum nas duas perspectivas.

Dessa forma, a gestão que implantou a Vila Olímpica (2005-2008 e 2009-2012) afirma, através de discursos proferidos por responsáveis da sua condução, bem como pela da

placa da obra (figura 18), que esse espaço foi construído com recursos próprios da Prefeitura de Campina Grande, totalizando o valor de quatro milhões e meio de reais. A respeito disso, o Secretário de Obras e Serviços Urbanos à época afirma que:

“quando estávamos construindo a primeira vila olímpica nós apresentamos o projeto ao ministro [Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte do Governo Federal (2006-2011)], que ficou surpreso pelo fato de uma obra tão gigantesca e cara estar sendo erguida com *recursos unicamente do município*” (Alexandre Costa de Almeida em entrevista ao Portal ClickPB, 2009²⁴) (Grifo nosso).

Figura 18: Placa de inauguração da obra da Vila Olímpica Plínio Lemos



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Porém, realizamos uma consulta no Diário Oficial da União (DOU) e verificamos uma proposta de repasse financeiro do Governo Federal através do Ministério do Turismo, do Ministério do Esporte e do Ministério das Cidades (anexo C) para a construção da obra. Dessa forma, constatamos no referido diário que a obra totalizou o valor de 3.516.772,22 (três milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), sendo a licitação para sua execução concedida à empresa Compecc – Engenharia, Comércio e Construções LTDA.

Entretanto, o Portal de Notícias ClickPB ressalta na matéria divulgada uma alegação do secretário: “O secretário afirmou que, na época, solicitou a participação do Governo Federal

²⁴ Ministro dos Esportes garante verba para construção da Vila Olímpica de. **Portal ClickPB**. 21 maio 2009. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/esporte/ministro-dos-esportes-garante-verba-para-construcao-da-vila-olimpica-de-campina-grande-53980.html>. Acesso em: 28 jul 2023.

na obra, o que acabou não se efetivando” (Portal ClickPB, 2009²⁵). Em outra matéria, de acordo com o Jornal da Paraíba, o investimento foi de quatro milhões e meio de reais²⁶. As figuras a seguir mostram a realização da referida obra quando de sua execução.

Figura 19: Requalificação da Vila Olímpica



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2007.

Figura 20: Construção do Ginásio Esportivo



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2007.

A construção dessa obra transformou a configuração física e urbana do equipamento no bairro José Pinheiro. O espaço, que anteriormente era um Estádio Municipal de futebol tornou-se um amplo projeto com múltiplas funções públicas, sociais, esportivas, culturais, educativas e de lazer. Vale acrescentar, conforme afirmam Vargas & Castilho (2015, p. 42), que as áreas “fortemente desvalorizadas vêm a ser alvo das atenções do poder público”.

²⁵ Ministro dos Esportes garante verba para construção da Vila Olímpica de. **Portal ClickPB**. 21 maio 2009. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/esporte/ministro-dos-esportes-garante-verba-para-construcao-da-vila-olimpica-de-campina-grande-53980.html>. Acesso em: 28 jul 2023.

²⁶ Complexo Plínio Lemos de CG está abandonado. **Jornal da Paraíba**. 02 dez 2012. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/complexo-plinio-lemos-de-cg-esta-abandonado/. Acesso em: 10 ago 2023.

Figura 21: Maquete do Projeto urbano no bairro José Pinheiro



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2006.

O Projeto de construção da Vila Olímpica foi considerado inédito, por se tratar de uma ampla área diversificada de lazer para a população campinense. A Vila Olímpica Plínio Lemos foi a primeira dessas áreas a ser implantada na cidade de Campina Grande e no Estado da Paraíba. Durante a pesquisa de campo, realizada com entrevistas, compreendemos que, na concepção da população, esse era um projeto distinto da realidade das famílias carentes da comunidade na época.

Assim, estabelece-se a relevância da construção e o impacto positivo de um equipamento deste porte em uma área considerada pobre, como o caso do bairro José Pinheiro. No entanto, antes de ser implementada no bairro, a proposta apresentada à população “foi sendo construída, e se moldando às necessidades e anseios da comunidade a ser beneficiada” (entrevistada 9).

A Vila Olímpica Plínio Lemos foi inaugurada no dia 14 de março do ano de 2008. A inauguração desse importante espaço para a porção Leste da cidade reuniu um público expressivo de crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos que prestigiaram o evento de estreia e tiveram a oportunidade de utilizar os equipamentos disponíveis.

Figura 22: Inauguração da Vila Olímpica Plínio Lemos, em quatorze de março de 2008.



Fonte: Acervo FERREIRA, J. A. R. & FILHO, M. F. de A, 2008.

O dia 14 de março de 2008 representa uma data marcante para a população do bairro, pois “uma das principais reivindicações atendidas do José Pinheiro, foi a revitalização do Complexo Desportivo Plínio Lemos que, segundo os moradores, encontrava-se em condições precárias e estava sendo utilizada como um dos pontos de tráfico de drogas do bairro” (SILVA & CHAO, 2009, p. 47). Todavia, cabe ressaltar que o espaço ainda enfrenta precariedades na sua manutenção em dias atuais.

Visto que as solicitações foram atendidas, os moradores puderam usufruir livremente do novo equipamento, conforme demonstra a figura 22. No entanto, segundo nos relatou uma das entrevistadas que participou do processo de concepção do projeto, os moradores não acreditavam que esse projeto, de fato, poderia ser implantado no bairro onde residiam. Isso se devia à quantidade de benefícios que eles esperavam obter, por serem pouco assistidos pelas políticas públicas e por considerarem estar localizados, à época, em uma área carente da cidade.

Após a inauguração da Vila Olímpica, foram disponibilizadas inscrições para a população em modalidades de práticas esportivas e de manutenção da saúde, iniciadas no final do mês de março de 2008. Isso atraiu grande público de frequentadores, conforme podemos comprovar com um trecho de uma matéria jornalística sobre a repercussão da construção da Vila Olímpica. Dessa forma, foi notório que:

A construção da Vila Olímpica Plínio Lemos, no bairro de José Pinheiro, representou um investimento com retorno social certo, tendo o máximo de acolhida por parte da comunidade beneficiada, ou seja, a Zona Leste de Campina Grande. Prova disso é que em menos de uma semana, a Coordenadoria de Esportes da Prefeitura Municipal de Campina Grande já registrou 1.775 inscrições de pessoas interessadas em desfrutar das mais diferentes modalidades oferecidas pelo PL, a exemplo de natação, hidroginástica, futebol de salão e artes marciais. (Portal de notícias ClickPB em 20 de março de 2008²⁷).

As modalidades esportivas ofertadas na Vila Olímpica contavam com profissionais capacitados para auxiliar os discentes durante as aulas. Nos primeiros anos de funcionamento do espaço público, o local disponibilizava serviços através do Centro de Vivência Cidadã e da Cozinha Comunitária do Programa Fome Zero, que fornecia refeições diárias ao público carente, incluindo famílias pertencentes a grupos sociais vulneráveis à fome. Além disso, foram implantados na área da unidade básica de saúde, com a assistência do Programa Saúde da Família, o Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho, que contava a história do futebol campinense, e diversos equipamentos de esporte e lazer para a população, tais como a piscina semiolímpica, o ginásio de esportes, o campo de futebol com arquibancada, a pista de atletismo, a pista de skate, a pista de caminhada, o playground e as salas de estar, entre outros.

Um dos slogans adotados pela gestão responsável pelo projeto urbano era: *“para um sonho antigo, uma obra de verdade”*. O trecho utilizado denota a conquista da gestão diante da disputa política na cidade, no sentido de conseguir concretizar o projeto urbanístico no bairro José Pinheiro. No entanto, também nos faz refletir sobre as disputas entre as diferentes agendas com as promessas de gestões anteriores que não chegaram a ser efetuadas.

²⁷ Vila Olímpica Plínio Lemos atrai quase duas mil inscrições em CG. **Portal ClickPB**. 20 maio 2008. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/vila-olimpica-plinio-lemos-atrai-quase-duas-mil-inscricoes-em-cg-31284.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

Figura 23: Espaço público após a requalificação urbanística



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2008.

Na época de sua criação, a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura (SEDUC) foi a responsável por administrar as ações destinadas ao espaço. No entanto, com a publicação da Lei complementar nº 055, de 11 de março de 2011²⁸, que criou a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, ficou estabelecido que a referida secretaria mencionada tem o objetivo de “formular, planejar e implementar a Política Municipal de Esporte e Lazer, coordenando as ações dela decorrentes, além de gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens dentro do governo e junto à sociedade” (PMCG, 2011, p. 26).

Em sua composição, a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) é dividida entre coordenadorias de Esporte, Juventude e Lazer. Desse modo, os polos estão subdivididos da seguinte forma: I) Gerência do Complexo Esportivo o Meninão, II) Gerência da Vila Olímpica Plínio Lemos e III) Gerência do Parque da Criança. Cabe aqui enfatizar que não foram mencionados outros espaços públicos da cidade, como parques esportivos, praças e demais equipamentos públicos urbanos.

No inciso 7º do Art. 23-1, referente à subseção XIV da Lei complementar n.º 055, de 11 de março de 2011, consta ser de responsabilidade da gerência da Vila Olímpica Plínio Lemos: I) executar a manutenção do estabelecimento municipal; II) administrar e supervisionar a utilização dos espaços do Complexo; III) priorizar atividades com crianças carentes; IV) garantir condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, e

²⁸ Disponível em:

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/KtbxLrjRhdsTChjsgLKjsLxGZDftCHjQhg?projector=1&messagePartId=0.9>. Acesso em: 26 maio 2021.

V) executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pela coordenadoria.

Cabe ressaltar que o papel da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer é de suma importância para administrar e coordenar a Vila Olímpica. É por meio desta secretaria que são geridas as principais ações desenvolvidas no equipamento urbano, voltadas para o esporte e o lazer da população do bairro José Pinheiro, bem como de suas adjacências. Além disso, este órgão municipal possui a incumbência de organizar a logística da disponibilização de servidores públicos para atuarem na prestação de serviços para manter o devido funcionamento do local.

Porém, no que se refere ao item I) executar a manutenção do estabelecimento municipal do inciso 7º do Art. 23-1 da Lei complementar n.º 055, de 11 de março de 2011, que é de responsabilidade da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, observa-se o relaxamento, bem como a ausência de vontade política por parte das gestões municipais em zelar pela manutenção do devido espaço. Diversos equipamentos passaram a apresentar indícios de deterioração ao longo dos processos de gestões que governaram a cidade, conforme será retratado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III: AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA NA MANUTENÇÃO DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS: IDAS E VINDAS ENTRE DIFERENTES AGENDAS E CONCEPÇÕES

Neste capítulo, será apresentado, com base na dimensão política e simbólica abordadas por Vainer; Oliveira & Lima Junior (2012), o impasse que envolve a Vila Olímpica Plínio Lemos, a partir de uma disputa simbólica entre agentes políticos e candidatos não eleitos durante processos de gestões (2005-2021). Buscaremos entender as causas que deram origem a esses conflitos repercutidos no âmbito político relacionado ao referido espaço público em Campina Grande. Sendo assim, analisaremos os discursos veiculados em portais de notícias para evidenciar as relações conflitantes, bem como Planos de Governos quando da disputa eleitoral para Prefeito no período de 2012-2020. Destacaremos as propostas com enfoque nas ações voltadas ao espaço público Vila Olímpica Plínio Lemos.

3.1 O descaso com o espaço público

Observamos que, após a implantação da Vila Olímpica e com o decorrer da troca de gestões administrativas, houve uma desconfiguração do seu projeto inicial. Isso foi causado pela ausência de manutenção infraestrutural e de desconcentração de políticas públicas com serviços de atendimento ao público e atividades de animação local que contribuíssem para a continuidade efetiva da sua funcionalidade. Portanto, esses aspectos motivaram a geração de relações conflitivas sobre a condução do espaço público.

Esse problema com os espaços públicos nos parece uma realidade constante em cidades do estado da Paraíba e do Brasil como um todo. Casos comuns ao que acontece na Vila Olímpica Plínio Lemos são abordados nos estudos de Fernandes (2018, p. 31), quando analisa o processo de revitalização do Parque Sólon de Lucena, localizado em João Pessoa/PB. Ela destaca que “os problemas de infraestrutura e conservação inadequada desse espaço, que se arrastam no decorrer dos anos e gestões sem o devido enfrentamento por parte das autoridades públicas, acabaram por afetar sobremaneira os usos e sentidos inicialmente reservados para a Lagoa”.

Entre os problemas que a Vila Olímpica costuma apresentar, estão: a deterioração que comprometeu o museu do Esporte José Aurino de Barros Filho, cujo acervo de artes visuais, história, imagens e memória do futebol local foi desativado; a interdição da piscina semiolímpica, que deveria ser usada para os esportes aquáticos, pois não há o tratamento

apropriado para sua manutenção, de modo que concentra a água da chuva e se encontra sem o suporte metálico do teto (figura 24). Tudo isso pode causar doenças infecciosas²⁹ com risco para a saúde pública, tanto dos visitantes do espaço quanto da população residente ao entorno e, mais precisamente, das famílias da Travessa Tomé de Souza, cujas moradias se situam em frente a essa piscina em abandono total. Da mesma maneira, a situação precária da piscina prejudica os alunos da Creche Municipal Célia Márcia Santos Cirne, localizada nas suas proximidades, uma vez que a Vila Olímpica é um dos poucos espaços públicos de lazer da cidade que disponibiliza uma piscina que deveria ser bem cuidada para oferecer atividades de saúde e esporte no local.

Figura 24: Estrutura precária da piscina



Fonte: <https://www.carlosmagno.com.br/>, 2016.³⁰

Figura 25: Piscina em contínuo descaso



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2019³¹.

No período em que a Vila esteve sem a adequada manutenção e sem a reposição dos materiais de que necessitava, o estado de deterioração foi agravado consideravelmente, como podemos visualizar nas figuras 24 e 25. Alguns dos seus brinquedos foram quebrados, a arquibancada perdeu toda a sua cobertura, parte dos maquinários da academia popular também foram danificados, algumas áreas de socialização se deterioraram, o campo de futebol necessitava de um novo gramado, as marcas da pista de atletismo já estavam desgastadas, assim como as da quadra poliesportiva. O espaço encontrava-se com pinturas já

²⁹ Em 17 de fevereiro de 2016, o telejornal JPB Segunda Edição exibe uma matéria sobre o problema da piscina. JPB 2. **Larvas do mosquito Aedes Aegypti são encontradas em piscina pública de Campina Grande.** Globoplay. 17 fev 2016. 1 vídeo (2min33seg). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4821169/>. Acesso em: 04 maio 2021.

³⁰ Disponível em:

https://www.carlosmagno.com.br/noticias/2761,daniela_critica_descaso_com_vila_olimpica_em_campina_grande_gasta_dinheiro_do_povo_e_nao_resolve_problemas_den.html. Acesso em: 03 maio 2021.

³¹ Figura disponível no trabalho de AGUIAR, V. B. de S. **UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA URBANA DO LAZER:** paisagens, mudanças e novos usos da Vila Olímpica Plínio Lemos (Campina Grande — PB). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2019.

bastante desgastadas, e a área do terreno carecia de limpeza. Em nossas análises, constatamos esses fatos nos relatos dos entrevistados, os quais expressam a situação de falta de cuidados e manutenção da Vila Olímpica:

(...) alguns anos atrás, antes dessa última reforma, o local vinha um pouco assim deixado de lado, pela gestão municipal. Também teve até uma certa degradação pelo mal uso da população de alguns espaços, como a área da piscina que estava sendo usada de forma inapropriada pela população, equipamentos foram roubados do local e, de certa forma, pela própria população. Também não houve uma fiscalização da nossa Prefeitura, foi o que ocasionou isso e, também, o desgaste do tempo. O local estava, assim, bem deteriorado. (Entrevistado 2).

Em conformidade com a informação prestada pelo entrevistado 2, a entrevistada 5 também esclarece que “há um ano e sete meses quando eu conheci a Vila Olímpica Plínio Lemos ela estava em total abandono, pela gestão e a própria população”. Com base nessas informações, podemos ressaltar que “o envelhecimento”, seja por obsolescência, deterioração ou desgaste da infraestrutura, exige gastos recorrentes e vultosos em monitoramento e manutenção” (WERNER; BRANDÃO, 2019, p. 289), no qual resulta o fator de alguns governos passarem a responsabilidade da administração e o controle desses espaços “públicos” para a iniciativa privada.

A partir do ano de 2015, o espaço continuava sem uma política de gestão eficaz na administração, e a ocupação do espaço passou a ser realizada por usuários de drogas. A presença desse público para usos indevidos afastou muitas pessoas das visitas à Vila, pelo fato de deixar o ambiente inadequado, causando medo aos frequentadores. Casos de violência, homicídios³², tentativas de homicídios, roubos à mão armada e furtos chegaram a acontecer no equipamento esportivo e nas suas proximidades de entorno³³. Apesar de a Vila apresentar esses contra-usos do espaço, assim denominado por Leite (2001; 2002), sua área de lazer sempre esteve aberta para aqueles que sentiam a necessidade de fazer bom uso do local.

³² **Adolescente é morto dentro da Vila Olímpica de Campina Grande.** Globoplay. 06 jan 2017. 1 vídeo (43 seg). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5559648/>. Acesso em: 21 set 2022.

³³ **Adolescente é executado com três tiros em Campina.** *Jornal da Paraíba*. 10 out 2014. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2014/10/10/adolescente-e-executado-com-tres-tiros-em-campina. Acesso em: 21 set 2022.

Figura 26: Acúmulo de mato na Vila Olímpica

Fonte: Portal ClickPB, 2016³⁴.

Figura 27: Quadra de areia alagada

Fonte: <https://www.carlosmagno.com.br/>, 2016.

Durante o período em que o espaço apresentava maior estado de abandono e expressava uma situação desconfortável para os moradores que necessitavam usar o equipamento público, a mídia local esteve, algumas vezes, transmitindo a reivindicação da população, tal como através do Telejornal JPB 1ª edição, exibido pela Emissora de Televisão TV Paraíba, afiliada da Rede Globo em Campina Grande, como mostra a figura 28.

Figura 28: Placa de reforma e ampliação da Vila Olímpica em 2015

Fonte: Arquivos da Emissora TV Cabo Branco (via Globoplay), 2015³⁵.

³⁴ Moradores de Campina denunciam abandono da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Portal ClickPB**. 14 jul 2016. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/moradores-de-campina-denunciam-abandono-da-vila-olimpica-plinio-lemos-207517.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

³⁵ **Vandalismo em quadra poliesportiva prejudica moradores de comunidade em Campina Grande**. Globoplay. 27 abr 2015. 1 vídeo (9min03seg). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4137572/>. Acesso em: 16 Jun 2021.

É possível constatar que a ação da Prefeitura Municipal não estabelece um prazo para o término das atividades previstas na placa de reforma e ampliação, nem menciona o valor total da obra, além de apresentar erro ortográfico no item das fontes de recursos. Desse modo, regulariza-se a criação de espaços públicos na cidade, mas pouco se fiscaliza. Ainda assim, ações aleatórias como pinturas, inserção de postes de led e ações no campo de futebol foram realizadas nesse espaço, mas não sendo o suficiente para reverter a situação de degradação imposta no lugar e por quase uma década os problemas vêm se agravando. Durante a nossa investigação científica, averiguamos que a Vila passou por processos descontínuos dessas ações que se arrastaram, ao longo dos anos e das gestões (2009-2012, 2013-2016, 2017-2020), fragilizando assim o desenvolvimento social do público e afetando o futuro de várias gerações.

Analisar a Vila Olímpica Plínio Lemos pelos vieses políticos das gestões que conseguem ter o poder de controle do espaço público, ao longo de seus processos governamentais, ajuda-nos a esclarecer as alternâncias de configurações do projeto, as novas dinâmicas advindas com a requalificação urbana, as ações de planejamento, com propostas políticas articuladas para esse polo esportivo, e a repercussão das relações conflituosas entre agentes políticos. Desse modo, a seção subsequente apresentará os problemas os quais o espaço público enfrenta e que são derivados de impasses políticos entre diferentes agendas partidárias de gestões que buscam governar a cidade de Campina Grande.

3.2 A Vila Olímpica Plínio Lemos: um legado de impasses

A Vila Olímpica Plínio Lemos é resultado de um conflituoso embate entre gestões urbanas, apresentando características políticas e simbólicas, o que torna o espaço público um lugar em que há coalizações entre as diferentes agendas dos agentes e/ou grupos políticos que administraram a área de lazer em seus governos. Merece destaque o confronto que acontece entre agentes políticos que buscam governar a cidade, uma vez que esse embate se torna evidente por meio do poder de apropriação e controle das ações públicas, conforme os interesses pautados nas agendas dos partidos de determinados grupos oligárquicos, a exemplo dos governos de Cássio Cunha Lima, Veneziano Vital do Rêgo e de Romero Rodrigues. Além deles, estão os candidatos aos cargos de prefeito, vereadores, secretários da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, pertencentes à Prefeitura de Campina Grande, coordenadores do espaço público e candidatos não eleitos.

Com relação ao confronto no campo político, encontramos, de um lado, a gestão que construiu a obra, responsável por implantar o projeto, e, do lado oposto, a gestão subsequente, oponente ao governo do PMDB, na qual houve fragilização da manutenção do equipamento. Posteriormente, tem-se a gestão que vem realizando ações em prol do referido espaço. A partir da técnica da análise de conteúdo, optamos por investigar as notícias de jornais publicados na Internet. A busca pelas matérias deu-se a partir das unidades de contexto³⁶ Vila Olímpica Plínio Lemos e Complexo Esportivo Plínio Lemos. Para além dos noticiários que trazem informações sobre o objeto de estudo, buscamos também os discursos dos gestores municipais, dos secretários, dos gestores do espaço público e de candidatos não eleitos, todos contidos nas matérias divulgadas. A escolha desses agentes deu-se em razão de serem os principais responsáveis pela administração do espaço público, motivo pelo qual consideramos relevante que os seus nomes sejam anunciados. Desse modo, as funções desses sujeitos da pesquisa estão nomeadas conforme a época em que estiveram vinculados ao quadro técnico da Prefeitura Municipal de Campina Grande, do governo do Estado da Paraíba, do governo Federal ou quando participaram de períodos eleitorais entre 2013 a 2021 (Quadro 2).

QUADRO 2: LISTA DE CANDIDATOS E GESTORES

CANDIDATOS E GESTORES	CARGO/CANDIDATURA	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	PERÍODO
Adriano Cesar Galdino de Araújo	Candidato a Prefeito de Campina Grande	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	(2016)
Ana Cláudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rêgo	Candidata a Prefeita de Campina Grande	Partido Podemos (PODE)	(2020)
José Arthur Melo de Almeida	Candidato a Prefeito de Campina Grande	Partido Isolado (PDT)	(2012)
Bruno Cunha Lima Branco	Prefeito de Campina Grande	Partido Social Democrático (PSD)	(2021-2024)
Bruno Laert Faustino de Sousa	Vereador Campina Grande	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	(2016-2020)
		Partido do	

³⁶As unidades de contexto utilizadas foram escolhidas considerando que a gestão responsável pela construção do espaço público se refere à obra, com maior frequência, utilizando o termo Vila Olímpica Plínio Lemos. Por outro lado, a gestão opositora recorre à denominação do espaço como Complexo Esportivo Plínio Lemos. Essa diferenciação ocorre devido a divergências conceituais entre as oposições, uma vez que a gestão subsequente alega que o equipamento não apresenta características de uma vila olímpica nos padrões oficiais.

Cássio Cunha Lima	Ex-Prefeito de Campina Grande	Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)/ Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	(1997-2000/2001-2002)
	Ex-Governador do Estado da Paraíba	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	(2003-2007/2008-2009)
Daniela Velloso Borges Ribeiro	Ex-Deputada Estadual do Estado da Paraíba	Partido Progressistas (PP)	(2011-2014/2015-2019)
Eduardo de Azevedo Galdino	Ex-Secretário municipal da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer de Campina Grande	Governo de Veneziano Vital	(2012)
Gustavo Henrique Ribeiro	Ex-Secretário municipal da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer de Campina Grande	Governo de Romero Rodrigues	(2013-2016)
Josenildo Alves dos Santos	Ex-Vereador de Campina Grande	Partido Trabalhista Nacional (PTN)	(2017-2020)
Leonardo Carneiro Monteiro Picciani	Ex-Ministro do esporte do Brasil	Governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia	(2016-2018)
Lucas Ribeiro Novais de Araújo	Ex-Vice-Prefeito de Campina Grande	Partido Social Democrático (PSD)	(2021-2022)
Olímpio Oliveira	Vereador de Campina Grande	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	(2013-2016)
Romero Rodrigues Veiga	Secretário Estadual de Interiorização da Ação do Governo da Paraíba	Governo de Cássio Cunha Lima	(2007-2008)
	Ex-Prefeito de Campina Grande	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)/ Partido Social Democrático (PSD)	(2013-2016/2017-2020)
Tatiana Medeiros	Candidata a Prefeita de Campina Grande	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	(2012)
Teles Albuquerque Viana	Ex-Secretário de Juventude, Esporte e Lazer de Campina Grande	Governo de Romero Rodrigues	(2017-2020)
	Ex-Prefeito de Campina Grande	Partido do Movimento	(2005-2008/2009-2012)

Veneziano Vital do Rêgo		Democrático Brasileiro (PMDB)	
	Candidato a Prefeito de Campina Grande	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	(2016)
	Candidato a Governador do Estado da Paraíba	Movimento Democrático Brasileiro (PDB)	(2022)

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Ao realizar a pesquisa documental, diante das notícias veiculadas acerca da Vila Olímpica Plínio Lemos³⁷ através de consultas na Internet, optamos por dar ênfase aos assuntos repercutidos seguindo uma linha cronológica dos anos de funcionamento do espaço. O objetivo foi mostrar sua trajetória, desde a inauguração até como se deu o declínio do lugar. Iniciamos com os primeiros noticiários que buscaram retratar e expor a situação da Vila, passando pela maior inflexão dos embates políticos envolvendo a área de lazer, até chegarmos à fase da modernização da Vila.

Contemplado com um amplo projeto urbanístico construído e repleto de benefícios que foram entregues à população da cidade, esse espaço desperta o interesse dos agentes políticos e dos candidatos não eleitos que, por ora, seguem fiscalizando sua manutenção e funcionamento. Isso ocorre, uma vez que ele deve ser preservado pela entidade pública, oferecendo melhor qualidade de vida para a população.

Em 2007, ano em que Cássio Cunha Lima governava o Estado da Paraíba, observamos uma polêmica entre seu governo e a Prefeitura Municipal de Campina Grande devido à diferente proposta que o ex-governador tinha para intervir no espaço público. Tal observação decorre da leitura de uma notícia que apontava o entrave entre as agendas de poder, incluindo o Secretário de Interiorização³⁸, Romero Rodrigues, aliado da base do governo Cássio Cunha Lima. Diz a matéria:

Romero lembrou que a Prefeitura de Campina Grande tem criado alguns obstáculos para ações do governo do Estado, como foi o caso do pedido para a construção do Centro Gregário, no local onde era o estádio Plínio Lemos e que a PMCG disse que já tinha um projeto para área, mas o que vimos atualmente é uma obra paralisada, quando já poderia estar servindo à zona leste da cidade (Portal Click PB em 17 mar 2007³⁹).

³⁷ Foram utilizadas notícias veiculadas em sites e blogs locais que abordaram a temática da Vila Olímpica.

³⁸ Pertencente à Secretaria Estadual de Interiorização da Ação do Governo da Paraíba.

³⁹ Romero denuncia manobra de prefeito para impedir obras do Estado em CG. **Click PB**. 17 mar 2007. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/politica/romero-denuncia-manobra-de-prefeito-para-impedir-obras-do-estado-em-cg-15287.html>. Acesso em: 30 mar 2022.

Nesse sentido, mesmo após a obra ter sido concluída, verificamos resquícios da rivalidade política no ano de 2009, acerca da proposta não implementada pelo governo. Como exemplo disso, podemos afirmar que Cássio Cunha Lima, durante sua gestão (1997-2001) como Prefeito de Campina Grande, tinha o intuito de inserir o projeto urbano do Centro Gregário no bairro José Pinheiro. Em contraposição a isso, em uma entrevista concedida à época, o Prefeito responsável pela construção do espaço público, Veneziano Vital⁴⁰, declarou:

Fico feliz que a Prefeitura, após recuperar sua capacidade de investimentos, destinou recursos próprios num equipamento que estava abandonado e que até mesmo *foi usado por políticos com falsas promessas. O Plínio Lemos foi construído na nossa gestão e é um exemplo de que é possível ainda Governar [sic] com seriedade e respeito ao povo* (Veneziano Vital⁴¹) (Grifo nosso).

O discurso acima retrata que, em gestões passadas, outros agentes políticos deixaram de executar o que havia sido planejado anteriormente. Quando não colocado em prática, a promessa política realizada por governos urbanos deixa abertura para que grupos adversários possam dar ênfase ao que foi prometido à população, mas não foi concluído, conforme estava na agenda do detentor do mandato partidário. Afinal, proferir um discurso sobre o que um determinado governo não chegou a cumprir é uma forma de persuasão política para conquistar votos a favor do grupo que o contesta.

Ainda assim, em 2010, identificamos que o mesmo portal de notícias, mencionado anteriormente, abordou uma matéria sobre os dois anos de funcionamento da área esportiva do Plínio Lemos, enfatizando o compromisso político por parte de gestões antecedentes e destacando a gestão que saiu vitoriosa, ao implantar, de fato, seu projeto urbano no local: “Antes prometida em projetos de maquetes que mudavam de nome, mas não saíam do papel, a Vila Olímpica foi mais um compromisso de campanha cumprido por Veneziano” (Click PB, 2010⁴²).

A partir de 2011, com o visível abandono da estrutura construída, foi possível entender, com base no que constatamos na pesquisa, que a Vila começou a apresentar contradições relacionadas à sua conservação. Em nossas análises, notamos que, desde o ano de 2011, na gestão do governo Veneziano Vital, já havia notícias que divulgavam a situação

⁴⁰ Na época, Veneziano Vital era o prefeito de Campina Grande.

⁴¹ Comunidade da Zona Leste de CG prestigia ‘Sábado de Esporte, Cidadania. **Click PB**. 27 set 2009. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/cotidiano/comunidade-da-zona-leste-de-cg-prestigia-sabado-de-esporte-cidadania-e-saude-60892.html>. Acesso em: 04 maio 2021.

⁴² Plínio Lemos completa dois anos e atende a 4 mil pessoas diariamente. **Click PB**. 12 mar 2010. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/cotidiano/plinio-lemos-completa-dois-anos-e-atende-a-4-mil-pessoas-diariamente-73758.html>. Acesso em: 3 maio 2022.

precária da Vila Olímpica cujo estado foi se agravando no decorrer dos anos, apresentando maior deterioração nas gestões subsequentes (2013-2016/2017-2020).

À vista disso, um noticiário divulgado na Internet, em um dos sites consultados durante a pesquisa e referente ao ano de 2011, traz uma entrevista com um morador do local. Este revelou o cenário de abandono do ambiente em que se encontrava o polo esportivo à época, tendo relatado o seguinte:

WC sem as mínimas condições de uso; muro rompido; vidros das janelas quebrados; redes da quadra de futsal rasgadas; pias sem torneiras; falta de bebedouros; brinquedos quebrados; banheiros sem sanitários; fedentina insuportável nos banheiros dos atletas e visitantes; falta de manutenção da cobertura da parte superior das arquibancadas (Relato de um morador do bairro José Pinheiro, 2011⁴³).

Espaços públicos governados pelas próprias gestões que os criaram também podem passar por períodos de esquecimento ou abandono. Nesse caso, constatamos que, naquela época, o espaço estava necessitando de uma reforma para que houvesse a resolução dos problemas apresentados e não chegasse a ampliar o transtorno que acontecia no local. As figuras apresentadas abaixo demonstram alguns problemas iniciais que o espaço apresentava (Figuras 29 e 30).

Figura 29: Balanço sem manutenção



Fonte: <http://josearturg.blogspot.com/>⁴⁴.

Figura 30: Muro quebrado com acesso à rua



Fonte: <http://josearturg.blogspot.com/>.

Desde a sua trajetória inicial, a Vila Olímpica é tema de debates dos discursos políticos em Campina Grande, seja por parte de agentes políticos que já passaram pelo poder,

⁴³ Moradores reclamam das más condições da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Blog de notícias do Arthur Bolinha**. 2011. Disponível em: <http://josearturg.blogspot.com/2011/11/moradores-reclamam-das-mas-condicoes-da.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

⁴⁴ Moradores reclamam das más condições da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Blog de notícias do Arthur Bolinha**. 2011. Disponível em: <http://josearturg.blogspot.com/2011/11/moradores-reclamam-das-mas-condicoes-da.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

seja por parte dos atuais detentores do controle de ações ou daqueles que se candidataram aos cargos eletivos do município, mas que não conseguiram conquistar uma vaga de representante da Câmara Municipal. Desse modo, podemos notar que, no período de proximidade das eleições para os cargos de Vereadores e Prefeito, o debate sobre a Vila Olímpica se intensifica consideravelmente entre os agentes políticos.

Conforme os Planos e Programas de Governos de Almeida (2012), Veiga (2012), Medeiros (2012) e Neto (2016), referentes à campanha eleitoral da cidade de Campina Grande, apresentados durante as eleições municipais, pudemos observar que “o fenômeno e o espaço urbanos não são apenas projeção das relações sociais, mas lugar e terreno onde as estratégias se confrontam” (LEFEBVRE, 2002, p. 85). Dessa forma, a Vila Olímpica Plínio Lemos é um tema recorrente nas pautas dos candidatos que disputam a vaga para o exercício de prefeito municipal.

Verificamos que o embate sobre o espaço se mantém sempre próximo às eleições, quando a Vila Olímpica é pauta de debates políticos, e esses embates revelam “as tensões geradas no seio da reprodução do espaço urbano” (NARCISO, 2008, p. 69). Desse modo, constatamos que na eleição do ano de 2012, após quatro anos de funcionamento do equipamento público e com o término do mandato do governo Veneziano (2005-2008 e 2009-2012), o qual implantou o projeto urbanístico, é possível observar que as propostas dos pretendentes a governar a cidade buscavam implantar ações políticas de continuidade do espaço.

Entre os candidatos ao cargo de Prefeito no ano de 2012, esteve concorrendo Tatiana Medeiros, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pertencente ao grupo das gestões 2005-2008 e 2009-2012. Do outro lado, advindo da aliança política de Cássio Cunha Lima, o oponente Romero Rodrigues, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), venceu as eleições daquele ano no segundo turno, com o total de 59,14% dos votos, equivalente a 130.106 votos, encerrando assim a sequência de mandatos do grupo do PMDB.

A proposta da gestão eleita na cidade de Campina Grande, em 2012, tinha como ações voltadas para a política de esporte e lazer. No seu governo, pretendia “elaborar um plano de ações integradas de esporte, cultura e lazer para o Complexo Esportivo Plínio Lemos, atendendo às demandas da Zona Leste do município” (VEIGA, 2012, p. 13) e “garantir a construção de complexos poliesportivos semelhantes ao Plínio Lemos nas demais zonas do município” (VEIGA, 2012, p. 13).

Por sua vez, seus opositores políticos não eleitos tinham o propósito de “manter e ampliar as atividades esportivas e de promoção à cidadania para jovens e adultos, na Vila

Olímpica Plínio Lemos e das Malvinas” (MEDEIROS, 2012, p.7) e adquirir “fomento da prática esportiva, tornando a VILA OLÍMPICA o centro de Referência esportiva para jovens e atletas que se destacam nos poliesportivos” (ALMEIDA, 2012, p. 16).

Apesar das propostas lançadas nos planos de governos dos candidatos, noticiários locais buscaram evidenciar a ausência de manutenção, bem como a desordem pela qual o espaço estava enfrentando em 2012, conforme mostra uma matéria do Jornal da Paraíba⁴⁵, em dezembro daquele ano:

Inaugurada em março de 2008 com um investimento de R\$ 4,5 milhões, a Vila Olímpica Plínio Lemos, localizada no bairro de José Pinheiro, zona Leste de Campina Grande, está longe de atualmente oferecer os mesmos serviços da época em que foi aberta. Com muros pichados, janelas e telhados quebrados, banheiro sem funcionar, acúmulo de lixo na piscina e campo de futebol sem gramado, o local ainda sofre com insegurança e os funcionários reclamam dos salários atrasados. (Jornal da Paraíba, em 2 de dezembro de 2012).

Em dezembro de 2012, último mês do mandato do PMDB na cidade, servidores públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, lotados no polo esportivo da Vila Olímpica, entraram em greve devido ao atraso dos salários referentes aos últimos meses trabalhados na gestão, o que marcou o fim do governo Veneziano, como demonstra a notícia divulgada pelo Jornal da Paraíba⁴⁶. Em consequência, o espaço público foi fechado, interrompendo sua utilização:

O Complexo Plínio Lemos, no bairro do José Pinheiro, em Campina Grande, criado para oferecer uma estrutura esportiva, de lazer e saúde, está com seus portões fechados desde a última terça-feira. Os frequentadores foram impedidos de entrar no local e receber seus atendimentos, sob alegação de que os 38 prestadores de serviço estariam sem receber os respectivos salários, referentes aos últimos dois meses. Quem procurou o complexo desde a última terça-feira encontrou os serviços paralisados. Por causa do atraso nos salários, os funcionários decidiram que nada funcionará até que uma solução seja definida (Jornal da Paraíba, em 06 de dezembro de 2012).

Após a transição de uma gestão para outra, entre 2012 e 2013, a nova administração que assumiu o controle do local (grupo do PSDB) encontrou o espaço com volumosa quantidade de lixo espalhado por toda parte, diversos equipamentos quebrados, animais

⁴⁵ Complexo Plínio Lemos de CG está abandonado. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande. 02 dez 2012. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2012/12/02/complexo-plinio-lemos-de-cg-esta-abandonado. Acesso em: 04 mar 2021.

⁴⁶ Salário atrasa e portões do Plínio Lemos fecham. **Jornal da Paraíba**. 06 dez 2012. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2012/12/06/salario-atrasa-e-portoes-do-plinio-lemos-fecham. Acesso em: 01 out 2022.

circulando no local, muro com aberturas e pichações, evidenciando, portanto, desordem na administração ao final da gestão 2009-2012.

Dessa forma, ocorreu o encerramento do ciclo governamental do PMDB, que esteve à frente da administração municipal por duas gestões consecutivas, no período entre 2005 e 2012, totalizando oito anos. Sua saída marcou o declínio e a fragilização da estrutura do equipamento, bem como o encerramento das atividades que ali eram desenvolvidas. Portanto, a problemática política impactou drasticamente o espaço público, uma vez que essa área de lazer é prejudicada, enfrentando empecilhos no governo das diferentes administrações, com rivalidades entre si.

Portanto, a derrota do PMDB nas eleições de 2012 para o grupo rival pode ter sido o motivo para que o local apresentasse condições desfavoráveis de uso ao ser entregue à nova gestão a partir de 2013. Esse problema, frequentemente observado, muitas vezes ocorre devido ao fator intencional decorrente do mal-estar entre grupos distintos, expondo a complexidade das relações políticas, o que prejudica ainda mais o direito da população, que fica impossibilitada de usufruir do espaço.

Além disso, com a chegada da nova gestão (2013-2016), alguns serviços não foram mais ofertados na cidade, como aconteceu com os restaurantes e cozinhas populares do Programa Fome Zero, obras públicas construídas nas duas últimas gestões anteriores (2005-2008 e 2009-2012) e que foram desativadas. Esses serviços contribuía com o auxílio de alimentação para a população que possuía menor renda. As atividades desses equipamentos comunitários foram encerradas no final da gestão do PMDB, em 2012. No total, foram extintos dois restaurantes populares, localizados na área central da cidade, e um no Distrito dos Mecânicos, assim como nove cozinhas comunitárias, sendo destinadas uma para cada um dos seguintes bairros: José Pinheiro (Vila Olímpica Plínio Lemos), Malvinas, Bodocongó, Liberdade, Pedregal, Jeremias, Catingueira, Distrito de Galante e Distrito de São José da Mata. O assunto foi tratado pelo Jornal da Paraíba⁴⁷, que emitiu, em sua página de notícias, a informação sobre a suspensão do funcionamento desses restaurantes populares e cozinhas comunitárias, conforme mencionado a seguir:

As cozinhas comunitárias e os restaurantes populares de Campina Grande funcionam hoje pela última vez este ano. Cerca de sete mil refeições deixarão de ser fornecidas diariamente, devido ao recesso que garante as férias coletivas dos colaboradores do Programa Fome Zero. O recesso paralisa o atendimento em toda a

⁴⁷ Restaurantes populares e cozinhas comunitárias suspendem atividades. **Jornal da Paraíba**. 30 nov 2012. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2012/11/30/restaurantes-populares-e-cozinhas-comunitarias-suspendem-atividades. Acesso em: 01 out 2022.

rede de segurança alimentar do município, que envolve nove cozinhas comunitárias, dois restaurantes populares e um banco de alimentos. (Jornal da Paraíba, em 30 de novembro de 2012).

A partir de dezembro de 2012, os equipamentos públicos do município que forneciam refeições aos campinenses deixaram de funcionar. Vale acrescentar que, em 2013, Campina Grande passou a ser administrada pela gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não havendo, portanto, a continuidade do funcionamento dos restaurantes populares nem das cozinhas comunitárias que atendiam à população. A descontinuidade desses serviços públicos, devido à sucessão entre gestões adversárias, resultou em prejuízo para a comunidade carente dos bairros.

Após o êxito do candidato vencedor, Romero Rodrigues, e consequentemente, com a troca de gestões, no primeiro ano de governo da nova administração, em 2013, foi publicado no Jornal da Paraíba⁴⁸, em sua página de notícias, que a Vila Olímpica teria a sua primeira reforma, conforme anuncia na matéria seguinte:

Após 5 anos da inauguração, a Vila Olímpica Plínio Lemos, localizada no bairro de José Pinheiro, zona leste de Campina Grande, vai ganhar sua primeira reforma. Enfrentando problemas estruturais como desativação da piscina, ausência de refletores no campo de futebol, gramado inapropriado para prática esportiva, além da pista de skate e área de atletismo, a prefeitura pretende ainda este ano realizar melhorias em todo o prédio. O prefeito Romero Rodrigues confirmou o andamento do projeto para a reforma na Vila Olímpica e apontou que está esperando em curto prazo de tempo o início das negociações com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a liberação dos recursos (Jornal da Paraíba em 31 de julho de 2013).

Como foi exposto na notícia acima, no ano de 2013, a gestão da época havia elaborado um projeto de reforma e modernização do Complexo Integrado Plínio Lemos. Contudo, desde esse período, a promessa de reforma veio se arrastando ao longo dos anos. A respeito das indisposições políticas e administrativas do poder municipal perante as obras de espaços públicos urbanos, Narciso (2008, p 69), revela que “as inércias são muito fortes e as reformas em geral se paralisam antes de se implementarem”, uma vez que os poderes públicos se inserem, por vezes, em processos morosos ao longo de anos para executar uma determinada obra urbana.

Consultando o acervo documental de projetos digitais da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Campina Grande, identificamos a existência da planta geral do

⁴⁸ Prefeitura vai reformar Vila Olímpica este ano. **Jornal da Paraíba**. 31 jul 2013. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2013/07/31/prefeitura-vai-reformar-vila-olimpica-este-ano. Acesso em: 01 out 2022.

projeto mencionado em 2013, a qual foi elaborada para intervir no espaço. As áreas de intervenção para a reforma de recuperação encontram-se demarcadas na cor vermelha, conforme podemos visualizar na figura 31, a seguir. Dentre as áreas demarcadas para receberem a intervenção estão: a quadra poliesportiva, a piscina, o museu e a administração, o muro, a quadra de areia, as arquibancadas, os espaços de convivência 1 e 2, o pórtico e a pista de skate.

Figura 31: Planta geral do projeto de reforma da Vila Olímpica Plínio Lemos em 2013.



Fonte: SEPLAN, PMCG, 2013.

Tendo em vista que a reforma necessária não foi realizada, moradores do bairro chegaram a denunciar o caso do abandono do espaço público. Esse fato foi retratado em páginas de noticiários. Dessa forma, verificamos que, no ano de 2014, a situação de abandono da Vila continuava. Na tentativa de dar voz à população para explicar o contexto do ambiente, um morador fez a seguinte afirmação em entrevista concedida a um noticiário: “Trata-se de um bem público que está com paredes com infiltrações, lixo em todos os locais, fiações expostas, cercas depredadas, dentre outros problemas”, (Relato de um denunciante⁴⁹, 2014). Sendo assim, verificamos que os problemas daquele espaço perduravam.

Permanecendo os problemas de infraestruturas, a Vila Olímpica carecia de uma melhor forma de administrar o espaço para obter maior organização, o que seria indispensável naquela época, tendo em vista que a insatisfação dos moradores era recorrente. Sendo assim, os conflitos expostos revelam um retrocesso no que diz respeito ao tratamento do espaço público. O total descaso e descompromisso com este espaço são explicados na notícia de 2014:

Os banheiros estão imundos, falta lugar para guardar materiais quando está chovendo, a área dos chuveiros se encontra com limo pela falta de limpeza, causando riscos de acidentes aos usuários, os chuveiros estão todos danificados, fezes humanas e de animais são facilmente encontradas nos arredores da piscina (Morador do bairro José Pinheiro, 2014⁵⁰).

O descaso revelado resultou em um problema, causando incômodo aos moradores locais. Assim, a área apresentava-se contrariamente à finalidade para a qual foi criada, isto é, de forma oposta ao que deveria fornecer ao público, o que demonstra a fragilização da atenção e o descaso do poder público em relação àquele local. Em conformidade com o que foi analisado no estudo de Carasek, Melo e Melo (2017, p. 60), podemos afirmar que as complicações referentes à administração da Vila Olímpica também se enquadram perante as “questões de execução, problemas financeiros e até falta de interesse, rixas e indisposições políticas”.

A respeito do entrave sobre o espaço, em 2014, a gestão da época foi alvo de críticas com relação à condução administrativa da Vila, tendo divulgado, em sua defesa, uma nota de

⁴⁹ Gestão Romero Rodrigues abandona Vila Olímpica Plínio Lemos, “obra símbolo” da gestão Veneziano. Veja fotos. **Carlos Magno**. 19 maio 2014. Disponível em: https://www.carlosmagno.com.br/noticias/894,gestao_romero_rodrigues_abandona_vila_olimpica_plinio_lemos_obra_simbolo_da_gestao_veneziano_veja_fotos.html. Acesso em: 04 maio 2021.

⁵⁰ INOVAÇÃO? Gestão Romero Rodrigues abandona Vila Olímpica Plínio Lemos, “obra símbolo” da gestão Veneziano. **Blog de notícias do Dercio**. 19 maio 2014. Disponível em: <http://dercio.com.br/inovacaogestao-romero-rodrigues-abandona-vila-olim/>. Acesso em: 03 maio 2021.

esclarecimento através da Secretaria Municipal de Esportes, o que evidenciou o embate entre gestões. Na ocasião, apresentou a seguinte justificativa:

Faz-se necessário informar à imprensa e à sociedade campinense que a Vila Plínio Lemos encontra-se *[sic]* em perfeito funcionamento, com várias modalidades esportivas, entre elas, caratê, judô, voleibol, grupos do "Mexe, Campina" manhã e tarde, além de três escolinhas de futebol. Os campinenses precisam saber que aquele espaço passou, sim, por abandono, nos últimos meses de 2012, quando os funcionários, por falta de pagamento, abandonaram o trabalho e, por conta disso, vândalos depredaram e saquearam parte daquele que é um dos principais espaços esportivos da cidade, cabendo à nova gestão, para se resguardar de quaisquer responsabilidades civis ou criminais no abandono da coisa pública, registrar um Boletim de Ocorrência policial, antes de receber o equipamento. (Nota da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer do município de Campina Grande, 2014⁵¹)

Com base no esclarecimento divulgado, podemos observar que o problema da Vila Olímpica prosseguia continuamente, uma vez que ambos os grupos de gestões procuravam repassar de um governo para o outro a responsabilidade e a causa do descuido com a área de lazer. Dessa forma, fica notória a colisão entre as gestões opostas e a continuidade da disfunção com o espaço.

Em contraposição ao que foi mencionado, alguns dias após o esclarecimento da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, registros fotográficos foram publicados em uma matéria, comprovando que existiam áreas degradadas na Vila Olímpica, a exemplo da piscina com água amarelada, pichações e lixo no local, além da pista de skate sem revestimento de reboco nas paredes, ausência de nova pintura em sua estrutura e refletores quebrados (figuras 32 e 33).

⁵¹ Secretaria de Esporte de Campina desmente notícias de abandono da Vila Olímpica. **Site de notícias Click PB**. 20 maio 2014. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/cotidiano/secretaria-de-esporte-de-campina-desmente-noticias-de-abandono-da-vila-olimpica-172854.html>. Acesso em: 04 maio 2021.

Figura 32: Água suja na piscina

Fonte: <https://paraibaja.com.br/>⁵³, 2016.

Figura 33: Pista de skate deteriorada

Fonte: <https://www.carlosmagno.com.br/>, 2014⁵⁴.

A antiga gestão da Secretaria Municipal de Esportes, responsável pela condução e pelos seus primeiros quatro anos de funcionamento, também apresentou sua justificativa, divulgando em nota:

Prezados cidadãos de nossa querida Campina Grande e [sic] especialmente [sic] a [sic] comunidade da Zona Leste: A Gestão do prefeito Veneziano Vital (...) criou a Secretaria de Esportes e fez a Vila Olímpica, onde antes era um local abandonado, sujo e esquecido pelo grupo que administrou por 22 anos e nada fez, e que atualmente administra a cidade. Fizemos o Museu do Futebol, investimos nos times de pelada, com doação de padrões, abrimos o PSF Dr. Hênio Azevedo, instalamos Academia da Terceira Idade (R\$ 20 mil), fizemos melhoramentos no campo de futebol, pintura completa de toda a Vila, deixamos (R\$1,4 milhão) empenhados para reformas da Vila Olímpica e os demais espaços esportivos, Projeto de doação de material esportivo para times de pelada (R\$50 mil). Foram mais de três milhões investidos em tudo, com um só objetivo: dar uma melhor qualidade de vida a todos os desportistas de Campina Grande (Eduardo Galdino⁵⁵).

Nos discursos de ambas as gestões políticas, é notório observar que enfatizam o que as gestões anteriores deixaram de realizar em prol do bem público durante seus processos de

⁵² Moradores de CG denunciam situação de abandono da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Site Paraíba Já**. 13 jul 2016. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/moradores-de-cg-denunciam-que-predio-abandonado-da-vila-olimpica-e-foco-do-aedes/>. Acesso em: 04 maio 2021.

⁵³ Moradores de CG denunciam situação de abandono da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Site Paraíba Já**. 13 jul 2016. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/moradores-de-cg-denunciam-que-predio-abandonado-da-vila-olimpica-e-foco-do-aedes/>. Acesso em: 04 maio 2021.

⁵⁴ Ex-secretário lamenta abandono da Vila Olímpica de Campina e cobra aplicação de recursos deixados em caixa para reforma. **Portal de notícias Carlos Magno**. 22 maio 2014. Disponível em: https://www.carlosmagno.com.br/noticias/904,exsecretario_lamenta_abandono_da_vila_olimpica_de_campina_e_cobra_aplicacao_de_recursos_deixados_em_caixa_para.html. Acesso em: 03 maio 2021.

⁵⁵ Secretário municipal da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer de Campina Grande, pertencente à gestão Veneziano em 2012, oposição à gestão Romero (2013-2016). Ex-secretário lamenta abandono da Vila Olímpica de Campina e cobra aplicação de recursos deixados em caixa para reforma. **Portal de notícias Carlos Magno**. 22 maio 2014. Disponível em: https://www.carlosmagno.com.br/noticias/904,exsecretario_lamenta_abandono_da_vila_olimpica_de_campina_e_cobra_aplicacao_de_recursos_deixados_em_caixa_para.html. Acesso em: 03 maio 2021.

administração da cidade, o que deixa explícita a rivalidade política entre esses grupos partidários. Desse modo, Costa (2005, p. 262), ao tratar sobre a questão do poder público enquanto responsável pelos espaços públicos, elucida que quando “a ineficiência é movida pela incompetência, ela colabora diretamente para reforçar a imagem negativa da cidade e dos bens públicos ao evitar reprimir ou regular usos e atividades ou responder pela manutenção dos serviços básicos”.

Em 2015, constatamos que vereadores da oposição à gestão (2013-2016/2017-2020), pertencentes à Câmara Municipal de Campina Grande (Casa Félix Araújo), tentaram reverter a situação por meio de emendas aprovadas na Lei Orçamentária (LO) para o ano de 2016⁵⁶, visando a revitalização da Vila Olímpica Plínio Lemos. O mesmo ocorreu no ano de 2017, com a LO de nº 208/2016⁵⁷, que tratava da Requalificação da Vila Olímpica Plínio Lemos, a qual teve dotação orçamentária no valor estimado de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). No entanto, ela não foi implementada. Na referida emenda, constava a seguinte justificativa:

A Vila Olímpica Plínio Lemos é um equipamento da maior importância para a vida comunitária dos moradores dos bairros da Zona Leste. Apesar da reforma recente, a Vila Olímpica padece da ausência de ações para a conservação. Enfim, atualmente esse importante equipamento comunitário apresenta sérios problemas nas instalações físicas, hidráulicas e elétricas. Ademais, os equipamentos de uso comunitário, de lazer e esportivos estão sucateados ou inviabilizados, como é o caso do gramado do campo de futebol (Olímpio Oliveira⁵⁸).

Devido ao descaso com relação ao espaço e à sua inserção urbana, este tornou-se altamente disputado, uma vez que gerava uma espécie de conflito, advindo de reivindicações dos agentes políticos da cidade e das lideranças partidárias de diferentes grupos, com base na situação deplorável em que a Vila Olímpica se encontrava. A circunstância exposta foi um relevante motivo para que esses agentes oponentes da gestão pudessem opinar criticamente sobre a defasagem do espaço público e do seu declínio durante duas gestões (2013-2016 e 2017-2020). Identificamos, através dos relatos de políticos em matérias de jornais, que o período em que o espaço se encontrava com considerável grau de deterioração em seus

⁵⁶ Olímpio apresenta balanço do mandato e comemora conquistas. **Site da Câmara Municipal de Campina Grande**. 30 dez 2015. Disponível em: <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/olimpio-apresenta-balanco-do-mandato-e-comemora-conquistas/>. Acesso em: 02 maio 2021.

⁵⁷ Câmara aprova a Lei Orçamentária 2017 e vereador consegue aprovar 32 Emendas. **Site da Câmara Municipal de Campina Grande**. 21 dez 2018. Disponível em: <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/8373-2/>. Acesso em: 02 maio 2021.

⁵⁸ OLIVEIRA, O. **Emenda n.º 116, de 27 de dezembro de 2015**. Ação governamental.: 1020 – Requalificação e implantação de equipamentos públicos e comunitários. Campina Grande: Câmara Municipal Félix Araújo, [2015]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=839212626213327&set=p.839212626213327&type=3>. Acesso em: 03 maio 2021.

equipamentos foi também aquele em que se acentuou o conflito político com maior intensidade. Desse modo, a respeito do caso da piscina na Vila Olímpica, uma deputada estadual do estado da Paraíba, em 2016, fez a seguinte afirmação:

A Prefeitura está fazendo uma campanha e, ao mesmo tempo, esta foto da piscina mostra o contrário. A gente faz um apelo, que a Prefeitura de Campina Grande faça campanha, mas faça ação também, porque não adianta gastar o dinheiro do povo, fazer campanha e não fazer a ação para combater o mosquito (Daniela Ribeiro⁵⁹).

Os fracassos de uma gestão são motivos para que agentes políticos rivais apontem em que aspectos o governo precisa melhorar. Isso também representa uma forma de o próprio político demonstrar que está atento aos problemas que acontecem na cidade. Por outro lado, evidenciam que a força oligárquica desses agentes atua como contrapoderes para alcançar um determinado cargo governamental, pois a cidade torna-se centro do poder diante desse embate, tornando-se o espaço público estratégico para a conquista dos cargos de gestores públicos.

Ainda no que diz respeito ao impasse da piscina do complexo esportivo, um vereador local explicita que

[...] a população que reside nas imediações da Vila Olímpica Plínio Lemos está em pânico, pois suspeita que o surto de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* é motivado pelo GIGANTE FOCO que se tornou a PISCINA existente naquele local, pois há muita água parada no interior da piscina e as larvas do mosquito se proliferam livremente. “Como tudo em Campina é o maior do mundo, posso afirmar que a piscina da Vila Olímpica foi transformada no maior foco do mosquito *Aedes aegypti* do mundo. É uma pena o descaso do governo municipal com aquela praça de esportes e com a saúde da população” (Vereador Olímpio Oliveira⁶⁰).

Desse modo, o espaço público torna-se um elemento, mesmo que material e simbólico, das disputas entre grupos antagonistas, os quais contestam o comportamento dos gestores que fizeram ou deixaram de fazer algo em prol dele, ficando à espera de novos governos para

⁵⁹ Daniela, à época pertencente ao Partido Progressistas (PP). Daniela critica descaso com a Vila Olímpica em Campina Grande: “gasta dinheiro do povo e não resolve problemas dentro de casa”. **Site Polêmica Paraíba**. 22 fev 2016. Disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/daniela-critica-descaso-com-vila-olimpica-em-campina-grande-gasta-dinheiro-do-povo-e-nao-resolve-problemas-dentro-de-casa/>. Acesso em: 02 maio 2021.

⁶⁰ Vereador à época da cidade de Campina Grande pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), oposição da gestão em 2016. Olímpio cobra ações para combater surto de “CHIKUNGUNYA” e diz que a piscina da Vila Olímpica é um gigante foco do *Aedes Aegypti*. **Site da Câmara Municipal de Campina Grande**. 13 jul 2016. Disponível em: <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/olimpio-cobra-acoes-para-combater-surto-de-chikungunya-e-diz-que-a-piscina-da-vila-olimpica-e-um-gigante-foco-do-aedes-aegypti/>. Acesso em: 02 maio 2021.

poder ser realizada alguma mudança. Sendo assim, os espaços públicos da cidade são controlados por grupos rivais dos quais dependem as decisões relacionadas a eles, impactando drasticamente o acesso da população a esses espaços, bem como o uso contínuo deles. A respeito disso, Narciso (2008, p. 26) esclarece que o espaço público é um “espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade”.

Corroborando essa problemática, vale ressaltar a opinião de Oliveira (2012, p. 170): a “disputa política valoriza a dimensão simbólica”. Ele ainda argumenta, em sua pesquisa, afirmando que “a implementação de grandes projetos urbanos é um campo privilegiado de legitimação de projetos políticos em função do poder simbólico das grandes intervenções” (OLIVEIRA, 2012, pp. 85-86). Dessa forma, as intervenções urbanas de governos locais são formas estratégicas de planejamento para a cidade que buscam favorecer demasiadamente os seus próprios grupos.

Como impacto social, a população carente de área de lazer acabou sentindo completamente os efeitos negativos que foram reflexos desse problema político que afetou o espaço. Esse foi um projeto profundamente esperado pela população, que almejava uma solução para aquela parte do bairro, não contando com as contradições destrutivas que surgiram e fragilizaram o potencial da área de lazer. Esta tornou-se uma difícil realidade de acesso integral, encarada pelos moradores. O relato a seguir reforça os argumentos aqui mencionados:

A comunidade é sofrida, não tem espaço de lazer [sic] e isso aqui era como um sonho que se tornou realidade, [sic] o movimento era grande e dava gosto ver crianças, jovens e até idosos entrando aí, [sic] agora [sic] esse esquisito, uma tristeza (Moradora do Bairro José Pinheiro, 2016⁶¹).

Vale, então, salientar que o entrave local ocorre numa área da cidade cuja população apresenta perfil pobre e periférico, concentrando um amplo público do eleitorado campinense. O bairro José Pinheiro é um dos mais populosos de Campina Grande, ocupando o nono lugar entre os bairros que possuem eleitores aptos a votarem, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba referente às eleições do ano de 2022⁶², totalizando o número de 10.943 do

⁶¹ Moradores de CG denunciam situação de abandono da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Paraíba Já**. 13 jul 2016. Disponível em: <https://paraibaja.com.br/moradores-de-cg-denunciam-que-predio-abandonado-da-vila-olimpica-e-foco-do-aedes/>. Acesso em: 03 maio 2021.

⁶² Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-do-eleitorado-na-paraiba>. Acesso em: 24 nov 2023.

público votante pertencente ao bairro⁶³. Cabe ainda salientar que, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba, Campina Grande é a segunda cidade da Paraíba com maior número de eleitores e eleitoras, totalizando o público de 296 mil pessoas.

Desse modo, a área torna-se altamente ambicionada pelos agentes políticos em confronto, de forma que ações infraestruturais no local podem se tornar uma estratégia para o alcance de maior número de votos. No tocante ao que foi abordado, Narciso (2008, p. 69) afirma que o espaço público “surge como um produto personalizado que compromete o voto”.

A Vila Olímpica voltou ao cerne do debate no ano eleitoral de 2016, quando das eleições para prefeito e vereadores de Campina Grande, permanecendo em condições desfavoráveis de uso e após terem se passados mais de três anos da gestão 2013-2016. Nos meses que antecederam a disputa pela vitória nas eleições daquele ano, notamos que a discussão sobre o espaço público foi recorrente no cenário político, por parte dos candidatos que disputavam o cargo de gestor municipal. Desse modo, discursos proferidos por partidos oponentes chegaram a enfatizar o abandono do bem público, como podemos observar:

Campina enfim terá uma gestão comprometida com quem mais precisa. A Vila Olímpica [*sic*] que deveria beneficiar os jovens e todos os moradores da Zona Leste com esporte e lazer [*sic*] está completamente abandonada. Precisamos investir no povo [*sic*] porque é do povo que vem a força para Campina voltar a ser grande (Adriano Galdino⁶⁴).

Em confronto, analisamos que, durante o período eleitoral de 2016, em seu plano de governo, a gestão pública eleita em 2012 e que buscava sua reeleição, ao tratar da temática Esporte, Lazer e Juventude, enfatizou a “Reforma do Plínio Lemos” (VEIGA, 2016, p. 20). No entanto, no período compreendido entre 2013 e 2016, o espaço apresentou uma intensa decadência dos seus equipamentos e de sua funcionalidade pública. Sendo assim, o ex-prefeito que implantou o espaço em sua gestão, Veneziano Vital, após ter cumprido dois mandatos de administração pública à frente do poder municipal e após passados quatro anos de seu último governo, resolveu lançar, mais uma vez, sua candidatura à prefeitura de Campina. Com relação à Vila Olímpica, importante obra pública urbana construída durante a

⁶³ Justiça Eleitoral traça perfil do eleitorado paraibano nas Eleições 2022. **Site do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba**. 19 ago 2022. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/justica-eleitoral-traca-perfil-do-eleitorado-paraibano-nas-eleicoes-2022#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20de%20idade%20do,de%20fato%2C%20exercer%20a%20democracia>. Acesso em: 24 nov 2023.

⁶⁴ Então candidato à Prefeitura de Campina Grande em 2016 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), oposição da gestão à época. Galdino acusa Romero de abandonar a Vila Olímpica. **Portal de notícias Mais PB**. 25 ago 2016. Disponível em: <https://www.maispb.com.br/192059/galdino-acusa-romero-de-abandonar-vila-olimpica.html>. Acesso em: 02 maio 2021.

sua administração, pautou, em seu plano de governo, caso fosse reeleito, o seguinte condicionante: “Reformar a Vila Olímpica Plínio Lemos para o retorno das atividades esportivas no local, com a reativação de todos os serviços originalmente oferecidos, desde a sua inauguração, desativados na atual gestão, como, por exemplo, a Cozinha Comunitária” (NETO, 2016, p. 14).

Averiguando os planos de governos, fica evidente, mais uma vez, o confronto envolvendo a Vila Olímpica no campo político, entre os concorrentes às eleições. Dessa vez, ambas as propostas dos candidatos a gestores propunham reformar o lugar de lazer, sendo que, no plano do grupo opositor, são destacadas ações que não foram efetuadas anteriormente, explicitando a ocorrência simbólica da hostilidade entre os adversários. Sendo assim, confirma-se a ideia de que os espaços públicos da cidade contemporânea se tornam conteúdos altamente pautados em períodos de campanha, tendo em vista o jogo político da corrida eleitoral.

Face ao fervor das campanhas para o cargo de governante de Campina Grande, a cidade teve, por vezes, destacadas disputas acirradas entre as rivalidades que se confrontam em épocas de eleições. No entanto, a ocorrência de problemas polêmicos e corriqueiros entre políticos adversários costuma ser frequentes na cidade, em razão de proferirem discursos que favoreçam o lado ao qual pertencem, bem como tendo o intuito de emitir discursos que buscam desconstruir os argumentos de campanha ditos pelo lado da oposição. Em meio à disputa política relacionada com a temática da Vila Olímpica, pudemos constatar o seguinte registro:

Eu desafio ele [*sic*] provar que o Plínio Lemos está do jeito daquela foto que ele botou no site de campanha dele⁶⁵. É mentira! Aquele estado de abandono, sim, era da época dele. Aliás, ele está se notabilizando pelas mentiras que vem pregando nessa campanha (Gustavo Ribeiro⁶⁶).

Contrariando a afirmação de que o espaço não se encontrava abandonado, nesse mesmo mês, alguns dias após a publicação desse noticiário, ele recebeu a visita do ministro Leonardo Picciani⁶⁷, responsável pela pasta do Ministério do Esporte do Brasil à época, o

⁶⁵ Refere-se ao candidato Veneziano Vital, pertencente à oposição naquela época.

⁶⁶ Então Secretário Municipal da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer à época, pertencente à gestão Romero Rodrigues. O ex-gestor da pasta de Juventude, Esporte e Lazer direciona esta fala referente ao ex-prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital.

⁶⁷ Ministro do Esporte do governo de Michel Temer (2016-2019). Esporte na Paraíba. **Ministério do Esporte**. 20 set 2016. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/lista-noticias/209-noticias/ultimas->

qual, ao se deparar com a situação da Vila Olímpica, afirmou o seguinte: "Nós vemos aqui muitos equipamentos, mas com certo grau de degradação. Então, o ministério está à inteira disposição de Campina Grande para ajudar em tudo que estiver ao nosso alcance" (Leonardo Picciani).

O que notamos, até então, em meio ao jogo político é o repasse de responsabilidades de ambos os lados com relação ao descuido com o equipamento público. A forma perversa como a área de lazer foi tratada evidencia o desprezo das administrações que passaram pelo poder no sentido de não coordenar adequadamente o espaço. Esse cenário que se desenha também é o reflexo dos casos emblemáticos que muitos equipamentos sociais, culturais, esportivos e de lazer enfrentam cotidianamente, no espaço urbano contemporâneo. Corroborando com o abandono de equipamentos comunitários para a prática do lazer na cidade, registramos o seguinte discurso:

A população campinense não pode continuar convivendo com o abandono de estruturas tão importantes para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento esportivo e cultural da cidade. Esses espaços precisam ser não só revitalizados, mas obrigatoriamente terão que voltar a servir ao povo. Esporte e Cultura também podem ser instrumentos de transformação social, principalmente para jovens e crianças, por isso não podem ser vistas apenas como alternativas secundárias de lazer (Adriano Galdino).

Com base nos resultados encontrados, pudemos observar que, em Campina Grande, predomina uma cultura política enraizada, na qual obras executadas em governos passados não têm a mesma conservação pelas futuras administrações, em mandatos subsequentes de gestões adversárias. Essa realidade representa a velha forma de se fazer política, com perfil antiquado, em que o sentimento de orgulho de um viés governamental predomina sobre as decisões dos agentes, relacionadas à cidade, não ocorrendo a devida continuidade das ações que dizem respeito às referidas obras.

A questão da Vila Olímpica tomou proporção diante do cenário político, sendo pauta específica em debates para as eleições municipais em 2016. No caloroso debate transmitido ao vivo para os telespectadores pela emissora de televisão local TV Borborema, filiada à rede de Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a problemática do espaço foi acentuada. Assim, o candidato da gestão, na época, foi questionado sobre o motivo de o equipamento se encontrar abandonado: “[Pergunta] Prefeito Romero Rodrigues, a zona leste tem um equipamento muito

bacana que infelizmente na sua gestão está abandonado, estou me referindo ao Plínio Lemos, por que você deixou o Plínio Lemos ficar na situação que está hoje?” (Adriano Galdino⁶⁸). Em resposta ao questionamento, o prefeito respondeu o seguinte:

[Resposta] Candidato Adriano, quando nós assumimos a prefeitura, se o senhor colher as informações da imprensa escrita de Campina Grande, no dia dois de dezembro de 2012, logo após as eleições tem uma manchete com letras bastante amplas nos jornais de Campina Grande, Diário da Borborema, Jornal da Paraíba, dizendo Complexo Plínio Lemos totalmente abandonado. Lixo na piscina, equipamentos quebrados, falta de iluminação, portas também danificadas, então assim, desordem de toda ordem, inclusive como falei, com lixo que tomou toda a piscina, aquela área da piscina que era seca, que aliás tinha um problema lá que nunca funcionou. Evidentemente nós iniciamos um processo gradativo de recuperação, colocamos inclusive torres de iluminação de energia de led com energia solar, porque o campo também não tinha torre de iluminação, colocamos equipamentos para a promoção da atividade física, equipamentos novos na área e, estamos procedendo uma reforma integral no Plínio Lemos. Claro que a gente reconhece que é uma área de vulnerabilidade social ali naquela questão do entorno e inclusive, candidato Adriano, agora recentemente, para tornar o ambiente ainda mais aprazível, nós estamos pavimentando todas aquelas ruas que ficam no entorno do complexo Plínio Lemos, Rua Tomé de Souza, Sindolfo Montenegro, Rua Silva Jardim (Romero Rodrigues).

Apesar das justificativas a respeito de algumas ações pontuais realizadas, é necessário enfatizar que a relevância da problemática exposta era de maior dimensão. O espaço carecia de ações ainda mais eficientes, as quais exigiam da gestão uma intervenção mais decisiva para coordenar o seu funcionamento. Em réplica ao pronunciamento anterior, o candidato da oposição reafirma a contestação levantada no debate, testemunhando o abandono, o que explicita a confrontação entre os sujeitos da pesquisa:

[Réplica] Candidato Romero Rodrigues, Campina Grande merece respeito. Candidato você tem que ser verdadeiro. Eu estive lá no Plínio Lemos; por sinal, gravei um guia eleitoral lá no Plínio Lemos. Lá está literalmente abandonado. Não existe reforma nenhuma e lá há um equipamento muito importante. Você tem que respeitar os nossos esportistas da Zona Leste. Procure fazer uma gestão que valorize as pessoas, mas também que fale a verdade. O Plínio Lemos está abandonado (Adriano Galdino).

Apesar de toda a polêmica envolvendo a gestão e o espaço público, esse grupo conquistou a sua reeleição nas eleições do ano de 2016 e continua administrando a Vila Olímpica. Mesmo com a vitória e tendo a oportunidade de mudar o cenário em que se encontrava o equipamento esportivo, a área continuava apresentando as mesmas

⁶⁸ TV Borborema. **Debate TV Borborema 2016**. Youtube, 28 set 2016. 1 vídeo (2h24min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TpsLuixGuR8>. Acesso em: 04 maio 2021.

complicações, motivo pelo qual permaneceu recebendo diferentes críticas por parte de agentes políticos sobre o modo de administração do local.

Por conseguinte, em 2017, o vereador Bruno Faustino, pertencente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), tratou sobre a questão dos espaços públicos da cidade e, segundo uma notícia divulgada pelo portal da Câmara Municipal Félix Araújo⁶⁹, o parlamentar realçou: “nossa cidade carece e padece de espaços públicos, para a prática do desporto, pois, além do ginásio O Meninão, a Vila Olímpica Plínio Lemos, encontra-se em total abandono e sem utilidade alguma aos munícipes” (Câmara Municipal Félix Araújo, em 17 de março de 2017). Corroborando o que está sendo discutido, o estudo de Laurentino (2017), ao analisar alguns espaços públicos de Campina Grande, incluindo a Vila Olímpica, salienta que

O equipamento poderia oportunizar diversas práticas esportivas, diferentes práticas corporais e outras atividades da área, inclusive esportes de rendimento. No entanto, o local encontra-se em estado de abandono, em péssimas condições de uso, ou seja, todo o complexo precisa de obras e serviços de construção, reformas e manutenção, [sic] inclusive alguns equipamentos estão necessitando de substituição por questões de falta de manutenção e monitoramento. As janelas, grades e portas estão depredadas, com cobertura com sérios problemas, pisos esburacados, rede de esgoto precisando de reparos; enfim, o espaço precisa de reformas de diferentes naturezas. (LAURENTINO, 2017, p. 265).

Além da Vila Olímpica, outros espaços públicos, a exemplo do Ginásio Esportivo O Meninão, também precisavam de manutenção. Dessa maneira, pudemos perceber que a questão dos espaços públicos da cidade, por vezes, apresenta-se nos discursos dos agentes políticos, revelando um pertinente debate pela forma como os agentes escolhidos pela população enxergam e se deparam com a realidade que afeta os campinenses. Nesse sentido, o tema torna-se o reflexo das relações de forças políticas diante da tentativa de governar a cidade. A respeito disso, Laurentino (2017) ainda sinaliza que

Quanto ao “Complexo Plínio Lemos”, um fato importante merece destaque, no sentido da necessidade de repensar a gestão compartilhada de forma mais sistematizada entre o poder público e a comunidade, com o intuito de que o local não seja visto como obra apenas de governo, e sejam tratados os seus pontos positivos e negativos, seus desafios e as medidas a serem tomadas em curto e médio prazos, por ser um espaço que poderá atender ao esporte-educação, esporte-participação e ao esporte-rendimento. Ademais, quando da sua instalação, foi pensado como Centro de Referência para o esporte de rendimento. (LAURENTINO, 2017, p. 374).

⁶⁹ Vereador denuncia inutilidade e degradação do Ginásio “O Meninão”. **Câmara Municipal de Campina Grande**. 17 mar 2017. Disponível em: <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/vereador-denuncia-inutilidade-e-degradacao-do-ginasio-o-meniniao/>. Acesso em: 30 mar 2021.

Embora apresentasse constantemente precárias condições de funcionamento, a Vila Olímpica seguia atendendo a todos os que necessitavam fazer livre uso do complexo esportivo, mesmo tendo que enfrentar os fatores da insegurança pública e a limitação dos equipamentos. O espaço chegou a ser ostensivo, no sentido de pessoas que praticavam pequenos furtos e afrontavam os frequentadores, fazendo uso do espaço a toda hora, de modo que o medo tomou conta dos moradores que o visitavam, pois, com a ausência de vigilantes e de policiamento no local, ele se tornava ainda mais propício para os casos do uso de drogas e para atos de violência. A respeito disso, Barbosa (2019, p. 121) acrescenta que

[...] na Região Leste, já foi implementado um núcleo do PETI, que foi instalado na Vila Olímpica Plínio Lemos (bairro José Pinheiro). Contudo, devido ao fato dessa Vila não ter recebido a devida atenção dos gestores, os consumidores de substâncias psicoativas, *[sic]* acabaram territorializando-a para o consumo das drogas e outras práticas. Deste modo, o núcleo sofreu, ao longo de sua permanência, vários furtos e a presença constante destes indivíduos, coibia também as crianças e adolescentes, que frequentavam o PETI, bem como os educadores sociais.

Em consonância com o exposto, Gomes (2005, p. 262), afirma que a “ineficiente administração permite que os espaços públicos sejam permanentemente invadidos, controlados por outros agentes sociais ou que se transformem em áreas de aparência abandonada”. Dessa forma, na tentativa de fortalecer a segurança pública do equipamento, em 2017, a gestão decide nomear um novo diretor para a gerência do Complexo Plínio Lemos, pertencente à coordenadoria de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer. Foi indicado, então, um profissional da Polícia Militar, no intuito de disciplinar o espaço. A chegada de um agente policial a um espaço que era propício ao tráfico e à utilização de drogas, consegue fazer com que parte dos indivíduos que antes usufruíam do complexo para esses atos, não mais o frequentassem.

Portanto, a forma governamental escolhida pela gestão, a partir dos trâmites políticos, resulta na estratégia de nomeação de militares para administrar os espaços públicos da cidade, bem como integrando indivíduos desse perfil em pastas de órgãos públicos, como, por exemplo, as secretarias municipais incumbidas de coordenar as políticas públicas destinadas aos polos de lazer.

Além disso, no caso de Campina Grande, observa-se que o encargo político administrativo de algumas secretarias fica à mercê dos vereadores eleitos. São esses agentes políticos que estão à frente das decisões relacionadas à cidade, assim como coordenam as providências a serem tomadas acerca dos espaços públicos, como, por exemplo, a Secretaria

de Juventude, Esporte e Lazer, entre outras. Esse sistema também se estende às coordenadorias de espaços públicos da cidade, cuja administração cabe a vereadores eleitos.

A lógica desse procedimento de convocar os vereadores eleitos para assumirem cargos de secretários públicos da cidade também possui a funcionalidade estratégica de gerar oportunidade para que os candidatos não eleitos, aliados à base do governo e que pretendem ocupar a suplência do cargo de vereador, assumam uma vaga na câmara, para que, assim, a coligação partidária estabeleça uma maior correlação de forças políticas no jogo de poderes⁷⁰.

Sob a nossa análise, é possível esclarecer que a inserção de agentes políticos na condução de espaços públicos urbanos pode impactar as formas de usos desses locais, comprometendo a estrutura física e o acesso a esses ambientes. Por causa disso, os espaços públicos ficam à mercê de uma parte de vereadores que controlam os espaços da cidade.

Cabe enfatizar que o papel do coordenador responsável por conduzir o equipamento público através da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer é um fator primordial para o bom funcionamento do ambiente. Além disso, espera-se que o ente encarregado dessa função consiga trazer significativas melhorias para conseguir intermediar a solução de problemas com a repartição pública, apesar das adversidades que afetam a área.

Logo no início de 2018, mais precisamente no mês de janeiro, uma promessa de reforma chegou a ser veiculada na Internet por meio do Portal Correio. A matéria afirmava: “toda a infraestrutura do complexo esportivo será reformada, o que compreende o ginásio, o campo, a quadra e as salas da administração” (Portal Correio em 13 de janeiro de 2018⁷¹). Ainda quanto ao conteúdo a que se referia a matéria, o Secretário de Juventude, Esporte e Lazer desse período informou:

Nós estamos trabalhando sem parar. Queremos que em breve a Vila Olímpica Plínio Lemos, o Parque da Criança e o ginásio ‘O Meninão’ sejam entregues à população campinense totalmente revitalizados, porque temos verdadeiramente compromisso com o esporte e com Campina Grande (Teles Albuquerque⁷²).

Em contraposição, no que tange ao moroso processo para uma reforma comprometida, um dos vereadores da Câmara Municipal volta a dar ênfase ao assunto sobre os espaços esportivos, ao afirmar: “O meninão e a Vila Olímpica Plínio Lemos estão em reformas que

⁷⁰ Anúncio de novo secretariado da PMCG provoca 'dança das cadeiras' na CMCG. **Blog da Simone Duarte**. 30 dez 2020. Disponível em: <https://www.simoneduarte.com.br/2020/12/anuncio-de-novo-secretariado-da-pmcg.html>. Acesso em: 28 set 2022.

⁷¹ Vila Olímpica Plínio Lemos vai ser revitalizada, em CG. **Portal Correio**. 13 jan 2018. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/vila-olimpica-plinio-lemos-vai-ser-revitalizada-em-cg/>. Acesso em 05 maio 2021.

⁷² Vereador da Câmara Municipal de Campina Grande, eleito à época pelo Partido Social Cristão (PSC) e Secretário de Juventude, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

não acabam nunca e não se vê uma melhoria. Enquanto isso, as pessoas ficam sem estes espaços para a prática esportiva” (Bruno Faustino⁷³). Observemos que, além do equipamento da Zona Leste, outros polos esportivos, como, por exemplo, o Ginásio O Meninão, enquadram-se em situações correlacionadas ao que acontece com o Plínio Lemos, além de que obras paradas exigem o esforço necessário para sua reforma e tempo dedicado a reverter o estado de deterioração.

Na continuidade do acompanhamento referente aos noticiários envolvendo o objeto de estudo, nos deparamos com as críticas por parte dos vereadores da oposição, as quais voltavam a surgir, e, por vezes, sempre enfatizavam o contexto de abandono, conforme é evidenciado no seguinte discurso:

Aquele equipamento foi totalmente abandonado pelo prefeito Romero Rodrigues, a verdade é essa. Essa atual administração assumiu, e o que nós vemos é um abandono total, daquele equipamento importantíssimo, e a gente não tem nenhuma ação para aquele equipamento (Josenildo Alves⁷⁴).

As obras não finalizadas por um determinado governo implicam, consequentemente, pretexto para que seja alvo de críticas nos discursos políticos provenientes de agentes adversários, isto é, pertencentes à oposição. No ano de 2019, averiguamos que algumas ações de melhorias pontuais foram executadas na Vila Olímpica. Dentre as intervenções realizadas, estão a implantação de um novo gramado e pinturas no ginásio esportivo e na pista de atletismo (figura 34), que receberam restauros em suas estruturas. Porém, cabe mencionar que a proporção da reforma para o espaço público carecia de maior intervenção e assistência do poder público municipal.

⁷³ Bruno Faustino diz que prefeitura não investe no esporte de Campina Grande. **Câmara Municipal de Campina Grande**. 19 abr 2018. Disponível em: <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/bruno-faustino-diz-que-prefeitura-nao-investe-no-esporte-de-campina-grande/>. Acesso em: 30 mar 2021.

⁷⁴ Vereador à época pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), oposição da gestão nesse período. Vereador da oposição, Galego do Leite diz que a maioria de suas emendas são vetadas por Romero. **Se Liga PB**. 06 dez 2018. Disponível em: <https://seligapb.com.br/vereador-da-oposicao-galego-do-leite-diz-que-a-maioria-de-suas-emendas-sao-vetadas-por-romero/>. Acesso em: 03 maio 2021.

Figura 34: Prefeito Romero Rodrigues vistoria ações de reforma na Vila Olímpica Plínio Lemos.



Fonte: PMCG, 2019⁷⁵.

Em 2019, no que diz respeito às obras do município, um vereador da Câmara de Vereadores declarou que a gestão estava transformando Campina Grande em “um canteiro de obras inacabadas” (Bruno Faustino⁷⁶), referindo-se às obras da Alça Leste, do Ginásio O Meninão, da Vila Olímpica Plínio Lemos e do Conjunto Habitacional Aluízio Campos, conforme bem retratado na matéria do Portal Paraíba Online.

Face às críticas da oposição nesse embate político envolvendo o Complexo Plínio Lemos, a gestão buscou defender o seu modo de administração, frisando que “Eles [oposição] não vão lá, é questão de visão. Primeiro que não existe vila olímpica, existe um campo de futebol, um mini ginásio de esportes que está lá muito bem cuidado” (Teles Albuquerque⁷⁷). A partir do que foi mencionado, conseguimos perceber o explícito conflito baseado na política municipal que implantou o projeto da Vila Olímpica em Campina Grande, uma vez que a gestão daquela época (2019), pertencente à oposição do governo que construiu a área pública de lazer em 2008, aponta justificativas com argumentos que buscavam descaracterizar o espaço como sendo uma vila olímpica.

O conflito consolidado entre as gestões encaminha-se para a tendência de desvalorização de obras públicas, construídas em mandatos de oposição, e para a

⁷⁵ Romero inspeciona obras de reformas na Vila Olímpica Plínio Lemos. **Prefeitura Municipal de Campina Grande**. 18 jan 2019. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/romero-inspeciona-obras-de-reformas-na-vila-olimpica-plinio-lemos/>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁷⁶ Líder da Câmara rebate críticas à gestão Romero Rodrigues. **Paraíba Online**. 02 fev 2019. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/politica/2019/02/02/lider-da-camara-rebate-criticas-a-gestao-romero-rodrigues/>. Acesso em: 04 maio 2021.

⁷⁷ Secretário de Esportes responde críticas da oposição. **Paraíba Online**. 08 ago 2019. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/paraiba/2019/11/08/secretario-de-esportes-responde-criticas-da-oposicao/>. Acesso em: 03 maio 2021.

desvalorização da coordenação nos últimos governos administrativos, entre 2013 e 2020. Desse modo, compreendemos que a crítica à desvalorização do espaço, desconsiderando-o uma vila olímpica, é o reflexo de um jogo político local com o intuito de desqualificar o ambiente construído por uma gestão antagonista. Esse fator demonstra o quanto, na cidade de Campina Grande, a tensão da disputa política é incessante entre os sujeitos que governam o município e também entre aqueles que não possuem tal poder simbólico. No tocante ao que foi mencionado, Narciso (2008, p. 32) corrobora afirmando que o espaço público simboliza “a expressão contraditória das informações, das opiniões, dos interesses e das ideologias”.

Ainda em 2019, ano que antecedeu as eleições de 2020, articulações entre os partidos, coligações políticas e candidatos começam a surgir na política local. Como pré-candidata à prefeitura municipal e pertencente ao grupo oposto da gestão, Ana Cláudia Vital⁷⁸, esposa do ex-prefeito Veneziano Vital, posicionou-se a respeito de problemas administrativos que, em sua visão, vinham ocorrendo no governo de Romero Rodrigues, tendo anunciado:

O município não suporta mais a estagnação. A ausência de programas importantes, que não existem mais, como o complexo esportivo Plínio Lemos, há problemas na Saúde, término do sistema integrado, que causou grande revolta para a população. Sendo eleita, uma das minhas primeiras atitudes será a de trazer de volta esse sistema, porque sabemos a importância dele para as pessoas (Ana Cláudia⁷⁹).

Em relação às eleições do ano de 2020, o ex-prefeito Romero Rodrigues tinha como aliado para sucedê-lo na prefeitura municipal de Campina Grande, pelo Partido Social Democrático (PSD), Bruno Cunha Lima, que venceu as eleições. Ele representava o grupo familiar dos anteriores prefeitos Ronaldo Cunha Lima e Cássio Cunha Lima. Já do outro lado do campo em disputa, o Partido Podemos indicou, como candidata, Ana Cláudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rêgo, pertencente ao grupo de Veneziano Vital do Rêgo.

Após o anúncio da pré-candidata à prefeitura de Campina Grande pelo Partido Podemos, a pretendente ao pleito municipal voltou a mencionar as complicações do modelo de coordenação da gestão pública que administrava a cidade. Uma notícia divulgada mostra trechos dos apontamentos explícitos em sua fala:

São obras inacabadas, obras que recursos foram devolvidos porque não foram executadas. Disse que o caso ocorreu com creches, com o projeto de revitalização da

⁷⁸ Esposa do ex-Prefeito Veneziano Vital e, à época, Secretária Estadual de Desenvolvimento e Articulação Municipal do Governo do Estado da Paraíba.

⁷⁹ Ana Cláudia Vital diz que CG vive uma “estagnação administrativa” e se coloca à disposição dos campinenses. **Blog do Dércio**. 28 set 2019. Disponível em: <https://dercio.com.br/ana-claudia-vital-diz-que-cg-vive-uma-estagnacao-administrativa-e-se-coloca-a-disposicao-dos-campinenses/>. Acesso em 02 maio 2021.

feira central, com o canal da Ramadinha e com o canal de Bodocongó. “A Vila Olímpica Plínio Lemos se encontra abandonada”, afirmou. E para Ana Cláudia o Sistema de Integração atualmente “funciona apenas como um grande ponto de ônibus (Discurso de Ana Cláudia Vital divulgado pelo Portal de notícias Paraíba Online⁸⁰).

A forma usada é uma estratégia simbólica para conquistar a tão sonhada vaga na prefeitura do município. Dessa maneira, comprova-se que a abordagem dos candidatos políticos em relação às falhas cometidas por gestões urbanas, visando persuadir a população a não dar continuidade ao governo vigente. Portanto, candidatos opositores costumam apropriar-se das lacunas deixadas por seus adversários, incorporando-as em seus discursos para se beneficiarem.

Dessa forma, o cenário em que se encontrava a Vila Olímpica tornou-se um motivo para os políticos locais, como o ex-prefeito e vereadores, demonstrarem a situação do lugar através de material midiático, com gravações de vídeos e registros fotográficos. Desse modo, foi noticiada em matérias jornalísticas de comunicação a visita de políticos ao local, com o intuito de evidenciar a deterioração do bem público, decorrente das discontinuidades das ações políticas locais que seriam da responsabilidade e competência governamental do município.

Em 2020, na tentativa de evidenciar o descaso com a obra pública construída durante sua gestão, o ex-prefeito da cidade, Veneziano Vital, como representante importante da aliança pertencente ao grupo da oposição, realizou uma visita ao local para mostrar o estado do espaço público, considerando a proximidade das eleições de 2020 para prefeito da cidade. Ao inspecionar o equipamento da Região Leste, ele ressaltou o abandono e o desprezo do espaço, com equipamentos quebrados, conforme noticiou o jornalista:

Veneziano iniciou sua visita à Vila Olímpica mostrando o abandono do Memorial do Esporte, que foi saqueado e está completamente destruído. Depois, mostrou as arquibancadas, que estão sem teto e onde o mato tomou conta de tudo. O campo de futebol também está tomado pelo mato, sem a possibilidade de prática de futebol. Do lado oposto ao da entrada principal, Veneziano mostrou o desprezo com a pista de skate e os equipamentos da academia popular, totalmente danificados e enferrujados, sem condição de uso. (Blog do Mário Rangel em 08 de junho de 2020⁸¹).

⁸⁰ Pré-candidata do Podemos ‘bate’ na Prefeitura de Campina Grande. **Paraíba Online**. 07 dez 2019. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/politica/2019/12/07/pre-candidata-do-podemos-bate-na-prefeitura-de-campina-grande/>. Acesso em: 05 maio 2021.

⁸¹ Veneziano faz visita à Vila Olímpica Plínio Lemos e fica estarrecido com o abandono e o desprezo da Prefeitura com o local. **Blog Mário Rangel**. 8 jun 2020. Disponível em: <https://blogdomarciorangel.com.br/2020/06/08/veneziano-faz-visita-a-vila-olimpica-plinio-lemos-e-fica-estarrecido-com-o-abandono-e-o-desprezo-da-prefeitura-com-o-local/>. Acesso em: 9 jun 2020.

Tendo em vista esse aspecto, no último semestre do mandato da gestão do PSD, em 2020, a reforma da Vila Olímpica foi uma das obras anunciadas que ganhou força para a sua realização. Contudo, a obra não foi concluída antes do término da referida gestão, sendo a responsabilidade repassada para o governo que a sucedeu. Nessa perspectiva, o intuito da iniciativa de intervenção era favorecer a continuidade do trabalho com o apoio do seu candidato, caso ele fosse eleito, o que, de fato, ocorreu.

Isso demonstra que, na conjuntura das relações políticas, as obras urbanas realizadas no final dos mandatos têm como objetivo eleger o candidato aliado pertencente ao “time” no controle da administração da cidade. Dessa forma, a cidade segue disputada pelas assimetrias dos grandes grupos políticos que, por hora, conquistam o poder de administrá-la, sempre conseguindo voltar ao topo do comando dos bens urbanos. Esses grupos, cujos membros vão sendo substituídos ao longo de gerações, compõem uma oligarquia familiar na qual sempre um indivíduo, com determinado grau de parentesco e que é pertencente a essa aliança política, permanece no poder.

A disputa política é composta por amplas coalizões partidárias e por grupos com interesses específicos, visando fortalecer a gestão sucessora, aliada ao governo, que assumirá a administração da cidade durante os próximos anos. A trama dessa relação política é apresentada por meio de propostas com o intuito não só de dar continuidade a uma obra pública em fase de andamento ou a um projeto urbanístico em execução, mas, também, ao abrir as cortinas desse cenário, dar ênfase à continuidade, no sentido de eleger o candidato aliado e apoiado pelo grupo que já esteve, por vezes, governando a cidade.

As obras que foram inicialmente planejadas ou construídas por um governo adversário da gestão subsequente tornam-se o ponto-chave para entendermos a causa do embate. Em nossa análise, compreendemos que as administrações da cidade preferem valorizar com maior ênfase apenas as obras realizadas em seus mandatos, dando-lhes continuidade, muitas vezes não reconhecendo as intervenções feitas por adversários. A forma de governar tais espaços na cidade reflete consideravelmente no modo como determinada área pública funcionará durante o período do encargo político. Sendo assim, quando não há a atenção governamental necessária ao bem público, isso impacta drasticamente nas formas de uso dele, nas atividades sociais e na sua estrutura física, além de dificultar o acesso a um equipamento social que poderia servir com maior eficácia à população do local. Em relação às obras administradas por governos rivais, foi possível confirmar a existência desse fator, como bem retrata o discurso a seguir:

Campina precisa de uma gestão que escute e observe as maiores demandas da cidade e que, conjuntamente, busque as parcerias necessárias para a realização destas demandas, sem deixar obras paralisadas por terem sido iniciadas por adversários (Ana Cláudia Vital, 2020).

Durante o período da campanha eleitoral de 2020, as relações conflituosas entre as novas apostas para governar Campina Grande voltaram a se referir à Vila Olímpica. Dessa forma, o grupo adversário ao PSD contesta sua omissão e lança, como proposta de ações, caso fosse eleito, a continuidade da implantação dos projetos de vilas olímpicas no município. Eles se apropriam de um discurso decorrente de uma interrupção ocorrida quando se encerrou o ciclo governamental do grupo do PMDB, que tinha o intuito de prosseguir construindo esse tipo de equipamento urbano, assim como foi edificado no bairro José Pinheiro. Dessa forma, no discurso abaixo, a candidata afirma:

Lamentavelmente, essa gestão tem sido marcada pelo abandono de importantes espaços públicos, como a Feira da Prata, o Complexo Plínio Lemos e O Meninão, mas nós temos trazido políticas de incentivo ao esporte, como a construção de vilas olímpicas em diversas áreas de Campina Grande (Ana Cláudia Vital⁸²).

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que, em períodos eleitorais, o espaço sempre está presente nos discursos dos candidatos como incômodo político. Em meio ao campo de lutas entre as oligarquias a partir do planejamento urbano, “o “espaço público” e o interesse público” (ROLNIK, 2019, p. 23) tornam-se relevantes, nos quais os discursos oponentes se enfrentam pela disputa da cidade. Além disso, os resultados encontrados constataam o desprezo da Vila Olímpica Plínio Lemos pelos grupos que administraram Campina Grande ao longo das gestões passadas.

Além disso, cabe enfatizar que a obra se tornou um elemento partidário, uma peça publicitária ou propaganda política da gestão que assumiu o poder, destacando-se sobre as principais obras ou ações realizadas durante os mandatos políticos. Portanto, essas obras são um motivo persuasivo para a conquista de eleitores, contribuindo para a reeleição ou o fortalecimento de mandatos subsequentes liderados por aliados futuros. Assim, a pauta da Vila Olímpica é recorrente nas campanhas eleitorais do ex-prefeito Veneziano Vital, por ser uma obra construída e inaugurada durante sua gestão. Dessa maneira, ao lançar sua candidatura ao governo do Estado da Paraíba para as eleições do ano de 2022, pelo Partido do Movimento Brasileiro (MDB), o referido espaço esportivo e de lazer esteve inserido em sua

⁸² Ana Cláudia: “Essa gestão tem sido marcada pelo abandono de importantes espaços públicos”. **Paraíba Online**. 12 nov 2020. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/eleicoes/2020/11/12/ana-claudia-essa-gestao-tem-sido-marcada-pelo-abandono-de-importantes-espacos-publicos/>. Acesso em: 04 maio 2021.

agenda política, como exemplo de obra urbana edificada durante seu mandato. Ao participar do debate realizado pelas TVs Cabo Branco e Paraíba (emissoras locais) para as eleições de 2022 e ser questionado sobre a temática de esporte e lazer, o então candidato assim proferiu o seguinte discurso:

Se você tiver a chance de conhecer lá na minha amada Campina, nossa amada Campina Grande, a primeira Vila Olímpica do meu Zepa, Zé Pinheiro [bairro José Pinheiro], que serve e atende ao Monte Castelo, ao Santo Antônio, a Nova Brasília, você vai encontrar um investimento que nós fizemos enquanto prefeito, com recursos exclusivamente próprios de 10 milhões de reais, onde nós temos três equipes, ou pelo menos tínhamos, no meu tempo, três equipes do Programa de Saúde da Família, nós tínhamos restaurante popular, nós tínhamos equipamentos funcionais não apenas relacionados à prática do desporto, mas também relacionados diretamente a outras ações. Nós temos esse compromisso de investir no esporte amador, diferentemente do que João [Governador da Paraíba] fez, que foi exatamente prometer nove vilas olímpicas e não entregar uma única. (Veneziano Vital⁸³).

A partir do discurso apresentado, é importante ressaltar que a discussão sobre a Vila Olímpica, inicialmente abordada no cenário municipal, foi estendida para o contexto da disputa eleitoral do governo do Estado da Paraíba em 2022, quando o candidato Veneziano lança sua candidatura ao cargo de governador. Dessa forma, podemos observar que “os embates políticos e ideológicos mobilizam e acionam, instauram e rompem escalas, num processo em que narrativas escalares estruturam e fundamentam estratégias e táticas, configurando arenas e objetos de disputa” (VAINER, 2006, p. 27).

Ademais, após um extenso período intensificado de atritos que se sucediam ao longo dos processos de gestões entre as rivalidades políticas, percebemos que, em decorrência das ações de revitalização, em 2021, houve uma apaziguada momentânea entre as tensões conflitantes locais. Com a chegada do grupo gestor de Bruno Cunha Lima, as obras de reforma tiveram continuidade, sendo efetivadas algumas melhorias, o que consideramos como tentativa de resgate e reconversão do espaço público, além de estratégia política. Segundo uma notícia divulgada pela página eletrônica da Prefeitura Municipal de Campina Grande em 2021, enfatizando a visita do então vice-prefeito da cidade na Vila Olímpica, hoje vice-governador, Lucas Ribeiro destacou que

Priorizar a qualidade de vida das pessoas é uma diretriz da gestão do prefeito Bruno [sic] e estamos conseguindo isso através de ações em várias frentes. No esporte, em

⁸³ **Candidatos ao governo da PB participam de debate das TVs Cabo Branco e Paraíba.** Globoplay. 28 set 2022. 1 vídeo (33min53seg). Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2022/noticia/2022/09/28/candidatos-ao-governo-da-pb-participam-de-debate-das-tvs-cabo-branco-e-paraiba.ghtml>. Acesso em: 29 set 2022.

especial, já realizamos, através da Sejel, a revitalização de vários espaços públicos que proporcionam lazer, saúde e convivência para todos os campinenses, e a gente segue trabalhando para fazer ainda mais. (Lucas Ribeiro⁸⁴).

Esse processo está diretamente articulado com a discussão acerca do modelo governamental das novas gestões urbanas. Estas assumem o governo da cidade contemporânea buscando alternativas para superar as dificuldades e problemas deixados pelos processos de gestões anteriores, especialmente no que diz respeito aos espaços públicos urbanos periféricos de lazer.

Desse modo, coube aqui refletirmos sobre uma questão central, pois essas características conflituosas evidenciam que, na cidade contemporânea, as gestões urbanas governam de forma desigual e contraditória, priorizando a si mesmas e favorecendo seus grupos oligárquicos, especificamente para Campina Grande e algumas cidades. De modo geral, o favorecimento ocorre para grupos de interesse, com maior poder político e/ou econômico e com influência nos grupos políticos que ascendem e se inserem nos poderes instituídos. Dessa forma, administram a cidade conforme os seus interesses, para se beneficiarem, acabando assim por esquecer que deveriam buscar governar de forma igualitária para todos os habitantes. À vista disso, “é preciso que, cada vez mais, o poder público crie políticas de lazer capazes de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos” (MARCELLINO, 2006, p. 61).

Portanto, é notório que as ações de planejamento voltadas para o espaço público são conduzidas conforme com o nível de interesse político com que cada processo de gestão administra os espaços da cidade, submetendo-os a variações de constantes transformações, em razão das intenções entre os agentes públicos na execução dos períodos de atuação no espaço-tempo, à frente das instituições organizativas da política urbana municipal. Na contramão desses ideais, cabe realçar que a Vila Olímpica é um complexo amplo com diversos equipamentos e sempre requereria políticas e recursos contínuos para a sua adequação e manutenção. Ações pontuais realizadas apenas em períodos eleitorais não foram suficientes para suprir a demanda que o espaço público carecia.

Outro fator relevante na discussão apresentada pela pesquisa, considerando os aspectos analisados, é a lógica da negação do espaço ao longo do tempo. As elites dominantes do espaço se apropriam dessa perspectiva, deixando os lugares públicos da cidade entrarem em estado de deterioração, por determinado período, para poderem, futuramente, proceder a

⁸⁴ Vice-prefeito visita Plínio Lemos e destaca avanços na área de esportes em Campina Grande. **Prefeitura Municipal de Campina Grande**. 07 jul 2021. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/vice-prefeito-visita-plinio-lemos-e-destaca-avancos-na-area-de-esportes-em-campina-grande/>. Acesso em: 10 jul 2021.

novas intervenções urbanísticas com obras de modernização estabelecidas pelo movimento do processo de desconstrução/construção dos lugares. Essas forças políticas “definem, delimitam e compõem a forma do espaço, transpondo através dela uma organização funcional, estrutural e de poder” (NARCISO, 2008, p. 73). Em sintonia com essa discussão, Carlos (2017, p. 42), argumenta que

Em seu processo de produção/reprodução, o espaço torna-se um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que, usando como meio as políticas públicas, centraliza, valoriza e desvaloriza os lugares da vida, aprofundando as desigualdades como decorrência das necessidades da acumulação ampliada.

Ainda sobre essa discussão, destacamos, que conforme Gomes (2018, p. 117), os espaços públicos “são os lugares em que os problemas aparecem e se transformam em debates, em diálogo e em possibilidade de ajuste e compromisso. Por isso, não anulam os conflitos, ao contrário, são canais de comunicação e de visibilidade de oposições”. A discussão apresentada expõe a relevância de tratar dos desdobramentos, face às tensões intrínsecas ao redor do espaço público, visto que a interrupção da continuidade administrativa desses lugares é provocada por uma questão político-partidária entre os governos municipais rivais, elevando a inflexão da fragilização desses ambientes públicos.

Esses entraves latentes, que provocam a omissão e a negação do espaço público também demonstram o limitado êxito dos projetos com objetivos eleitorais. Isso ocorre uma vez que a ambição pela disputa da cidade se torna uma prioridade estratégica das organizações locais, de modo que o espaço público acaba não recebendo a devida atenção por parte das administrações municipais. Dessa maneira, Sobarzo (2006, pp. 97-98) consolida a concepção de que

[...] a sua relação com o poder municipal é direta, já que este exerce o seu domínio – do ponto de vista legal –, constituindo-se, por excelência, no espaço da intervenção do poder público. Assim, o espaço público – especificidade – reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano – totalidade –, bem como reflete os múltiplos conflitos de interesses.

A respeito das descontinuidades político-partidárias dos governos locais, o enfoque apresentado por Maricato (2000, p. 137) reforça a percepção de que “cada governo busca sua “marca” e ignora qualquer linha de continuidade, com exceção dos casos de eleição de sucessores indicados”, o que confirma a investigação abordada neste estudo. Ainda cabe lembrar que a derrota de grupos gestores para governantes oponentes, em períodos finais de

mandatos, enfraquecem a administração dos lugares de lazer, evidenciando que nem sempre o bom funcionamento dos espaços públicos será conduzido apenas pelas gestões que os complementaram. Em conformidade com Maricato (2000), Sobarzo (2006, p. 98) elucida que

As diferentes administrações municipais procuram deixar as suas “marcas” no espaço público, assim como o utilizam como “moeda de troca” para fins eleitorais. Nesse sentido, as inaugurações e reinaugurações de calçadas, parques e praças [*sic*] – além de outras obras, serviços ou equipamentos públicos – [*sic*] dificilmente são realizadas como se essas ações fossem consideradas próprias e cabíveis à administração municipal. Pelo contrário, as obras são apresentadas como corporificação da preocupação e da capacidade especial da autoridade.

Além disso, a competição por projetos urbanos de espaços públicos provoca “rupturas políticas, ao instaurar ou reconfigurar coalizões políticas que disputam legitimidades e hegemonia no espaço urbano” (VAINER; OLIVEIRA & LIMA JUNIOR, 2012, p. 16). Isso fortalece a compreensão das disputas entrelaçadas entre os distintos arranjos partidários, considerando que os projetos urbanos nada mais são que projetos políticos voltados para manter o poder de governar a cidade.

Os problemas políticos que se manifestam em cada local se tornam uma “guerra do lugar” (ROLNIK, 2017), dotada de relações afrontosas, tendo em vista que os arranjos coligativos estão sempre em disputa do poder. O cenário de desentendimento intensifica os atritos entre os agentes, pois o “espaço público pode se constituir exatamente no ponto onde as discordâncias afloram” (LEITE, 2008, p. 51). Sendo assim, podemos entender que os descompassos do funcionamento da Vila Olímpica inseriram este espaço público no campo do confronto político.

Em analogia com os estudos a respeito dos projetos de intervenção examinados por Lima & Santos (2015, p. 259), enfatizamos também que eles correspondem ao que acontece de forma semelhante na Vila Olímpica. Isso por que ela “demanda uma continuidade do processo de manutenção, exigindo constante atenção por parte das políticas públicas”. Nesse sentido, para que o lugar proporcione condições favoráveis de uso aos seus frequentadores, é preciso o esforço de ações administrativas, políticas, institucionais, socioambientais, econômico-financeiras, e outras por parte das diferentes administrações municipais. Elas devem inserir em suas agendas articulações que foquem a sociabilidade, a continuação do zelo e a preservação do patrimônio de caráter público. Enquanto o impasse político persistir com relações conflituosas que descontinuem as demandas do espaço, não haverá superação dessa questão que assola a população comunitária que utiliza a Vila Olímpica.

Quando não há continuidade das políticas antes disponibilizadas em áreas habitadas por grupos vulnerabilizados, existe a tendência de afetar uma parcela da classe mais empobrecida da cidade, como a classe operária de menor renda, o que implica um impacto consecutivo para o público ao qual se destina. Dessa forma, o espaço público se apresenta como uma relação de dependência existente entre as ações governamentais, para que os indivíduos que dele se utilizam possam ter pleno acesso aos benefícios proporcionados por ele. Sendo assim, “esse espaço, assim construído e vivido, tem uma relação essencial com a ideia de cidadão e com a dinâmica que caracteriza suas ações: a política” (GOMES, 2020, p. 166). Esse é o fator-chave para compreender os desdobramentos vigentes nos ambientes públicos urbanizados da sociedade.

Ainda assim, a inadimplência das obras de urbanização em municípios torna-se oportuna para os discursos de políticos pertencentes a grupos contrários, propiciando a argumentação sobre os espaços urbanos que foram abandonados e não priorizados, propositalmente, pela dispersão da política gestora, demonstrando a omissão do poder municipal. A ocorrência desses fatores revela a sistemática negligência do espaço público, que se torna produto da disputa política e do desinteresse progressivo na construção e continuidade de políticas públicas. Isso ocorre com o enfraquecimento das capacidades estatais, a partir da predominância da perspectiva neoliberal, e revela que o espaço público contemporâneo pode encontrar-se na contramão dos princípios instituídos pela função social da cidade.

CAPÍTULO IV: O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS: ENTRE DISPUTAS E AÇÕES

Neste Capítulo, abordamos, através da dimensão socioambiental, os aspectos decorrentes da recente *revitalização*⁸⁵ pela qual o equipamento tem passado nos últimos anos, entre 2020 e 2021. Por outro lado, procuramos realizar uma apreciação do espaço público, destacando a importância do referido local para os frequentadores e selecionando, com base nos discursos das entrevistas, os argumentos retirados do debate central da seção, os quais revelam o uso do espaço e às práticas de lazer.

4.1 A requalificação da Vila Olímpica Plínio Lemos frente as ações da gestão urbana

Em 2020, após um longo período de espera por uma reforma no local, a gestão municipal tomou a decisão de iniciar o processo de reforma e a modernização na Vila Olímpica Plínio Lemos. Com o objetivo de reverter a situação de deterioração que se instaurou no local, a Prefeitura lançou um edital com um processo licitatório, publicado no *Semanário Oficial* da cidade com o número de 2.553⁸⁶, datado de 4 de setembro de 2017, e divulgado pelo *Diário Oficial* do Governo Estadual da Paraíba, com o número 16.449⁸⁷, em 5 de setembro de 2017.

O edital tinha como finalidade a contratação de uma empresa por meio de regime de empreitada por preço unitário, um tipo específico de serviço que pode não necessariamente cumprir os prazos estabelecidos, podendo exigir um maior dispêndio de recursos públicos além do valor inicialmente cobrado. O custo total da obra foi estabelecido em R\$ 382.531,80 (trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta centavos), permitindo à empresa vencedora iniciar a intervenção urbana. A seguir, apresentamos o anúncio licitatório:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08:00 horas do dia 09 de outubro de 2017, licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA** sob Nº **2.13.002/2017**, tipo

⁸⁵ O termo utilizado refere-se à perspectiva adotada pelas gestões do poder público ao mencionar as intervenções realizadas na Vila Olímpica Plínio Lemos. É importante ressaltar que essa perspectiva difere da concepção considerada pelo autor.

⁸⁶ CAMPINA GRANDE. *Semanário Oficial de Campina Grande*. Seção Comissão Permanente de Licitação, Campina Grande, PB. n. 2.553, p. 4. Disponível em: [Semanario-Oficial-2.535-04-a-08-de-setembro-de-2017.pdf](#). Acesso em: 26 maio 2021.

⁸⁷ PARAÍBA. *Diário Oficial do Estado da Paraíba*: Seção Diário dos Municípios, João Pessoa, PB. n. 16.499, p. 21-22. Disponível em: [05-Diario Oficial 05-09-2017 TOTAL.pdf](#). Acesso em: 26 maio 2021.

MENOR PREÇO, em REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, tendo como OBJETO A REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS, BAIRRO DE JOSÉ PINHEIRO, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. (Prefeitura Municipal de Campina Grande, Semanário nº 2.535 04 a 8 de setembro de 2017) (Grifos do Semanário).

A previsão de execução da obra era de um prazo de 270 dias, tendo como objeto do contrato a reforma e a modernização da Vila Olímpica Plínio Lemos, no bairro José Pinheiro, no município de Campina Grande, Estado da Paraíba. O início da obra estava agendado para o dia 26 de dezembro de 2017, e o término estava previsto para 26 de julho de 2018, totalizando um tempo estimado de sete meses.

No quadro 3, apresentamos as ações da Prefeitura Municipal de Campina Grande, por meio da divulgação dos Semanários Oficiais referentes ao ano de 2020, nos quais, podemos observar uma série de atribuições destinadas à Vila Olímpica.

QUADRO 3: SEMANÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SOBRE A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM 2020⁸⁸

MESES DE 2020	Nº DE SEMANÁRIOS ENCONTRADOS E ANALISADOS	Nº DE SEMANÁRIOS QUE SE REFEREM À VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS	EDIÇÃO DO SEMANÁRIO	DATA	SETOR RESPONSÁVEL	ASSUNTO
JANEIRO	15	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	9	1	Nº 2.663	17 a 21 de fevereiro de 2020	Atos do Prefeito	Exoneração do diretor da Vila Olímpica Plínio Lemos.
MARÇO	11	-	-	-	-	-
ABRIL	9	-	-	-	-	-
MAIO	14	-	-	-	-	-
JUNHO	18	1	Edição especial	25 de junho de 2020	Atos do Prefeito	Nomeação do novo Gerente da Vila Olímpica Plínio Lemos.
JULHO	11	-	-	-	-	-
AGOSTO	9	1	Nº 2.688	10 a 14 de agosto de 2020	Comissão Permanente de Licitação	Licitação de contratação para empresa especializada em realizar a recuperação da estrutura metálica da arquibancada na Vila Olímpica.

⁸⁸ Apresentamos aqui os dados referentes ao ano de 2020 devido ao expressivo número de ações que os Semanários revelam, especialmente nas proximidades do período eleitoral.

SETEMBRO	13	3	Edição especial	3 de setembro de 2020	Comissão Permanente de Licitação	Resultado da habilitação para contratação de empresa especializada em realizar a recuperação da estrutura metálica da arquibancada.
			Edição especial	15 de setembro de 2020	Comissão Permanente de Licitação	Resultado da contratação de empresa especializada em realizar a recuperação da estrutura metálica da arquibancada.
			Nº 2.693	14 a 18 de setembro de 2020	Secretaria de Obras	Contratação da Ecol Engenharia e Construções LTDA – ME para serviço de recuperação da arquibancada no valor de: \$72.799, 50
OUTUBRO	12	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	13	-	-	-	-	-
DEZEMBRO	23	2	Nº 2.705	7 a 11 de dezembro de 2020	Secretaria de Saúde	Termo de contrato para execução das obras referentes à cobertura da piscina na Vila Olímpica, no valor de \$95.436,32
			Edição especial	23 de dezembro de 2020	Atos do Prefeito	LEI: “Chute para o Futuro” ⁸⁹ para ser desenvolvido na Vila Olímpica Plínio Lemos

⁸⁹ O Programa tem por objetivos: Desenvolver programação esportiva, recreativa, cultural e de orientação para o trabalho, proporcionando também assistência médica e complementação alimentar; estimular a participação de crianças e jovens em atividades de esportes, cultura e lazer; preencher o tempo livre das crianças e jovens na própria comunidade, retirando da ociosidade; oferecer assistência fisioterápica aos participantes da programação; criar alternativas de encaminhamento da clientela para o mercado de trabalho; despertar para o interesse da participação comunitária, como elemento de integração social; ampliar alternativas para desenvolvimento da programação esportiva e recreativa destinada à comunidade carente; oportunizar ações em favor da sociedade; Incentivar ações da cidadania e participação social; oportunizar ações para incentivar a geração e formadores de colaboradores; permitir a participação dos estudantes e sociedade em ações em apoio à comunidade; discutir e apreciar propostas e alternativas para melhorar a relação entre a comunidade. (Márcio Melo, 2021). Márcio propõe na Câmara projeto para apoiar o esporte e a educação de crianças e adolescentes. **Câmara Municipal de Campina Grande**. 13 dez 2019. Disponível em: <https://antigo.camaracg.pb.gov.br/marcio-propoe-na-camara-projeto-para-apoiar-o-esporte-e-a-educacao-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 02 maio 2021.

TOTAL DE SEMANÁRIOS ANALISADOS EM 2020:	157
TOTAL DE SEMANÁRIOS A RESPEITO DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM 2020:	8

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Para identificar as ações nos Semanários, utilizaram-se as seguintes palavras-chave: “Vila Olímpica Plínio Lemos” e “Complexo Esportivo Plínio Lemos”. O estudo foi conduzido por meio da classificação das categorias dessas palavras-chave, centradas no polo de lazer, e da descrição dos conteúdos relacionados às ações da gestão municipal. Dessa forma, realizaram-se consultas investigativas no *site* da Prefeitura Municipal de Campina Grande, durante os dias 26 a 27 de maio de 2021, com o objetivo de evidenciar as iniciativas de uma reforma urbana na Vila Olímpica.

Conforme as informações apresentadas no quadro e de acordo com os Semanários Oficiais publicados na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Campina Grande⁹⁰, referentes ao ano de 2020, constatou-se que, no período de 14 de fevereiro a 22 de junho daquele ano, a Vila Olímpica Plínio Lemos ficou sem ocupante para o cargo de coordenador do espaço público pertencente à Coordenadoria de Esporte e Lazer da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer. Essa ausência perdurou por 129 dias consecutivos, conforme evidenciado no quadro 3.

Nos meses de agosto e setembro, que coincidem com o calendário da campanha eleitoral para as eleições de 2020, observaram-se algumas ações de licitações e contratações para a reforma da arquibancada metálica do campo de futebol. Essas ações foram conduzidas pela Secretaria de Obras do município, totalizando o montante de R\$ 72.799,50. A arquibancada é um equipamento utilizado pelos torcedores para prestigiar as partidas de futebol. Contudo, mesmo com essas iniciativas, a estrutura permaneceu degradada ao longo do período da gestão responsável, comprometendo a integridade da armação metálica de proteção contra os raios solares nos assentos.

Já em dezembro de 2020, ocorreu uma licitação para a recuperação da piscina semiolímpica, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. O valor destinado a essa recuperação foi de R\$ 95.436,32 (noventa e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dois centavos).

A obra, realizada em dias próximos à campanha eleitoral, insere o espaço público em uma perspectiva relativa à produção, aceleração e intensificação de obras. Isso visa apresentar à população uma visão de gestão administrativa ativa e compromissada, na tentativa de

⁹⁰ Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/semanario-oficial/>. Acesso em: 21 jun 2021.

camuflar todo o período em que o espaço foi negligenciado pelo poder público municipal. Nesse sentido, a figura 35, registrada pela Prefeitura Municipal em dezembro de 2020, destaca o espaço como uma das obras em andamento, visando demonstrar a eficiência da gestão. Conforme destacou Harvey (2014, p. 212), o “poder político frequentemente procura reorganizar as infraestruturas urbanas e a vida urbana com o objetivo de manter as populações insatisfeitas sob controle”.

Todas essas ações resultam em uma disputa de interesses entre as agendas e candidaturas, visando garantir a continuidade do governo na cidade de Campina Grande. Isso ocorre porque, conforme observado por Sobarzo (2006, p. 98), “a obra fica personalizada e o voto fica comprometido, reproduzindo as relações de patrimonialismo e clientelismo que perpassam a sociedade brasileira desde tempos coloniais”.

Figura 35: Divulgação da reforma do Plínio Lemos, postada pelo Facebook da Prefeitura (PMCG).



Fonte: Página Oficial do Facebook da Prefeitura Municipal de Campina Grande (<https://www.facebook.com/prefcampinagrande>)⁹¹.

⁹¹ Publicação postada no dia 16/12/2020, na linha do tempo da página oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/PMCGoficial/photos/a.541142585939048/3565606470159296/>. Acesso em: 20 jan 2021.

Contrariando a ideia transmitida pelo trecho “olhe em volta” e “o quanto cresceu” na figura 35, é possível constatar a implementação de várias outras obras durante a gestão, enquanto a reforma da Vila Olímpica foi negligenciada. Dentre essas obras, destacam-se a criação de parques urbanos, como o Parque Linear da Dinamérica (Zona Oeste), Parque da Liberdade (Zona Sul) e o Parque Linear do bairro do Tambor, Sebastião Moreno dos Santos (Zona Sul), entre outros. Sendo assim, se transpõem “de uma área para outra da cidade, sem grandes hesitações. O espaço urbano não é pensado como uma totalidade e, muito menos, existe uma política de espaço público” (NIGRO, 2006, p. 58). Os saltos de investimentos de uma área para outra parecem buscar favorecer as novas obras urbanas construídas pelo mandato de determinado grupo político, com o objetivo de fortalecer tal agenda partidária.

No tocante aos investimentos da Prefeitura Municipal de Campina Grande realizados na Zona Sul da cidade, foi possível constatar, através do Plano Campina Grande 2035 e considerando a análise regional da pesquisa qualitativa, que em relação à qualidade de vida e aos serviços essenciais,

A zona sul é onde se avalia, proporcionalmente, mais positivamente a oferta de energia elétrica, as condições gerais de moradia, *a infraestrutura para a prática de esportes e lazer* (empatado com a zona leste) e a disponibilidade de atendimento na atenção básica em saúde (CAMPINA GRANDE, 2020, p. 33) (Grifo nosso).

Em relação ao trecho da propaganda “uma cidade de trabalho, que não para de crescer”, este evidencia a divulgação da imagem de uma cidade que produz obras continuamente e procura expandir as áreas do seu perímetro urbano. Cabe ressaltar que Cardoso (2000) afirma que governantes anteriores, aliados a um mesmo grupo político, como Ronaldo Cunha Lima e Cássio Cunha Lima, também consideravam Campina Grande como “cidade do trabalho”. Essa expressão evidencia a força tendenciosa que a referida cidade possui no âmbito trabalhista, bem como também exprime os interesses políticos relacionados à arrecadação de capital.

Nesse sentido, a expressão “cidade do trabalho” se caracteriza como uma imagem estratégica construída politicamente, uma vez que “as elites locais articulam o discurso que tem por estratégia, claramente, atrair mais capitais e investimentos à cidade” (Carvalho, 2012, p. 60). A respeito disso, ao se debruçar em seus estudos, Carvalho (2012) classifica a expressão “cidade do trabalho” como uma das imagens sedutoras da cidade de Campina Grande, uma vez que contempla o seu significado, a sua valorização e a insere como projeto ideal e qualificado para investimentos.

Dentre algumas contradições com as quais nos deparamos diante aos diversos grupos políticos administrando a cidade, estão as propostas de obras não entregues durante o período de incumbência da gestão, o que consequentemente transfere a responsabilidade pela continuidade da obra para a administração que assumirá o poder. Assim, a cidade, bem como seus espaços públicos, vive à mercê de um jogo político de “passa ou repassa” diante das responsabilidades que precisam ser efetuadas, uma vez que a finalização da obra ou projeto urbano passa a depender da administração futura.

Por outro lado, identificamos que, enquanto novos projetos urbanos de revitalização e requalificação encontram-se em fase de estudos e planejamento, a reforma da Vila Olímpica ainda não foi concluída por completo. No entanto, novos projetos de espaços públicos da cidade começam a tomar rumo para sua elaboração e, consequentemente, revitalização e/ou requalificação, a exemplo do Cine Capitólio⁹², Ginásio de Esportes “O Meninão”⁹³, Estação Ferroviária Nova⁹⁴, Parque Evaldo Cruz⁹⁵ (Açude Novo) e requalificação da Feira Central⁹⁶.

As ações voltadas para esses espaços representam os locais da cidade onde está havendo maior investimento e atenção política no domínio da espacialidade, assim como também evidenciam os projetos cujas ações não tiveram continuidade. Desse modo, a “estratégia da exclusão se dá também no âmbito da gestão e dos processos decisórios, pelo fato de as elites governarem historicamente para si mesmas” (ROLNIK, 2003, p. 17).

⁹² Prefeitura de Campina Grande anuncia revitalização do Cine Capitólio. **Jornal da Paraíba**. 05 abr 2022. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/pleno-poder/prefeitura-de-campina-grande-anuncia-revitalizacao-do-cine-capitolio/>. Acesso em: 26 jul 2023.

Prefeitura de Campina Grande apresenta projetos de revitalização do Cine Capitólio e do Parque Evaldo Cruz à direção da Unifacisa. **Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande**. 13 abr 2022. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/prefeitura-de-campina-grande-apresenta-projetos-de-revitalizacao-do-cine-capitolio-e-do-parque-evaldo-cruz-a-direcao-da-unifacisa/>. Acesso em: 26 jul 2023.

⁹³ Seplan entrega à Sejel projeto com a primeira etapa de requalificação do ginásio “O Meninão”. **Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande**. 17 nov 2021.

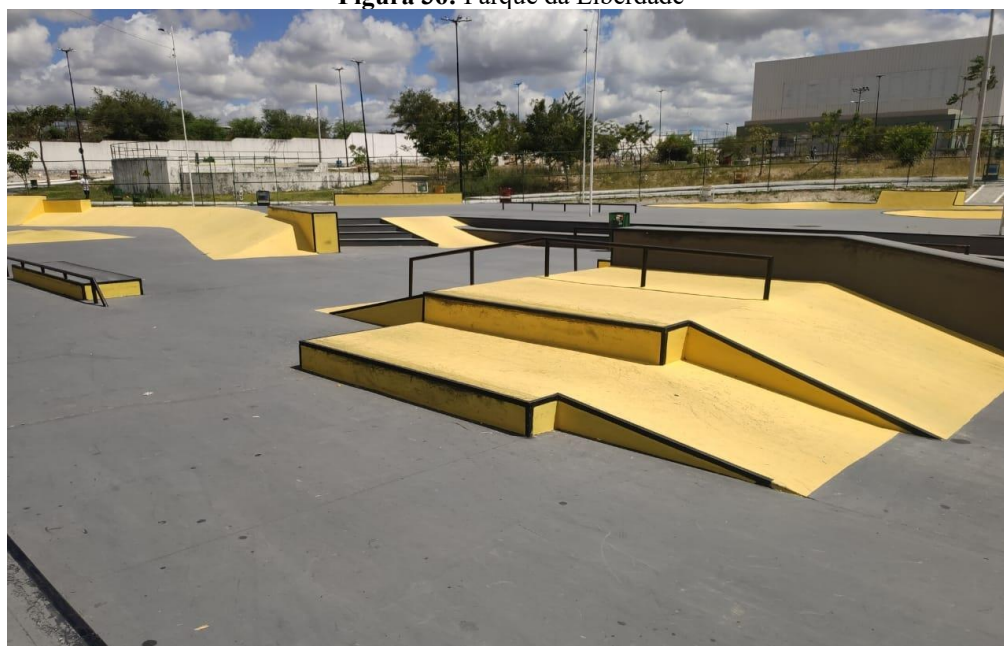
Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/seplan-entrega-a-sejel-projeto-com-a-primeira-etapa-de-requalificacao-do-ginasio-o-meniniao/>. Acesso em: 26 jul 2023.

⁹⁴ UFCG participa de projeto de revitalização da Estação Ferroviária Nova. **Universidade Federal de Campina Grande**. 12 jul 2021. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/2778-ufcg-participa-de-projeto-de-revitalizacao-da-estacao-ferroviaria-nova.html>. Acesso em: 26 jul 2023.

⁹⁵ Obra de modernização do Parque Evaldo Cruz será licitada nesta 2ª feira. **Paraíba Online**. 23 jul 2023. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/paraiba/2023/07/23/obra-de-modernizacao-do-parque-evaldo-cruz-sera-licitada-nesta-2a-feira/>. Acesso em: 26 jul 2023.

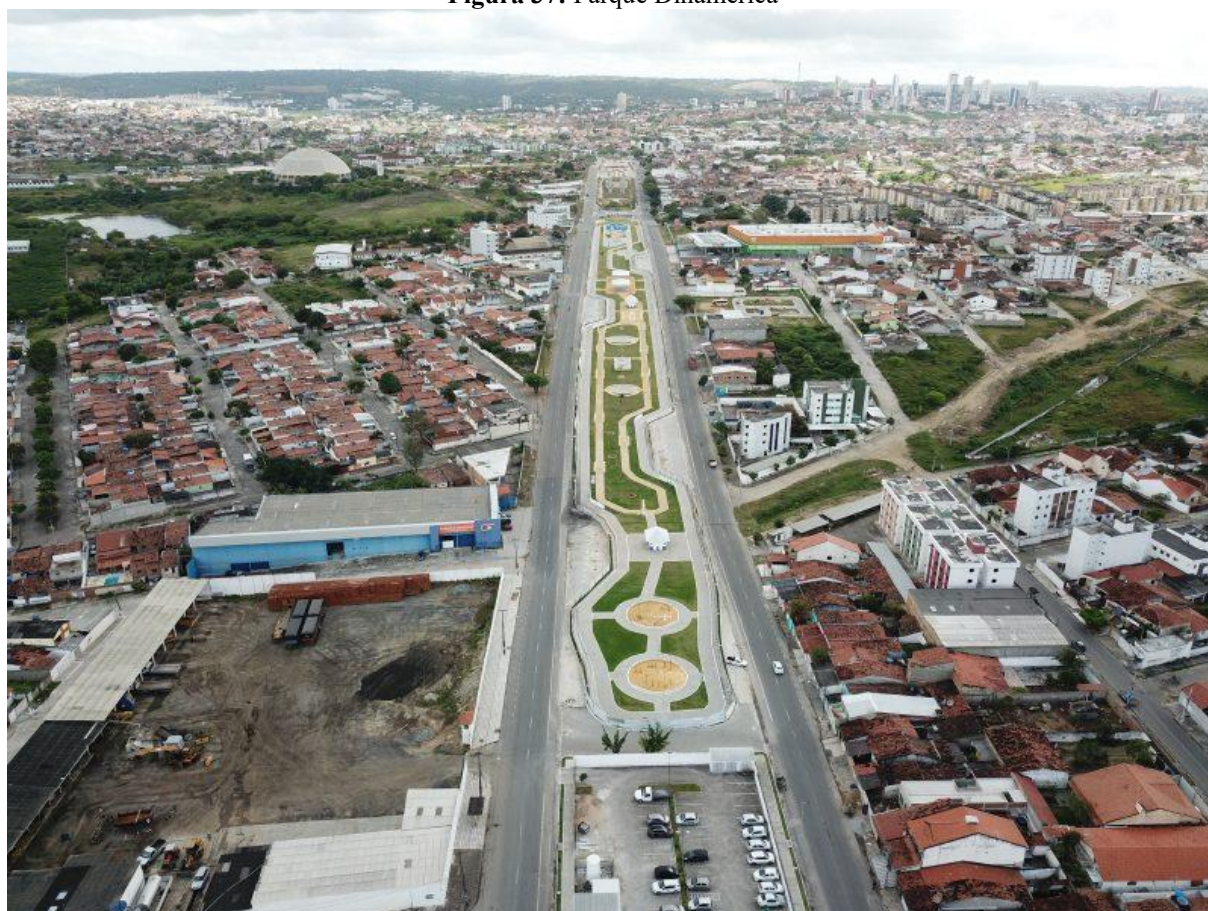
⁹⁶ Conheça o Projeto vencedor do concurso para requalificação da Feira Central de Campina Grande (PB). **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. 03 maio 2023. Disponível em: <https://caubr.gov.br/escritorio-nordestino-vence-concurso-para-requalificacao-da-feira-central-de-campina-grande-na-paraiba/>. Acesso em: 26 jul 2023.

Figura 36: Parque da Liberdade



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande⁹⁷.

Figura 37: Parque Dinâmica



Fonte: Eddrone, 2022⁹⁸.

⁹⁷ Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/page/2?s=parque+da+liberdade>. Acesso em: 02 ago 2023.

⁹⁸ Disponível em: <https://www.heldermoura.com.br/em-tempo-recorde-romero-anuncia-parque-tematico-de-r-186-milhoes-com-inauguracao-prevista-para-dezembro/>. Acesso em: 19 ago 2021.

A estratégia da gestão que visa à construção de novos espaços públicos e à não recuperação de espaços antigos caracteriza os principais interesses da agenda política, priorizando os seus espaços atuais para o recebimento de novas obras, bem como revela a produção contraditória do espaço urbano. Como colocado anteriormente, as intervenções novas podem ser marcos para os governos, e a manutenção das obras realizadas por outros governos acaba não sendo priorizada. Basta observar o aspecto futuro das áreas que receberão nova infraestrutura, indicando a sua vontade política na condução das formas prioritárias de seus investimentos na cidade, enquanto os espaços já existentes não são beneficiados com recuperação e revitalização. À vista dos aspectos abordados, Marcellino argumenta que,

além da luta para a obtenção de novos espaços, deve-se cuidar da conservação dos já existentes. Muitas vezes, a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na sua recuperação e revitalização, destinando-lhes a sua função original ou, com as devidas adaptações, outras finalidades (MARCELLINO, 2006, p. 62).

Dessa maneira, a pesquisa apontou alguns indícios estratégicos de investimentos da gestão municipal relacionada à produção de espaços públicos em Campina Grande. Podemos constatar que, enquanto em outras zonas da cidade foram sendo implantados novos espaços públicos, a reforma da Vila Olímpica foi prorrogada por um longo período. Ainda assim, as específicas ações realizadas na reforma do equipamento ocorrem vagarosamente até os dias atuais, comprometendo os usos do espaço, bem como será demonstrado na seguinte seção.

4.2 A revitalização da Vila Olímpica Plínio Lemos: “o coração da Zona Leste”.

Nesta seção, apresentamos a repercussão das ações revitalizadoras que a Vila Olímpica passou. Para alcançar o referido propósito, utilizamos as entrevistas semiestruturadas realizadas com os frequentadores, bem como com responsáveis pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer de Campina Grande. Desse modo, o debate desta seção aborda a memória dos frequentadores antes da revitalização, a relevância do espaço para a população, bem como demonstra algumas implicações que os utilizadores da área enfrentam.

No que se refere às informações sobre os entrevistados, especificamente os frequentadores do espaço público, estes são moradores dos bairros Presidente Médici, Catolé,

⁹⁹ Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/paraiba/2022/09/18/parque-dinamerica-em-campina-grande-sera-inaugurado-veja-as-imagens/>. Acesso em: 02 ago 2023.

Centro, Nova Brasília e do Distrito de Galante (considerado o mais distante dentre os bairros mencionados até o local). A partir desses dados, pudemos observar a diversidade da origem dos indivíduos, oriundos de diferentes bairros e que buscam priorizar esse equipamento público para o uso de suas atividades e práticas de lazer. Sendo assim, as informações concedidas nas entrevistas nos permitem revelar a importância da Vila Olímpica para os cidadãos campinenses.

Dentre as profissões e ocupações exercidas pelos frequentadores da Vila Olímpica, estão: educador físico, atleta de rendimento, vigilante, professora do ensino superior, técnica em enfermagem e atleta. Com a iniciativa da reforma urbana, que começou a ser realizada na Vila Olímpica em 2020, pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, observamos que o espaço atraiu a chegada de novos frequentadores, incluindo atletas e praticantes de esportes da cidade. Cabe destacar, também, que, devido ao fato de as academias particulares da cidade permanecerem fechadas durante o período de pandemia, profissionais da Educação Física optaram por efetuar os seus treinos de bem-estar e práticas de esporte nos espaços públicos, sendo, então, a Vila Olímpica um dos espaços utilizados por eles.

Para as entrevistas semiestruturadas, utilizamos os *roteiros de entrevistas* construídos especialmente para cada grupo de participantes. Desse modo, totalizamos onze entrevistados, sendo eles: frequentadores do espaço público, com o intuito de obter relatos sobre a situação em que se encontrava o espaço, com base nas suas práticas de lazer; servidores da Prefeitura Municipal de Campina Grande que trabalham no local, visando compreender o contexto do funcionamento atual, em relação às atividades diárias desempenhadas; diretor do polo de lazer, tendo em vista obtermos informações a respeito da função pública e da administração dos serviços ofertados na Vila Olímpica; equipe técnica responsável à época pela construção do projeto urbanístico, escolhida para compreendermos como ocorreu a concepção inicial da construção do equipamento público, e equipe técnica da gestão atual do município, além de secretários das repartições públicas da PMCG (2021-2024), para identificarmos as ações previstas de condução do espaço público.

No que concerne ao grau de instrução, um entrevistado possui ensino médio, dois estão cursando o ensino superior, um tem o ensino superior completo e uma tem pós-graduação completa, no nível de mestrado. A faixa etária dos entrevistados é entre 19 e 40 anos. Quanto à identificação do gênero, dos cinco frequentadores entrevistados, três se autodeclararam pertencentes ao sexo masculino e dois ao sexo feminino. Todos responderam que costumam frequentar a Vila no turno da manhã, sendo este o turno de frequência com predominância, uma vez que o espaço é utilizado por dois entrevistados no período da tarde, e

apenas um nos relatou que o utiliza durante o período noturno. Já com relação à quantidade de vezes que os entrevistados usam o equipamento por semana, foi identificado que todos costumam utilizar esse espaço todas as semanas, estabelecidos por dias específicos e com variação apenas entre os dias.

No formato on-line, as entrevistas foram gravadas, sendo os áudios enviados de forma remota, via aplicativo WhatsApp. No modo presencial, a gravação da voz dos entrevistados através de aparelho celular. As entrevistas estão numeradas conforme a ordem em que as pessoas foram entrevistadas.

Além das entrevistas, sentimos a necessidade de dialogar com os frequentadores, ouvindo-os enquanto usavam o espaço público. Foi-nos relatado que, graças à reforma, o espaço foi melhorado, de modo que o público se sente motivado a visitar o local. Porém, em anos anteriores, o espaço apresentava estado de defasagem na sua estrutura, devido à ausência de políticas efetivas que se arrastaram por determinado tempo. Nesse sentido, tomamos conhecimento de que, nessa época, o espaço passou a ser ocupado por usuários de drogas ilícitas, o que chegou a impactar à visita dos demais frequentadores do local.

Ao chegar na área em estudo, observamos uma cena urbana diferente da dinâmica que tínhamos conhecido em outros momentos oportunos de visita ao lugar. No decorrer da reforma, a Vila começou a apresentar características de uma transformação, tanto de sua paisagem (figura 38) quanto dos usos e dos seus frequentadores. Verificamos que o espaço se modifica de acordo com as gestões urbanas que administram os lugares públicos da cidade contemporânea. Ao observar a paisagem composta pela sua infraestrutura, notamos que alguns equipamentos, antes degradados e deteriorados parcialmente, foram sendo reformados e substituídos, enquanto outros continuaram em estado de deterioração, com promessas de serem recuperados.

Figura 38: Paisagem urbana da Vila Olímpica Plínio Lemos

Fonte: AGUIAR, V. B. S. & SOUZA, N. R. L. de, 2021.

Pelo fato de parte da sua infraestrutura ter sido renovada, podemos destacar que novos usuários começaram a frequentar o lugar com maior segurança. No período em que não houve manutenção da estrutura física nem dos projetos de animação no local, consequentemente, houve o afastamento de inúmeros frequentadores da Vila, entre os meses finais de 2012 e meados de 2020, totalizando oito anos sem uma reforma compromissada. Devido ao estado caótico do local e à ausência de uma política de reforma a ele direcionada e que poderia melhorar toda a sua composição, a qual já vinha sendo desgastada há bastante tempo e sem previsão de restauração, o espaço se tornou pauta dos campinenses que chegavam a desacreditar das promessas políticas, no sentido de reformá-lo, feitas pelas gestões que passaram a administrar a cidade. O sentimento de lástima, expresso pelos moradores do bairro e pelos residentes no seu entorno, assim como pelos demais campinenses que conhecem a historicidade do lugar e reconhecem a importância da Vila, demonstra a preocupação exposta pelo direito efetivo do uso do espaço público do bairro pela população.

Com o passar dos anos, os problemas foram se agravando. Dessa forma, a população já não acreditava nas promessas de uma reforma séria e compromissada, desacreditando, consequentemente, nas melhorias anunciadas por discursos de agentes políticos durante períodos eleitorais, e também pela gestão da época (2017-2020), chegando a inserir a placa da obra de reforma e modernização da Vila Olímpica Plínio Lemos, prevista para ser realizada entre 2017-2018. Conforme explicitado no capítulo anterior, essa obra não foi realizada.

Essa “revitalização” aconteceu através de ações intersetoriais entre as secretarias e órgãos públicos municipais de Campina Grande, contando com parcerias público-privadas

para que a Vila Olímpica recebesse melhorias adequadas. Dentre as secretarias responsáveis pela iniciativa estão: a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA), a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Obras (SECOB), a Empresa de Urbanização da Borborema (URBEMA) e a Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP). Em relação às parcerias público-privadas estão: a Igreja Verbo da Vida, a entidade Ide Projetos Sociais, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e o Instituto Viva Cidadania (IVC).

Entre os equipamentos reformados, estão o campo de futebol, que recebeu o novo gramado com serviços de poda, adubagem e aterro; nas margens laterais do campo, foram implantados dois bancos de reserva para os apreciadores do futebol; a arquibancada foi contemplada com novo telhado metálico; o ginásio Humberto de Campos recebeu nova pintura e marcação das linhas da quadra; foi inserido um espaço, com maquinários e a academia popular localizada próximo ao ginásio, a qual recebeu novos equipamentos. Além disso, nas margens da piscina semiolímpica, foi construído um muro, que passou a receber pinturas; a pista de atletismo também obteve novas cores; no entorno da Vila Olímpica, foram recuperadas as partes do muro que tinham aberturas, além de pintura; o único comércio do local, em formato de quiosque, foi reaberto, e a sede da administração, onde funcionava o museu do esporte, cedeu lugar à administração do Projeto Pequeninos para a realização das aulas dos cursos profissionalizantes ministrados para os adolescentes do bairro José Pinheiro e de toda a cidade.

No tocante aos funcionários do local, chegaram novos membros da equipe lotados na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, para trabalhar na Vila Olímpica. Dentre as funções exercidas por eles, estão vigilantes, auxiliares de serviço gerais, jardineiro, pedreiro, auxiliar de pedreiro, coordenador e secretários. A respeito do sistema de segurança no local, foi-nos relatado que são “dezesseis seguranças que trabalham durante o dia, tem uma equipe que trabalha à noite, ou seja, tem segurança aqui vinte e quatro horas, antigamente até para questão da população de Campina Grande no geral vir para aqui eles tinham medo” (Entrevistado 8). Além disso, o sistema de monitoramento foi modificado, passando a utilizar o serviço tecnológico, com câmeras de segurança instaladas e o serviço de radiocomunicação, facilitando a troca de mensagens instantâneas entre os vigilantes do espaço caso observem alguma ocorrência.

Em relação às novas adequações e protocolos de segurança no combate contra a covid-19 no ambiente, foi inserido apenas um lavatório de mãos no estacionamento do espaço público. Em 2020, impossibilitado de ir a campo, devido às condições sanitárias de

calamidade pública, verificamos através do acesso à internet, que foram realizados alguns serviços, como a higienização e a desinfecção do ambiente, podas de árvores e conserto de postes para a iluminação local.

Na pesquisa de campo, registramos a presença de auxiliares de serviço que realizavam a limpeza do local, pintores que coloriam as áreas que necessitavam de uma nova pintura, além do responsável pela Coordenação e pela administração do espaço. Além disso, presenciarmos frequentadores de tipos diversificados: são caminhantes, atletas e praticantes de modalidades esportivas, prestigiadores dos esportes, apreciadores do ambiente e da paisagem, moradores locais e de outros bairros da cidade, pacientes que buscam o serviço de atendimento da unidade básica de saúde, pedestres que transitam pelo local, professores, alunos e funcionários.

Após cerca de mais de um ano do início das atividades de reforma, o espaço ainda segue com alguns equipamentos deteriorados, como, por exemplo, a pista de skate e a piscina semiolímpica. Visualizamos, em campo, que parte da sua infraestrutura continua comprometida com postes de iluminação sem lâmpadas, a cozinha comunitária sem funcionamento (figura 39), a unidade básica da polícia militar sem funcionamento (figura 40), a piscina semiolímpica interditada, a sede do antigo Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho encontra-se com vidros de janelas quebrados, as salas sem portas e servindo apenas como espaço para guardar o restante do material deteriorado, o teto com largos espaços abertos, o que compromete a sua estrutura, e rachaduras em suas paredes (figuras 41 e 42). Além disso, cabe ressaltar que, a cozinha comunitária e a unidade básica da polícia militar não entraram no escopo dos serviços previstos na revitalização.

Figura 39: Cozinha comunitária desativada



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2022.

Figura 40: Unidade da Polícia Militar fechada



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Os frequentadores também reclamam a falta de banheiros, tanto masculinos quanto femininos, adequados para a utilização no momento em que recorrem às práticas de atividades na Vila Olímpica. Por outro lado, a pista de skate encontra-se sem pintura e com a estrutura necessitando de recuperação, alguns brinquedos dos playgrounds estão quebrados, e há pichações na unidade básica de saúde.

Figura 41: Estado de deterioração física do Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho.



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Figura 42: Equipamentos quebrados



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Observamos frequentadores fazendo o livre uso de suas atividades, alguns usando máscaras, devido ao momento pandêmico, e outros sem usá-las; crianças utilizando o

parquinho; pessoas jogando futebol no campo; prestigiadores assistindo às partidas dos rachas de futebol; atletas da modalidade esportiva de atletismo praticando arremesso de peso, e outros com lançamento de dardo, salto triplo, salto em distância, corridas rasas, corrida com obstáculos e corrida com barreiras. Ainda havia grupos de pessoas tendo aula ao ar livre, ligados a uma empresa particular da área central na cidade; a quadra esportiva do ginásio Humberto de Campos estava em funcionamento, com a ocorrência de jogos da modalidade de futsal masculino; a quadra de areia também estava em uso, com praticantes do vôlei, e havia frequentadores utilizando os maquinários da academia popular.

Figura 43: Práticas esportivas de futebol e atletismo



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Na implantação inicial da Vila Olímpica, o espaço possuía cinco portões nas quatro laterais. Eles davam acesso às ruas de seu entorno e estavam situados nas ruas Josino Agra (um/entrada principal), Severino Branco (um), Sindolfo Montenegro (um/pórtico) e na Travessa Tomé de Souza (dois). Notamos que, atualmente, existem apenas duas entradas no local, permanecendo os portões da rua Josino Agra e o da Sindolfo Montenegro. Os outros três portões foram retirados e fechados para compor o muro do entorno. Nesse caso, os portões de acesso das ruas Severino Branco, antes situado em frente à quadra de areia, e o da Travessa Tomé de Souza que permitia o acesso de veículos e de pessoas com deficiência (cadeirantes) ao antigo Núcleo de Apoio à Saúde da Família Dr. Antônio Arruda (NAFS), que era situado na lateral do Ginásio Humberto de Campos, foram desativados. Essas entradas

representavam eixos de inclusão, interligando todas as áreas do entorno, já que esse espaço serve de atalho como livre passeio público para deslocamento entre uma rua e outra, com maior rapidez. Portanto, esse fator facilita o percurso dos moradores do bairro que precisam se deslocar até a Rua Campos Sales e ao centro da cidade.

Outro espaço modificado foi a área de socialização, na qual se encontrava o pergolado de madeira, nas proximidades do campo de futebol. Ela, que possuía mesas e assentos quebrados, transformou-se em uma nova área, com equipamentos de academia popular, passando a Vila, então, a contar com duas áreas para treinos de exercícios em maquinários. Portanto, constatamos que a reforma trouxe mudanças significativas para a Vila, com a retomada de atividades propostas e com a recuperação do seu espaço físico, sendo uma delas o perfil dos novos frequentadores que passaram a utilizar a área, além das novas dinâmicas de seu uso.

Os locais de maior movimentação na Vila Olímpica são o campo de futebol e sua porção do entorno, assim como a área da arquibancada, pista de atletismo e a quadra poliesportiva. Em alguns momentos, notamos a presença de várias pessoas sentadas nos degraus da arquibancada ao ar livre, prestigiando as partidas de futebol no campo e os treinos de atletismo. A área da arquibancada é um ponto central para visualizar boa parte da paisagem que a Vila contempla. Com a inserção da nova cobertura, as pessoas podem se sentir protegidas dos raios solares. Essa parte integrante desse complexo acomoda seus frequentadores, assim como os familiares que ficam à espera das crianças que participam de alguma modalidade de iniciação esportiva, sendo um momento de descanso e lazer. Notamos não só a presença de pais que estavam acompanhando seus filhos para exercer modalidades esportivas, como a de familiares praticando atividades, enquanto os filhos se divertiam usando o espaço. Já a piscina aquática, as pessoas não estão utilizando, porque ela se encontra interditada.

Figura 44: Nova cobertura da arquibancada

Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2022.

No campo de futebol, presenciamos disputas de jogos acirradas entre os praticantes do esporte, fazendo bom uso do novo gramado, após ter passado por serviços especializados no seu tratamento. O futebol sempre foi um esporte tradicional no bairro José Pinheiro e, do mesmo modo, na Vila Olímpica Plínio Lemos. Durante os finais de semana, a cultura futebolística toma conta do campo, seja pela prática dos jogos, seja para frequentadores que utilizam o lugar para prestigiar as partidas e as jogadas desse esporte.

Ao analisar as entrevistas, verificamos que a importância da Vila Olímpica Plínio Lemos, na percepção dos frequentadores entrevistados, deve-se à promoção e ao incentivo das práticas esportivas, à valorização da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida, da transformação de vidas e do lazer. A sua localização nas proximidades de outros bairros contribui para ajudar famílias vulnerabilizadas e para a formação de atletas. Eles ressaltaram, também, a relevância da Vila para treinamentos e exercícios físicos. Nas falas dos entrevistados se verifica na importância dada ao esporte, como é retratado no trecho da fala de uma das nossas entrevistadas:

Acho que a maior importância da Vila Olímpica Plínio Lemos é, primeiramente, incentivar o esporte na cidade, já que dispõe de espaços para prática de esporte, de vários esportes, além da prática da atividade física, do exercício físico como manutenção de saúde. Porque a gente vê muitos idosos, pessoas que vão somente fazer sua caminhada matinal, às vezes, à tarde, à noite, tem gente lá praticando caminhada, todos os dias têm. Então, acho que é muito importante a Vila Olímpica nesse sentido de promoção de esporte, de saúde, além de que abrange aquele pessoal ali do Zé Pinheiro [Bairro José Pinheiro] e de outros bairros mais próximos ao Zé Pinheiro, facilitando, abrindo esse espaço para prática da atividade física. (Entrevistada 4).

Conforme revela a Entrevistada 4, durante os dias de semana, notamos, que no final da tarde vários caminhantes começam a chegar, adentrando o espaço para realizar suas atividades de bem-estar (Figura 45), seja individualmente ou acompanhados por familiares ou amigos, fazendo o percurso de voltas no entorno do campo de futebol e permanecendo no local até ao anoitecer.

Figura 45: Prática da caminhada no final da tarde na Vila Olímpica



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

No período noturno, verificamos a diminuição do número de frequentadores do espaço. Ou seja, ao anoitecer, constatamos que o espaço se torna menos movimentado e pouco utilizado pelo público (Figura 46). Ainda assim, notamos a presença de equipes de futebol jogando no campo, pessoas na arquibancada prestigiando os jogos, frequentadores passeando pelo local e alguns caminhantes, todos contando com a vigilância dos seguranças que atuam naquele espaço.

Figura 46: Utilização da Vila Olímpica durante o turno da noite



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

A prática de atividades esportivas em espaços públicos tem a função de contribuir significativamente para a transformação de vidas, especialmente quando esses espaços são localizados em áreas que necessitam de mais políticas inclusivas para servir à população do bairro. Isso é relevante também porque o esporte, integrado a uma política educativa, auxilia o desenvolvimento da cidadania das pessoas na sociedade. Quando são efetivamente implantadas políticas redistributivas, o resultado será a melhoria de índices qualitativos de vida urbana. Nessa perspectiva, a Vila Olímpica é uma ferramenta esportiva e de lazer central para que os campinenses possam obter uma formação humana transformadora. Em vista disso, podemos mencionar o seguinte relato de um entrevistado:

Eu vejo que, com relação a espaço público aqui na cidade de Campina Grande, eu vejo de grande importância porque o Complexo Esportivo Plínio Lemos está situado no *coração da Zona Leste*, e nós estamos aqui numa localização que abrange uma grande parte da camada populacional que tem vulnerabilidade social, entendeu? Aqui, nós temos famílias muito carentes que necessitam de trabalhos, ou seja, como esse, a parte esportiva em si para a gente poder fazer com que crianças e adolescentes, e também adultos não se envolvam na questão do crime, entendeu? Ou seja, tráfico de drogas, enfim, o consumo de droga, é, questão de outros males mais, entendeu? Então, eu vejo como uma ferramenta importantíssima aqui na Zona Leste (Entrevistado 8).

Como mencionado na entrevista acima, as circunstâncias em que vivem as populações urbanas de bairros mais vulnerabilizados são reflexos cotidianos expressos nos espaços públicos. São complexas e diversas situações a que as gestões das cidades precisam estar atentas para ajudar na diminuição das dificuldades enfrentadas pela comunidade em que o

equipamento está instalado. A vulnerabilidade social afeta parte dos moradores do bairro¹⁰⁰, estando a Vila Olímpica localizada em uma área onde o entorno do equipamento público é repleto de pequenas construções de casas, cujos espaços no terreno urbano não possuem locais adequados para que as crianças possam brincar e usufruir do lazer, assim como podemos visualizar na Figura 47.

Figura 47: Formas de moradia da população residente em frente à Vila Olímpica



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

¹⁰⁰ Conforme a medição do índice de vulnerabilidade social (IVS), identificaram-se 24 bairros do município de Campina Grande com “muito alta ou alta vulnerabilidade social”, cerca de 48% do total, situação que expõe a fragilidade social desses locais, especialmente José Pinheiro, Bodocongó, Três Irmãs, Acácio Figueiredo e Serrotão. (MEDEIROS *et al*, 2020, p. 42118).

Figura 48: Moradia em vila com acesso ao Complexo Esportivo Plínio Lemos.



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Desse modo, os sujeitos reinventam as formas de usos dos espaços da cidade conforme as suas necessidades, pois parte dos moradores do entorno da Vila não possuem ambientes propícios para atender às suas demandas. Dessa maneira, os moradores vizinhos ao equipamento utilizam-se das calçadas de passeio público, do canteiro de árvores no entorno das ruas e do muro da Vila Olímpica como contra-usos para seus afazeres, assim como foi constatado na Rua Josino Agra (Figura 49) e na Travessa Tomé de Souza (Figura 50).

Figura 49: Roupas estendidas em varal na Rua Josino Agra (entorno da Vila Olímpica).



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

Figura 50: Ocupação de lava-jato na calçada de passeio público.



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

A difícil mobilidade, pelo fato de as pessoas residirem em estreitos becos ou em limitados terrenos urbanos onde não há garagem, faz com que a Vila Olímpica sirva como lugar de uso para essa função de estacionamento dos automóveis das habitações populares ao seu entorno, tal qual expressam as condições de habitabilidade da área urbana do bairro (Figura 51).

Figura 51: Espaço público como garagem da moradia urbana.



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2021.

É a partir dos projetos sociais comunitários integradores de políticas de esporte e lazer que os espaços públicos podem oferecer maior incentivo à juventude. Quando implementados com o intuito educativo, são capazes de transformar a vida de cidadãos, evitando com que jovens e adultos sigam praticando o tráfico de drogas e crimes nas periferias urbanas.

Apesar dos impasses que dificultam o seu funcionamento, consideramos que a Vila Olímpica é um equipamento comunitário para as atividades sociais do cotidiano no bairro, da mesma maneira que defendemos a ideia de que ela deveria ser aproveitada para ofertar ainda mais serviços aos moradores do entorno. Razão pela qual o seu amplo espaço, da maneira como foi idealizado, exige das gestões administrativas planejamento contínuo para serem realizadas atividades de promoção ao esporte, lazer, saúde, educação, cultura e a arte. Nesse sentido, a Vila Olímpica é, conforme bem expressa o entrevistado 10,

O espaço voltado para o entretenimento e o lazer, e, dentro desse contexto, ela pode seguir o que a gente chama trilhar nos dois caminhos da atividade física e esporte, como a parte de socialização da comunidade e assim como dentro do contexto educacional e de fomento ao esporte competitivo. Então, nós temos uma estrutura física boa, adequada para esses dois objetivos. (Entrevistado 10).

A sua localização geográfica, nas proximidades dos demais bairros da Zona Leste da cidade (Santo Antônio, Nova Brasília, Castelo Branco, Monte Castelo, etc), faz com que pessoas de outras áreas da cidade venham até a Vila para praticar suas atividades de lazer. Ela não só contempla os moradores do bairro, mas também o público de visitantes advindos de várias outras partes da cidade, como frequentadores das regiões norte, sul e oeste. Dessa forma, a Vila Olímpica é um polo esportivo de Campina Grande que recebe frequentadores diariamente, durante a semana, o que faz dela um espaço central de convívio e de interação social para a população. Portanto, essa relação de vivência dos frequentadores no lugar é um marco de identidade geográfica que o equipamento público promove com o bairro José Pinheiro, no espaço urbano da cidade. Nessa perspectiva, o entrevistado 2 nos traz, em sua fala, além de aspectos relacionados à relevância social, o favorecimento da implantação desse espaço no bairro:

É um espaço importante, na questão da saúde, da manutenção da saúde. Com um espaço daquele, acaba tendo o incentivo da população para praticar alguma atividade física, como você falou na pergunta. É importante, também, para o bairro, porque tem a integração com outros bairros, pessoas de fora, de outras cidades até, de cidades vizinhas que vão até lá praticar a atividade física. Então, de certa forma, é muito importante, para a cidade e para o bairro em si, aquele espaço (Entrevistado 2).

Ademais, o que nos chamou a atenção foi o fato de o Complexo Esportivo Plínio Lemos auxiliar profissionais a exercerem atividades de trabalho no local. Dentre esses profissionais, podemos mencionar os educadores físicos que utilizam o espaço para ministrar aulas a crianças, jovens e adultos. Ao mesmo tempo, o complexo serve para que esses professores empreendedores possam realizar atividades em um espaço de caráter público. A renda obtida provém do fornecimento de serviços especializados em atividades orientadas com treinamentos e exercícios físicos. Nesse sentido, destacamos a fala de um entrevistado que usa o equipamento para fins profissionais:

(...) principalmente para nós, como atletas e como professores (...), é de extrema importância, porque dá um suporte à prática e ao incentivo do esporte dentro da cidade, principalmente no momento que a outra pista de atletismo que tem na cidade, a pista da UEPB [Universidade Estadual da Paraíba], não está funcionando, está passando por reforma (Entrevistado 1).

A fala do entrevistado 1 demonstra a relevância desse espaço. Alguns atletas se deslocaram para a Vila Olímpica devido ao fato de a pista de atletismo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), localizada no bairro de Bodocongó, Zona Oeste da cidade, à época encontrar-se em reforma. Portanto, nesse espaço, os esportistas encontraram uma solução para dar continuidade a suas atividades e a seus treinamentos físicos. Isso também demonstra a exclusividade e o potencial de estrutura que a Vila possui, fornecendo suporte aos atletas da cidade e assumindo as funções de outras áreas, quando necessário.

Em relação ao impacto advindo da construção da Vila Olímpica Plínio Lemos, os entrevistados expressaram que houve certamente maior valorização para o bairro: “deu uma diferenciada para o bairro, a população começou a enxergar o lugar onde vive de uma forma diferente, as pessoas de outros bairros também começaram a ter essa outra visão. Acho que, com certeza, ali, influenciou positivamente naquele lugar” (Entrevistado 2), o que demonstra um enaltecimento positivo para o José Pinheiro, rompendo com parte dos estigmas sobre o mesmo. Já a entrevistada 5 nos relata que “ajudou bastante a comunidade José Pinheiro e a Zona Leste, proporcionando mais qualidade de vida e bem-estar para a população e sem falar do reconhecimento e valorização do bairro”.

Já na perspectiva econômica, a implantação da Vila Olímpica, na opinião do entrevistado 1, foi importante para “os pequenos comércios, principalmente ao redor, minibox, padarias, possivelmente deve ter dado um aumento do fluxo”. Em conformidade com o entrevistado 1, averiguamos a situação de frequentadores que estavam no local para

comprar em estabelecimentos na rua Josino Agra, localizada no seu entorno e em frente ao portão principal, já que o local dispõe apenas de um quiosque, ou seja, são disponibilizadas poucas opções na oferta de alimentação.

Com relação ao problema social, obtivemos a seguinte informação: “construir e deixar lá abandonado do jeito que é, levando gente a se drogar... enfim, bandidos a frequentarem ali, tudo isso tem impacto negativo, um espaço que eles têm para traficar drogas, enfim. Então, se fizer bom uso, sim, mas, do jeito que está, nem tanto” (Entrevistada 4). Em vista disso, fatores como esses demonstram os resquícios do quanto o espaço necessitaria de maior oferta das políticas públicas sociais e assistencialistas para a população.

Durante o longo período de abandono o lugar passou a ser dominado pelo público que o frequentava para outros tipos e usos. Dentre esses frequentadores, havia uma espécie de controle daqueles que poderiam adentrar ou não no local. Isso fez com que a utilização do espaço ficasse comprometida, até mesmo em relação aos frequentadores que residiam próximo à Vila. Uma matéria jornalística publicada no ano de 2015 evidencia os contra-usos por quem ocupava o espaço, à época: “Foi também uma obra que pôs fim ao **abandono** do antigo Estádio Municipal **Plínio Lemos**, palco de grandes alegrias para a torcida do Campinense, mas que vinha servindo, até então, de **esconderijo de bandidos** e ponto de **venda e consumo de drogas**¹⁰¹”. (Grifos da matéria de jornal retirada da internet). Esse fator, conseqüentemente, gerou medo e afastou os apreciadores do local.

A população que ainda continuava frequentando o local enfrentava dificuldades para praticar esportes e usufruir do lazer no ambiente. É o que expressa uma das nossas entrevistadas: “quem praticava atividade física lá não era respeitado. Então, tínhamos que olhar o horário que dava para treinar e fazer treinos, porque tinha horários que não conseguíamos realizar o treino 100% (cem por cento), porque sempre apareciam duas ou três pessoas e atrapalhavam” (Entrevistada 5).

Nessa época, o uso do espaço para o consumo e tráfico de drogas fez com que outros frequentadores não utilizassem o complexo esportivo. Outra consequência dessa situação, como foi mencionado acima, foi a comprometida visita à Vila Olímpica, visto que os seus frequentadores tiveram os horários limitados para a execução das atividades na área.

As características mencionadas acima apontam para a diminuição do público que costumava visitar o espaço público. Em locais transformados em áreas decadentes da cidade,

¹⁰¹Disponível em:

https://www.carlosmagno.com.br/noticias/1454,videodescaso_abandonada_vila_olimpica_de_campina_grane_simbolo_da_gestao_veneziano_vira_caso_de_saude_publica.html. Acesso em: 04 mar 2021.

devido às descontinuações políticas, a tendência probabilística é que ocorra a diminuição da incidência de visitas e de usos, comprometendo a funcionalidade pública do equipamento.

Em um processo de escuta, durante a pesquisa de campo, identificamos que houve uma etapa de diálogo entre a Coordenação da Vila Olímpica e pessoas que costumavam frequentá-la, para que não houvesse a coibição dos demais frequentadores daquele lugar. Desse modo, as ações das novas gestões urbanas (2017-2020 e 2021-2024) parecem ter contribuído para minimizar o uso do espaço por parte de pessoas que utilizavam substâncias psicoativas. No entanto, é importante notar que as transformações urbanas podem gerar impactos sociais, incluindo a reconfiguração do uso do espaço por diferentes grupos na cidade.

Vale ressaltar que o trabalho exercido pelos servidores da Prefeitura de Campina Grande já há algum tempo vem tentando controlar o ambiente por meio de diálogo entre os servidores e a população. Consequentemente, esse processo afastou parte dos usuários de substâncias psicoativas, assim como de outros usos considerados irregulares neste ambiente, fazendo com que houvesse uma retomada das atividades, com o retorno de antigos frequentadores e a chegada de novos.

Evidentemente, os processos de revitalização do espaço urbano costumam provocar a higienização social dos lugares, levando os grupos marginalizados ou excluídos pelo capital a desocuparem o ambiente ao qual estão habituados a usar ou onde residem. No caso da Vila Olímpica, alguns frequentadores dela passaram a não mais utilizá-la para o consumo de substâncias ilícitas, dando lugar a outros usos que passaram a acontecer nesse local. Em consonância com essa afirmação, o *site* Instituto Viva Cidadania divulgou a seguinte matéria:

O local [*sic*] que antes era utilizado como ponto de consumo e tráfico de drogas, passou por uma completa reforma em suas instalações para atender à comunidade. Os associados da ANABB [Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil] podem se orgulhar desse apoio [*sic*] que irá transformar a vida de muitas famílias e investir no futuro dos jovens de Campina Grande¹⁰².

Na tentativa de reaver a apropriação territorial das ordens e formas de usos impostas pelas pessoas que costumavam frequentar o local para o uso de drogas, a Prefeitura disponibilizou novos profissionais com o intuito de disciplinarização dos corpos para implantar suas ações no local. Para Rolnik (1990), o “poder municipal se instaura para normatizar e fiscalizar, sob o signo da higiene e beleza. Essa concepção de cidade e de gestão

¹⁰² Disponível em: <https://www.vivacidadania.org.br/index.php/author/josiane/>. Acesso em: 05 mar 2022.

urbana atravessou o século e continua pautando a ação das administrações municipais” (ROLNIK, 1990, p. 6). O processo histórico desse equipamento urbano nos mostra que, cada vez que os governos municipais abandonam uma área urbana, a tendência é que haja um processo de ocupação e apropriação dela por populares, para distintos usos e práticas diversas, como forma de bem viver em sociedade.

As evidências apresentadas caracterizam o espaço público como uma condição do processo de retorno ao tempo pelo retrocesso, diante da desordem e do caos instaurados na área urbana, prejudicando aos moradores, assim como ocorreu no período que antecedeu a requalificação urbanística, quando o Estádio Municipal Plínio Lemos foi transformado em Vila Olímpica. Sendo assim, a cidade apresenta suas contradições, revelando os embates na luta pelo direito de acesso ao espaço público.

No que concerne à avaliação do atraso da reforma da Vila Olímpica Plínio Lemos, deparamo-nos com a reflexão que embasa nosso entendimento referente à condução do espaço por grupos políticos, o que “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p. 43)¹⁰³. São as correlações de forças desses agentes que moldam a dinâmica da cidade e a transformação dos seus espaços conforme os profundos interesses. Nesse sentido, o entrevistado 1 entende que,

realmente, a Vila, há um tempo atrás, estava bem abandonada, bem deteriorada. É tanto que estava praticamente sem uso, pelo menos para o atletismo estava praticamente sem uso. É (...) eu acho que a reforma só veio a acontecer mesmo na época da política que foi a das eleições, foi quando se iniciou a reforma do local. (Entrevistado 1)

Ressaltamos aqui que a obra de reforma se encontrava em atraso desde julho do ano de 2018, e somente no período de campanha das eleições em 2020 a reforma do espaço foi iniciada. No entanto, o descaso com esse espaço já vinha desde os meses finais de 2012, conforme destacamos nos capítulos anteriores.

A realização da obra proximamente ao período eleitoral evidencia a estratégia que grupos políticos de gestões urbanas utilizam na tentativa de governar a cidade¹⁰⁴. Conforme

¹⁰³ Neste trabalho, referimo-nos aos agentes sociais concretos, conforme mencionado por Corrêa (2011), para retratar o papel dos políticos como agentes que estabelecem ações diretas de intervenções revitalizadoras nos lugares públicos da cidade.

¹⁰⁴ Várias ações realizadas pela gestão de Campina Grande (2017-2020) foram efetivadas ao longo do ano de 2020, especialmente no segundo semestre, próximo do período eleitoral. Isso é evidenciado no Quadro 3, na

argumenta Rolink (2009, p. 46), “atores políticos, especialmente aqueles envolvidos no jogo político-partidário, estão geralmente mais interessados nas consequências de suas ações a curto prazo em razão da temporalidade da política eleitoral”

Ainda na esteira do pensamento de Rolnik (2009, p. 46), esclarecemos que o “desenvolvimento urbano é particularmente suscetível a estas *[sic]* práticas: como os recursos são geograficamente determinados, microinvestimentos nas periferias contribuem para sustentar mandatos em eleições sucessivas”.

Em consonância com o que foi exposto por Rolnik, Vargas e Castilho (2015, p. 47), apontam que essa forma de “intervenção ou revitalização também pode ocorrer devido à percepção da baixa eficácia daqueles grandes projetos urbanos na valorização da gestão com fins eleitoreiros”, tendo em vista que a intensificação da reforma do complexo esportivo nas proximidades das eleições também evidencia o intuito eleitoral. Desse modo, pudemos perceber que as ações de reforma na Vila Olímpica iniciam-se no último semestre da gestão 2017-2020, o que transparece motivações de interesses para que o grupo político continue governando a cidade.

Em contrapartida, sobre o atraso da reforma, o entrevistado 2 afirma que “o local ficou muito tempo assim, sem certo uso da população. O pessoal que morava ali mais perto, que fazia uso do local, tendo que fazer suas atividades em outros locais, como Açude Velho, Parque da Criança... Eu acho que deixou um maior transtorno” (Entrevistado 2). Nesse contexto, observamos um processo moroso até o início da atual reforma, que ainda está em andamento, levando os frequentadores a deixarem de usar uma área próxima de suas moradias para usufruírem de outros espaços de lazer em diferentes bairros da cidade. Por outro lado, o início da reforma também causou impacto na utilização do espaço, devido às restrições locais para a reestruturação dos equipamentos disponíveis na Vila. Dessa maneira, conforme expressa o entrevistado 3,

o atraso acabou prejudicando o acesso que a população poderia ter, ou seja, o campo estava desgastado e, para reconstruir esse campo, tentar fazer com que esse campo ficasse apto para os atletas utilizarem, precisou de um tempo e esse tempo foi quando a população ficou isolada de utilizar o campo para fazer o seu bate bola, seu racha ou seu jogo, entendeu? Questão da pista de skate, das salas onde *[estão]* as artes marciais, da mesma forma, ou seja, teve que esperar um bom período, um pouco de tempo para que pudesse voltar ao normal. (Entrevistado 3).

seção 4.1 deste capítulo, indicando a retomada de ações em prol da organização do espaço. A intenção era demonstrar a execução do trabalho no local para assegurar que a obra de revitalização foi iniciada, fortalecendo a confiança no próximo grupo partidário apoiado pela gestão (2017-2020).

Ao avaliar a opinião dos entrevistados em relação ao período moroso, a entrevistada 5 declara que “a maior parte do atraso da reforma foi a falta de interesse da gestão e também da população em si, e a pandemia”. Quando o estado de deterioração é agravado pela ausência de manutenção, consequentemente, a política de recuperação dos espaços, que será implementada, deverá gerar novas contratações de empresas por meio de editais e licitações, aumentando o número de contratos para a execução da obra. Isso resulta na interdição do espaço para o uso público enquanto a reforma é realizada. Dessa forma, evidentemente, a gestão urbana terá maiores despesas, com os recursos provenientes da própria população, para recompor o mobiliário urbano deteriorado, o que poderia ter sido evitado anteriormente. Portanto, as grandes obras de projetos urbanos tendem a impactar profundamente a vida da população beneficiada com o acesso aos bens urbanos. Alguns entrevistados expuseram tais transtornos em suas vidas, tanto para a prática esportiva quanto para o lazer de forma mais ampla.

O campo de futebol recebeu alambrado em todo o seu entorno (Figura 52), resultando no cercamento da área esportiva e dividindo, assim, o limite entre a pista de atletismo e a arena dos jogos. Esse cercamento implica na restrição de usos do espaço, pois limita o acesso livre à área, não ficando à disposição dos frequentadores a qualquer momento, o que retrata a inversão da lógica do espaço público.

Figura 52: Inserção de alambrado no campo de futebol



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2022.

Dentre as alterações no uso do espaço, registra-se a mudança de localização da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), anteriormente situada no centro

da cidade, na rua João da Mata, transferida para dentro da Vila Olímpica Plínio Lemos (Figura 53), instalada na antiga unidade pública onde funcionava o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), unidade esta desativada no local. Tal ação indica o intuito de descentralizar as organizações da política de juventude, esporte e lazer para a periferia urbana da cidade e evidencia o lugar do planejamento, das ações, dos negócios, das reuniões, das tomadas de decisões. Assim, a Vila passa a ter outra visibilidade dentre os espaços da cidade, uma vez que o espaço se torna frequentado por lideranças políticas, secretários municipais e servidores da Prefeitura de Campina Grande.

Figura 53: Implantação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer na Vila Olímpica Plínio Lemos.



Fonte: AGUIAR, V. B. S. 2022.

Em 2021, a Prefeitura Municipal de Campina Grande estabeleceu parceria com a empresa IDE Projetos Sociais, implantando o Projeto Pequenin@s. Trata-se de uma organização não governamental (ONG) de entidade evangélica, pertencente ao grupo de instituições privadas voltadas para a transformação social de diversificados públicos, entre eles, crianças, jovens, adultos e adolescentes, oferecendo serviços na promoção de educação, saúde, assistência social, esporte e na área profissionalizante. Instalada na Vila Olímpica, essa organização implantou, por meio da parceria feita com a Prefeitura Municipal, o Projeto Pequenin@s Teens, que visava oferecer melhor forma de vida, especificamente a jovens e adolescentes carentes do bairro. Nesse sentido, uma matéria divulgada através do site da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), retrata que

O prédio em reforma chegou a abrigar o Museu dos Esportes, mas estava abandonado há muitos anos e vinha sendo utilizado como ponto de consumo e tráfico de drogas. Na comunidade, circula a informação de que até mesmo os traficantes, ao saber da instalação do projeto social e dos seus benefícios aos jovens da comunidade, determinaram a interrupção da venda de drogas no local. Assim, também o prédio de mais de 100 anos voltou a pertencer à comunidade (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, 2021¹⁰⁵).

Nesse sentido, a prefeitura cedeu o espaço para as novas instalações do projeto a ser desenvolvido, modificando a sede do Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho (figura 54), onde se encontrava o memorial sobre o esporte local, que retratava uma parte da história do Campinense Clube e do Treze Futebol Clube.

Figura 54: Projeto da fachada referente à sede do Instituto Pequeninos na Vila Olímpica.



Fonte: Blog <https://www.renatodiniz.com/>, 2021¹⁰⁶.

A inserção de organizações sociais acionadas para solucionar os problemas no espaço evidencia a representação de processos neoliberais advindos da conjuntura política dos agentes responsáveis pelas repartições públicas do município. Isso resulta no repasse da administração pública para a entidade que estará encarregada de coordenar tal área, bem como evidencia o interesse de relações particularistas locais. O objetivo desse modelo neoliberal é “reestruturar o contexto urbano, recuperando os lugares do passado e da memória, que sustentam a percepção e a visualização da ambiência urbana” (NARCISO, 2008, p. 65).

¹⁰⁵ 500 jovens aprenderão uma profissão em Campina Grande (PB). **Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil**. 14 set 2021. Disponível em: <https://www2.anabb.org.br/Portal/Noticia/Visualizar/101235/500-jovens-aprenderao-uma-profissao-em-Campina-Grande-PB>. Acesso em: 10 ago 2023.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.renatodiniz.com/2021/09/parceria-da-prefeitura-possibilita.html>. Acesso em 08 set 2021.

As organizações que juntas trabalharam em parceria para o funcionamento do novo projeto Pequenininho Teens foram: a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), a Igreja Verbo da Vida, a entidade Ide Projetos Sociais, a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) e o Instituto Viva Cidadania (IVC).

Figura 55: Reforma do Museu do Esporte que cedeu lugar para o Projeto Pequenininho Teens.



Fonte: Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil¹⁰⁷

A lógica das parcerias com instituições e empresas privadas, no que concerne à construção de obras nos espaços públicos, por um lado, tem o propósito de fomentar a divulgação das marcas de empresas privadas, consequentemente, buscando adquirir o reconhecimento por meio dos espaços da cidade e do aumento do negócio lucrativo. Nesse caso, o governo municipal busca os empresários para que estes investam em infraestrutura nos espaços públicos urbanos, o que torna a cidade “uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão de negócios” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000, p. 8).

Narciso (2008, p. 27) reforça que o caso dos projetos de renovação urbana de espaços públicos se trata de “uma estratégia de acumulação de capital e um modo da produção capitalista contemporâneo subjacente as [*sic*] ações do poder público e da iniciativa privada, instituindo-se através da produção-consumo”. Além disso, a lógica do sistema de parcerias, adotado pelos órgãos gestores de uma prefeitura municipal, expressa notoriamente uma saída

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www2.anabb.org.br/Portal/Noticia/Visualizar/101235/500-jovens-aprenderao-uma-profissao-em-Campina-Grande-PB>. Acesso em: 10 ago 2023.

para que a gestão não se comprometa com as despesas políticas, o que, muitas vezes, pode causar a ausência de investimentos públicos nas áreas urbanas mais necessitadas.

Em conformidade com nossas análises e em contraposição às parcerias público-privadas, Vargas & Castilho (2015, p. 27) anunciam que a “privatização dos espaços públicos, por meio de projetos urbanos e parcerias público-privadas (PPP), costuma ser criticada negativamente em razão da transferência das competências das administrações públicas para o setor privado”. Ou, como expressa Harvey (2014, p. 62), “cada vez mais, vemos que o direito à cidade vem caindo nas mãos de interesses privados ou quase privados”.

No caso da reforma do Complexo Esportivo Plínio Lemos, “a parceria foi feita sem custos para a Prefeitura, que cedeu o espaço. Toda reforma está sendo realizada pelo Projeto Pequeninos [*sic*] que é uma instituição privada e sem fins lucrativos” (PMCG, 2021¹⁰⁸), o que reforça um interesse específico de cunho religioso. Esse tipo de parceria é definido como “a forma de cooperação entre as autoridades públicas e as empresas, tendo por objetivo assegurar o financiamento, a construção, a renovação, a gestão ou a manutenção de uma infraestrutura ou a prestação de um serviço” (VARGAS & CASTILHO, 2015, p. 48).

Em Campina Grande, o sistema de governo da atual gestão (2021-2024), em relação à política urbana local, está pautado no modelo de parcerias público-privadas para viabilizar as obras de reforma dos espaços coletivos e públicos, com financiamento advindo da iniciativa privada, em que a empresa parceira se torna responsável pelas operações das obras de modernização urbanística. Essas parcerias têm o intuito de fornecer os espaços para a administração da empresa privada, como é o caso de uma parcela da intervenção que vem sendo empreendida na Vila Olímpica Plínio Lemos. O assunto foi abordado durante a realização das entrevistas, quando nos foi esclarecido o seguinte:

A nossa gestão é pautada em parcerias. A gente trata muito com parcerias público-privadas, especificamente, no Plínio Lemos, onde a gente vem recebendo uma revitalização até com recursos federais também, tanto recursos federais como recursos próprios, bem como algumas parcerias que nós fazemos também, tanto no Plínio Lemos como em outros espaços, tanto da secretaria como da Prefeitura. São parcerias público-privadas que vêm dando certo e a gente vai dar continuidade a esse sistema. (Entrevistado 11).

¹⁰⁸ INCLUSÃO SOCIAL: Prefeitura firma parceria com Projeto Pequeninos para promoção de cursos profissionalizantes no Plínio Lemos. **Prefeitura Municipal de Campina Grande**. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/inclusao-social-prefeitura-firma-parceria-com-projeto-pequeninospara-promocao-cursos-profissionalizantes-no-plinio-lemos/>. Acesso em: 06 ago 2021.

Face ao modelo de governo adotado pela administração pública municipal, o modo de gestão que ele apresenta para governar os espaços públicos, como mencionado, corresponde ao que Vainer (2000) identifica como sendo o perfil de "cidade-empresa", ou seja,

a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2000, p. 89).

O Projeto desenvolvido pela ONG transformou a sede do antigo Museu do Esporte na área administrativa do Projeto Pequenininhos Teens, buscando ofertar os cursos profissionalizantes como informática básica, corte e escova, design de sobrancelhas, maquiagem, barbearia, eletricidade predial, música, canto e coral, inglês, manutenção de celulares e tablets, curso para garçom, recepcionista e atendente. O espaço do museu foi transformado em novas salas e recebeu a instalação de novos equipamentos para o funcionamento da nova funcionalidade adotada (figuras 56 e 57).

Figura 56: Novo auditório



Fonte: Site Verbodavida.com¹⁰⁹.

Figura 57: Sala para cursos profissionalizantes



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande¹¹⁰

Uma matéria divulgada pelo próprio site da Prefeitura de Campina Grande¹¹¹,

¹⁰⁹ Pequenininhos Teens foi inaugurado com festa em Campina Grande (PB). **VERBODAVIDA.COM**. 1 nov 2021. Disponível em: <https://verbodavida.org.br/destaques/pequeninhos-teens-foi-inaugurado-com-uma-manha-festiva-em-campina-grande-pb/>. Acesso em: 3 dez 2021.

¹¹⁰ Bruno inaugura área de implantação do Projeto Pequenininhos Teens em Campina Grande que beneficia inicialmente 500 jovens com atividades profissionalizantes. **Prefeitura Municipal de Campina Grande**. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/bruno-inaugura-area-de-implantacao-do-projeto-pequeninhos-teens-em-campina-grande-que-beneficia-inicialmente-500-jovens-com-atividades-profissionalizantes/>. Acesso em: 30 out 2021.

¹¹¹ Bruno inaugura área de implantação do Projeto Pequenininhos Teens em Campina Grande que beneficia inicialmente 500 jovens com atividades profissionalizantes. **Prefeitura Municipal de Campina Grande**. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/bruno-inaugura-area-de-implantacao-do-projeto-pequeninhos-teens-em-campina-grande-que-beneficia-inicialmente-500-jovens-com-atividades-profissionalizantes/>. Acesso em: 30 out 2021.

referente à inauguração do projeto, mencionou alguns trechos relevantes do novo projeto, bem como abordou “a importância do projeto para a transformação de vidas, sobretudo em áreas periféricas, onde milhares de pessoas não desfrutam de um espaço adequado para a sua formação estudantil e profissional” (PMCG, publicado em 30 de outubro de 2021).

Figura 58: Prefeito Bruno Cunha Lima inaugura sede do Projeto Pequenininhos Teens (antigo Museu do Esporte José Aurino de Barros Filho).



Fonte: PMCG, 2021¹¹².

Além disso, a matéria mostrou alguns recursos com os quais os estudantes foram contemplados, assim como valores destinados pelas empresas parceiras que firmaram negócio com a Prefeitura da cidade para executar as novas atividades na Vila Olímpica. A matéria diz que

todas as atividades são oferecidas gratuitamente à coletividade. Os alunos são contemplados também com fardamento, mochilas e material escolar num investimento de R\$ 180 mil das instituições parceiras. Lembrou que só a Igreja Verbo da Vida destinou R\$ 110 mil para a reforma e adequação do espaço do Plínio Lemos, possibilitando a instalação do projeto. (PMCG, publicado em 30 de outubro de 2021).

Nesse sentido, a discussão apresentada remete à lógica dos parques requalificados, em que são aplicadas as novas utilidades após o período de intervenções, o que enfatiza também a função de uma entidade religiosa preparar jovens para o mercado de trabalho, bem como vem

¹¹² Bruno inaugura área de implantação do Projeto Pequenininhos Teens em Campina Grande que beneficia inicialmente 500 jovens com atividades profissionalizantes. **Prefeitura Municipal de Campina Grande.** Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/bruno-inaugura-area-de-implantacao-do-projeto-pequeninhos-teens-em-campina-grande-que-beneficia-inicialmente-500-jovens-com-atividades-profissionalizantes/>. Acesso em: 30 out 2021.

acontecendo na modernização da Vila.

Ainda assim, a nova gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, através da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), iniciou a realização de uma série de eventos no local aos finais de semana, como, a exemplo, os Festivais das Escolinhas de Iniciação Esportiva, a Copa Rainha da Borborema de Futebol Amador (figuras 59 e 60), o Circuito Juventude Cidadã, o Domingo no Plínio e a Olimpíada do Servidor Municipal. Os eventos mencionados promoveram maior frequência de visitas na Vila Olímpica e tiveram o intuito de proporcionar atividades de esporte e lazer para a população.

Figura 59: Copa Rainha da Borborema



Fonte: Jornal da Paraíba, 2022¹¹³.

Figura 60: Torcida de jogos na Vila Olímpica



Fonte: Jornal da Paraíba, 2022¹¹⁴.

Perante o comportamento da gestão da cidade diante às intervenções realizadas no local, podemos afirmar que a sua forma de governo se encaminha para o modo de “revitalização” seguida de ocupação, sobretudo, ocupação por parte da própria administração pública, uma vez que as estratégias da gestão buscam a realização de eventos para a população, bem como também para os próprios servidores públicos, além de sediar reuniões e audiências públicas para tratar de temas relacionados ao encargo da Prefeitura Municipal.

A revitalização da Vila Olímpica vem sendo marcada por um conjunto de ações esparsas que ainda seguem em fase de obras e melhoramentos. Desde o ano de 2020, sua reforma vagarosa vem se alongando, no decorrer do tempo, o que constitui um processo de intervenção urbana inacabada, denotando, por sua vez denota um descaso com espaços

¹¹³ Dirigente do Mila do Santo Antônio lamenta vice na Copa Rainha da Borborema, mas enaltece rival. **Jornal da Paraíba**. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/esportes/dirigente-do-milan-do-santo-antonio-lamenta-vice-na-copa-rainha-da-borborema-mas-enaltece-rival/>. Acesso em: 10 jul 2022.

¹¹⁴ Borborema da Conceição vence o Milan do Santo Antônio na final e é campeão da Copa Rainha da Borborema. **Jornal da Paraíba**. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/esportes/borborema-da-conceicao-vence-o-milan-do-santo-antonio-na-final-e-e-campeao-da-copa-rainha-da-borborema/>. Acesso em: 10 jul 2022.

públicos de lazer em bairros habitados pela população de baixa renda.

O perfil de revitalização corresponde ao modelo empresarial e patrimonialista adotado pelo governo municipal para governar a cidade de Campina Grande, a exemplo da concessão feita à entidade religiosa, revelando a trama estratégica das atuações contemporâneas dos governos urbanos/locais no que se refere ao espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de Dissertação teve por objetivo geral analisar as motivações que impulsionaram a construção, a manutenção e a tentativa de requalificação do espaço público Vila Olímpica Plínio Lemos, na cidade de Campina Grande/PB. Para esse propósito, foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e notícias de jornais veiculadas na Internet. Os resultados foram tratados por meio da análise de conteúdo, compreendendo os impasses enfrentados pela área que se arrastam no local. A pesquisa de campo permitiu maior aprofundamento da compreensão sobre as questões da temática do espaço público, em que, por meio da observação direta in loco, foi possível notar a desarticulação das ações administrativas do poder local com o complexo esportivo de lazer.

O estudo efetuado permite afirmar que o espaço público na cidade contemporânea é produto de embates políticos profundamente intrincados, e a sua funcionalidade depende das poderosas forças políticas que governam a cidade. Essas forças políticas, por vezes, ocasionam problemas emblemáticos de administração, os quais colocam em xeque a questão dos espaços de lazer, desregulando os locais de práticas de usos coletivos.

O trabalho mostra as disputas de projetos de cidade, particularmente de Campina Grande, que passam pela disputa de governos em descontinuidades com as políticas e projetos de espaços urbanizados. Além disso, também foi possível constatar que entraves envoltos ao espaço público ocorreram continuamente, o que também coloca em evidência o direito de acesso ao bem público de lazer. Dessa forma, percebe-se que no decorrer ao longo dos anos houve uma fragilização das políticas disponibilizadas no início do funcionamento da Vila Olímpica Plínio Lemos por omissão do poder local. Sendo assim, houve tendência à diminuição da atuação estatal na promoção de equipamentos públicos a partir de uma perspectiva neoliberal, bem como também a diminuição da busca de parcerias com cessões de espaços e equipamentos para o desenvolvimento de atividades.

No tocante aos processos urbanos de requalificação e revitalização pelos quais a Vila Olímpica passou, destaca-se o modo como os ciclos de gestões de poder que passaram a governar a cidade, bem como a administrar o espaço público em estudo, interferiram de acordo com os interesses pautados em suas respectivas agendas de governo. Apesar disso, é importante ressaltar que o espaço passou por uma disputa do planejamento proposto de acordo com as alterações entre mandatos partidários de gestores locais, ocasionando problemas administrativos, físicos, sociais, culturais, esportivos e de lazer.

Acrescenta-se que, a revitalização do local, tal como foi denominada pelas gestões que realizaram algumas ações em prol do espaço, permite revelar as lógicas, prioridades e estratégias contemporâneas dos governos locais perante a gestão de espaços públicos urbanos de lazer periféricos em áreas vulnerabilizadas. Dentre os projetos de governo que interviram com a reforma do lugar, destacam-se ações relativas ao setor empresarial, ao marketing urbano, ao patrimonialismo e às parcerias público-privadas, o que permite afirmar que perante os aspectos neoliberais, o espaço público é tratado como produto e negócio da ação política.

Com base nas nossas leituras na literatura pesquisada, podemos considerar que a origem do problema da desordem dos espaços requalificados e revitalizados é a falta de planejamento e de ações contínuas para haver a animação dos parques urbanos, vilas olímpicas, orlas urbanas, praças e outros locais, bem como a descontinuidade das políticas públicas relacionadas ao esporte, à recreação e ao lazer e também à manutenção urbana. Nesse sentido, é preciso que as gestões de poder da cidade, independentemente da bandeira partidária e de qual grupo político tenha construído determinada obra, estejam aptas a viabilizar políticas articuladas com a conservação e a manutenção dos espaços públicos da cidade.

Ainda assim, cabe ressaltar que é fundamental que os usuários, tendo se apropriado e desenvolvido relações socioespaciais nos espaços, possam, também, exercer controle social sobre as condições dos espaços públicos, colocando demandas e propostas; participando como cogestores dos bairros e da cidade. Sem as demandas e pressões sociais, os governantes e gestores tomam decisões que podem estar distantes dos interesses dos usuários.

Dessa forma, podemos salientar que as discussões intrínsecas ao espaço público contemporâneo manifestam os distintos fenômenos dispersos pelos espaços urbanos. Assim, podemos evidenciar que, por ora, a gestão urbana ocasiona delicados conflitos envolvendo o planejamento e as políticas públicas locais, pois o espaço público, tal como o poder de governar a cidade, são alvos recorrentes de disputas entre arranjos políticos.

A pesquisa permite ainda afirmar que o espaço público é o lugar onde ocorrem as disputas entre agentes políticos adversários. Esse fator tem colocado a funcionalidade das áreas de lazer em segundo plano, uma vez que o espaço público como direito tem sido negligenciado perante a rivalidade dos grupos de gestões. No que se refere à Vila Olímpica Plínio Lemos, o descuido com o espaço no período em que ocorreram os confrontos entre os políticos e candidatos não eleitos da cidade dificultou o acesso da população que o utilizava

para as práticas esportivas e de lazer, evidenciando a negação da cidade para os moradores urbanos.

No âmbito dos processos de requalificação e revitalização, no decorrer da pesquisa, é demonstrado como essas intervenções urbanizadoras implantadas por projetos através das agendas de poder são pautas recorrentemente debatidas no cenário político, ocasionando intensos embates acerca do planejamento pretendido por gestões públicas municipais. Desse modo, a pesquisa auxilia o avanço das discussões que tocam as lacunas envolvendo os espaços públicos de lazer, os projetos de intervenções urbanas requalificadoras e revitalizadoras.

Os debates ao longo desta Dissertação permitem entender não só a questão do espaço público contemporâneo, mas também o processo histórico das políticas urbanas fundamentais para compreendermos a conjuntura do fenômeno investigado. Tal discussão tornou-se relevante para entendermos o surgimento dos espaços denominados vilas olímpicas e das políticas voltadas para o funcionamento dessas áreas, a exemplo da Vila Olímpica Plínio Lemos.

As entrevistas e as consultas realizadas nos Semanários oficiais da Prefeitura Municipal de Campina Grande mostram que as obras de revitalização que ocorreram no espaço apenas no ano de 2020, no período próximo das eleições municipais. Evidencia-se, portanto, que o Complexo Esportivo Plínio Lemos se tornou um dos interesses políticos para que o grupo da gestão que estava no poder permanecesse no governo da cidade, uma vez que se trata de um importante equipamento urbano de lazer da Zona Leste.

O objeto de estudo desta pesquisa possui significativa importância cultural tanto para a cidade de Campina Grande quanto, especificamente, para o bairro José Pinheiro. Assim, a pesquisa realizada contribuiu para os estudos sobre espaços públicos em Campina Grande, particularmente no que diz respeito à concepção do espaço e à sua relação com o planejamento urbano.

Ao finalizar esta Dissertação, é necessário refletir a continuação das discussões tratadas com base nos resultados encontrados. Desse modo, esperamos que as contribuições advindas possam dar prosseguimento a estudos voltados para a temática do espaço público, principalmente aqueles que tratem das discussões das áreas de lazer localizadas em territórios periféricos. Para além do estudo abordado e de maneira geral, pretendemos dar continuidade às investigações que busquem tratar o espaço público como direito perante as áreas destituídas de infraestruturas.

Em relação ao recorte urbano analisado, inquietações incessantes ainda são recorrentes. É preciso pensar como será o processo de permanência da Vila Olímpica Plínio Lemos, como as gestões urbanas futuras e irão priorizá-la enquanto espaço público imprescindível para a cidade de Campina Grande e qual será a forma de administração utilizada pelas gestões relacionado à Vila Olímpica. Ainda no que toca ao tema das vilas olímpicas, cabe realizar um estudo comparativo entre a Vila Olímpica Plínio Lemos e a Estação Cultura-Cidadania, localizada no bairro das Malvinas, uma vez que seu projeto urbano foi modificado em decorrência da alteração de gestores, espaço este que se tornaria a segunda vila olímpica de Campina Grande.

Além da fronteira do conhecimento abordado nesta pesquisa, no cenário local de Campina Grande, é necessário explorar o campo da produção dos novos projetos urbanos de requalificação que visam modificar os espaços públicos da cidade. Dessa forma, abre-se o leque para refletir a respeito das seguintes inquietações: por quais motivos a gestão da cidade prefere criar novos espaços públicos urbanos, como parques públicos, e não conservar os antigos? Além disso, cabe refletir a respeito das intenções da Prefeitura Municipal de Campina Grande voltadas para os novos projetos de espaços públicos.

A esse respeito, cabe ser efetuado um mapeamento das áreas de lazer propícias para intervenção urbana, visto que a nova gestão pública da cidade (2021-2024) pretende revitalizar importantes espaços da cidade, a exemplo do Parque Evaldo Cruz (Açude Novo), do Cine Capitólio, da Estação Nova, do Ginásio “O Meninão” e da Feira Central. Outra discussão a ser realizada é da segregação socioespacial entre/nos espaços públicos da cidade.

Ainda assim, é necessário analisar e discutir os parques públicos lineares da cidade, levando em consideração que as gestões (2013-2016/2017-2020/2021-2024) estiveram priorizando a implantação desse tipo de equipamento urbano no município. Dessa forma, convém analisar o que tem impulsionado a produção de parques lineares, a lógica aderida pelas gestões de poder que priorizaram a espacialização desses equipamentos no município, seus usos, práticas de lazer e esportes que são realizadas nesses espaços.

Em termos gerais, a produção de equipamentos públicos de lazer segue uma ordem política neoliberal, tornando-se uma pauta recorrente para a discussão do planejamento urbano perante as agendas de governos e conjunturas políticas, da produção contemporânea de espaços públicos frente à urbanização neoliberal, do direito à cidade, bem como também dos processos de revitalização e requalificação dos lugares. Pelo exposto, reconhecemos que a problemática aqui tratada merece estudos mais amplos e aprofundados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. B. de S. **UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA URBANA DO LAZER**: paisagens, mudanças e novos usos da Vila Olímpica Plínio Lemos (Campina Grande — PB). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2019.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F. VAINER C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARENTD, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARAÚJO, C. M. de. “Áreas de risco” e problemáticas socioambientais: uma reflexão sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande (PB). 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2019.
- ATHAYDE, P.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, p. 2-10, 2015.
- BARBOSA, R. S. **TERRITÓRIO E ESCALA**: a utilização dos conceitos geográficos para implementação das políticas públicas em prol da seguridade social da população infanto-juvenil em situação de rua na cidade de Campina Grande – PB. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BISPO, S. M. PESQUISAS QUALITATIVAS: Para Além do Método na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. In: FAZZI, R. C; LIMA, J. A. **Campos das ciências sociais**: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BITTENCOURT, T. A.; FARIA, J. R. V. de. Distribuição de investimentos públicos, infraestrutura urbana e desigualdade socioespacial em Curitiba. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, p. 1-20, 2021.
- BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq. urb**, n. 1, p. 70-104, 2008.
- BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **EURE (Santiago)**, v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005.
- BRANDÃO, C. A. Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. **Nova economia**, v. 26, p. 1097-1132, 2016.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Brasília, DF, 10 jul 2001.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan 2002.

BRASIL. **Esporte, lazer e desenvolvimento humano**: documento final da I Conferência Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

BRASIL. Plano Plurianual 2004-2007. Brasília: DF, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de atenção básica**. Série E. Legislação em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica: Brasília, DF, 2012. 110 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CARASEK, M; MELO, E. F. R. Q; MELO, R. H. R. Q. Parques Urbanos na promoção da Qualidade de Vida Estudo de caso em Passo Fundo, RS. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 35, 2017.

CARDOSO, C. A. de A. **A cidade e a festa. A cultura e identidade na festa da Micarande em Campina Grande-PB**. 2000. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2000.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CARLOS, A. F. A. et al. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, p. 33-62, 2017.

CARNEIRO, G. R; SILVA, E. E. D. da. Vazios urbanos: a não utilização dos imóveis municipais em Campina Grande e o descumprimento da função social da propriedade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, p. 1-12, 2020.

CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA. In: **1º Encontro luso-brasileiro de reabilitação urbana Lisboa**. Lisboa, v. 21, 1995.

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, v. 120, 2010.

CARVALHO, M. J. F. **Discursos e imagens da cidade**: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000). 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CORREIA, R. L. **Sobre os agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto para discussão. In: CARLOS, A., SOUZA, M.; SPOSITO, M. E. (org). **A produção do espaço**. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DINIZ, L. S. **As bodegas da cidade de Campina Grande**: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FERNANDES, N. G. R. **A revitalização do parque Sólon de Lucena (João Pessoa-PB)**: usos, formas e significados. 2018. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2018.

FIORAVANTI, L. M. Conflitos e estratégias de classe a partir de uma operação urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana** — ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. C. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. **Revista Cidades**. v. 2, n. 4, p. 249-265, 2005.

GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. **Punto sur**. n. 3. p. 153-169, 2020.

GOTTIDIENER, M. Estrutura e ação na produção do espaço. In: **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GURJÃO, E. Q. et al. **O Bairro de José Pinheiro**: Ontem e Hoje. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba: Secretaria de Educação e Cultura, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 25-36, 2004.

LAURENTINO, D. N. de A. **Esporte e Lazer nas políticas urbanas**: proposições para sua valorização em Campina Grande – PB. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, R. P. S. **Espaço público e política dos lugares**: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001.

LEITE, R. P. S. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 115-134, 2002.

LEITE, R. P. "Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana." **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 83, p. 35-54, 2008.

LEITE, R. P. S. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 25, n. 72, p. 73-175, 2010.

LEMOS, P. **Ainda pela verdade** (documentário). Campina Grande: Imprensa industrial. 1955.

LIMA, J. J.; SANTOS, L. G. T. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém do Pará. In: **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2015.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: PUC-SP, 2000.

MAIA, D. S. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. V. 14, n. 0, 2010.

MARCELLINO, N. C. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. Piracicaba: **Revista Impulso**, 2006.

MARCONI, M. A; LAKATOS E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. n. 17. (48), 2003.

MARICATO, E. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. Brasília: IPEA, 2006.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2017.

MARQUES, G. L. **Quem nasce em Campina Grande é campinense: futebol e sociabilidade na rainha da borborema (1954-1965)**. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2011.

MARQUES, G. L. **Quem nasce em Campina Grande é Campinense: futebol e sociabilidade na “Rainha da Borborema” (1954-1965)**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 1, p. 52-65, 2014.

MEDEIROS, S. C. da N. et al. VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE. **International journal of development research**. Vol. 10, Issue, 11, pp. 42116-42118, November, 2020.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. 1ª Conferência Nacional do Esporte. Brasília, 2004.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, p. 33-63, 1982.

NARCISO, C. A. F. **Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona**. 2008. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Urbanos) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

NASCIMENTO, S. do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, p. 95-120, 2010.

NASCIMENTO, A. da S. **Os espaços não ocupados: reflexões sobre as lógicas da expansão territorial nas cidades médias**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

NIGRO, C. Revitalização urbana em áreas centrais: discussões sobre o caso da cidade de São Paulo. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 49-60, 2006.

PADUA, R. F. de. **Produção, estratégia do espaço e os “novos produtos imobiliários”**. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência. **Relatório de avaliação da estrutura física do Estádio Municipal “Plínio Lemos”**. Campina Grande, PB: Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência, 2005. 2 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto centro integrado de vivência Plínio Lemos**. Campina Grande: Secretaria de Planejamento, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto Campina Grande 2035: Pesquisa Qualitativa (PesquisaWeb)**. Campina Grande, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto Campina Grande 2035: Pesquisa Qualitativa (Entrevistas)**. Campina Grande, 2020.

PORTAS, N. **Velhos Centros Vidas Novas**. In: Os tempos e as formas. v. 1. A cidade feita e refeita. Guimarães: Universidade do Miño, 2005. (p. 155 – 170)

REZENDE, M. A. A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa: considerações sobre política social de uma escola de samba do Rio de Janeiro. **Anais do XIII encontro da associação brasileira de estudos populacionais**, p. 1-17, 2016.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrópole**, n. 12, 2004.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 11, p. 31, 2007.

RODRIGUES, A. M. A política urbana no governo Lula. **Ideias**, v. 2, n. 2, p. 61-80, 2011.

RODRIGUES, A. M. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço. **CaderNAU**, v. 6, n. 1, 2013.

RODRIGUES, T. A.; SALVADOR, E. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas políticas sociais. **Revista Ser Social**, v. 13, n. 28, p. 129-156, 2011.

ROLNIK, R. Morar, atuar e viver. **Teoria e debate**, v. 9, 1990.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato. Regulação Urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção. **Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social**, p. 1-19, 2000.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: **Brasil, no limiar do século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: EDUSP, 2000.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. Leisure in a Globalized Society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

ROLNIK, R. Política urbana no Brasil: esperança em meio ao caos? **Revista da ANTP**, São Paulo, 2003.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 11, n. 2, p. 31-31, 2009.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, p. 89-109, 2011.

ROLNIK, R. 10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. In: **Quem planeja o território**, p. 87-104, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ROLNIK, R. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 18-43, 2019.

SAKATA, F. G. Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017. 2018 Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, v. 3, n. 4, São Paulo, p. 39-53, 1998.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, D. G; LEMOS, E. M. B. C. Apropriação e ressignificação dos espaços nas Malvinas: reflexões sobre a experiência do lazer. In: LEMOS, E. M. B.C.; DANTAS, E. R., and CHAO, C. H. N. (Orgs.). **De portas abertas para o lazer**: a cultura lúdica nas comunidades de bairro. Campina Grande: EDUEPB, 2009. 184 p.

SANTOS, A. M. S. P. **Política urbana no contexto federativo brasileiro**: aspectos institucionais e financeiros. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

SERPA, Â. **Cidade popular**: trama das relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, P. P. C. da; CHAO, C. H. N. Bairro José Pinheiro: uma história de lazer e cultura popular limitada pela violência. In: LEMOS, E. M. B.C.; DANTAS, E. R., and CHAO, C. H. N. (Orgs.). **De portas abertas para o lazer**: a cultura lúdica nas comunidades de bairro. Campina Grande: EDUEPB, 2009. 184 p.

SILVA, C. L. da. Mobilidade e Acessibilidade Urbana e Regional, o Papel do Transporte Público na Gestão Municipal. In: FARIA, R. de; SCHVARSBURG, B. (Orgs.). **Políticas**

urbanas e regionais no Brasil. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2011.

SILVEIRA, C. R. **Centro gregário:** Campina Grande-PB. Campina Grande: ESA Arquitetura, 1997.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público:** da dominação à apropriação. São Paulo: GEOUSP: espaço e tempo, 2006.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. *In:* CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, M. L. **Fobópole:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TONELLA, C. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Sociedade e Estado**, v. 28, p. 29-52, 2013.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2015.

VASCONCELLOS, L. M.; MELLO, M. C. F. **RE:** atrás de, depois de.... *In:* VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. (Orgs.). **Intervenções em centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2015.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In:* ARANTES, O. B. F. VAINER C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VAINER, C.; OLIVEIRA, F. L. de; LIMA JUNIOR, P. de N. Notas metodológicas sobre análise de grandes projetos urbanos. *In:* OLIVEIRA, F. L. de. (Org.) – [et al.]. **Grandes projetos metropolitanos:** Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11-23, 2012.

WERNER, D.; BRANDÃO, C. Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 15, n. 5, 2019.

MATÉRIAS DE JORNAIS IMPRESSOS

A Inauguração do Estádio Plínio Lemos. **Jornal de Campina**, Campina Grande, ano 1955, 17 jul. 1955. Esportes, p. 4.

A INAUGURAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL. **Jornal de Campina**, Campina Grande, ano 1955, 31 jul. 1955. Esportes, p. 4.

Matérias de jornais em meio eletrônico:

ANABB e IVC fortalecem projeto social em Campina Grande (PB). **Instituto Viva Cidadania**. 4 nov 2021. Disponível em: <https://www.vivacidadania.org.br/index.php/author/josiane/>. Acesso em: 5 mar 2022.

Campina Grande (PB) busca apoio do Ministério do Esporte para as obras de complexo esportivo. **Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania**. Brasília-DF. 13 mar 2007. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/40439-campina-grande-pb-busca-apoio-do-ministerio-do-esporte-para-as-obras-de-complexo-esportivo>. Acesso em: 16 jun 2021.

Complexo Plínio Lemos de CG está abandonado. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande. 02 dez 2012. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2012/12/02/complexo-plinio-lemos-de-cg-esta-abandonado. Acesso em: 04 mar 2021.

Moradores de Campina denunciam abandono da Vila Olímpica Plínio Lemos. **Portal ClickPB**. 14 jul 2016. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/moradores-de-campina-denunciam-abandono-da-vila-olimpica-plinio-lemos-207517.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

VÍDEO-DESCASO: abandonada, Vila Olímpica de Campina Grande, símbolo da gestão Veneziano, vira caso de saúde pública. **Carlos Magno**. 21 abr 2015. Disponível em: https://www.carlosmagno.com.br/noticias/1454,videodescaso_abandonada_vila_olimpica_de_campina_grande_simbolo_da_gestao_veneziano_vira_caso_de_saude_publica.html. Acesso em: 04 mar 2021.

Vila Olímpica Plínio Lemos atrai quase duas mil inscrições em CG. **ClickPB**, 20 mar 2008. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/vila-olimpica-plinio-lemos-atrai-quase-duas-mil-inscricoes-em-cg-31284.html>. Acesso em: 03 mar 2021.

Planos de governos em meio eletrônico:

ALMEIDA, J. A. M. de. **Programa de Governo 2013/2016**. Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2012/1699/PB/19810/11/150000004010/proposta.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

VEIGA, R. R. **Plano de Governo 2013-2016**: Coligação por amor a Campina. Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2012/1699/PB/19810/11/150000011795/proposta.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

MEDEIROS, T. O. **Propostas de Governo**. Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2012/1699/PB/19810/11/150000009926/proposta.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

NETO, V. V. do R. S. **Plano de Governo Veneziano 2017-2020**. Campina Grande, 2016.

Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/PB/19810/2/150000003825/proposta_governo1470867340812.pdf. Acesso em: Acesso em: 04 maio 2021.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

TÍTULO: A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM CAMPINA GRANDE-PB E AS
CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ESPAÇOS
PÚBLICOS

PESQUISADOR: VALMIR BRUNO DE SOUZA AGUIAR
ORIENTADORA: PROF.^a Dra. DORALICE SÁTYRO MAIA
COORIENTADORA: PROF.^a Dra. MARIA JACKELINE FEITOSA CARVALHO

ENTREVISTA –
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
FREQUENTADORES DO ESPAÇO PÚBLICO

DADOS DO ENTREVISTADO:	
Gênero com que você se identifica:	
Idade:	
Bairro:	
Grau de instrução:	
Profissão/atividade que desempenha:	
Turno de visitação:	
Quantas vezes por semana você utiliza esse espaço?	

- 1) Para você, qual a importância desse espaço em Campina Grande e, em especial, para o bairro José Pinheiro?
- 2) Em sua opinião, os moradores do bairro do José Pinheiro fazem uso desse equipamento?
Se NÃO fazem, por quê?
- 3) O que o faz frequentar a Vila Olímpica Plínio Lemos?

- 4) Você possui conhecimento se houve alguma consulta popular, por parte da gestão municipal, antes da reforma ser iniciada? Se SIM, como ela ocorreu? Se NÃO, você acha que a população deveria ter sido consultada? Por quê?
- 5) Você lembra do que era esse espaço antes da atual reforma da Vila Olímpica? Se SIM, poderia me falar sobre ele?
- 6) Como você avalia o atraso da reforma da Vila Plínio Lemos?
- 7) Ainda sobre a reforma, o seu atraso causou algum problema? Qual ou quais problema(s) você poderia mencionar?
- 8) Na sua concepção, o que deveria ter sido realizado nessa reforma?
- 9) Como você avalia o trabalho do atual Prefeito Municipal de Campina Grande em relação à Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 10) Você conhece os serviços ofertados pela Vila Olímpica Plínio Lemos? Já faz uso de algum deles?
- 11) Em sua opinião, a gestão da Vila Olímpica Plínio Lemos poderia ser melhorada? O que poderia ser feito, nesse sentido?
- 12) Para você, a construção desse equipamento interferiu positivamente no bairro José Pinheiro e na Região Leste? De que maneira?
- 13) Comparado a outros espaços da cidade, a exemplo do Parque da Criança, você considera que a Vila Plínio Lemos é bem utilizada pela população de Campina Grande? Se NÃO, a que se deve isso?
- 14) Você acha que a construção de um espaço como a Vila Plínio Lemos em um bairro com as características do José Pinheiro, foi importante? Por quê?
- 15) Você considera que o lazer urbano deve ser uma prioridade em termos de gestão municipal? Se NÃO, o que poderia ser feito para que assim se tornasse?

ENTREVISTAS –
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
SERVIDORES (AS) DA PMCG

DADOS DO ENTREVISTADO:	
Nome:	
Gênero com que você se identifica:	
Idade:	
Bairro:	
Grau de instrução:	
Cargo que desempenha:	
Turno de trabalho:	
Duração do trabalho:	

- 1) Que função você exerce na Vila Olímpica?
- 2) Há quanto tempo você trabalha nesse espaço?
- 3) Como você foi designado para trabalhar na Vila Olímpica?
- 4) Você já trabalhou em algum outro espaço público da cidade? Qual?
- 5) Na sua concepção, qual a importância desse espaço público para a cidade de Campina Grande?
- 6) Na sua concepção, o que deveria ter sido realizado nessa reforma?
- 7) Você costuma utilizar o espaço público durante seus dias de folga? Por qual motivo?
- 8) Como está ocorrendo o andamento da atual reforma proposta para esse espaço?
- 9) Você encontra alguns problemas para exercer a sua função de trabalho nesse espaço? Quais?
- 10) Como está ocorrendo o funcionamento da Vila Olímpica durante a pandemia da Covid-19?
- 11) Como você avalia o trabalho da atual gestão municipal em relação à Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 12) Para você, a construção desse equipamento interferiu positivamente no bairro do José Pinheiro e na Região Leste? De que maneira?
- 13) Comparado a outros espaços da cidade, a exemplo do Parque da Criança, você considera que a Vila Plínio Lemos é bem utilizada pela população de Campina Grande? Se NÃO, a que se deve isso?

- 14) Você acha que a construção de um espaço como a Vila Plínio Lemos em um bairro com as características do José Pinheiro foi importante? Por quê?
- 15) Você considera que o lazer urbano deve ser uma prioridade em termos de gestão municipal? Se NÃO, o que poderia ser feito para que assim se tornasse?

ENTREVISTAS –
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
EQUIPE TÉCNICA À ÉPOCA RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO DO PROJETO
URBANÍSTICO

DADOS DO ENTREVISTADO:	
Nome:	
Gênero com que você se identifica:	
Idade:	
Grau de instrução:	
Atuação profissional:	
Função exercida à época da construção do Equipamento:	
Período de atuação:	

- 1) Por favor, você poderia nos relatar como se deu a idealização do projeto urbanístico Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 2) Como ocorreu a sua atuação na equipe técnica da elaboração e/ou da execução do projeto?
- 3) Quais foram as ações realizadas na Vila Olímpica Plínio Lemos, durante o seu período de atuação nesta repartição pública municipal?
- 4) Em sua opinião, o que levou a gestão da época a construir a Vila Olímpica Plínio Lemos no bairro José Pinheiro?
- 5) Você saberia informar quais recursos e parcerias se destinaram à execução do Projeto?
- 6) De que forma ocorreu a consulta popular efetuada pela gestão municipal administrativa da época de implantação do projeto?
- 7) Qual foi a concepção de espaço público planejado para a Vila Olímpica Plínio Lemos? Por quais razões se deve construir uma Vila Olímpica como espaço público?
- 8) Na sua concepção, quais os impasses que esse espaço público enfrenta para proporcionar a sua função social atualmente?

ENTREVISTA –
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
DIRETOR DO ESPAÇO PÚBLICO

DADOS DO ENTREVISTADO:	
Nome:	
Gênero com que você se identifica:	
Idade:	
Formação/atuação:	
Período de atuação:	

- 1) Como você foi designado para ser gestor da Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 2) Como tem ocorrido a sua experiência, enquanto gestor desse espaço?
- 3) Como está organizada a equipe de funcionários que trabalha no local? Atualmente, quantos funcionários possui a Vila Olímpica e quais as respectivas funções?
- 4) De que forma ocorre o diálogo entre a gestão municipal e a direção do espaço público?
Como se reúnem?
- 5) Na sua concepção, qual a importância desse espaço público para a cidade de Campina Grande?
- 6) Em sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas por quem visita esse espaço público?
- 7) Como elas poderiam ser suprimidas?
- 8) Atualmente, que providências a Prefeitura Municipal de Campina Grande está tomando, em prol desse espaço público?
- 9) Quais são os principais benefícios que a reforma irá trazer para a população?
- 10) Como está ocorrendo o funcionamento da Vila Olímpica durante a pandemia da Covid-19?
- 11) Como podemos avaliar a atuação da gestão municipal de Campina Grande na condução e no gerenciamento da Vila Olímpica?

ENTREVISTAS –
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
EQUIPE TÉCNICA REFERENTE À GESTÃO ATUAL DA PMCG

DADOS DO ENTREVISTADO:	
Nome:	
Gênero com que você se identifica:	
Idade:	
Formação/ atuação	
Função exercida:	
Período de atuação:	

- 1) Qual o papel desta secretaria diante das ações políticas do poder público municipal voltadas para a Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 2) Quais foram as ações realizadas na Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 3) Na sua concepção, qual a importância da Vila Olímpica Plínio Lemos para a cidade de Campina Grande?
- 4) Como foi idealizada a reforma urbana do espaço público?
- 5) Em sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas por quem visita esse espaço público?
- 6) Como elas poderiam ser suprimidas?
- 7) Você poderia nos informar sobre a razão do atraso do projeto de reforma urbana da Vila Olímpica?
- 8) Quais os impasses enfrentados pela gestão municipal, para que possa exercer as ações propostas para esse espaço público?
- 9) Como você avalia a atuação da gestão municipal de Campina Grande na condução e no gerenciamento da Vila Olímpica?

ENTREVISTAS –
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
SECRETÁRIOS DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA PMCG

DADOS DO ENTREVISTADO:	
Nome:	
Gênero com que você se identifica:	
Idade:	
Formação/atuação	
Período de atuação:	

- 1) Qual o papel desta secretaria, diante das ações políticas do poder público municipal, voltadas para a Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 2) Na sua concepção, qual a importância desse espaço público para a cidade de Campina Grande?
- 3) Que motivos levaram ao atraso do projeto de reforma urbana da Vila Olímpica?
- 4) Como foi idealizada a reforma urbana do espaço público?
- 5) Podemos destacar alguma futura intervenção proposta pela PMCG para o pleno funcionamento do projeto Vila Olímpica Plínio Lemos?
- 6) Em sua concepção, o que pode ser destacado como um impasse para que a gestão municipal possa executar as ações propostas na concepção inicial de implantação desse espaço público?
- 7) Como você avalia a atuação da gestão municipal de Campina Grande na condução e no gerenciamento da Vila Olímpica?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado senhor (a),

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada **“A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS NA PRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE, PB**, a qual está sendo desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Doralice Sátyro Maia e pela coorientação da Prof.^a Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho. O objetivo da pesquisa é analisar a política urbana de Campina Grande, voltada para o espaço público, tendo como objeto a Vila Olímpica Plínio Lemos. A finalidade deste trabalho é contribuir para a realização da futura Dissertação de Mestrado, que terá o intuito de fortalecer os estudos geográficos sobre a reprodução do espaço público na cidade de Campina Grande, PB.

Solicitamos a sua colaboração para realização de uma entrevista semiestruturada, gravada através de áudio, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na Dissertação de Mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, garantimos que seu nome será mantido em sigilo, em respeito à privacidade da sua participação e de seus dados. Os possíveis desconfortos desta pesquisa são de origem psicológica, podendo gerar cansaço, vergonha ou medo de não saber comunicar as informações ao responder às perguntas do roteiro de entrevista durante a gravação. Como benefício, a sua participação será de suma importância e colaborará para o levantamento dos resultados deste estudo científico, através dos esclarecimentos que serão fornecidos.

Se julgar necessário, o(a) senhor(a) disporá de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor (a)

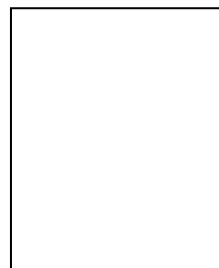
não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou a colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver, a qualquer momento, desistir dele, isso não acontecerá nenhum dano. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação de resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia desse documento.

() Li e concordo em participar da pesquisa.

Campina Grande, ____/____/____

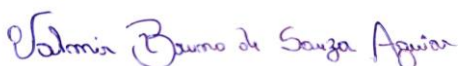
Assinatura do participante da pesquisa



Impressão dactiloscópica

Agradecemos sua colaboração.

Mestrando Valmir Bruno de Souza Aguiar.
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) — Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa,
PB. CEP: 58051900
brunoaguiar515@gmail.com
(83) 986230391
Atenciosamente,



Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE C: PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM CAMPINA GRANDE-PB E AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ESPAÇOS PÚBLICOS.

Pesquisador: Valmir Bruno de Souza Aguiar

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 51751721.2.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.784.346

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG) MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA, do CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN), da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno VALMIR BRUNO DE SOUZA AGUIAR, sob orientação da Profª. Dra. Doralice Sátyro Maia e Coorientação da Profª. Drª. Maria Jackeline Feitosa Carvalho.

Objetivo da Pesquisa:

Na avaliação dos objetivos apresentados os mesmos estão coerentes com o propósito do estudo:

Objetivo Primário:

Analisar a política urbana de Campina Grande voltada para o espaço público, tendo como objeto a Vila Olímpica Plínio Lemos.

Objetivos Secundários:

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.784.346

Identificar a política urbana e os projetos urbanos voltados para o espaço público de Campina Grande entre gestões no período de 2005 a 2021;

Compreender a concepção, o contexto e os impasses do projeto Vila Olímpica Plínio Lemos e revelar os conflitos e as ações para a concretização da construção do projeto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação dos riscos e benefícios apresentados estão coerentes com a Resolução 466/2012 CNS, item V "Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes.

Riscos:

Os possíveis desconfortos desta pesquisa são de origem psicológica, podendo gerar cansaço, vergonha ou medo dos entrevistados não saberem comunicar as informações ao responder as perguntas do roteiro de entrevista durante a gravação.

Benefícios:

O estudo proposto nesta pesquisa, possui relevância em fortalecer os estudos geográficos sobre espaço público urbano de lazer para a linha de pesquisa Cidade e Campo: espaço e trabalho, no qual, o Projeto foi submetido ao PPGG/UFPB, levando em consideração as contribuições sobre a temática numa escala geográfica que abrange colaboração para pesquisas no estado da Paraíba e na região Nordeste. Uma vez que, se observa poucas contribuições científicas desse porte da temática sobre a região Nordeste em eventos nacionais na área da Geografia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar a política urbana de Campina Grande voltada para o espaço público, tendo como objeto a Vila Olímpica Plínio

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.784.346

Lemos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETTER EMENDA INFORMANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHOU EMENDA, PARA TANTO, APRESENTOU AS SEGUINTE JUSTIFICATIVAS: "Prezado Comitê de Ética em Pesquisa, Eu, Valmir Bruno de Souza Aguiar, RG nº 4023585, CPF, 115.034.074-62, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado "A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS NA PRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE, PB, registro número CAAE: 51751721.2.0000.5188, venho respeitosamente solicitar a alteração do título conforme sugerido pela banca avaliadora. Após uma cuidadosa apreciação e avaliação das recomendações fornecidas pela banca avaliadora, concordamos que a sugestão de alteração no título pode proporcionar uma melhor representação dos objetivos e do escopo da pesquisa. Portanto, gostaríamos de solicitar a alteração do título do projeto para refletir essa sugestão. O novo título sugerido pela banca avaliadora é: " A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS EM CAMPINA GRANDE-PB E AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DE ESPAÇOS PÚBLICOS. Estou plenamente comprometido em garantir a precisão e a consistência das informações fornecidas ao Comitê de Ética em Pesquisa, e agradeço a oportunidade de implementar essa melhoria sugerida. Caso seja necessário fornecer qualquer documentação adicional ou esclarecer dúvidas relacionadas

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.784.346

a esta solicitação, por favor, não hesitem em entrar em contato comigo através do endereço do sistema e do endereço de e-mail brunoaguilar515@gmail.com. Desde já, agradeço sinceramente pela atenção e pela consideração desta solicitação. Estamos à disposição para colaborar no que for necessário para efetuar essa alteração no título do projeto de pesquisa. Campina Grande/PB, 06 de MARÇO de 2024. Atenciosamente, Valmir Bruno de Souza Aguiar". PARA TANTO, FOI ANEXADA UMA NOVA FOLHA DE ROSTO COM AS ALTERAÇÕES NO TÍTULO DO ESTUDO.

O ORA REQUERIDO NÃO COMPROMETE EM NADA A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE PESQUISA, POR ISSO SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL AO PRESENTE PLEITO, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2298836_E1.pdf	23/04/2024 08:48:41		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_pdf.pdf	23/04/2024 08:47:56	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Outros	INSTRUMENTODECOLETA.docx	03/09/2021 22:19:27	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.docx	03/09/2021 22:13:29	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	03/09/2021 21:47:08	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Outros	termodeanuencia.jpg	03/09/2021 21:40:50	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Outros	termodeanuencia.pdf	03/09/2021 21:38:02	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Outros	declaracaodecurso.png	03/09/2021 21:35:59	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE SCLARECIDOUFPB.pdf	03/09/2021 21:15:33	Valmir Bruno de Souza Aguiar	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADEATIVIDADES.pdf	03/09/2021	Valmir Bruno de	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.784.346

Cronograma	CRONOGRAMADEATIVIDADES.pdf	21:01:15	Souza Aguiar	Aceito
------------	----------------------------	----------	--------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 24 de Abril de 2024

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**ANEXO A: TERMO DE ANUÊNCIA DA COORDENAÇÃO DA
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS**

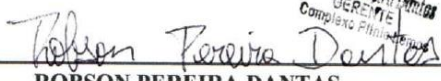


**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS**

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **ROBSON PEREIRA DANTAS** na qualidade de **GERENTE PERTECENTE A COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER DA SECERTARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER** responsável pela **VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS**, autorizo a realização da pesquisa intitulada **A VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS NA PRODUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE, PB**, a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador **VALMIR BRUNO DE SOUZA AGUIAR**; e declaro que esta instituição apresenta as condições necessárias à realização da referida pesquisa.

Campina Grande, PB, 31 de agosto de 2021


ROBSON PEREIRA DANTAS
GERENTE DA VILA OLÍMPICA PLÍNIO LEMOS
ASSINATURA E CARIMBO

Robson Pereira Dantas
GERENTE
Complexo Plínio Lemos

ANEXO B: ESTUDO PRELIMINAR PROPOSTO PARA O ESTÁDIO PLÍNIO LEMOS, ELABORADO PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE.

ESTUDO PRELIMINAR – (ESTÁDIO PLÍNIO LEMOS)

OBJETIVO GERAL

- ✓ Requalificar o espaço físico, com implantação de equipamentos esportivos, de lazer e de Capacitação Profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Proporcionar à prática esportiva por meio de atividades a serem realizadas no contra turno escolar;
- ✓ Qualificar as pessoas envolvidas com os esportes;
- ✓ Contribuir para a formação corporal e habilidades motoras das crianças e adolescentes;
- ✓ Promover a geração de emprego e renda através da indústria, comércio de materiais esportivos, promoção de eventos de esportes e com a capacitação profissional;
- ✓ Contribuir para diminuição da exposição à situação de risco social;

PÚBLICO ALVO

- ✓ Criança e adolescentes das escolas municipais.

PROGRAMA PROPOSTO

1. Campo de futebol;
2. Pista de atletismo;
3. Play-ground;
4. Espaço de convivência;
5. Pista de skate;
6. Quadras de areia
7. Arquibancadas;
8. Academia popular;
9. Administração;
10. Estacionamento;
11. Sanitários e vestiários;
12. Salas para capacitação;
13. Quadra coberta;
14. Passeio (caminhada).

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

1. Limpeza geral da área;
2. Verificar e resolver situação das pessoas que ocupam o espaço;
3. Levantamento e parecer técnico da estrutura a ser aproveitada;
4. Demolição das estruturas comprometidas;
5. Elaboração dos anteprojetos
 - ✓ Arquitetônico;
 - ✓ Paisagístico;
 - ✓ Iluminação;
 - ✓ Comunicação visual.
6. Levantamento dos custos (estimativa);
7. Apresentação da proposta a comunidade;
8. Ajustes;
9. Elaboração dos projetos básico;
 - ✓ Físico;
 - ✓ Social.
10. Elaboração dos projetos complementares;
11. Encaminhamento para captação de recursos
 - ✓ Ministério dos Esportes – Programa Segundo Tempo;
 - ✓ Ministério de Educação;
 - ✓ Ministério da Cultura;
 - ✓ Secretaria Nacional de Políticas voltadas à juventude.
12. Buscar parcerias para sustentabilidade do Projeto.

**ANEXO C: ATO DE HOMOLOGAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS
DO COMPLEXO INTEGRADO PLÍNIO LEMOS, PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO**

DESPACHOS DO PREFEITO

Em 21 de novembro de 2005

CONCORRÊNCIA N.º 003/2005/SOSUR/PMCG.

OBJETO: Execução das obras e serviços do Complexo Integrado Plínio Lemos, em Campina Grande/PB.

ABERTURA: 21 de novembro de 2005 às 11:00 horas..

ATO DE HOMOLOGAÇÃO:

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CAMPINA GRANDE/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em cumprimento às prerrogativas constantes do art. 38, VII c/c o art. 43, VI da Lei Nacional das Licitações e Contratos - nº 8.666/93, alterada e, ainda, com base no Parecer da Consultoria Jurídica desta Prefeitura referente aos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação de conformidade o resultado do certame, destinado a Execução das obras e serviços de construção do Complexo Integrado Plínio Lemos, em Campina Grande/PB. H O M O L O G A o p r e s e n t e T o r n e i o L i c i t a t ó r i o c o m a e m p r e s a : C O M P E C C E N G E N H A R I A C O M É R C I O E C O N S T R U Ç Õ E S L T D A ; c o m u m v a l o r g l o b a l d e R \$ 3.516.772,22 (três milhões quinhentos e dezesseis mil setecentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos). A proposta apresentada foi considerada vantajosa para a Administração Pública Municipal, e em perfeita consonância com a norma inscrita no Estatuto Federal das Licitações, bem como com as exigências editalícias da Concorrência nº 003/2005/SOSUR/PMCG; cujas despesas correrão à conta da seguinte dotação: funcional programática: 15.451.1009.1029 - Construção, Recuperação e Ampliação de Próprios e Imóveis Locados para uso Público. Elemento de Despesa 4.4.90.51. Fonte de Recursos 001. Ministério do Turismo: 23695116605640001 - Ministério dos Esportes: 2781280280690001 e Ministério das Cidades: 15451600410AJ0002. AUTORIZO a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, deste Município, a adoção das medidas cabíveis com vistas à expedição da competente Ordem de Serviços a empresa vencedora.

Fonte: Diário Oficial da União em 21 de novembro de 2005¹¹⁵.

¹¹⁵ BRASIL. **Diário Oficial da União**: Seção Estado da Paraíba. Brasília, Distrito Federal, 2005. p. 149. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/869097/pg-149-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-11-2005>. Acesso em: 06 jun 2021.

ANEXO D: GREVE DE FUNCIONÁRIOS NA VILA OLÍMPICA

Salário atrasa e portões do Plínio Lemos fecham

Salário de funcionários atrasa dois meses e Complexo Plínio Lemos em Campina Grande paralisa atividades.

O Complexo Plínio Lemos, no bairro do José Pinheiro, em Campina Grande, criado para oferecer uma estrutura esportiva, de lazer e saúde, está com seus portões fechados desde a última terça-feira. Os frequentadores foram impedidos de entrar no local e receber seus atendimentos, sob alegação de que os 38 prestadores de serviço estariam sem receber os respectivos salários, referentes aos últimos dois meses.

Quem procurou o complexo desde a última terça-feira encontrou os serviços paralisados. Por causa do atraso nos salários, os funcionários decidiram que nada funcionará até que uma solução seja definida. Segundo um dos porteiros do Plínio Lemos, Evandro Ferreira, que presta serviços à Prefeitura Municipal de Campina Grande há oito anos no mesmo local, a atitude foi tomada como forma de protesto, já que não houve nenhuma tentativa de negociação, até a manhã de ontem.

Ele alegou que os salários estão atrasados há três meses, mas segundo o diretor do local, apenas os meses de outubro e novembro não foram depositados. "Os salários realmente estão atrasados e apesar de acharmos que a atitude dos prestadores de serviços foi impensada, não vamos entrar em confronto. A expectativa é de que os salários sejam pagos ainda hoje", afirmou.

Ele contou que os 38 prestadores são a maioria dos funcionários do local, especialmente do setor de segurança, passando também por faxineiros, professores e outras funções. "Nada está funcionando, inclusive algumas atividades de final de ano com os idosos não aconteceram por causa do nosso protesto. As pessoas reclamam, mas enquanto não recebermos o dinheiro, não vamos abrir as portas", concluiu o porteiro. Para duas moradoras da rua Sindolfo Montenegro, a mesma de uma das entradas do complexo, e que preferiram não se identificar, a estrutura é a única opção gratuita que os moradores têm para realizar atividades físicas e se distrair. "O problema não é só a questão dos funcionários, mas toda a estrutura que está ficando defasada por culpa dos próprios frequentadores, que ao invés de preservar, acabam destruindo um patrimônio que é de todos", disse uma das moradoras.

A expectativa é que logo que os salários sejam pagos, os serviços voltem a funcionar normalmente. O diretor do local, Custódio Miranda, informou que os salários deverão ser pagos ainda hoje.

A reportagem do JORNAL DA PARAÍBA procurou a Prefeitura Municipal de Campina Grande para falar sobre o assunto, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta.

Fonte: Jornal da Paraíba em 06 de dezembro de 2012.

ANEXO E: JORNAL DA PARAÍBA ANUNCIA PROMESSA DE REFORMA NA VILA OLÍMPICA EM 2013

Prefeitura vai reformar Vila Olímpica este ano

Prefeito Romero Rodrigues confirmou o andamento do projeto; prefeitura pretende ainda este ano realizar melhorias em toda Vila Olímpica.

Após 5 anos da inauguração, a Vila Olímpica Plínio Lemos, localizada no bairro de José Pinheiro, zona leste de Campina Grande, vai ganhar sua primeira reforma. Enfrentando problemas estruturais como desativação da piscina, ausência de refletores no campo de futebol, gramado inadequado para prática esportiva, além da pista de skate e área de atletismo, a prefeitura pretende ainda este ano realizar melhorias em todo o prédio.

O prefeito Romero Rodrigues confirmou o andamento do projeto para a reforma na Vila Olímpica e apontou que está esperando em curto prazo de tempo o início das negociações com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a liberação dos recursos.

Segundo ele, “o projeto foi feito pela Secretaria de Planejamento e nós vamos buscar agora os recursos para a reforma de todo o Complexo do Plínio Lemos”, disse.

Para o secretário de Planejamento Márcio Caniello, a proposta é de recuperação total da área que compreende o campo de futebol e a ampliação de suas dimensões, revitalização da piscina que está desativada há mais de dois anos após o furto do motor, instalação de um parque para crianças, ampliação da academia popular e recuperação das quadras de areia. “O projeto para a recuperação do local nós fizemos. Só não temos agora como mensurar os recursos que serão liberados pela Caixa Econômica”, disse o secretário. Apesar de não saber quanto poderá ser investido no local, já que ainda será aberto o período de licitação para a concorrência da obra, o secretário apontou que não haverá mudanças estruturais no local, mas sim de recuperação das várias áreas. “Não será de grande mudança, mas sim de recuperação. O projeto agora vai para a fase de estudos técnicos para depois buscarmos os recursos via governo federal”, acrescentou.

Para o diretor da Vila Olímpica Plínio Lemos, Rostand Paraíba, será muito importante essa reforma, já que nesses primeiros seis meses de nova gestão ainda não houve condições de recuperar a maior parte do complexo esportivo. “O que nós conseguimos até agora foram as portas das salas e os refletores do ginásio de esportes que foram substituídos. É algo grandioso, que só com um amplo projeto desse poderá resolver essas questões. Espero que esse projeto seja ampliado para melhorarmos os serviços aqui na comunidade”, disse. A Vila Olímpica Plínio Lemos continua funcionando.

Fonte: Jornal da Paraíba em 31 de julho de 2013.